ISSN 1677-5953

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016 - 2017

Epagri
CEPA
Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

Governador do Estado
João Raimundo Colombo

Vice-Governador do Estado
Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca
Moacir Sopelsa

Presidente da Epagri
Luiz Ademir Hessmann

Diretores

Giovani Canola Teixeira
Administração e Finanças

Ivan Luiz Zilli Bacic
Desenvolvimento Institucional

Luiz Antonio Palladini
Ciência, Tecnologia e Inovação

Paulo Roberto Lisboa Arruda
Extensão Rural

Epagri
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina

2016-2017

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa

Estado de Santa Catarina

Governador do Estado - João Raimundo Colombo

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca - Moacir Sopelsa

Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri - Luiz Ademir Hessmann

Diretores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Desenvolvimento Institucional - Ivan Luiz Zilli Bacic

Administração e Finanças - Giovani Canola Teixeira

Ciência, Tecnologia e Inovação - Luiz Antônio Palladini

Extensão Rural e Pesqueira - Paulo Roberto Lisboa Arruda

Gerente do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa - Reney Dorow

Coordenação
Tabajara Marcondes

Elaboração
Alex Alves dos Santos
Alexandre Luiz Giehl
Angelo Mendes Massignam
Bruno Corrêa da Silva
Cristina Pandolfo
Enilton de Oliveira Neubert
Evandro Uberdan Anater
Everton Gesser Della Giustina
Fabiano Müller Silva
Glaucia de Almeida Padrão
Haroldo Tavares Elias
João Rogério Alves
Jurandi Teodoro Gugel
Luiz Augusto Araujo
Luiz Toresan
Natalia da Costa Marchiori
Rogério Goulart Junior
Tabajara Marcondes
Vinícius Caliari
Wilian da Silva Ricce

Colaboração
Cléverson Buratto
Édila Gonçalves Botelho
Elvys Taffarel
Getúlio Tadeo Tonet
Gilberto Luiz Curti
João Cláudio Zanatta
Mauricio E. Mafra
Nilsa Luzzi
Saturnino Claudino dos Santos

Diagramação e Arte Final
Sidaura Lessa Graciosa

Revisão textual
Laertes Rebelo

Capa
Vilton Jorge de Souza

Tiragem: 1.000 exemplares

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. v.1 1976 -
Florianópolis: Epagri/Cepa, 1976-
Anual
Título anterior: Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense, 1976-1981.
Publicada em 2 volumes de 1984 a 1991.
Publicação interrompida em 1992.
Editada pela Epagri-Cepa (2005 -)

1. Agropecuária - Brasil SC - Periódico. I. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, Florianópolis, SC. II Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa, Florianópolis, SC.

ISSN 1677-5953

Epagri/Cepa - Rod. Admar Gonzaga, 1.486 - Itacorubi - 88034-000 - Florianópolis – SC
Tel. (48) 3665.5078 - http://cepa.epagri.sc.gov.br

Apresentação

Apresentamos a 38ª Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina.

A exemplo da edição anterior, nessa Síntese destaca-se a apresentação do cálculo do Valor Bruto de Produção (VBP) dos principais produtos da agropecuária catarinense, por meio de metodologia desenvolvida pela Epagri/Cepa. Na capa utilizamos uma figura que expressa graficamente a distribuição desse VBP, que mostra que cinco produtos – frangos, suínos, leite, soja e fumo – contribuem com dois terços de toda a produção agropecuária estadual.

O cálculo do VBP retrata também uma característica que diferencia Santa Catarina dos demais estados e do Brasil, que é o predomínio da produção animal sobre a vegetal: dos R$29,571 bilhões estimados como VBP do ano de 2017, 60% são provenientes da produção animal.

Esta edição da Síntese informa também que o valor exportado pelo agronegócio catarinense em 2016 foi de 4,883 bilhões de dólares, montante ligeiramente inferior aos 4,931 bilhões de dólares obtidos em 2015, mas bem abaixo dos 5,784 bilhões de dólares alcançados em 2014. Ainda assim, foram 522 itens exportados pelo agronegócio, representando 64% do valor total das exportações de Santa Catarina, percentual bem acima dos 45% que o agronegócio nacional representou do valor total das exportações do Brasil.

A Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017 contempla também análise sobre a aplicação do crédito rural no Brasil e em Santa Catarina, análise climática do Estado catarinense e análises sobre o desempenho produtivo e mercadológico das principais cadeias produtivas da agropecuária estadual.

Agradecemos a todas as pessoas e entidades que colaboraram para sua realização e informamos que a versão eletrônica desta e de edições anteriores estão disponíveis no endereço http:// www.cepa.epagri.sc.gov.br, no item Publicações.

Luiz Ademir Hessmann
Presidente da Epagri

Sumário

Performance da agropecuária catarinense em 2016 e 2017 7

Crédito rural 16

Desempenho da produção vegetal 23

Alho 23

Arroz 30

Banana 38

Cebola 47

Feijão 53

Maçã 61

Mandioca 73

Milho 79

Soja 87

Tabaco 94

Tomate 99

Trigo 103

Uva e vinho 111

Desempenho da produção animal 117

Carne bovina 117

Carne de frango 126

Carne suína 138

Leite 151

Desempenho da aquicultura catarinense 159

Desempenho do setor florestal 165

Análise climática do Estado de Santa Catarina 183

Performance da agropecuária catarinense em 2016 e 2017

Luiz Toresan, Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa
toresan@epagri.sc.gov.br

Santa Catarina está entre os dez estados mais importantes na produção da agropecuária brasileira, em que pese seu diminuto território. Esse destaque se deve, em grande parte, ao alto valor agregado pelas atividades intensivas desenvolvidas, como a fruticultura e a produção animal. A produção animal tem respondido nos últimos anos por mais de 60% de todo o valor da produção agropecuária catarinense e este é o maior diferencial do Estado em relação às demais unidades da federação.

Quantidade produzida e valor da produção agropecuária

O balanço entre a oferta e a demanda continua ditando os preços

As duas últimas safras[1] (2016 e 2017) tiveram características bem distintas quanto aos seus resultados. A de 2016 teve algumas frustrações nas expectativas de produção, mas foi capaz de entregar boa remuneração aos produtores, pois os preços recebidos foram mais altos. Em contrapartida, a safra de 2017 pode ser caracterizada como uma verdadeira "safra cheia", a julgar pelos volumes produzidos, mas os preços de vários produtos frustraram e comprometeram a remuneração dos produtores.

Em 2016, após dois anos seguidos de preços perdendo para a inflação, a maior parte dos produtos da agropecuária teve preços bem mais altos. O resultado foi um significativo aumento no valor bruto da produção agropecuária (VBP)[2] e maior renda para parte expressiva dos produtores. Considerada no todo, a produção agropecuária e florestal em 2016 foi 1,8% menor em quantidade, em relação à 2015 e obteve preços 17,2% superiores (Tabela 1). Geadas tardias e granizo provocaram forte queda na produção de frutas e excessos de chuva em períodos críticos reduziram a produção esperada de cultivos importantes, como milho, tabaco e arroz. A produção de frangos e de bovinos de corte também contribuiu para a redução da produção agropecuária em 2016.

A tabela 1 mostra os efeitos da variação da quantidade produzida e da variação dos preços na mudança do valor da produção de 2015 para 2016 e de 2016 para 2017, em nível de produtor, por segmento do agronegócio e para o setor como um todo. Nela pode ser observado comportamento bastante distinto entre as duas safras, quando se compara as produções e os preços praticados. Em 2016, como já evidenciado, a produção diminuiu e os preços foram significativamente maiores em relação à safra anterior. Já em 2017 tivemos uma safra 7,6% maior que a de 2016, mas com níveis de preços 6,5% inferiores, resultando em crescimento de apenas 0,6% no valor bruto da produção, a despeito de ter sido considerada uma safra que atingiu praticamente todo o seu potencial produtivo, no caso da produção vegetal.

Um olhar sobre os diversos segmentos da produção agropecuária, no entanto, mostra comportamentos distintos entre eles, quanto à variação de preços e de quantidades nas duas safras em consideração. Em 2016, a produção pecuária aumentou, mas as frustrações de safras de vários produtos da fruticultura, do tabaco e do arroz e a redução

[1]A safra 2016, por exemplo, considera a produção dos respectivos produtos cuja colheita ocorreu majoritariamente ao longo do ano 2016, seguindo o conceito adotado pelo IBGE. Assim, para os produtos da safra de verão são computadas as produções das colheitas do primeiro semestre de 2016 e para os produtos da safra de inverno as produções do segundo semestre de 2016. Para os produtos de origem animal e produtos florestais, as produções computadas foram aquelas obtidas ao longo dos doze meses de 2016.

[2]Para o cálculo do VBP da agropecuária catarinense foram considerados 49 produtos, dentre aqueles que foi possível obter informação sobre volume produzido e preço de comercialização. Foram computados todos os produtos cujo valor da produção ultrapassou um milhão de reais na última safra. Por absoluta falta de informação não foram consideradas produções importantes para Santa Catarina, como ovinos, caprinos, equinos, perus, marrecos e patos na produção animal e legumes e produtos da olericultura, como pepino, chuchu, cenoura, pimentão, beterraba, brócolis, couve flor, alface, couve e outras folhosas da produção vegetal. A fonte dos dados e a metodologia utilizada para o cálculo do VBP da agropecuária estão descritos na Nota Metodológica ao final do texto.

na área plantada de milho e mandioca e do volume de madeira colhida fizeram com que o volume global da safra fosse menor. Já em 2017, o crescimento de 7,6% na safra foi resultado, principalmente, da forte ampliação de volume dos principais produtos da lavoura, com destaque para frutas, tabaco, milho, soja e arroz, que deram as maiores contribuições a esse desempenho.

Os preços recebidos pelos produtores em 2016 foram mais altos que os observados em 2015, em quase todos os segmentos da produção agropecuária catarinense. As maiores contribuições para atingir o índice médio de 17,2% de aumento dos preços praticados foram dadas pelo valor pago aos produtores pela maçã (+100%), milho (+71,7%), banana (+59,6%), leite (+36,8%), alho (+21,1%) e frangos de corte (+17,2), todos produtos de destacada importância na agropecuária do Estado. A cebola, que tem sua comercialização em período próximo à safra seguinte de verão, teve uma produção abundante e preços muito aviltados (-32,7%), constituindo-se na grande exceção, mas em linha com o comportamento da maioria dos demais produtos da safra que estava a caminho (2017).

Tabela 1. Índice de variação da quantidade (Iq) e do preço (Ip) da agropecuária catarinense e de seus principais segmentos – safras 2015/16 e 2016/17

(%)

Componente	2016/2015		2017/2016	
	Iq [1]	Ip[1]	Iq[1]	Ip[1]
Total agropecuária	**-1,8**	**17,2**	**7,6**	**-6,5**
Produção animal	1,9	13,1	0,5	-2,7
Pecuária	2,0	13,3	0,4	-2,8
Aquicultura	-0,2	-2,5	7,8	9,6
Produção das lavouras	-5,7	27,4	14,7	-6,8
Grãos	0,4	30,2	13,1	-7,6
Demais lavouras temporárias	-11,5	7,4	16,9	3,0
Lavoura permanente	-11,9	76,3	16,2	-21,7
Produção da silvicultura e extração vegetal	-4,5	4,1	5,0	-10,1
	$I_p = \frac{\sum_{i=1}^{n} p_i^1 q_i^0}{\sum_{i=1}^{n} p_i^0 q_i^0}$		$I_q = \frac{\sum_{i=1}^{n} p_i^0 q_i^1}{\sum_{i=1}^{n} p_i^0 q_i^0}$	

[1]Índice de Laspeyres para variação da quantidade (Iq) e do preço (Ip)
Fonte: Epagri/Cepa.

Na última safra, 2017, os preços se movimentaram em direção oposta aos da safra anterior na maioria dos produtos, com viés de queda em quase todos os segmentos produtivos, mas de modo mais acentuado nos grãos e nos produtos da silvicultura. As reduções mais impactantes dos preços dos produtos vegetais foram observadas na maçã (-40,8%), no tomate (-36,3%), na batata-inglesa (-25,7%), na lenha (-19,6%), no feijão (-18,8%), no milho (-15,7%), na madeira para serraria (-10,5%) e na soja (-8,0%). Na produção animal, cuja safra será finalizada apenas em dezembro, espera-se queda expressiva dos preços do frango de corte (-10,1%), do leite (-6,5%) e dos bovinos de corte (-4,2%), enquanto os suínos para abate, os ovos e os produtos da aquicultura devem fechar a safra com preços superiores aos que foram praticados na safra 2016.

A tabela 2 mostra com detalhes os valores apurados nos últimos anos, a variação anual e o ranking de importância dos principais produtos considerados na composição do VBP da agropecuária de Santa Catarina. Em 2016 o valor produzido pela agropecuária catarinense foi estimado em 29,4 bilhões de reais, 15,1% maior que o apurado em 2015. Esse grande crescimento (variação real de 7,4%) se deveu ao forte aumento dos preços em relação à safra anterior, como já evidenciado. Em 2017 o VBP ficou ligeiramente acima do obtido em 2016 (+0,6%, em valores nominais). No entanto, contrastando com o ano anterior, o desempenho foi assegurado pelo expressivo aumento do volume produzido de diversos produtos importantes do agro catarinense, que compensaram os preços bem inferiores aos do período anterior (Tabela 3).

Tabela 2. Valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária - SC e posição dentre os produtos

(mil reais)

Produto/segmento	2014	2015	2016	2017[1]	Posição Geral 2017	2016/2015 (%)	2017/2016 (%)
Produção animal	14.848.275	15.839.496	18.215.082	17.831.891		15,00	-2,1
Pecuária	14.610.708	15.571.505	17.953.031	17.522.681		15,29	-2,4
Frangos para abate	5.670.725	6.132.471	7.070.378	6.266.621	1º	15,29	-11,4
Suínos para abate	4.330.028	4.610.668	4.809.025	5.230.338	2º	4,30	8,8
Leite	2.632.998	2.661.268	3.691.689	3.575.207	3º	38,72	-3,2
Bovinos para abate	1.139.508	1.395.205	1.433.792	1.366.410	7º	2,77	-4,7
Ovos de galinha	774.417	726.162	830.137	943.398	9º	14,32	13,6
Ovos de codorna	8.221	10.883	17.851	24.941	36º	64,02	39,7
Mel	54.811	34.848	100.160	115.766	21º	187,42	15,6
Aquicultura	237.567	267.991	262.051	309.211		-2,22	18,0
Tilápia	109.894	128.096	146.952	164.177	20º	14,72	11,7
Ostra e vieira	28.429	22.913	18.820	25.730	35º	-17,86	36,7
Mexilhão	41.419	55.931	36.098	51.000	29º	-35,46	41,3
Camarão	3.252	3.868	5.050	6.600	42º	30,58	30,7
Jundiá	5.471	4.257	4.308	4.752	45º	1,21	10,3
Carpa	39.899	44.956	44.864	48.000	31º	-0,20	7,0
Truta	9.203	7.970	5.959	8.952	41º	-25,24	50,2
Produção das Lavouras	7.770.434	8.064.049	9.591.983	10.228.915		18,95	6,6
Grãos	3.885.179	3.975.238	5.113.385	5.338.543		28,63	4,4
Arroz	744.842	760.842	842.086	1.063.971	8º	10,68	26,3
Aveia	9.275	3.107	8.336	6.413	44º	168,30	-23,1
Cevada	1.493	3.666	3.701	1.014	49º	0,95	-72,6
Feijão	252.702	249.634	354.397	288.263	16º	41,97	-18,7
Milho	923.301	922.292	1.372.650	1.370.342	6º	48,83	-0,2
Soja	1.816.004	1.928.991	2.401.302	2.539.955	4º	24,48	5,8
Trigo	137.562	106.705	130.913	68.585	25º	22,69	-47,6
Demais lavouras temporárias	2.944.383	3.062.442	2.882.334	3.483.942		-5,88	20,9
Alho	85.901	89.420	175.666	191.438	19º	96,45	9,0
Amendoim	2.242	1.766	2.009	2.099	48º	13,76	4,5
Batata-doce	43.060	46.343	67.597	67.318	26º	45,86	-0,4
Batata-inglesa	69.117	82.153	136.674	98.511	22º	66,36	-27,9
Cana-de-açúcar	73.882	55.667	53.860	61.210	28º	-3,25	13,6
Cebola	368.155	320.266	247.150	377.993	13º	-22,83	52,9
Tabaco	1.875.218	1.978.142	1.688.776	2.206.865	5º	-14,63	30,7
Mandioca	116.952	127.398	117.016	195.130	18º	-8,15	66,8
Melancia	27.547	26.185	38.180	43.905	32º	45,81	15,0
Tomate	282.310	335.103	355.406	239.474	17º	6,06	-32,6
Lavouras permanentes	940.872	1.026.369	1.596.265	1.406.430		55,53	-11,9
Ameixa	28.183	30.982	26.365	34.805	33º	-14,90	32,0
Banana	326.114	309.050	498.615	535.473	12º	61,34	7,4
Caqui	3.635	3.578	3.335	4.440	46º	-6,79	33,1
Laranja	15.931	11.212	9.851	14.916	37º	-12,14	51,4
Maçã	439.394	527.501	891.441	649.744	11º	68,99	-27,1
Maracujá	23.142	25.542	67.374	49.006	30º	163,78	-27,3
Pera	11.549	13.170	12.314	14.065	38º	-6,50	14,2
Pêssego	33.617	34.341	30.240	28.809	34º	-11,94	-4,7
Quivi	2.530	2.479	1.797	2.814	47º	-27,52	56,6
Tangerina	5.953	6.566	7.084	6.535	43º	7,89	-7,8
Uva	50.824	61.948	47.849	65.823	27º	-22,76	37,6
Produção da silvicultura e extração vegetal	1.706.190	1.651.022	1.599.113	1.510.332		-3,14	-5,6
Carvão	11.659	14.891	14.804	12.285	39º	-0,58	-17,0
Erva-mate	127.470	110.751	102.837	82.804	23º	-7,15	-19,5
Lenha	368.834	420.550	405.128	338.788	14º	-3,67	-16,4
Madeira p/outras finalidades	708.476	678.214	719.891	694.418	10º	6,15	-3,5
Madeira p/papel e celulose	426.349	356.471	285.881	290.898	15º	-19,80	1,8
Palmito	57.693	62.489	61.841	81.938	24º	-1,04	32,5
Pinhão	5.709	7.656	8.731	9.200	40º	14,04	5,4
Total	**24.324.899**	**25.554.567**	**29.406.179**	**29.571.138**		**15,07**	**0,56**

[1]Dados preliminares.

[2]Dados preliminares e estimativas da Epagri/Cepa.

Fonte: Epagri/Cepa, IBGE.

Embora tenham sido considerados 49 produtos para compor o valor total, apenas cinco deles – frangos, suínos, leite, soja e tabaco – contribuem com dois terços de todo o valor, mostrando que o agronegócio catarinense é relativamente concentrado em poucas cadeias produtivas, quando se leva em conta apenas o aspecto econômico (Figura 1). Uma característica marcante da agropecuária e do agronegócio catarinense, que diferencia o Estado dos demais, é sua capacidade de transformar grãos em proteína animal por meio das cadeias de produção de carnes de aves e de suínos e seus derivados, contribuindo sobremaneira para as exportações (46% do valor exportado pelo agronegócio de SC). Do valor produzido, a pecuária contribui com 60%, as lavouras temporárias com 30% e a fruticultura e silvicultura com 5% cada uma.

Figura 1. Valor da produção dos principais produtos da agropecuária de Santa Catarina em 2017 (R$ mil)

Dos 20 produtos mais importantes na composição do VBP, 12 tiveram aumento dos preços médios pagos ao produtor em 2016 bem superiores à inflação registrada no período. Os mais significativos aumentos foram observados na maçã, no milho, na banana, no feijão, no leite, no alho e no frango, todos produtos de grande importância para o agronegócio catarinense. Já em 2017 prevaleceu a queda dos preços recebidos pelos produtores. Foram 24 produções, dentre as 49 consideradas, que tiveram preços médios dos produtos menores que os praticados em 2016. As reduções mais significativas de preços no período em consideração, dentre os produtos de maior importância econômica para SC, ocorreram na maçã, no tomate, na lenha, no feijão, no milho e nos frangos para abate.

Alguns fatores contribuíram para a forte elevação dos preços dos produtos agrícolas em 2016. O mais importante foi a frustação das safras nas principais regiões produtores do País, provocando redução da oferta no mercado (milho, arroz, feijão, banana e maçã). Além disso, a forte desvalorização cambial verificada durante a maior parte do primeiro semestre incentivou as exportações e o aumento dos preços domésticos de alguns produtos (soja, milho e arroz). A queda na oferta brasileira de leite, iniciada no final de 2015 e mantida ao longo do primeiro semestre de 2016, elevou sobremaneira os preços de equilíbrio do produto ao longo desse período. No caso da produção pecuária, os elevados preços alcançados pelo milho ao longo de 2016 pressionaram os custos e prejudicaram o desempenho de algumas produções. No caso dos frangos, a elevação dos custos e o bom desempenho das exportações deixaram a oferta mais apertada, com aumento do preço do frango vivo nas granjas.

Já em 2017, as condições climáticas favoráveis permitiram uma safra plena na maioria dos produtos e em todas as regiões produtoras do País. Isso fez com que a oferta abundante provocasse uma redução expressiva dos preços de boa parte dos produtos, como já apontado anteriormente.

As quantidades produzidas que haviam sido menores em 2016 para 30 dos 49 produtos, em relação a 2015, tiveram importante expansão em 2017, na maioria das produções. Foram apenas 11 os produtos que não tiveram aumento do volume produzido em 2017, comparado a 2016. Em alguns produtos de peso na agropecuária catarinense como milho, soja, arroz, tabaco e maçã o aumento da produção em 2017 foi bastante expressivo (Tabela 3).

Tabela 3. Produção dos principais produtos da agropecuária - Santa Catarina - 2014-17

Produto/segmento	Un. medida	2014	2015	2016	2017[1]
Produção animal		6.604.381	6.765.224	6.861.914	6.964.572
Pecuária		6.546.858	6.706.224	6.804.344	6.901.274
Frangos para abate	t de Carcaça	2.235.013	2.221.480	2.184.560	2.154.808
Suínos para abate	t de Carcaça	942.877	1.045.604	1.130.838	1.124.572
Leite	mil litros	2.983.252	3.059.905	3.102.724	3.214.754
Bovinos para abate	t de Carcaça	134.770	140.435	136.185	135.469
Ovos de galinha	mil dz	236.367	224.595	227.003	242.893
Ovos de codorna	mil dz	8.079	10.504	16.683	21.688
Mel	t	6.500	3.700	6.350	7.091
Aquicultura		57.523	59.000	57.570	63.298
Tilápia	t	24.695	26.854	31.134	31.756
Ostra e vieira	t	3.700	3.067	2.848	3.130
Mexilhão	t	17.853	17.370	12.534	17.000
Camarão	t	181	228	202	220
Jundiá	t	998	747	725	792
Carpa	t	9.322	9.990	9.465	9.600
Truta	t	773	744	662	800
Produção das lavouras		10.147.487	9.925.682	9.519.295	10.673.390
Grãos		6.552.767	6.508.611	6.241.082	7.088.167
Arroz	t	1.084.145	1.087.232	1.026.554	1.176.234
Aveia	t	25.926	12.559	21.447	15.000
Cevada	t	2.775	6.241	6.022	1.500
Feijão	t	141.436	132.153	128.606	128.779
Milho	t	3.316.951	3.149.420	2.730.547	3.232.853
Soja	t	1.691.467	1.945.961	2.098.854	2.413.801
Trigo	t	290.067	175.045	229.052	120.000
Demais lavouras temporárias		2.132.741	1.902.896	1.884.893	2.042.618
Alho	t	24.543	13.759	22.321	24.325
Amendoim	t	397	292	292	267
Batata-doce	t	30.757	30.691	32.343	34.700
Batata-inglesa	t	108.724	123.355	161.936	157.015
Cana-de-açúcar	t	563.600	384.625	373.845	375.565
Cebola	t	469.631	414.964	475.486	503.994
Tabaco	t	259.927	256.462	195.424	242.651
Mandioca	t	443.462	444.497	385.835	442.884
Melancia	t	47.218	53.765	53.472	66.523
Tomate	t	184.482	180.486	183.939	194.694
Lavouras permanentes		1.461.978	1.514.176	1.393.320	1.542.604
Ameixa	t	15.833	18.469	11.223	18.513
Banana	t	722.826	735.121	743.217	741.837
Caqui	t	2.985	2.475	1.731	3.020
Laranja	t	24.893	22.424	19.555	19.939
Maçã	t	585.049	619.329	523.598	644.564
Maracujá	t	19.126	22.403	35.426	25.007
Pera	t	5.907	6.551	4.838	6.572
Pêssego	t	22.836	23.888	16.476	20.182
Quivi	t	1.705	1.810	850	1.804
Tangerina	t	8.464	8.243	7.199	7.969
Uva	t	52.355	53.463	29.206	53.196
Produção da silvicultura e extração vegetal		180.031	171.629	172.717	169.154
Carvão	t	13.979	13.853	9.956	10.180
Erva-mate	t	123.886	118.423	123.149	116.407
Lenha	mil m^3	9.750	8.908	8.158	8.480
Madeira p/outras finalidades	mil m^3	8.252	8.600	7.343	7.915
Madeira p/papel e celulose	mil m^3	6.310	5.405	6.190	6.300
Palmito	t	14.707	13.248	15.258	16.772
Pinhão	t	3.147	3.192	2.663	3.100
Total		**16.931.899**	**16.862.536**	**16.553.926**	**17.807.116**

[1]Dados preliminares e estimativas da Epagri/Cepa.

Fonte: Epagri/Cepa e IBGE.

A produção pecuária teve desempenho um pouco diferente da produção de lavouras nesses dois últimos anos. Embora tenha havido aumento nas exportações, a retração do mercado interno levou a uma diminuição da produção estadual de frangos e de bovinos nos dois últimos anos. A produção de suínos aumentou em 2016, impulsionada pelo maior volume exportado, mas os preços ficaram inferiores aos do ano anterior. Já em 2017, pela retração do consumo interno e pelos problemas desencadeados pela "Operação Carne Fraca", a produção deverá ser menor que aquela do ano anterior, mas com preços em recuperação. O leite, que vem em movimento contínuo de expansão da produção, teve preços crescentes até meados de 2016, mas devido aos bons níveis de oferta estiveram em queda no final daquele ano, se recuperaram no primeiro semestre de 2017, retomaram, entretanto, a trajetória de queda a partir de julho e devem fechar o ano em patamares significativamente inferiores aos de 2016.

A safra de lavouras 2015/16 foi caracterizada pela redução dos volumes produzidos e pela forte alta dos preços dos produtos, tanto para os grãos e demais lavouras temporárias, quanto para as lavouras permanentes (Tabelas 2 e 3). Eventos climáticos como frio e geadas tardias, excesso de chuvas e granizo, prejudicaram o desenvolvimento de várias culturas, frustrando as expectativas iniciais das colheitas. Em alguns casos, como o do milho e da mandioca, a queda na produção se deveu à redução da área plantada.

A última safra (2016/17) não teve os problemas climáticos da safra anterior e o regime de chuvas ocorreu próximo ao desejado, do ponto de vista das culturas agrícolas. Como resultado, as lavouras puderam desenvolver seu pleno potencial produtivo e proporcionaram a chamada "safra cheia", com bons níveis de produtividade. Os preços pagos aos produtores de vários produtos, no entanto, ficaram bem abaixo das expectativas dos agricultores e comprometeram a renda de várias atividades. Foram os casos do tomate, da cebola, do milho, da maçã e de várias outras culturas.

Os produtos da silvicultura e da extração vegetal apresentaram em 2016 um fraco desempenho, tanto em termos de quantidade produzida, quanto de preços praticados, seguindo a trajetória de anos anteriores. Em 2017, estima-se um pequeno aumento na quantidade de madeira colhida em relação a 2016, especialmente de toras para serraria. Já os preços praticados permanecem em queda e devem fechar o ano em níveis abaixo aos do ano anterior. As exportações de madeira e seus produtos estão em expansão, mas o mercado interno continua retraído e limitando o potencial de crescimento da indústria florestal catarinense.

De uma forma resumida, 2016 pode ser caracterizado como um ano de bons preços para os produtos agrícolas, em uma safra que não se realizou plenamente. Em contraste, 2017 será lembrado em Santa Catarina pela exuberante safra agrícola, de preços ruins. Permanece a regra: safra abundante, preços baixos, menor renda para os produtores, mas bom para os consumidores e para o controle da inflação.

As exportações do agronegócio catarinense

Volume embarcado é crescente, mas a preços menores

O valor exportado pelo agronegócio catarinense em 2016 foi de 4,9 bilhões de dólares, montante ligeiramente inferior ao obtido em 2015. Nos últimos anos o agronegócio de SC vem tendo um fraco desempenho nas exportações, acompanhando o comportamento geral dos produtos industriais. São mais de 500 itens exportados pelo agronegócio, que têm mantido sua contribuição entre 62% e 65% no valor total exportado pelo Estado (Tabela 4).

Merece destaque a participação dos produtos de origem animal – especialmente carnes de frango e de suínos – no valor exportado pelo agronegócio do Estado, representando mais de a metade do total. Embora a pauta de exportações seja relativamente diversificada, apenas quatro grupos de produtos (carnes de frango, soja, madeira e tabaco) respondem por quase a metade do valor total exportado pelo Estado e por mais de dois terços das exportações do agronegócio.

A redução do valor exportado em 2016 ocorreu com a maioria dos produtos que compõem a pauta das exportações do agronegócio catarinense. Dos produtos mais importantes, as maiores reduções do valor embarcado ocorreram com o tabaco, o milho, o mel, a erva mate e a maçã. Carne suína, carne de peru, banana, couros e peles e madeira foram os itens com expressivo crescimento do valor exportado e contribuíram para contrabalançar a forte redução de outros itens.

Tabela 4. Valor das exportações do agronegócio catarinense - 2012-16

(US$ FOB 1000)

Produtos exportados	N. itens exp. 2016	2012	2013	2014	2015	2016	2016/15 (%)
Produtos de origem animal	104	3.180.652	2.992.141	3.170.282	2.572.335	2.629.614	2,2
Animais vivos	5	232	331	650	412	2.828	586,7
Carnes de frango e derivados	7	2.204.884	2.149.068	2.177.347	1.790.997	1.704.492	-4,8
Carnes de Suínos e derivados	11	533.864	437.260	584.043	435.097	550.064	26,4
Carnes de Bovinos e derivados	6	15.461	14.431	11.292	6.274	4.910	-21,7
Carnes de perus e derivados	3	112.106	75.483	51.368	38.972	68.041	74,6
Carnes de patos e derivados	2	11.070	5.837	8.058	7.601	7.102	-6,6
Outras carnes e derivados	8	95.529	88.363	107.961	69.344	61.691	-11,0
Ovos e derivados	2	7.557	200	5.552	5.389	5.519	2,4
Leite e derivados	5	17	1	811	0	37	-
Peixes, crustáceos, moluscos e derivados	38	51.577	37.986	39.134	32.787	33.495	2,2
Produtos apícolas	1	4.882	7.806	22.536	23.266	20.216	-13,1
Couros e peles, lãs, crinas e sedas	6	68.910	83.953	85.185	77.683	85.549	10,1
Outros produtos de origem animal	10	74.565	91.424	76.346	84.512	85.670	1,4
Produtos de origem vegetal	288	1.666.507	1.612.191	1.612.829	1.319.896	1.168.654	-11,5
Produtos do complexo soja	7	486.668	547.111	903.855	654.452	622.876	-4,8
Milho e derivados	5	47.707	55.326	38.725	33.165	27.675	-16,6
Arroz e derivados	6	20.293	7.049	3.851	4.103	2.579	-37,1
Tabaco e derivados	8	961.398	882.723	550.477	540.399	434.588	-19,6
Banana	2	8.947	8.730	10.085	9.744	10.910	12,0
Maçã e suco de maçã	2	9.010	11.112	7.795	5.268	4.617	-12,4
Mate e erva mate	1	5.709	7.429	10.061	8.323	6.630	-20,3
Bebidas, sucos (exceto de maçã), líquidos alcoólicos e vinagres	20	40.870	28.323	21.889	21.357	12.108	-43,3
Açucares, cacau, chocolates e preparações alimentícias	59	15.283	12.565	11.836	9.935	12.717	28,0
Rações e produtos para alimentação animal (exceto de soja ou milho)	3	3.898	4.305	5.125	5.987	6.914	15,5
Algodão, linho e outras fibras vegetais e seus produtos básicos	79	7.653	6.891	6.970	6.073	8.137	34,0
Outros produtos de origem vegetal e derivados	96	59.072	40.628	42.161	21.088	18.904	-10,4
Produtos florestais	130	766.363	854.849	1.001.560	1.039.199	1.084.902	4,4
Madeira e Obras de madeira	52	401.153	479.383	574.792	595.678	644.968	8,3
Móveis de madeira	9	176.599	173.979	190.963	192.707	194.753	1,1
Papel e celulose	69	188.610	201.486	235.805	250.814	245.181	-2,2
Total do agronegócio	**522**	**5.613.522**	**5.459.181**	**5.784.671**	**4.931.430**	**4.883.171**	**-1,0**
Total das exportações		**8.920.676**	**8.688.846**	**8.987.359**	**7.644.023**	**7.593.442**	**-0,7**

Fonte: MDIC/Secex – Sistema Alice.

Os preços da maior parte dos produtos exportados pelo agronegócio de SC foram mais baixos nos últimos anos, comparados a anos anteriores. As receitas com exportações só não caíram de forma mais acentuada porque os volumes embarcados têm crescido de um modo geral e compensado parte das quedas dos preços médios obtidos.

No cenário brasileiro, Santa Catarina tem forte participação nas exportações de produtos de origem animal, com destaque para as carnes de suínos, aves e mel (Tabela 5). O Estado também possui importante contribuição nas exportações brasileiras de madeira e móveis de madeira, tabaco, banana e maçã.

Tabela 5. Valor das exportações do agronegócio e total de Santa Catarina e do Brasil - 2016

Produtos exportados	SC	Part. s/total exportações (%)	Brasil	Part. s/total exportações (%)	SC/Brasil (%)
Produtos de origem animal	2.629.614	34,6	17.675.644	9,5	14,9
Animais vivos	2.828	0,0	283.753	0,2	1,0
Carnes de frango e derivados	1.704.492	22,4	6.760.228	3,6	25,2
Carnes de Suínos e derivados	550.064	7,2	1.449.131	0,8	38,0
Carnes de Bovinos e derivados	4.910	0,1	5.338.512	2,9	0,1
Carnes de perus e derivados	68.041	0,9	329.612	0,2	20,6
Carnes de patos e derivados	7.102	0,1	7.156	0,0	99,2
Outras carnes e derivados	61.691	0,8	384.258	0,2	16,1
Ovos e derivados	5.519	0,1	54.897	0,0	10,1
Leite e derivados	37	0,0	155.608	0,1	0,0
Peixes, crustáceos, moluscos e derivados	33.495	0,4	268.062	0,1	12,5
Produtos apícolas	20.216	0,3	96.575	0,1	20,9
Couros e peles, lãs, crinas e sedas	85.549	1,1	2.129.403	1,1	4,0
Outros produtos de origem animal	85.670	1,1	418.451	0,2	20,5
Produtos de origem vegetal	1.168.654	15,4	56.059.697	30,3	2,1
Produtos do complexo soja	622.876	8,2	25.426.876	13,7	2,4
Milho e derivados	27.675	0,4	3.801.364	2,1	0,7
Arroz e derivados	2.579	0,0	251.941	0,1	1,0
Tabaco e derivados	434.588	5,7	2.123.366	1,1	20,5
Banana	10.910	0,1	21.036	0,0	51,9
Maçã e suco de maçã	4.617	0,1	18.335	0,0	25,2
Mate e erva mate	6.630	0,1	82.355	0,0	8,1
Bebidas, sucos (exceto de maçã), líquidos alcoólicos e vinagres	12.108	0,2	3.123.338	1,7	0,4
Açúcares, cacau, chocolates e preparações alimentícias	12.717	0,2	12.230.898	6,6	0,1
Rações e produtos para alimentação animal (exceto de soja ou milho)	6.914	0,1	228.603	0,1	3,0
Algodão, linho e outras fibras vegetais e seus produtos básicos	8.137	0,1	1.451.060	0,8	0,6
Outros produtos de origem vegetal e derivados	18.904	0,2	7.300.525	3,9	0,3
Produtos florestais	1.084.902	14,3	10.239.080	5,5	10,6
Madeira e obras de madeira	644.968	8,5	2.362.717	1,3	27,3
Móveis de madeira	194.753	2,6	430.064	0,2	45,3
Papel e celulose	245.181	3,2	7.446.298	4,0	3,3
Total do agronegócio	**4.883.171**	**64,3**	**83.974.421**	**45,3**	**5,8**
Total das exportações	**7.593.442**	**100,0**	**185.235.401**	**100,0**	**4,1**

Fonte: MDIC/Secex – Sistema Alice.

Para 2017 é esperado um importante crescimento das exportações da maioria dos produtos do agronegócio catarinense, assim como dos demais produtos da pauta exportadora. De janeiro a setembro de 2017 o valor e o volume exportado cresceram, na média, mais de 13%. Os aumentos mais significativos, considerando os produtos importantes da pauta, ocorreram com a carne suína e de perus, a soja e a madeira.

Nota metodológica

A metodologia utilizada para o cálculo do valor bruto da produção dos produtos considerados é descrita a seguir.

Para a maioria dos produtos, foram utilizados os preços praticados em nível de produtor nos meses da colheita e comercialização, extração, despesca ou abate, ponderados segundo o volume produzido no mês e segundo a

importância relativa da região de coleta dos preços na produção estadual do referido produto. Assim, para os grãos (exceto aveia e cevada) a quantidade produzida e os preços foram obtidos por levantamento direto da Epagri/Cepa, por intermédio do Sistema de Acompanhamento de Safras e do Levantamento de Preços Agrícolas realizado junto às regiões produtoras e às principais praças de comercialização e processamento de produtos agrícolas do Estado. Esse procedimento foi adotado também para as lavouras de alho, cebola, mandioca, batata e tabaco.

Para o amendoim, batata doce, cana, melancia e tomate, de 2014 a 2016, foram utilizadas as quantidades produzidas divulgadas pelo IBGE, no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) - Produção Agrícola Municipal (PAM) e os preços médios levantados pela Epagri/Cepa. Para 2017 foram utilizados os dados de produção do Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA) do IBGE e os preços médios registrados pela Epagri/Cepa até agosto de 2017 e projetados para o restante do ano.

Para a aveia e cevada, de 2014 a 2016, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços fornecidos pelo IBGE, divulgados no Sidra - Produção Agrícola Municipal (PAM). Para 2016 foram utilizados os dados de produção do LSPA do IBGE e os preços levantados e divulgados pelo Deral/SEAP-PR.

Para os produtos da lavoura permanente, de 2014 a 2016, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços obtidos no Levantamento de Dados da Fruticultura Catarinense, realizado pelo Epagri/Cepa. Para 2017 as quantidades produzidas e os preços foram estimados pelo Epagri/Cepa, tomando como referência os dados de produção do LSPA e o sistema de levantamento de preços agrícolas da Epagri/Cepa e do Cepea/USP.

Para os produtos da silvicultura e extração vegetal, de 2014 a 2016, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços médios do IBGE, divulgados no Sidra - Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS). Para 2017 as quantidades produzidas e os preços foram estimados pela Epagri/Cepa, tomando como referência seus sistemas de monitoramento de safras e levantamento de preços agrícolas.

Para o valor da produção da aquicultura, de 2014 a 2016, as quantidades produzidas e os preços foram obtidos em relatórios de levantamento da piscicultura e da maricultura de Santa Catarina divulgados pela Epagri/Cedap. Para 2017 as quantidades produzidas e os preços foram estimados pela Epagri/Cedap, com base nos dados registrados até o mês de agosto.

Para o valor da produção de frangos, suínos e bovinos para abate, de 2014 a 2016, foram utilizados os dados de quantidade apurados pela Cidasc, através das emissões de Guias de Trânsito Animal (GTAs) para abate – convertidos para peso de carcaça – e os preços levantados pela Epagri/Cepa, ponderados segundo as quantidades mensais destinadas ao abate e a participação da produção regional da praça de referência do levantamento do preço. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base nos dados de produção e de preços registrados até o mês de agosto e projetados para o restante do ano.

Para o leite, de 2014 a 2016, foram utilizadas as quantidades produzidas divulgadas no Sidra - Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) - e os preços levantados pela Epagri/Cepa, ponderados segundo as quantidades mensais produzidas e a participação da produção regional da praça referência do levantamento do preço. Para 2017 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base nos dados de produção e de preços registrados até o mês de agosto e projetados para o restante do ano.

Para os ovos de galinha, de 2014 a 2016, foram utilizadas as quantidades produzidas divulgadas no Sidra-PPM – e os preços levantados pelo Epagri/Cepa, ponderados segundo a participação da produção regional da praça referência do levantamento do preço. Para 2017 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base nos dados de produção e de preços registrados até o mês de agosto e projetados para o restante do ano.

Para os ovos de codorna, de 2014 a 2016, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços médios disponíveis no Sidra-PPM. Para 2017 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base no comportamento da produção e dos preços observados nos anos anteriores.

Para o mel a produção de 2014 apurada por levantamento da Faasc. As produções de 2015, 2016 e 2017 foram obtidas por estimativa da Epagri. O valor da produção foi obtido utilizando-se os preços levantados pela Epagri/Cepa, ponderados para os meses de produção segundo os percentuais de produção obtida no respectivo mês.

Crédito rural

Jurandi Teodoro Gugel – Eng.-agr. – Epagri/Cepa
jurandigugel@epagri.sc.gov.br

No Brasil, os Planos Safra do governo federal têm seus períodos de vigência de 1º de julho até 30 de junho do ano seguinte. Desde 2003, são dois planos distintos, um específico para a agricultura familiar, o Plano Safra da Agricultura Familiar, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (SEAD, ex-MDA) e outro para a agricultura em geral, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), sob gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Santa Catarina destaca-se no País por significativos volumes de aplicação no crédito rural. Do valor total de crédito aplicado no Brasil, o Estado utilizou 8,3% no ano de 2000, 5,9% no ano de 2015 e 7,21% em 2016. Em relação ao número de operações, Santa Catarina esteve na 3ª terceira posição em 2000 e mantém a 5ª posição em 2014, 2015 e 2016. A mudança de posição da participação catarinense no ranking pode ser creditada aos esforços do governo federal e das outras unidades da federação em ampliar o acesso ao crédito rural e, especialmente à expansão do agronegócio e da agricultura familiar em todo o País nos últimos anos.

O total de recursos aplicados na agricultura brasileira em valores nominais decresceu de 2014 para 2015 e apresenta leve recuperação em 2016.

De 2014 para 2015, a queda foi da ordem de 10 bilhões de reais e de 253 mil operações, significando uma redução de 9,8% no número de contratos e de 6,3% no valor aplicado. Em 2016, em relação a contratação de operações, a queda foi acima de 137 mil contratos em relação a 2015. Em relação a 2014, no Brasil, a redução de contratos chega a mais de 391 mil.

Em Santa Catarina após queda significativa em número de operações e volume de crédito em 2015, em 2016, houve redução de 2 mil contratos e crescimento superior a 2,2 bilhões de reais no volume de crédito aplicado, crescimento inferior a 24,73% em relação ao último ano, alcançando a marca de 11,342 bilhões aplicados no Estado.

Tabela 1. Crédito Rural – Financiamentos a produtores e cooperativas no País – 2014-16

UF	2014		2015		2016	
	Nº contratos	Valor em reais (mil)	Nº contratos	Valor em reais (mil)	Nº contratos	Valor em reais (mil)
RS	453.382	23.902.656	374.603	22.770.331	338.135	21.759.347
PR	269.959	26.333.979	232.710	27.399.035	222.719	27.391.106
MG	316.007	20.627.601	285.809	19.262.883	255.389	18.464.646
SP	108.676	20.823.795	88.066	19.175.192	80.965	22.208.164
GO	56.539	5.464.789	72.121	14.746.780	69.097	13.862.820
SC	187.142	10.834.820	146.305	9.093.891	144.143	11.342.780
MT	60.831	14.365.155	53.909	13.163.261	51.469	13.862.820
MS	45.634	8.156.022	39.497	7.794.537	37.013	8.063.078
BA	226.064	6.276.547	247.498	5.613.465	240.201	5.263.760
ES	69.110	2.993.724	48.726	2.313.312	20.139	1.914.989
Outros	799.436	24.803.957	749.627	12.899.654	741.973	46.428356
Brasil	**2.592.780**	**164.583.045**	**2.338.871**	**154.232.341**	**2.201.243**	**157.293.188**

Fonte: Banco Central do Brasil.

O Plano Safra da agricultura familiar

O crédito rural, seja de modo geral, seja especificamente o crédito via o Pronaf, é componente estratégico da política de desenvolvimento rural inclusiva e sustentável. Além de financiar a produção de alimentos, é um programa que democratiza o acesso de agricultores residentes nos longínquos rincões brasileiros à política pública do crédito rural.

Isso fica claro pela expressiva participação do crédito contratado via Pronaf na maioria dos estados, consolidando-o como política indutora da geração de oportunidades para milhões de famílias no País.

Em Santa Catarina, o Pronaf tem se mostrado de alta relevância para a agricultura familiar. Em 2016, mais de 68% dos contratos de crédito rural do Estado foram tomados por meio do programa.

Tabela 2. Crédito Rural – Participação do Pronaf no número total de contratos – Brasil, principais Estados e Santa Catarina – 2016

UF	Total	Pronaf	
	Nº de contratos	Nº de contratos	Participação (%)
RS	338.201	219.520	64,91
PR	222.756	132.924	59,67
MG	255.566	169.520	66,30
SP	80.976	24.128	29,80
GO	69.123	18.715	27,10
SC	144.147	99.169	68,80
MT	51.476	22.529	43,77
MS	37.015	8.261	22,32
BA	240.551	226.400	94,12
ES	37.027	23.794	64,26
Outros	724.405	679.106	93,75
Brasil	2.201.243	1.624.066	73,78

Fonte: Banco Central do Brasil.

A relevância do Pronaf para a economia de Santa Catarina é expressa também nos valores aplicados. Após um 2015 com redução nominal de R$ 530 milhões em relação a 2014, em 2016 apresenta leve recuperação no volume de crédito aplicado, chegando a 2,715 bilhões de reais. A participação relativa de Santa Catarina para número de operações e volume de crédito aplicado no Brasil decresceu ao longo dos anos, em função dos esforços do País para atender as demandas de regiões como o Nordeste e o Norte. Mas isso não alterou a posição de protagonismo de Santa Catarina e sua forte presença na produção de alimentos com base na agricultura familiar. Tanto que em 2015 o Estado aplicou 10,9% de todo valor de crédito do Pronaf e ficou em quarto lugar no País. Em 2016, o Estado aplicou 2,715 bilhões de reais, saltando para 12,21% de toda a aplicação do Pronaf no Brasil, mantendo a 4ª posição, atrás apenas de Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

Essa expressiva participação de Santa Catarina é explicada por fatores como: a grande importância da agricultura na economia estadual, o peso da participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas do Estado, o forte grau de empreendedorismo das famílias rurais catarinenses e a capilaridade da rede de serviços bancários composta de bancos públicos, privados e cooperativas de crédito.

Além disso, destaca-se a forte presença do serviço público de extensão rural – particularmente da Epagri – em todas as regiões e municípios catarinenses, que mobiliza e orienta os agricultores familiares, articula as organizações parceiras para a execução de políticas públicas, a exemplo do crédito.

Ademais, registramos a participação do serviço de Ater não estatal e associativo, a forte organização e representatividade da agricultura familiar estadual, sobretudo as organizações sindicais e as cooperativas de produção, comercialização e de crédito, que contribuem decisivamente para o êxito das ações e democratização do acesso ao crédito.

Dentre diversos aspectos, observam-se melhorias e aprimoramentos nas articulações interinstitucionais, que associadas à disponibilidade e fluxo regular dos recursos pelos agentes de crédito, têm contribuído para a aplicação de crédito necessário e oportuno ao atendimento da demanda no estado de Santa Catarina.

Tabela 3. Pronaf – Financiamentos concedidos no País – 2014-16

UF	2014			2015			2016		
	Nº contratos		Valor em reais (mil)	Nº de contratos		Valor em reais (mil)	Nº contratos		Valor em reais (mil)
	Custeio	Invest.		Custeio	Invest.		Custeio	Invest.	
RS	215.832	60.116	5.758.095,34	198.386	38.707	5.253.635,76	187.042	32.474	5.252.214,28
PR	110.298	42.803	3.603.238,83	108.103	29.828	3.593.104,94	106.973	25.959	3.863.899,83
MG	71.053	133.700	3.013.941,75	64.711	120.206	2.415.168,69	56.043	113.244	2.459.976,01
SP	20.476	16.897	1.055.437,83	18.453	11.326	910.808,28	15.457	8.670	810.150,49
GO	13.928	9.192	588.989,68	12.480	7.333	574.056,60	11.162	7.549	608.568,18
SC	77.668	47.944	2.907.810,74	73.431	26.686	2.377.792,65	72.221	26.947	2.714.991,27
MT	11.633	15.876	898.118,09	12.526	11.476	881.894,49	11.242	11.285	876.395,23
MS	5.187	6.290	241.607,56	5.082	4.983	241.422,57	4.690	3.590	224.987,54
BA	11.062	194.529	914.601,94	8.946	222.232	815.053,72	6.817	219.273	775.732,06
ES	17.023	26.833	1.018.686,96	14.670	12.584	748.538,28	10.807	12.981	706.473,18
Outros	49.083	653.837	4.692.833,02	54.743	646.514	3.951.046,36	46.843	630.765	3.939.367.74
Brasil	**613.243**	**1.208.017**	**24.693.361,74**	**571.531**	**1.131.875**	**21.762.522,39**	**529.297**	**1.092.737**	22.232.755,85

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2016, Santa Catarina recuperou a posição que mantinha como a melhor relação do Brasil no número de contratos por agricultor familiar, posição que havia perdido para o Rio Grande do Sul no ano anterior. Por outro lado, é preocupante a queda generalizada do Pronaf na participação relativa no número de operações de crédito rural no País. Com a manutenção ou até tendo pequeno aumento dos recursos aplicados no crédito rural do Pronaf e queda de contratos, pode-se concluir que o crédito do Pronaf está se concentrando em um número menor de tomadores, o que pode ser concluído comparando-se os números de 2014, 2015 e 2016.

Tabela 4. Número de agricultores familiares – 2006 – Contratos de crédito rural via Pronaf/UF e Brasil/ agricultores familiares – 2014-16

UF	Agricultores Familiares 2006	2014		2015		2016	
		Contratos	Contrato/ agricultor familiar	Contratos	Contrato/ agricultor familiar	Contrato	Contrato/ agricultor familiar
SC	168.512	125.612	0,75	100.117	0,59	99.167	0,588
RS	378.353	275.949	0,73	237.094	0,63	219.516	0,580
ES	67.414	43.856	0,65	27.254	0,40	23.789	0,353
PR	302.828	153.101	0,51	137.934	0,46	132.932	0,438
MG	437.320	205.510	0,47	185.353	0,42	169.287	0,387
RO	75.165	32.446	0,43	24.519	0,33	25.137	0,334
MT	85.815	27.509	0,32	24.002	0,28	22.527	0,262
BA	665.767	206.199	0,31	231.532	0,35	226.090	0,339
SP	150.900	37.373	0,25	29.780	0,20	24.127	0,159
GO	88.326	23.120	0,26	19.813	0,22	18.711	0,211
Outros	1.945.867	694.815	0,36	688.335	0,35	660.751	0,339
Brasil	**4.366.267**	**1.825.490**	**0,42**	**1.705.733**	**0,39**	**1.622.034**	**0,371**

Fonte: MDCR/Banco Central do Brasil.

Na comparação entre o crédito rural geral e o do Pronaf no período de 2007 a 2016, alguns dados chamam a atenção em relação à queda do número de contratos. Em 2007, no Brasil eram quase 3,0 milhões de contratos no total de operações e em Santa Catarina eram pouco mais de 200 mil. Em 2016, no Brasil foram contratadas 2,198 milhões de operações e 144 mil em Santa Catarina, queda de 25,85% e 29,06%, respectivamente.

Tabela 5. Crédito rural – Financiamentos totais e via Pronaf no Brasil e Santa Catarina – 2007-16

Ano	Brasil			Santa Catarina		
	Nº de contratos (mil)	Milhões (R$)	Valor médio (R$)	Nº de contratos (mil)	Milhões (R$)	Valor médio (R$)
Financiamentos totais						
2007	2.965	51.165	17.256	203	3.538	17.429
2008	2.435	66.172	27.175	216	4.638	21.472
2009	2.506	75.186	30.002	231	5.541	23.987
2010	2.336	82.077	35.136	206	5.776	28.039
2011	2.318	94.113	40.601	183	6.350	34.693
2012	2.600	111.408	42.850	209	7.679	36.662
2013	2.821	139.664	49.508	214	9.073	42.397
2014	2.592	164.583	63.496	187	10.834	57.935
2015	2.338	154.232	65.967	146	9.093	62.280
2016	2.198	157.293	71.530	144	11.342	76.691
Financiamentos via Pronaf						
2007	1.923	7.123	3.704	114	791	6.935
2008	1.551	8.665	5.587	113	1.070	9.437
2009	1.705	11.219	6.580	137	1.478	10.825
2010	1.585	11.989	7.564	121	1.591	13.121
2011	1.540	13.305	8.640	113	1.701	15.087
2012	1.794	15.932	8.880	141	1.961	13.926
2013	2.004	19.990	9.975	141	2.426	17.205
2014	1.825	24.705	13.536	125	2.907	23.256
2015	1.705	21.768	12.767	100	2.377	23.770
2016	1.622	22.232	13.706	99	2.714	27.377

Fonte: MDCR/Banco Central do Brasil.

Após o ápice no número de operações no País elo Pronaf, em 2013, com mais de 2,0 milhões de operações contratadas, em 2016 a contratação foi de pouco mais de 1,6 milhão de operações mostra a redução de 19,06%. Em Santa Catarina, de 2013 para 2016 a redução no número de operações contratadas pelo Pronaf foi superior a 42 mil, queda de 29,78% no período.

Crédito rural no Brasil e em Santa Catarina acessado por mulheres

O acesso ao crédito rural pelas mulheres é pauta de diversos movimentos do campo brasileiro e das principais organizações representativas da agricultura familiar do País. O movimento de mulheres entende que o crédito rural direcionado para as mulheres é ferramenta estratégica e pode colaborar para a emancipação e a autonomia econômica das mulheres rurais, contribuindo sobremaneira como fator de desenvolvimento social e humano, impulsionando e dinamizando as economias locais.

Há contrastes importantes na participação das mulheres no acesso ao crédito do Pronaf entre regiões e estados. Santa Catarina permanece com a menor participação percentual entre os estados brasileiros com apenas 9,02% no número de contratos, o que representa um desafio para as organizações catarinenses e agentes financeiros. De forma geral, em 2016, houve queda na participação das mulheres no acesso ao crédito comparativamente a 2015. Exceção aos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Roraima com pequeno crescimento. No Brasil a porcentagem de contratos de acesso ao Pronaf por mulheres foi de 31,3% em 2015, baixando para 29,80% em 2016. Foram 49.445 contratos a menos no período.

Tabela 6. Aplicação do Crédito Rural do Pronaf por gênero – UF e Brasil 2016

UF	Nº contratos		Participação das mulheres no crédito do Pronaf				
	Total	R$	N. contratos	%[1]	%[2]	R$	%
RS	219.516	5.252.214.281,20	25.799	11,75	12,4	573.704.499,30	10,92
PR	132.932	3.863.899.833,19	15.645	11,77	12,1	439.597.576,10	11,38
SC	99.167	2.714.991.275,05	8.953	9,02	9,6	217.570.782,71	8,01
MG	169.287	2.459.976.013,72	46.151	27,26	28,4	305.225.692,82	12,41
SP	24.127	810.150.493,36	3.562	14,76	17,1	107.522.713,90	13,27
ES	23.789	706.473.183,81	3.381	14,21	14,8	98.332.297,28	13,92
RJ	4.937	115.297.657,80	592	11,99	11,8	13.738.251,50	11,92
BA	226.090	775.732.065,75	94.242	41,68	44,1	244.043.927,53	31,46
MA	82.661	416.563.166,62	36.899	44,64	46,8	145.006.926,02	34,81
CE	123.640	403.089.404,72	48.745	39,42	43,1	125.218.972,06	31,06
PE	99.453	382.600.121,87	42.812	43,05	45,4	135.516.673,25	35,42
PI	108.710	303.368.450,17	50.676	46,61	48,3	123.060.221,71	40,56
PB	71.070	244.054.719,08	31254	43,97	46,7	92.228.237,10	37,79
AL	49.945	208.120.944,70	20.945	41,94	45,5	69.031.469,73	33,17
SE	34.514	162.304.428,79	14.106	40,87	43,1	41.683.372,51	25,68
RN	43.956	155.275.304,51	18.427	41,92	44,9	55.709.975,29	35,88
MT	22.527	876.395.237,20	4.609	20,45	19,8	157.622.784,45	17,98
GO	18.711	608.568.184,41	2.956	15,79	16,7	80.621.385,70	13,25
MS	8.280	224.987.543,25	1.607	19,40	22,2	37.625.593,77	16,72
DF	254	3.521.102,76	15	5,90	11,8	273.277,27	7,76
RO	25.137	845.838.117,96	3.742	14,88	16,1	117.830.774,88	13,93
PA	16.924	266.483.456,01	4.243	25,07	29,7	52.466.097,23	19,69
TO	8.510	212.731.151,34	2.028	23,83	28,6	44.609.501,55	20,97
AC	4.544	123.794.519,50	1.174	25,83	27,9	26.565.981,23	21,46
RR	1.993	59.560.830,94	548	27,49	24,4	15.727.193,49	26,40
AM	1.064	25.487.547,40	265	24,90	25,2	7.031.024,94	27,59
AP	396	11.266.820,50	135	34,09	42,9	3.228.078,34	28,65
Total	**1.622.034**	**22.232.742.855,61**	**483.511**	**29,80**	**31,3**	**3.330.793.281,66**	**14,98**

[1]% contratação Pronaf mulheres/15.

[2]% contratação Pronaf mulheres/16.

Fonte: MDCR/Banco Central do Brasil.

Pronaf: Desafios e avanços necessários em apoio à comercialização na agricultura familiar

O Decreto 8473/2015 ampliou as oportunidades de participação da agricultura familiar nas compras governamentais de alimentos, já que obriga que no mínimo 30% dos alimentos adquiridos pelas instituições federais (Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, entre outros) sejam da agricultura familiar.

Embora ainda não se tenha uma sistematização das estimativas desse potencial de compras de todos os entes federados, há estimativas que podem alcançar cifras de até 7 Bilhões de reais/ano, no conjunto dos Programas de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (PAA), Programa da Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos - Compras Institucionais (PAACI).

Essa política de compras governamentais tem entre os seus objetivos, estimular a organização e o fortalecimento do associativismo e o cooperativismo da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural inclusivo e sustentável.

Desde a implantação da Lei nº 11.326/2006, que reserva no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para Estados e Municípios para a aquisição de produtos da agricultura familiar, há crescimento nas vendas aos governos.

Em 2010 foram adquiridos R$ 148 milhões, chegando em 2015, em R$ 858.273.757,04, último ano com dados concluídos pelo FNDE/MEC. Esse valor aplicado em 2015 significa 76,09% do total destinado à compra de alimentos da agricultura familiar para o ano que era de R$ 1.127.935.586,56. Portanto naquele ano restaram R$ 269.661.829,52 não utilizados pela agricultura familiar brasileira.

Se por um lado o que foi realizado em 2015 é significativo para agricultura familiar brasileira, por outro, essas vendas foram realizadas sem apoio de linhas de crédito para a comercialização, nem mesmo como possibilidade de antecipação de recebíveis junto aos agentes financeiros. Dois aspectos contribuem para isso: a falta ou insuficiência de garantias reais por parte de cooperativas e organizações dos agricultores e a insegurança histórica de falta de pontualidade nos pagamentos por parte dos entes públicos em função das dificuldades de orçamento e disponibilidade financeira.

Para o crédito rural do Pronaf, o desafio está em constituir linhas de crédito adequadas para o apoio a comercialização e capital de giro. Esta é uma demanda reprimida junto às organizações econômicas da agricultura familiar e um importante passo para fortalecer e consolidar o protagonismo do setor no fornecimento de alimentos nas compras públicas no Brasil.

Tabela 7. Desempenho dos Estados nas compras da agricultura familiar – PNAE – 2015

PNAE 2015 - FNDE/UF	Financeiro R$	Valor adquirido AF	%
Paraná	192.580.726,40	70.731.941,77	36,73
Roraima	11.219.130,00	3.924.144,17	34,98
Santa Catarina	117.368.256,80	39.698.397,90	33,82
Espírito Santo	68.913.324,40	22.308.961,58	32,37
Rio Grande do Sul	189.858.529,60	60.667.292,00	31,95
Rondônia	37.514.874,40	10.602.822,07	28,26
Acre	19.892.699,60	5.177.762,95	26,03
Minas Gerais	330.366.551,20	85.824.603,45	25,98
Ceará	187.006.416,35	46.718.637,35	24,98
Goiás	108.709.317,60	25.608.734,34	23,56
Sergipe	38.738.692,40	8.765.459,12	22,63
Pará	191.267.081,20	43.154.783,20	22,56
São Paulo	721.453.738,80	161.534.334,20	22,39
Tocantins	40.296.005,20	8.932.557,12	22,17
Bahia	301.614.554,00	66.368.279,36	22,00
Maranhão	191.255.200,40	40,079.383,58	20,96
Rio Grande do Norte	69.386.916,00	14.120.090,18	20,35
Mato Grosso do Sul	51.186.182,00	10.150.596,76	19,83
Amazonas	93.124.259,60	17.190.951,02	18,46
Mato Grosso	71.039.020,40	12.455.082,24	17,53
Pernambuco	187.682.942,80	31.687.467,23	16,88
Alagoas	66.053.594,40	11.070.383,80	16,76
Paraíba	84.554.563,76	13.953.257,18	16,50
Rio de Janeiro	239.300.380,80	32.864.059,57	13,73
Amapá	19.630.720,80	2.264.717,20	11,54
Piauí	93.873.658,80	9.158.985,00	9,76
Distrito Federal	35.897.950,80	3.260.072,70	9,08
Brasil	**3.759.785.288,56**	**858.273.757,04**	**22,83**

Fonte: FNDE julho/2017.

Em 2015, Santa Catarina, na soma das compras da Secretaria de Estado da Educação e Municípios, ficou em 3º lugar no Brasil com a aplicação de R$ 39.698.397,90, atingindo 33,82% dos recursos repassados pelo FNDE/MEC ao Estado. Percebe-se que dos valores mínimos a serem aplicados nessa modalidade de compras, os dez maiores compradores adquiriram mais de 50% do volume total aplicado.

Os números de 2016 ainda não foram fechados, mas como houve ampliação de compras de alimentos da agricultura familiar pela Secretaria de Estado da Educação, Santa Catarina deve ultrapassar os 40% e possivelmente seja o primeiro entre os estados nesse tipo de compra.

Tabela 8. Compras da agricultura familiar em Santa Catarina – Os dez maiores compradores e total do Estado – 2015

	Valor total FNDE (R$)	Valor aplicado (R$)	%
Secretaria de Estado da Educação	38.360.626,00	6.073.455,39	15,83
Prefeitura de Joinville	5.580.858,00	2.686.069,11	47,95
Prefeitura de Criciúma	3.599.356,00	1.879.503,73	52,22
Prefeitura de Tubarão	1.041.784,00	1.524.655,64	146,35
Prefeitura de Jaraguá do Sul	1.949.268,00	1.327.258,64	68,09
Prefeitura de Chapecó	2.572.386,00	1.231.122,07	47,86
Prefeitura de Itajaí	2.997.518,00	1.228.079,12	40,97
Prefeitura de Florianópolis	4.073.568,00	1.115.083,70	27,37
Prefeitura de Lages	1.917.158,00	945.317,37	49,31
Prefeitura de Balneário Camboriú	1.404.638,80	815.577,66	58,28
Prefeitura de Navegantes	1.536.358,00	737.763,84	48,02
Demais Municípios	52.334.738,00	20.134.512,63	38,47
Total	**117.368.256,80**	**39.698.398,90**	**33,82**

Fonte: FNDE julho/2017.

Desempenho da produção vegetal

Alho

Jurandi Teodoro Gugel – Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
jurandigugel@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Embora os dados acessíveis sejam somente até 2014, a FAO é a fonte que nos permite avaliar a produção mundial da hortaliça. Em relação à área colhida houve um crescimento de 15,92% comparando-se 2010 com 2014, significando mais de 200 mil hectares de novas áreas incorporadas à produção. Por outro lado, a produtividade mundial tem caído no mesmo período. Em 2010 a produtividade média foi de 16,88t/ha contra 15,76t/ha em 2014.

Tabela 1. Alho – Produção mundial e dos principais países – 2010-14

	Quantidade produzida (mil t)					Área colhida (mil ha)				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Mundo	**22.541,40**	**23.710,8**	**24.836,90**	**24.188,60**	**24.399,60**	**1.334,90**	**1.422,30**	**1.465,80**	**1.565,87**	**1.547,38**
China	18.490,0	18.429,50	18.429,50	19.168,80	19.984,72	804,10	833,10	856,50	777,29	745,45
Índia	834	1.057,80	1.228,00	1.259	1.252,00	164,90	200,60	202,00	248,00	231,00
Korea, Rep.	271,56	295,00	339,11	412,25	353,76	22,40	24,00	28,30	29,35	25,06
Fed. Russa	213,48	233,94	239,31	232,34	256,40	26,80	26,80	27,70	27,49	28,40
Bangladesh	164,39	209,15	233,60	224,00	312,00	37,10	42,00	44,30	42,48	53,00
Myanmar	200,73	212,60	208,80	212,00	208,90	28,20	29,20	29,30	28,80	28,00
Espanha	136,60	140,76	154,36	188,84	177,42	14,90	15,80	16,90	20,19	20,96
Ucrânia	157,40	171,90	171,40	185,57	191,14	19,50	21,20	22,50	22,71	21,90
Argentina	144,73	145,79	146,84	147,89	148,95	14,40	15,00	16,00	15,79	15,95
Turquia	73,93	79,20	79,43	27,93	25,08	9,50	9,70	9,60	3,16	2,79
Tailândia	68,11	75,58	85,35	79,44	72,10	10,80	11,90	12,00	14,87	12,66
Brasil	**104,12**	**143,29**	**107,00**	**102,23**	**93,77**	**10,50**	**12,90**	**10,10**	**9,56**	**9,63**

Fonte: FAOSTAT/julho/2017.

Ainda segundo a FAO, as exportações mundiais (Figura 1), de 2004 a 2013, apresentaram crescimento gradual, saindo de 1,45 milhão de toneladas para 1,97 milhão de toneladas e um valor monetário acima de US$ 2,04 bilhões em 2013.

Fonte: FAOSTAT: julho/2017.

Figura 1. Evolução das exportações mundiais de alho - 2004-13

Importações de alho

O Brasil é um tradicional importador de alho. As importações que iniciaram na década de 80 e, com o acordo de implantação do Mercosul, em meados da década de 1990, tiveram grande incremento e tornaram a Argentina um dos principais fornecedores de alho ao Brasil. Concomitantemente, outros países também foram adquirindo papel importante no fornecimento do produto ao nosso país, como a China, dentre outros. Esse processo se deu não só pela implantação do Mercosul, mas pela abertura da economia brasileira de modo geral. Segundo dados do IBGE-PAM, na safra 1994/95 o Brasil plantou 17.660 ha, e Santa Catarina, 4.704. Na safra seguinte, a queda na área plantada foi de 4.898 hectares no País e destes, 1.982 hectares em Santa Catarina. Uma redução de 27,73 % e 42%, respectivamente.

Fonte: Aliceweb/MDIC- julho de 2017.

Figura 2. Importação de alho pelo Brasil - 2011-16

Como pode ser visto, produzir alho no Brasil transformou-se num tremendo desafio para produtores, pesquisadores, técnicos e organizações econômicas e representativas da cadeia produtiva, exigindo melhorias importantes nos índices de desempenho da produção, produtividade, redução de custos e qualidade do produto para atender o mercado.

A forte organização dos produtores brasileiros tem conseguido, a duras penas, pressionar politicamente o Legislativo Federal e o Governo Central obtendo alguns valiosos e importantes ganhos para o setor, expressos na tarifa antidumping e na Letec, principalmente em relação ao alho importado originário da China.

A luta pela defesa da produção nacional de alho – um pouco da história

A histórica disputa do mercado brasileiro de alho pelo produto oriundo da República Popular da China é uma permanente preocupação dos produtores brasileiros.

Em maio de 1994, a Associação Goiana de Produtores de Alho (Agopa) protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações de alhos para o Brasil oriundos da China. O início das investigações foi autorizado pela Circular 087 de 05 de dezembro/1994. Com a Portaria Interministerial MICT/MF nº 13 de 29/08/1995, foi imposto direito antidumping provisório de 36% para importação do alho chinês. A Portaria MICT/MF nº 3, de 1996, vigente até 18 de janeiro de 2001, previa a aplicação antidumping definitiva de U$ 0,40/kg de alho quando originário da China.

Após a vigência dos primeiros cinco anos, a primeira revisão do processo iniciou com a publicação da portaria nº 20 de 19 de junho de 2000 pela Secex. A Associação Nacional de Produtores de Alho (Anapa) manifestou interesse na revisão do direito, em petição solicitando início da revisão, em 24 de outubro de 2000.

A Circular nº 01 de 08 de janeiro de 2001, vigente até 21 de dezembro de 2006, deu início à referida revisão. A publicação da Resolução Camex nº 41, de 19 de dezembro de 2001, prorrogou o direito antidumping aplicado sobre as importações de alhos frescos e refrigerados originários da China na forma de alíquota específica fixa de US$ 0,48/Kg.

A segunda revisão iniciou com a publicação da Circular nº 043 de 07 de junho de 2006. A Anapa manifestou interesse em 21 de setembro de 2006, protocolando junto ao MDIC, petição de início de revisão de final do direito antidumping em questão. A revisão foi iniciada com a publicação da Portaria nº 84 de 13 de dezembro de 2006 e encerrada com a publicação da Resolução Camex nº 52, de 23 de outubro de 2007, que prorrogou o direito antidumping por até cinco anos, com valor de US$ 0,52/Kg.

A terceira revisão foi iniciada com a publicação da Circular Secex nº 55 de 08 de novembro de 2011, comunicando que a Resolução 52 de outubro de 2007, expiraria em 14/11/2012. A revisão propriamente foi iniciada com a publicação da Circular Secex nº 59, de 09 de novembro de 2012. A Resolução da Camex nº 80 de 03 de outubro de 2013, prorrogou a vigência por até 05 anos de alíquota de US$ 0,78/Kg. Portanto a vigência da atual tarifa está prevista até outubro de 2018.

Outro mecanismo utilizado na defesa da produção nacional e contra o comércio predatório do alho chinês foi a inclusão do produto na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (Letec). A Resolução da Camex nº 04 de 07 de março de 2006, em vigência, gravou 35% de imposto de importação para alho oriundo daquele país .

Os principais países fornecedores de alho ao Brasil, nas últimas décadas são China e Argentina, que juntos perfizeram mais de 90% do alho adquirido pelo País.

Pelos dados da FAO, o Brasil ocupa o segundo lugar entre os dez maiores importadores mundiais de alho (Tabela 2). A demanda desses dez principais importadores é acima de um milhão de toneladas por ano, ou seja, mais de 60% do volume total mundial.

Tabela 2. Principais países importadores de alho – 2011-13 (mil t)

2011		2012		2013	
Indonésia	419,090	Indonésia	414,958	Indonésia	439,912
Brasil	**163,623**	**Brasil**	**157,830**	**Brasil**	**176,772**
Vietnam	147,524	Vietnam	139,311	Vietnam	162,744
Malásia	87,945	Malásia	91,152	Malásia	94,977
EUA	72,340	EUA	74,668	EUA	73,026
Tailândia	69,943	F. Russa	43,899	Bangladesch	64,482
Fed. Russa	58,327	Holanda	38,412	Tailândia	55,345
Paquistão	48,313	E. Árabes	37,179	F. Russa	51,698
E. Árabes	46,237	A. saudita	36,709	Paquistão	47,772
Bangladesch	44,072	Tailândia	34,309	E. Árabes	42,153
Total	**1.157,414**	**Total**	**1.068,427**	**Total**	**1.208,881**

Fonte: FAOSTAT, agosto de 2017.

As importações de alho pelo Brasil (Figura 2) estiveram, na média, próximas às 160 mil toneladas de 2011 a 2016, mas com picos em 2013 e 2016 que ultrapassaram as 170 mil toneladas anuais.

Em relação ao custo da internalização no Brasil, em 2015 o custo médio por quilo foi de US$ 1,09/Kg (FOB). Para o ano de 2016, o valor médio foi de US$1,89/Kg (FOB), portanto uma valorização de 57,7% em relação ao ano anterior, puxada pela menor oferta do produto especialmente pela China em função da redução da produção por estiagem naquele país. Essa condição favoreceu os produtores brasileiros e catarinenses.

Em 2016, os principais fornecedores de alho ao Brasil foram China, Argentina e Espanha, perfazendo 97% das pouco mais das 173 mil toneladas do alho internalizado pelo Brasil.

Produção e mercado nacionais

A produção brasileira de alho, após os duros impactos dos anos 90, tem enfrentado os desafios técnico-produtivos para manter-se no mercado. Mesmo com os diversos entraves e obstáculos, de 2006 a 2016 (Figura 3), há uma linha nítida e constante de crescimento da produção nacional. Comparando-se a evolução da produção nacional de 2006 a 2016, o crescimento foi de mais de 51%. Os dados da safra 2017 ainda não foram finalizados pelo IBGE e ainda podem sofrer alguma alteração.

Tabela 3. Alho – Área colhida, produção e rendimento dos principais estados produtores – Safras 2014/16

Estado	Área colhida (ha)			Produção (t)			Rendimento (t)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Bahia	613	745	690	6.937	7.609	6.170	11.316	10.213	8942
Minas Gerais	1.564	2.533	3212	21.173	36.025	48.139	13.538	14.222	14.987
Paraná	433	384	417	2.182	1.863	2.052	5.039	4.862	4.921
Santa Catarina	2.150	2.313	2.500	21.409	17.452	26.032	9.958	7.545	10.413
Rio Grande do Sul	2.188	2.114	2.082	16.614	15.979	16.568	7.593	7.559	7.958
Goiás	2.268	2.328	2.203	21.050	34.741	28.881	9.281	14.923	13.110
Distrito Federal	334	281	329	3.480	2.634	4.442	10.419	9.374	13.500
Espírito Santo	75	75	72	841	877	850	11.213	11.693	11.806
Demais	13	16	15	83	92	83	6.384	5.750	5.533
Brasil	**9.638**	**10.789**	**11.520**	**93.769**	**117.272**	**133.227**	**9.729**	**10.870**	**11.564**

Fonte: IBGE – julho/2017.

A produção brasileira de alho em 2016 somou 133.227 toneladas, com área colhida de 11.520 hectares e rendimento médio de 11.564kg/ha, segundo o IBGE. A distribuição da produção brasileira está em 06 estados principais produtores (Tabela 3), que concentram mais de 90% da produção nacional. A produção brasileira de alho teve um crescimento de 11.97% no comparativo da safra de 2015 e 2016. Para a safra colhida em 2017, dados ainda preliminares e sujeitos a alterações, apontam para a safra brasileira a colheita de 125.412 toneladas. (Figura 3).

(1)Dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE: agosto de 2017.

Figura 3. Desempenho da produção brasileira de alho 2006-17(1)(t)

Mesmo com os avanços na produção e na produtividade registrados na última década na cultura do alho, o Brasil ainda produz menos da metade do seu consumo interno. Em 2006, a produtividade era de 8,3t/ha, passando para 11,56t/ha, em 2016, ou seja, um crescimento de 38,12% no período (Figura 4).

Fonte: IBGE – julho/2017.

Figura 4. Evolução da produtividade na cultura do alho no Brasil - 2006-16 (t/ha)

Com relação ao abastecimento interno de alho no Brasil (Figura 5), percebe-se que o consumo anual da hortaliça no Brasil (produção nacional + importação) tem crescimento gradativo e ultrapassou as 250 mil t/ano a partir de 2010, atingindo, excepcionalmente, mais de 300 mil toneladas em 2011 e 2016.

Esse quadro aponta por um lado o potencial do mercado interno brasileiro e, por outro, os gargalos a serem superados que afetam a cadeia produtiva da cultura, mais especificamente os que se referem a logística, tributação, organização dos produtores para o mercado, adição de valor ao produto e, por que não, as tecnologias de produção para redução de custos.

Fonte: IBGE e Aliceweb/MDIC- julho/2017.

Figura 5. Produção, importação e consumo brasileiro de alho 2005-16

Produção e mercados estaduais

A cultura do alho em Santa Catarina teve seu início como atividade de maior escala e importância econômica nos anos 60, no município de Curitibanos. A partir daí o Estado tornou-se uma a referência nacional na produção da hortaliça.

Diversas conjunturas e desafios foram enfrentados e, sem dúvida, o fato que marcou o desenvolvimento da atividade foi o forte impacto que ocorreu nos anos 90 com a abertura da economia brasileira de forma mais ampla e com a institucionalização do Mercosul. Esta conjuntura que expôs a cadeia produtiva à concorrência sem regulamentação e causou pressão avassaladora sobre os produtores, basicamente familiares, em todo o Estado. Segundo dados do IBGE- PAM, na safra 1994/95 o Brasil plantou 17.660ha de alho e Santa Catarina, 4.704. Na safra seguinte, a queda na área plantada foi de 4.898ha no Brasil e destes, 1.982ha em Santa Catarina. Uma redução de 27,73% e 42%, respectivamente.

Figura 6. Desempenho da produção catarinense de alho - 2006-16 (t)

Em Santa Catarina, a safra 2016/17 se desenvolveu em condições climáticas muito favoráveis. Associado ao nível tecnológico das lavouras no Estado, esse cenário propício contribuiu para obter-se uma safra extraordinária tanto em produtividade quanto na qualidade dos bulbos

A produção de alho em SC é tradicionalmente produzida na região de Curitibanos e Frei Rogério que contam com aproximadamente 60% da área plantada em Santa Catarina.

Nos últimos anos houve importantes avanços no processo de produção com a renovação de máquinas e equipamentos, bem como na melhoria da infraestrutura das propriedades produtoras de alho que contribuíram significativamente para aumentar a produção e produtividade, reduzir riscos de perdas e frustração de safra na cultura. O exemplo mais marcante é o crescimento da área irrigada que atualmente supera os 90% da área de produção de alho no Estado, estimada em 2.500ha para a safra 2017/18.

Em Santa Catarina, a produtividade da lavoura de alho tem aumentado gradativamente nas últimas duas décadas. O Estado saltou de pouco mais de 8,4t/ha em 2006, para mais de 10t/ha em 2016 (Figura 7).

Em termos de VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária), a cultura do alho contribuiu com valor superior a R$ 175 milhões na safra 2016/17, (Síntese Anual Agropecuária de SC – Epagri/Cepa-2016).

Essa posição da cultura no ranking econômico da produção agropecuária do estado de Santa Catarina demonstra o seu grau de importância socioeconômica, principalmente pelo perfil de seus produtores, que são basicamente agricultores familiares.

Figura 7. Evolução da produtividade na cultura do alho em Santa Catarina - 2006-16 (Kg/ha)

Os esforços da cadeia produtiva do alho em Santa Catarina são de aspectos amplos, que vão desde os desafios produtivos propriamente ditos no sentido de aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar a qualidade e a apresentação do produto, a questões de disputas de mercado com produto importado, especialmente o chinês.

Para contribuir nos esforços de consolidar a cadeia produtiva do alho, a Epagri tem como estratégia o apoio ao desenvolvimento da produção, através da Estação Experimental de Caçador (Epagri/EECd) como unidade responsável pelas pesquisas na cultura do alho, tendo como foco principal:

a) a seleção e desenvolvimento de clones de cultivares como Caçador, Quitéria, Chonan, Jonas, Lavínia, Roxo Caxiense e alhos crioulos;

b) o manejo de pragas e doenças – controle químico da ferrugem e controle cultural de nematoides;

c) a limpeza de vírus de clones selecionados;

d) utilização de unidades experimentais a campo junto a produtores para a multiplicação de alho-semente livre de vírus.

Este conjunto de ações articuladas entre pesquisa, extensão rural e o setor produtivo, impulsiona a produção, a produtividade e a melhoria da qualidade do alho catarinense para um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Arroz

Glaucia Padrão – Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A safra 2016/17 foi marcada por ganhos de produtividade e produção nos principais países produtores de arroz, comparativamente à safra 2015/16, caracterizada por graves perdas em decorrência do fenômeno El Niño. O clima propício à produção deste grão no ano safra, bem como o mercado aquecido na última safra e o investimento em tecnologia, impulsionaram o aumento da produção. De acordo com os relatórios publicados pelo USDA (2017), a área plantada em 2016/17 totalizou cerca de 161 milhões de hectares no mundo (aumento de 1,6% em relação à safra anterior), gerando uma produção equivalente a 481,54 milhões de toneladas de arroz beneficiado. A produção deste cereal se concentra na Ásia, sendo China, Índia e Indonésia os maiores produtores mundiais, que juntos produziram 288,5 milhões de toneladas, cerca de 60% da produção mundial. Para a safra 2017/18 é esperada leve retração da produção (-0,05%) explicada pela perda de força do fenômeno La Niña que favorece o cultivo de arroz no hemisfério norte (Tabela 1).

Tabela 1. Arroz beneficiado – Principais países produtores – 2012/13-2017/18

(milhões de t)

País	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Cresc. % (2012-16)	Var. % (2017-18)
Total Mundial	**472,52**	**478,31**	**478,41**	**471,83**	**481,54**	**481,30**	**0,47**	**-0,05**
China	143,00	142,53	144,56	145,77	144,85	145,00	0,32	0,10
Índia	105,24	106,65	105,48	104,41	106,50	106,00	0,30	-0,47
Indonésia	36,55	36,30	35,56	36,20	37,15	37,00	0,41	-0,40
Bangladesh	33,82	34,39	34,50	34,50	34,58	34,70	0,56	0,35
Vietnã	27,54	28,16	28,17	27,58	27,86	28,10	0,29	0,86
Tailândia	20,20	20,46	18,75	15,80	18,60	19,50	-2,04	4,84
Myanmar	11,72	11,96	12,60	12,16	12,40	12,30	1,43	-0,81
Filipinas	11,43	11,86	11,92	11,00	11,50	11,20	0,16	-2,61
Brasil	8,04	8,30	8,47	7,21	8,16	8,00	0,38	-1,96
Japão	7,91	7,93	7,85	7,67	7,78	7,60	-0,40	-2,31
Outros Países	67,09	69,77	70,56	69,53	72,16	71,90	1,84	-0,36

[1]Estimativa de safra de maio/2017.
Fonte: USDA, maio 2017.

O consumo mundial na safra 2016/17 totalizou 478,7 milhões de toneladas, 99% da produção mundial (USDA, 2017). O crescimento do consumo tem sido modesto desde a safra 2000/01, a uma taxa média anual de 1,2%, apesar do potencial de crescimento do consumo pela importância deste produto para a segurança alimentar e nutrição humana. Em 2016/17 o estoque mundial totalizou 118,6 milhões de toneladas, o maior desde a safra 2001/02, o que resultou em uma relação estoque consumo de 25,3%. Essa relação tem impacto direto nos preços internacionais. Para a safra 2017/18, espera-se crescimento do consumo e do estoque, apesar da leve redução na produção. Nos principais produtores mundiais a semeadura do grão já está adiantada e a qualidade das lavouras tem dado indícios de que não haverá problemas quanto ao desenvolvimento da cultura (Figura 1).

(1)Estimativa de safra de maio/2017.
Fonte: USDA, maio/2017.

Figura 1. Arroz – Evolução da produção, consumo, estoque mundial e relação estoque consumo – 1988/89 - 2017/18(1)

Em decorrência da estabilidade da produção e do consumo, o comércio internacional do grão é pouco expressivo, cerca de 9% do volume produzido, 41,32 milhões de toneladas. Entre os principais exportadores estão Tailândia e Índia com cerca de 48% do mercado mundial. O Brasil é o 10º país no ranking de exportações e ocupa fatia de 1,9% do mercado. Destaca-se que na safra 2016/17 a maior parte dos países teve suas exportações aumentadas, com exceção do Paquistão (Tabela 2). Do lado dos importadores, China, Nigéria e União Europeia demandaram a maior parte do volume comercializado no ano safra, aproximadamente 29%. Alguns países como o Brasil aumentaram suas importações na safra 2016/17 visando repor seus estoques, que foram reduzidos para compensar as perdas observadas na safra anterior (Tabela 3).

Tabela 2. Arroz beneficiado – Principais países exportadores – 2012/13-2017/18

(milhões de t)

País	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18(1)	Cresc. % (2013-17)	Var. % (2017-18)
Total Mundial	**39,49**	**44,12**	**42,62**	**40,62**	**41,32**	**42,25**	**1,14**	**2,25**
Tailândia	10,48	11,59	11,05	10,04	10,00	10,00	-1,17	0,00
Índia	6,72	10,97	9,78	9,87	10,00	10,00	10,44	0,00
Vietnã	6,70	6,33	6,61	5,09	5,60	6,00	-4,38	7,14
Paquistão	4,13	3,70	4,00	4,30	4,00	4,10	-0,77	2,50
Estados Unidos	3,30	2,95	3,36	3,54	3,55	3,50	1,88	-1,41
Myanmar	1,16	1,69	1,74	1,30	1,60	1,70	8,30	6,25
Camboja	1,08	1,00	1,15	1,15	1,20	1,25	2,79	4,17
Uruguai	0,94	0,96	0,72	1,00	0,90	0,90	-1,05	0,00
China	0,45	0,39	0,26	0,37	0,50	0,80	2,84	60,00
Brasil	0,83	0,85	0,90	0,64	0,80	0,70	-0,92	-12,50
Outros países	3,72	3,70	3,07	3,33	3,17	3,30	-3,90	4,10

(1)Estimativa de maio/2017.
Fonte: USDA, maio/2017.

Tabela 3. Arroz beneficiado – Principais importadores mundiais – 2012/13-2017/18

(milhões de t)

País	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Cresc. % (2013-17)	Var. % (2017-18)
Total Mundial	**39,49**	**44,12**	**42,62**	**40,62**	**41,32**	**42,25**	**1,14**	**-2,20**
China	2,90	3,48	4,17	4,50	5,00	5,00	14,59	0,00
Nigéria	3,50	4,45	5,15	4,60	5,00	4,80	9,33	4,17
União Europeia	1,38	1,56	1,79	1,82	1,85	1,90	7,70	-2,63
Filipinas	1,00	1,80	2,00	0,80	1,40	1,80	8,78	-22,22
Arábia Saudita	1,33	1,46	1,60	1,30	1,40	1,45	1,37	-3,45
Irã	2,22	1,40	1,30	1,10	1,05	1,10	-17,07	-4,55
Iraque	1,29	1,08	1,00	0,93	1,00	1,05	-6,24	-4,76
Senegal	0,90	0,96	0,99	0,98	1,00	1,05	2,61	-4,76
África do Sul	0,99	0,91	0,91	0,95	0,93	0,95	-1,68	-2,63
Malásia	0,89	0,99	1,05	0,82	0,90	0,90	0,42	0,00
Outros países	19,80	20,69	22,79	20,77	21,79	22,25	2,43	-2,05

[1]Estimativa de maio/2017.
Fonte: USDA, maio/2017.

Produção e mercado nacionais

O Brasil ocupou a décima posição no ranking de maiores produtores mundiais e o clima favorável e baixa incidência de pragas e doenças resultou em safra com boa produtividade e qualidade dos grãos. Em relação à safra 2015/16 houve um incremento de 13,5% na quantidade produzida e 3,3% na área cultivada. Cabe destacar que a safra 2015/16 sofreu grandes perdas decorrentes do fenômeno El Niño e a comparação com a safra 2016/17 deve levar em consideração tal especificidade. Segundo informações do IBGE (2017), entre os principais produtores nacionais, Rio Grande do Sul consolidou uma área equivalente a 1,10 milhões de hectares e produção de 8,5 milhões de toneladas. Embora esse volume represente um crescimento de quase 14% em relação à última safra, destaca-se que este é inferior ao volume produzido na safra 2014/15, tida como uma safra normal. Santa Catarina, segundo maior produtor, fechou sua área em 148 mil hectares e produção de 1,10 milhões de toneladas e os ganhos de produtividade e qualidade do grão colhido também foram observados no Estado. Em relatório divulgado pela Conab (2017), destacou-se a redução das áreas destinadas ao cultivo de arroz de sequeiro, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do País, onde tal cultura é utilizada para abertura de novas áreas para o cultivo da soja. Já na Região Centro-Oeste há o predomínio do arroz de sequeiro, que alterna área com a soja, conforme expectativa de preços para as duas culturas (Tabela 4).

Tabela 4. Arroz – Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2010/11-2016/17

País/UF	Área plantada (1.000ha)							Quantidade produzida (1.000t)						
	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16[1]	16/17[1]	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16[1]	16/17[1]
BR	2.753	2.413	2.353	2.341	2.138	1.943	2.007	13.477	11.550	11.783	12.176	12.301	10.609	12.042
RS	1.169	1.039	1.084	1.114	1.122	1.062	1.102	8.940	7.692	8.099	8.242	8.679	7.493	8.540
SC	150	148	149	150	149	147	148	981	1.097	1.021	1.082	1.082	1.051	1.102
TO	133	111	115	109	120	110	102	468	348	490	511	621	529	519
MT	205	142	158	181	188	169	190	655	457	497	581	608	501	602
MA	469	419	404	389	239	159	164	708	439	481	587	314	152	258
PA	103	98	92	80	66	73	72	209	211	205	192	168	182	190
PR	39	35	33	29	28	26	25	192	178	176	165	164	119	163
RO	63	83	46	48	44	44	37	169	239	125	135	122	138	104
GO	72	59	43	32	25	23	22	201	182	147	127	109	108	115
PI	146	112	104	104	77	61	66	272	131	90	144	100	43	108
Outros	204	167	128	105	82	68	79	683	575	450	409	333	292	341

[1]Estimativa de área e produção da safra (LSPA)
Fonte: IBGE - PAM e LSPA, abr./2017.

No que tange ao comércio internacional de arroz no Brasil, observa-se que em 2016 o volume exportado foi de 697,9 mil toneladas. Os parceiros comerciais alteraram em relação aos anos anteriores, com a redução significativa das exportações destinadas a Cuba, que ocupou em 2016 o oitavo lugar no ranking de destinos, enquanto até 2015 alternava os primeiros lugares com Venezuela e Senegal. Ganhou destaque como país de destino das exportações brasileiras a Nicarágua que se posicionou em segundo lugar, haja vista a forte redução dos preços do grão importado nesse país desde janeiro de 2015, o que fomentou as exportações de países como o Brasil para este destino. No entanto, esta relação não deve ser mantida, como pode ser observado no volume acumulado de janeiro a abril de 2017 (Tabela 5). Para o ano de 2017 pode haver ainda no segundo semestre um aumento das exportações brasileiras, haja vista que a conjuntura internacional atual, marcada por preços internacionais mais altos, principalmente pelo aumento da demanda de Ásia e África, redução de estoque em grandes países exportadores, como Tailândia, Vietnã e Índia, e quebra significativa na safra americana, conforme demonstra o relatório do USDA (2017), o que torna o arroz brasileiro competitivo no mercado externo.

Tabela 5. Arroz – Exportações brasileiras por países de destino – 2012-17

(1.000t)

Países	2012	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Total	**1152,71**	**918,05**	**929,92**	**961,54**	**697,94**	**146,35**
Senegal	116,39	95,18	112,24	106,47	140,65	18,05
Nicarágua	47,03	105,43	65,74	78,18	103,54	0,00
Venezuela	103,42	148,07	141,52	119,97	76,11	3,99
Peru	29,94	14,81	32,46	66,06	57,65	15,82
Gâmbia	50,39	70,28	78,23	42,51	56,42	16,09
Estados Unidos	7,39	8,41	14,60	18,61	42,14	3,07
Suíça	51,07	20,30	31,53	41,11	39,76	9,11
Cuba	116,02	107,47	105,02	170,29	30,45	29,00
Costa Rica	0,00	20,00	24,33	25,09	29,05	0,00
Bolívia	10,13	25,79	50,68	33,49	21,00	4,76
Outros países	620,92	302,31	273,55	259,76	101,19	46,47

[1]Soma das exportações de janeiro a abril de 2017.
Fonte: MDIC/Aliceweb (maio/2016).

Do lado das importações, em 2016, a taxa de câmbio favoreceu a entrada de produtos de outros países, aumentando a oferta interna e pressionando os preços nacionais. A combinação de taxa de câmbio favorável e quebra de safra ocorrida em 2015/16, que resultou em necessidade de aumento das importações para abastecimento interno, levou o volume importado em 2016 a 2,02 vezes o de 2015, cerca de 765 mil toneladas. Os principais países de origem continuaram sendo Paraguai, Uruguai e Argentina, que juntos importaram cerca de 97% do volume total, em função da proximidade com as principais indústrias de beneficiamento do grão, localizadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como da similaridade do grão produzido nesses países com o demandado pelos consumidores brasileiros, que facilitam a entrada e a permanência deles no mercado (Tabela 6).

Tabela 6. Arroz – Importações brasileiras por países de origem – 2012-17

(1.000t)

Descrição do País	2012	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Total Geral	740,37	757,18	624,40	376,99	764,51	341,23
Paraguai	204,22	309,94	326,53	269,11	397,88	185,02
Uruguai	229,85	179,83	126,90	31,72	224,04	85,96
Argentina	281,43	239,54	96,14	48,75	119,85	58,53
Guiana	0,00	0,04	6,56	19,41	15,46	4,15
Itália	3,18	3,66	2,21	3,05	3,65	1,58
Vietnã	19,97	19,94	0,17	0,74	1,50	0,22
Chile	0,00	0,00	4,46	2,87	1,40	0,22
Tailândia	0,55	0,38	60,88	0,49	0,43	0,21
Paquistão	0,08	0,00	0,31	0,03	0,09	0,02
Estados Unidos	0,52	0,59	0,14	0,72	0,08	0,03
Outros países	0,58	3,27	0,10	0,10	0,12	5,30

[1]Soma das importações de janeiro a abr./2017.
Fonte: MDIC/Aliceweb (maio/2016).

Produção e mercado estaduais

Santa Catarina é o segundo maior produtor de arroz no País. Produzido em 83 municípios do Estado, o arroz se concentra no Sul Catarinense (61,9%), seguido pela região do Médio/Baixo Vale do Itajaí e do Norte Catarinense (25,2%), Alto Vale do Itajaí (9,04%) e Litoral Centro (3,9%). Segundo levantamento realizado pela Epagri/Cepa (2017), na safra 2016/17, aproximadamente 60% da área produzida de arroz foi arrendada, o que indica uma redução no número de produtores, que têm se deparado com uma margem de ganho cada vez menor. Ao todo se contabilizam 66 indústrias de beneficiamento no Estado, localizadas principalmente nas regiões de Araranguá e Criciúma (73%), com capacidade para beneficiar 1,5 milhões de toneladas por ano de arroz em casca. Considerando que a produção de Santa Catarina no ano de 2016 chegou a 1,2 milhões de toneladas, a capacidade ociosa da indústria é suprida pelo grão produzido principalmente no Rio Grande do Sul e outros países (Paraguai e Uruguai). A produção da indústria catarinense se concentra no parboilizado, que é enviado principalmente para o Paraná, São Paulo e estados nordestinos.

Atualmente, mais de 30 mil pessoas dependem economicamente desta atividade no Estado. Em levantamento realizado pelo Epagri/Cepa (2017), na safra 2016/17 a maior parte dos produtores entrevistados (81,33%) possuem de 1 a 2 pessoas da família que se dedicam diretamente à produção de arroz. Quando se analisa a mão de obra contratada, 70,4% das propriedades não possuem nenhum funcionário em regime de contrato se dedicando à atividade, e cerca de 20% das propriedades possuem 1 funcionário contratado dedicando-se à atividade pelo menos parte do tempo.

A safra encontra-se finalizada e os resultados apontam para um aumento de 1,11% da área plantada e 14,58% da produção em comparação com a safra 2015/16 (Tabela 7). Destaca-se que a safra 2016/17 apresentou clima favorável em todos os estádios de desenvolvimento da cultura, o que combinado ao emprego de tecnologia e boas práticas de manejo resultou em produtividades elevadas em quase todas as regiões do Estado, provocando consequentemente um aumento expressivo da produção. Contudo, cabe ressaltar que, ao comparar os resultados da safra 2016/17 com a safra 2015/16, deve-se levar em consideração que a segunda sofreu graves perdas decorrentes dos problemas climáticos desencadeados pelo fenômeno El Niño, o que indica que parte dos percentuais de aumento da produção e rendimento são devidos ao desempenho da safra em condições favoráveis, sem adversidades climáticas intensas. A produtividade média catarinense encontra-se praticamente estabilizada desde 2002, em torno de 7.200 kg/ha. No entanto, na safra 2016/17 a produtividade média do Estado foi de 7,9t/ha, a mais elevada dos últimos vinte anos (Figura 2). Os ganhos de produtividade mais expressivos, quando se compara as safras 2015/16 e 2016/17, foram observados nas microrregiões de Joinville, Itajaí e Ituporanga, onde foram observadas as maiores quebras da safra 2015/16.

Tabela 7. Arroz – Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2012/13-2016/17

Microrregião	2012/13		2013/14		2014/15		2015/16		2016/17	
	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)
Santa Catarina	**148.411**	**1.020.268**	**148.093**	**1.097.981**	**148.411**	**1.020.268**	**148.093**	**1.087.232**	**148.316**	**1.176.235**
Araranguá	51.083	323.668	51.650	362.402	51.083	323.668	51.650	359.292	51.730	401.179
Tubarão	20.797	143.714	21.250	151.609	20.797	143.714	21.250	153.816	21.094	160.021
Criciúma	20.934	127.668	20.773	146.270	20.934	127.668	20.773	149.740	20.857	167.557
Joinville	19.960	153.415	19.783	167.193	19.960	153.415	19.783	157.487	20.036	167.916
Rio do Sul	10.898	89.913	10.898	86.590	10.898	89.913	10.898	88.967	10.759	89.384
Itajaí	9.965	72.073	9.283	69.870	9.965	72.073	9.283	71.384	9.261	76.190
Blumenau	8.553	68.508	8.235	72.616	8.553	68.508	8.235	65.600	8.379	72.962
Florianópolis	3.100	16.968	3.100	17.280	3.100	16.968	3.100	17.336	3.095	17.336
Tijucas	2.690	20.644	2.690	20.644	2.690	20.644	2.690	20.300	2.690	20.300
Ituporanga	286	2.534	286	2.275	286	2.534	286	2.072	269	2.152
Tabuleiro	145	1.163	145	1.232	145	1.163	145	1.232	146	1.238

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Fonte: IBGE-PAM; Epagri/Cepa, 2017.

Figura 2. Arroz – Comparativo da produtividade média do Brasil e Santa Catarina – Safras 1989/90-2016/17

Fonte: IBGE – PAM; Epagri/Cepa, 2017.

Figura 3. Arroz – Produção de arroz em casca e estimativa de produção de arroz beneficiado em Santa Catarina em tonelada – 2000-17

O comércio internacional de arroz no Estado é pouco representativo e praticamente tudo que é produzido destina-se ao mercado interno. O saldo da balança comercial no ano de 2016 fechou em -27,9 mil toneladas, em decorrência do aumento significativo das importações para sanar a necessidade da indústria pelo grão para beneficiamento. Do lado das exportações, 4,3 mil toneladas foram enviadas para outros países, quase metade do volume exportado em 2015. Por outro lado, as importações totalizaram 32,3 mil toneladas, o maior volume dos últimos anos, com origem principalmente no Uruguai e Paraguai. Isso pode ser explicado pela quebra significativa da safra 2015/16 de arroz tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, o que resultou em aumento das importações (Figura 4).

[(1)]Refere-se às exportações, importações e saldo de janeiro a maio de 2017.
Fonte: MDIC/Aliceweb.

Figura 4. Arroz – Evolução das exportações e importações catarinenses, toneladas – 2010-17

Após um ano marcado por preços elevados, no ano safra 2016/17 eles apresentaram comportamento de U invertido, passando por sucessivas quedas desde meados de 2016 (Figura 5). As quebras significativas na safra 2015/16 nos principais estados produtores levaram os preços ao produtor a patamares elevados entre 2015 e 2016. Contudo, a boa safra observada em 2016/17, que resultou em volumes expressivos no mercado interno, provocou retração dos preços. A expectativa para o segundo semestre de 2017 é que o cenário favorável às exportações brasileiras possa influenciar positivamente os preços no mercado do Rio Grande do Sul e, consequentemente, os preços catarinenses. Estudo realizado pelo Epagri/Cepa (2017) concluiu que alterações de 1% nos preços do arroz do Rio Grande do Sul resultam em alterações no mesmo sentido e na ordem de 0,77% nos preços catarinenses. Dessa forma, os preços catarinenses, que tendem a seguir a trajetória observada no estado do Rio Grande do Sul, devem passar por variações positivas no segundo semestre de 2017, quando tem início o período de entressafra do grão no Estado. Comparando os preços ao produtor catarinense praticados em junho de 2017 com os preços do mesmo período de 2016, nota-se uma redução de 2,09% em valores deflacionados. Observa-se, contudo, leve tendência de aumento dos preços, com a entrada do período de entressafra, onde o padrão de sazonalidade observado no Estado é de preços crescentes a partir de agosto com pico observado entre novembro e janeiro. Tal constatação traz a possibilidade de ganhos maiores aos produtores que tiverem capacidade de estocagem do seu produto.

Nota: Preços corrigidos pelo IGP-DI (base junho de 2017)
Fonte: Epagri/Cepa. Agrolink (RS).

Figura 5. Arroz em casca – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina e Rio Grande do Sul (jan./2013 a jun./2017)

Banana

Rogério Goulart Junior
Economista, Dr. – Epagri/Cepa
rogeriojunior@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Em 2014, a banana foi a fruta mais consumida no mundo, com cerca de 144,1 milhões de toneladas de produção, representando 13% de toda fruta produzida.

Desse total, 55,8% foram produzidos na Ásia, 24,7% nas Américas, 17,9% na África, 1,3% na Oceania e 0,3% na Europa. Entre 2013 e 2014, o volume produzido na Ásia obteve o maior aumento (5,3%), seguido das Américas com mais 3,3%, ambos acima da média mundial de acréscimo na produção que foi de 3,1%.

Fonte: FAO (agosto de 2017). Disponível em: <http://www.fao.org>.

Figura 1. Banana - Produção nos cinco continentes – 2013-14

A produção de banana expandiu-se na maioria dos países produtores, entre 2010 e 2014, a uma taxa de crescimento média de 4,5% ao ano. No mundo, a produtividade média foi de 21.766 quilos por hectare, resultantes de tecnologias utilizadas na cadeia da bananicultura. Nos dez maiores produtores a produtividade média foi 49% acima da média mundial, com 32.486 quilos por hectare.

Em 2014, os quatro países com maior produção foram responsáveis por 45,4% da produção mundial e contaram com cerca de 36,5% de área em produção. A Índia lidera a produção mundial, seguida por China (continental), Filipinas e Brasil. Entre os dez primeiros, Indonésia, Índia e China (continental) apresentam produtividade média acima da mundial. Com uma produtividade de 51.235 quilos por hectare, a Costa Rica lidera o ranking mundial, seguida por Indonésia, Guatemala, Equador e Índia, com valores acima de 37 mil quilos por hectare. Os incentivos governamentais e os investimentos de grandes empresas produtoras e distribuidoras da fruta presentes nos países da América Central são, em parte, responsáveis pelas altas produtividades nos bananais costarriquenhos, guatemalenses e equatorianos (Tabela 1).

Tabela 1. Banana – Quantidade produzida (mil t) – Mundo e principais países no período de 2010-14

Local	Anos					Partic. 2014 (%)	Ranking (em 2014)
	2010	2011	2012	2013	2014		
Mundo	**105.829**	**106.328**	**105.636**	**106.714**	**126.222**	**100,00**	**-**
Índia	29.780	28.455	26.509	27.575	29.725	23,55	1º
China (continental)	9.561	10.400	11.558	12.075	11.792	9,34	2º
Filipinas	9.101	9.165	9.226	8.646	8.885	7,04	3º
Brasil	**6.969**	**7.329**	**6.902**	**6.893**	**6.954**	**5,51**	**4º**
Indonésia	5.755	6.133	6.189	5.359	6.863	5,44	5º
Equador	7.931	7.428	7.012	5.996	6.756	5,35	6º
Guatemala	2.637	2.680	3.079	3.188	3.553	2,81	7º
Angola	2.048	2.646	2.991	3.095	3.483	2,76	8º
Tanzânia	3.156	3.144	2.525	2.679	3.192	2,53	9º
Costa Rica	2.020	2.125	2.136	2.175	2.195	1,74	10º
México	2.103	2.139	2.204	2.128	2.151	1,70	11º
Demais países	24.768	24.684	25.305	26.905	40.674	32,22	-

Fonte: FAO (agosto de 2017). Disponível em: <http://www.fao.org>.

O Equador é o maior exportador mundial de banana, com taxa de crescimento anual positiva de 7,8%, entre 2013 e 2015, com bananas de qualidade requerida no mercado e com efeitos climáticos mais amenos. Entre os dez maiores exportadores, a Guatemala (9,2%) e o México (9,4%) foram os países com as maiores taxas de crescimento anual. A variação entre 2014 e 2015 indicou diminuição da quantidade exportada mundial (Tabela 2), com grande redução causada por efeitos de variabilidades climáticas, eventos naturais e problemas fitossanitários nas regiões produtoras, principalmente, nas Filipinas, na Costa Rica e na Costa do Marfim.

Tabela 2. Banana – Exportações brutas por país – 2013-15[1]

Local	Quantidade (mil t)			Participação 2015 (%)	Var. 2014-15 (%)	Ranking (em 2015)
	2013	2014	2015			
Mundo	**17.249**	**18.557**	**16.741**	**100,0**	**-9,79**	**-**
Equador	5.195	5.716	6.040	36,1	5,66	1º
Guatemala	1.805	2.064	2.153	12,9	4,27	2º
Costa Rica	2.042	2.169	1.964	11,7	-9,48	3º
Filipinas	3.293	3.680	1.852	11,1	-49,67	4º
Colômbia	1.633	1.786	1.674	10,0	-6,30	5º
Honduras	896	636	690	4,1	8,44	6º
México	348	386	417	2,5	8,04	7º
Costa do Marfim	355	335	305	1,8	-8,79	8º
Camarões	261	265	283	1,7	6,48	9º
Panamá	252	256	268	1,6	4,65	10º
Brasil	**98**	**84**	**80**	**0,5**	**-3,83**	**17º**

[1]FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. "Banana statistical compendium 2015-2016". Rome: FAO, 2017a (disponível em < www.fao.org/publications >)
Fonte: FAO, 2017a (disponível em < www.fao.org/publications >)

Entre 2013 e 2015, a importação mundial de banana reverteu a tendência de alta do triênio anterior e decresceu a uma taxa média de 7,1% ao ano. Entre os principais importadores, a União Europeia apresentou taxa de crescimento anual positiva de 3,9%, com variação de 3,08% na quantidade importada entre 2014 e 2015. Os EUA apresentaram um crescimento de 0,4%, com variação de 0,6% na quantidade importada entre os últimos dois anos analisados (Tabela 3). A maior taxa de crescimento anual no período 2013-15 foi da China (continental), com 40,3%, e a quarta maior participação no volume importado mundial (6,7%), mas com variação negativa entre 2014-15.

Tabela 3. Banana – Importações líquidas mundiais por país – 2013-15

Local	Quantidade (mil t)			Participação 2015 (%)	Var. 2014-15 (%)	Ranking (em 2015)
	2013[2]	2014[3]	2015[3]			
Mundo[1]	**19.664**	**19.861**	**16.957**	**100,0**	**-14,62**	**-**
União Europeia (27)	4.810	5.041	5.196	30,6	3,08	1º
EUA	4.528	4.536	4.563	26,9	0,60	2º
Federação Russa	1.320	1.275	1.227	7,2	-3,77	3º
China (continental)	579	1.188	1.139	6,7	-4,11	4º
Japão	975	947	960	5,7	1,37	5º
Canadá	542	555	562	3,3	1,28	6º
Argentina	393	411	427	2,5	3,84	7º
Coréia	314	359	364	2,1	1,23	8º
Argélia	274	263	246	1,4	-6,68	9º
Arábia Saudita	192	204	230	1,4	12,65	10º

Nota: [1]Estimativa Epagri/Cepa adaptado da FAO (2017a e 2017b); [2]FAO (agosto de 2017); [3]FAO (2017a e 2017b).
Fonte: FAO (agosto de 2017), FAO (2017a) e FAO (2017b)[1]

Produção e mercado nacionais

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de banana com mais de 6,7 milhões de toneladas da fruta (IBGE, 2016). Os principais estados produtores brasileiros de banana são: Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. Estes estados, em 2016, representavam cerca de 55% da produção brasileira e 42% da área em produção concentrada, principalmente, nas mesorregiões de Bom Jesus da Lapa (BA), Vale do Ribeira (SP), Norte de Minas Gerais (MG) e Norte de Santa Catarina. Além dessas, no oitavo estado produtor de banana, a mesorregião do Vale do São Francisco (PE) também apresenta grande concentração com 8% da área em produção nacional e 5% da quantidade produzida. Em Santa Catarina, as mesorregiões do Norte Catarinense, Vale do Itajaí e do Sul Catarinense garantem a quarta posição do Estado na produção de banana.

As safras brasileiras de 2016 e 2017

Em 2016, houve decréscimo na área colhida de 2,3% e cerca de 0,7% na produção em relação a 2015 (Tabela 4). Bahia, São Paulo e Pará foram os estados com as maiores áreas e representaram juntos 35% dos hectares colhidos e 41% da quantidade produzida no País. O estado catarinense, com 6%, é o sétimo em área colhida, sendo responsável por 11% da produção nacional e, ainda, o segundo em produtividade média. Entre 2013 e 2016, os dez maiores estados produtores participaram com 82% da produção e em 76% da área colhida no ano, mas com taxa média de crescimento anual negativa de 0,3% da produção no período.

No primeiro semestre de 2016, a estiagem nas principais regiões produtoras do Nordeste e do Sudeste, presente desde 2015, se prolongou e provocou a diminuição das áreas em produção, reduzindo o volume produzido para o ano. A alta valorização das cotações foi limitada pela qualidade das frutas oriundas destas regiões, o que manteve a demanda interna reprimida. No segundo semestre, devido à baixa oferta de banana no mercado, as frutas mineiras e nordestinas tiveram seus preços valorizados com o aumento da demanda. Já, os produtores paulistas e catarinenses sentiram os efeitos de temperaturas baixas e geadas que afetaram a qualidade da fruta e desvalorizam os preços no mercado. Contudo, a baixa oferta garantiu níveis de preços mais altos que os praticados em anos anteriores.

Já, em 2017, a estimativa é de aumento de 3,4% na área colhida e 3,1% na produção em comparação a 2016 (Tabela 4). No ano, o estado mineiro passa a ser o terceiro em área colhida e em quantidade produzida, com 10% e 12%, respectivamente. Assim, os estados da Bahia, São Paulo e Minas Gerais representam juntos 42% da produção e 37%

1

[1] [3] FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. "Banana statistical compendium 2015-2016". Rome: FAO, 2017a (disponível em < www.fao.org/publications >)

[1] [3] FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. "Banana market review 2015-16", Rome: FAO, 2017b (disponível me <www.fao.org/ publications>)

da área colhida no Brasil. Santa Catarina passa para sexto em área, com 6% do total de hectares colhidos no ano, mantendo a quarta posição na quantidade produzida brasileira com 10% do total produzido no País. Entre 2016 e 2017, os dez maiores produtores devem ser responsáveis por 80% da produção brasileira e 75% da área colhida, com taxa de crescimento anual da produção de 15,3% no período.

No primeiro semestre de 2017, com as temperaturas mais altas do verão, a oferta da fruta aumentou na Região Sudeste, embora Minas Gerais ainda sinta os efeitos da estiagem nos bananais com redução nas cotações a na qualidade. A oferta da fruta se manteve alta com redução dos preços no mercado devido a redução da demanda europeia e às exigências fitossanitárias do Uruguai para as bananas catarinenses. Mas a partir de maio a oferta foi reduzida com volumes paulistas abaixo dos de anos anteriores e melhoria na qualidade da fruta mineira, o que valorizou os preços do Sul e do Sudeste; enquanto, no Nordeste, persistiram os problemas fitossanitários. Em julho de 2017, os preços das bananas mineiras e nordestinas foram valorizados devido à redução sazonal da demanda. Já as frutas paulistas e catarinenses, que passaram por um inverno marcado por temperaturas acima da média para a estação e início de estiagem em algumas regiões produtoras estaduais, sofreram com a redução nas cotações em decorrência do aparecimento do *chilling* nos bananais. A expectativa é de recuperação dos preços no último trimestre do ano com a melhoria na qualidade da fruta negociada no mercado.

Tabela 4. Banana – Área colhida, produção e produtividade média no Brasil e nos principais estados produtores – 2013-17

	2013	2014	2015	2016[1]	2017[1]	Ranking (em 2017)
Área colhida (ha)						
Brasil	**485.075**	**478.765**	**475.976**	**464.876**	**480.663**	**-**
Bahia	73.837	71.704	71.220	70.000	85.000	1º
São Paulo	50.709	51.224	48.695	52.896	48.256	2º
Minas Gerais	41.341	40.996	45.598	44.765	45.806	3º
Santa Catarina	**29.031**	**29.509**	**29.564**	**29.577**	**29.430**	**6º**
Pará	43.510	45.428	46.079	42.472	43.675	4º
Ceará	49.255	46.654	44.482	39.140	39.631	5º
Espírito Santo	21.793	22.330	23.638	23.385	23.996	8º
Pernambuco	36.309	38.856	35.792	35.613	28.995	7º
Rio Grande do Norte	5.186	5.816	5.415	5.126	7.711	9º
Paraná	11.707	8.257	8.275	8.912	9.000	10º
Subtotal (10 UFs)	**362.678**	**360.774**	**358.758**	**351.886**	**361.500**	
Demais estados	122.397	117.991	117.218	112.990	119.163	
Quantidade produzida (t)						
Brasil	**6.892.622**	**6.953.747**	**6.844.491**	**6.799.005**	**7.010.471**	**-**
Bahia	1.113.930	1.088.647	1.068.341	1.125.000	1.070.000	1º
São Paulo	1.090.009	1.056.387	998.038	1.124.560	1.054.229	2º
Minas Gerais	736.038	711.397	795.900	773.197	814.594	3º
Santa Catarina	**664.336**	**701.484**	**710.183**	**721.599**	**720.259**	**4º**
Pará	585.943	588.655	595.527	504.907	521.478	5º
Ceará	375.531	452.541	385.028	324.101	351.540	6º
Espírito Santo	248.653	294.371	277.512	262.566	323.171	7º
Pernambuco	364.144	396.470	324.125	366.519	304.049	8º
Rio Grande do Norte	148.304	171.061	159.335	155.014	218.660	9º
Paraná	280.458	207.327	203.551	205.561	207.000	10º
Subtotal (10 UFs)	**5.607.346**	**5.668.340**	**5.517.540**	**5.563.024**	**5.584.980**	
Demais estados	1.285.276	1.285.407	1.326.951	1.235.981	1.425.491	
Maiores produtividades médias estaduais (kg.ha^{-1})						
Brasil	**14.209**	**14.524**	**14.380**	**14.625**	**14.585**	**-**
Rio Grande do Norte	28.597	29.412	29.425	30.241	28.357	1º
Santa Catarina	**22.884**	**23.772**	**24.022**	**24.397**	**24.474**	**2º**
Paraná	23.956	25.109	24.598	23.066	23.000	3º
São Paulo	21.495	20.623	20.496	21.260	21.847	4º
Minas Gerais	17.804	17.353	17.455	17.272	17.784	5º

[1]Anos 2016 e 2017 – dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2013 a 2015) e LSPA (julho 2016 e 2017).

Em 2016, os seis maiores importadores de bananas brasileiras foram responsáveis por 94,5% do volume comercializado, mas houve taxa de crescimento negativa de 23,4% entre 2015 e 2016. Com 7,8% do volume importado, a Polônia apresentou uma taxa de crescimento de 45,6%. Já Uruguai, Argentina e Países Baixos, que somam 71,7% as importações, apresentaram uma redução de 29,4% entre 2015 e 2016.

A alta oferta mundial da fruta atrapalhou as exportações brasileiras para países europeus, enquanto os problemas na qualidade da fruta e os preços valorizados pela baixa oferta interna nas principais regiões produtoras brasileiras afetaram o comércio externo para os países do Mercosul.

Tabela 5. Banana – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2013-17

País	Quantidade (t)						Quantidade (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017	Acum. período	Participação 2013 a jul./2017
Uruguai	30.633	31.501	36.246	25.199	9.948	133.528	38,7
Argentina	17.541	21.419	24.343	17.450	6.142	86.894	25,2
Reino Unido	8.284	10.863	6.713	5.793	452	32.106	9,3
Polônia	4.326	2.571	3.395	4.942	2.009	17.242	5,0
Espanha	12.608	4.077	3.749	3.773	0	24.207	7,0
Países Baixos	9.698	8.011	3.933	2.903	875	25.420	7,4
Subtotal (6 principais)	**83.091**	**78.442**	**78.379**	**60.060**	**19.426**	**319.398**	**92,6**
Outros países	14.886	5.019	1.897	3.507	36	25.344	7,4
Total	**97.976**	**83.462**	**80.275**	**63.567**	**19.462**	**344.742**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Em 2016, os seis maiores importadores foram responsáveis por 93,4% do valor negociado, mas com uma taxa de crescimento anual negativa de 18,4%, entre 2015 e 2016. A Polônia participou com 8% do total e ultrapassou os Países Baixos e a Espanha com crescimento de 30,2% entre 2015 e 2016. Já a Argentina e os Países Baixos apresentaram as maiores taxas de crescimento negativas com 39,8% e 27,1%, respectivamente, entre 2015 e 2016.

Tabela 6. Banana – Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2013-17

País	Valor (US$ mil)						Valor (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017	Acum. período	Participação 2013 a jul./2017
Uruguai	8.238	10.805	8.977	8.067	3.222	39.308	33,2
Argentina	4.438	7.089	7.223	4.348	1.546	24.643	20,8
Reino Unido	3.685	4.867	2.986	2.580	228	14.346	12,1
Polônia	1.952	1.155	1.282	1.670	669	6.727	5,7
Espanha	5.460	1.798	1.499	1.433	0	10.190	8,6
Países Baixos	4.244	3.542	1.896	1.382	409	11.473	9,7
Subtotal (6 principais)	**28.017**	**29.256**	**23.863**	**19.479**	**6.073**	**106.687**	**90,0**
Outros países	7.175	2.345	879	1.380	52	11.832	10,0
Total	**35.192**	**31.601**	**24.742**	**20.859**	**6.126**	**118.519**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Produção e mercado estaduais

Conforme **Epagri/Cepa (2017)[2],** a bananicultura catarinense conta com 3.481 produtores com mais de 28 mil hectares e uma produção de 743,2 mil toneladas gerando um valor bruto da produção (VBP) em torno de R$ 519,2 milhões. As principais mesorregiões produtoras são: o Norte Catarinense (MRG de Joinville e de São Bento do Sul), o Vale do Itajaí (MRGs de Blumenau e de Itajaí) e o Sul Catarinense (MRG de Araranguá e de Criciúma).

A variedade Cavendish (caturra, nanica e nanicão) é a mais cultivada em Santa Catarina, com mais de 21 mil hectares de área colhida (74%) e 630,6 mil toneladas de produção (85%), gerando mais de R$ 384,6 milhões de VBP (74%). A produtividade média estadual está em torno de 29,7 mil quilos por hectare (Epagri/Cepa, 2017).

A variedade Prata, somada a outras (como a banana maçã e ouro), é cultivada em mais de 7,5 mil hectares (26%) com produção de 112,5 mil toneladas (15%) e retorno ao produtor de R$ 134,5 milhões de VBP (26%). A produtividade média está em cerca de 14,8 mil quilos por hectare no estado (Epagri/Cepa, 2017).

Em Santa Catarina os cinco maiores municípios produtores de banana-caturra, que representam 66,8% do total, são: Corupá (23,7%), Luiz Alves (19,2%), Massaranduba (9,0%), Jaraguá do Sul (8,1%) e São João do Itaperiú (6,8%). Já os cinco maiores municípios produtores de banana-prata, que representam 57,8% do total, são: Jacinto Machado (19,7%), Santa Rosa do Sul (12,5%), Criciúma (9,5%), Corupá (8,8%) e Barra Velha (7,3%).

As safras catarinenses de 2016 e 2017

No primeiro semestre de 2016, as temperaturas altas e a baixa umidade nas regiões produtoras do Estado, ocasionaram aumento da produção com frutas de calibre e qualidade adequadas ao mercado. As microrregiões de Blumenau e Itajaí apresentaram aumentos na produção, em relação ao ano anterior, de 21% e 9%, respectivamente. Na microrregião de Joinville, a readequação nas áreas determinou uma redução de 6% nos valores da produção com relação à safra anterior. As três microrregiões localizadas no litoral norte apresentaram produtividades acima da média estadual. No Sul Catarinense, a microrregião de Araranguá aumentou 12% a produção com elevação de 2,6% na área colhida.

No segundo semestre de 2016 as regiões produtoras começam a sofrer os reflexos de temperaturas mais baixas com ocorrência de geada que comprometem a qualidade, provocando manchas na casca, endurecimento do fruto e ainda a queima das folhas. Com isso, os ciclos de produção na lavoura diminuíram com retração da oferta e a recuperação nos preços A qualidade das frutas mineiras e nordestinas devido aos efeitos da estiagem reduziram a oferta nacional. Porém, essa baixa oferta no mercado e o aumento da demanda por frutas garantiram a valorização dos preços em patamares acima da média dos anos anteriores.

No primeiro semestre de 2017, entre janeiro e fevereiro, houve movimento sazonal com retração da demanda e aumento da oferta da fruta que afetou as cotações até o mês de março. Entre abril e julho de 2017, as temperaturas acima da média para o outono/inverno e com intempéries climáticas como ventos fortes e déficit hídrico localizados afetaram a qualidade das frutas, o que refletiu em alta oferta e forte desvalorização dos preços a partir de maio. Os efeitos negativos da contração econômica na demanda e do aumento sazonal de frutas temperadas também ajudou a redução nos preços. A expectativa é a manutenção dos últimos preços para escoar a produção e aguardar o aumento da demanda a partir de outubro com leve aumento nas cotações.

O preço mensal deflacionado da banana-caturra, no 2º trimestre de 2017, seguiu a tendência com retração de 47%. No acumulado de 12 meses as cotações da banana-caturra voltaram aos patamares de 2016, mas ainda seguiram valorizadas em 3,3% no período. Entre janeiro e junho de 2017, o reflexo da baixa oferta com preços mais altos desde o segundo semestre de 2016 e a reversão disso a partir de dezembro de 2016 determinaram uma desvalorização acumulada de 59,3% para a banana-caturra.

[2]GOULART JUNIOR, R: MONDARDO, M; REITER, J.M.W. **Relatório de Projeto LF 2015/16 - Análise comparativa dos recursos da fruticultura catarinense nas safras 2014/15 e 2015/16.** Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017 (Relatório).

A banana-prata, em junho de 2017, seguiu a tendência de desvalorização nos preços, com 22,9% de queda em relação ao mês anterior devido aos reflexos de dias frios e com alta umidade relativa durante a fase de desenvolvimento da fruta. No acumulado de 12 meses as cotações estavam desvalorizadas em 13,1%, devido à baixa demanda, além do aumento da concorrência sazonal com outras frutas. Na lavoura, o aumento da produção e a baixa qualidade das frutas, que sofrem os efeitos da elevada umidade e baixas temperaturas, desvalorizaram os preços.

Em julho de 2017, nas mesorregiões do Norte e Vale do Itajaí, o preço ao produtor estava com variação negativa em função do aumento na oferta e baixa qualidade da fruta. No Norte Catarinense, a alta oferta nos bananais entre junho e julho e a baixa demanda com as férias escolares mantiveram as cotações desvalorizadas. Na mesorregião Sul Catarinense, os preços seguiram tendência de desvalorização com retração na demanda pela fruta. A banana-prata sofreu os efeitos da estação com vendavais, alternância de temperatura e déficit hídrico devido à estiagem, aumentando a presença de *chilling* e a necessidade de tratos culturais.

Tabela 7. Banana – Preço mensal no produtor – Santa Catarina – 2013-17

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Banana caturra[1] – R$/cx 18 a 22kg												
2013	3,00	3,00	4,16	9,23	8,72	8,58	10,43	9,18	14,02	15,76	11,75	10,00
2014	9,29	6,05	13,14	18,50	15,00	9,56	9,80	8,60	8,79	9,95	6,89	5,67
2015	4,78	4,00	8,05	10,67	6,19	5,63	6,13	7,89	7,58	8,00	8,17	10,50
2016	10,74	10,47	9,00	10,00	10,78	11,32	16,76	25,25	27,68	28,36	28,75	28,56
2017	23,10	13,49	19,28	22,37	13,23	11,88	7,86					
Banana prata – R$/cx 18 a 22kg												
2013	10,78	12,06	14,58	16,50	17,00	17,89	19,00	19,00	17,90	16,80	14,45	9,00
2014	14,00	17,55	18,05	19,85	20,15	20,32	21,00	21,05	19,41	13,09	10,63	11,13
2015	13,30	15,50	20,64	20,60	20,55	21,65	21,91	20,79	17,86	15,44	15,50	16,00
2016	17,15	18,29	19,00	24,76	28,00	28,77	30,43	33,78	34,50	34,00	34,00	34,53
2017	33,91	33,28	33,00	30,12	32,59	25,38	21,13					

[1]Valores estimados entre maio de 2015 e junho de 2017.
Fonte: Epagri/Cepa.

No mercado atacadista, o volume de banana comercializado no mês de julho de 2017, na Ceasa (SC), foi de 734,7 toneladas. Essa quantidade representou um valor negociado de R$ 1,37 milhão, com redução de 23,8% no valor relativo ao do mesmo mês do ano anterior. Mas com essas cotações os volumes comercializados estão próximos das médias de 2014 e 2015 para julho. A expectativa é a valorização nos preços da banana catarinense com a redução na oferta das frutas das regiões Nordeste e Sudeste do País a partir de outubro de 2017.

Entre junho e julho de 2017, no entreposto catarinense, o preço da banana-caturra comercializada diminuiu a tendência de retração, com desvalorização de 4,8%. A banana-prata desvalorizou 5,6% sua cotação. O preço médio da fruta estava 3,2% menor que o do mês anterior, com quantidade comercializada 9,2% inferior. O preço médio estava desvalorizado em 12,4% em comparação ao mês de julho de 2016, quando havia baixa oferta relativa da fruta no mercado.

No mês de julho, a quantidade comercializada estava 13% abaixo do volume negociado no ano anterior e a participação catarinense no volume total diminuiu 15,1%, com 429,7 toneladas negociadas a R$ 902,52, em relação ao mês anterior. Desse volume total, 17,1% vieram do município de Jacinto Machado; 8,1%, de Luiz Alves, municípios que, juntos, somam mais de R$ 462,79 mil da fruta comercializada na central de abastecimento.

Na central paulistana (Ceagesp) a oferta da banana catarinense no primeiro semestre de 2017, de 1.490 toneladas, estava 28% menor que o volume negociado no mesmo período de 2016 (2.067 toneladas) no entreposto. Porém, o volume total da banana na Ceagesp está menor em 1,3%, ou seja, 227 toneladas da fruta referente ao mesmo período de 2016. No primeiro semestre de 2017, a participação catarinense representou 4,5% do volume total negociado na central paulistana, ou seja, 28% menor que no ano anterior. A retração na demanda da fruta em função da concorrência com frutas da época, e o aumento da oferta nas regiões produtoras mantiveram a tendência de redução nos preços, mas com expectativa de recuperação no quarto trimestre do ano.

Tabela 8. Banana – Preço mensal no atacado – Santa Catarina – 2013-17

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Banana caturra[1] – R$/cx 18 a 22kg												
2013	5,71	6,00	7,89	12,55	11,22	10,75	13,14	11,45	15,19	16,59	14,80	12,14
2014	11,00	8,85	17,33	22,00	19,45	15,22	14,80	13,19	12,65	12,65	11,33	9,00
2015	7,44	7,88	11,84	14,67	19,95	18,90	18,90	16,50	16,50	17,00	22,50	20,00
2016	20,50	21,00	20,00	17,50	18,00	19,00	24,00	28,04	35,02	32,98	30,37	28,93
2017	29,02	26,85	31,48	33,31	26,58	20,13	28,88					
Banana prata – R$/cx 18 a 22kg												
2013	21,74	22,47	24,42	27,14	27,25	28,58	28,96	27,09	26,52	26,25	25,80	24,67
2014	25,00	26,70	27,53	31,30	33,85	35,05	35,00	35,29	34,77	30,23	25,84	25,00
2015	25,86	26,72	31,32	32,40	32,55	34,15	34,91	33,93	29,86	27,44	27,50	28,00
2016	29,15	30,29	30,43	25,76	39,00	39,77	41,43	44,78	45,50	45,00	45,00	46,07
2017	45,68	45,28	45,00	41,29	43,59	42,00	37,75					

[1]Valores estimados entre maio de 2015 e junho de 2017.

Fonte: Epagri/Cepa.

Entre janeiro e julho de 2017, as exportações catarinenses fecharam com redução de 54,8% a quantidade negociada com relação ao mesmo período de 2016 (Tabela 9). Os problemas fitossanitários e climáticos afetaram a qualidade da fruta e reduziram a oferta relativa no mercado mantendo os preços acima da média no início do ano. Assim, os preços altos e as restrições do Uruguai à exportação das frutas catarinenses condicionaram uma redução nas exportações no período.

Tabela 9. Banana – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2013-17

Estado	Quantidade (t)						Quant. (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017	Acum. período	Participação 2013 a jul./2017
Santa Catarina	**33.601**	**32.730**	**36.756**	**37.383**	**14.601**	**155.071**	**45,0**
Ceará	25.277	19.109	15.667	14.837	2.793	77.684	22,5
Rio Grande do Norte	24.540	13.599	5.553	6.962	1.116	51.772	15,0
Rio Grande do Sul	13.964	16.316	19.797	2.739	801	53.617	15,6
Paraná	460,74	1.584	2.500	1.463	0	6.009	1,7
Subtotal (5 principais)	**97.842**	**83.339**	**80.274**	**63.385**	**19.312**	**344.152**	**99,8**
Outros estados	135	122	1	183	150	590	0,2
Total	**97.976**	**83.462**	**80.275**	**63.567**	**19.462**	**344.742**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Entre janeiro e julho de 2017, houve redução de 50,8% no valor negociado de Santa Catarina em relação ao mesmo período de 2016, ou seja, uma redução de US$ 8,6 milhões para US$ 4,2 milhões (FOB) em 2017. Os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, responsáveis por mais de 30% do volume exportado em 2016, também apresentaram diminuição nos valores negociados em 2017 com redução de 78,9% e 81,2%, respectivamente (Tabela 10). A redução na demanda europeia, devido ao aumento da oferta da fruta no continente, afetou os dois estados nordestinos que dominam as exportações nacionais para a União Europeia.

Tabela 10. Banana – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2013-17

Estado	Valor (US$ mil)						Valor (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017	Acum. período	Participação 2013 a jul./2017
Santa Catarina	**8.347**	**9.949**	**9.568**	**10.732**	**4.264**	**42.860**	**36,2**
Ceará	11.437	8.692	6.917	6.191	1.135	34.372	29,0
Rio Grande do Norte	10.863	6.299	2.453	2.498	451	22.565	19,0
Rio Grande do Sul	4.313	6.093	5.029	880	208	16.523	13,9
Paraná	130,17	508,71	769,58	422	0	1.831	1,5
Subtotal (5 principais)	**35.090**	**31.542**	**24.737**	**20.723**	**6.058**	**118.150**	**99,7**
Outros estados	102	59	5	136	68	369	0,3
Total	**35.192**	**31.601**	**24.742**	**20.859**	**6.126**	**118.519**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Cebola

Jurandi Teodoro Gugel – Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
jurandigugel@epagri.sc.gov.br

Produção e mercados mundiais

A cultura da cebola é difundida e produzida em todos os continentes e praticamente em quase todos os países. A produção mundial, segundo a FAO (Figura 1), tem mantido crescimento gradativo, alcançando 41,68% quando se comparam os anos de 2004 e 2014, tendo ultrapassado a 80 milhões de toneladas/ano, desde o ano de 2011.

Fonte: FAOSTAT, julho/2017.

Figura 1. Produção mundial de cebola 2004-14 (t)

Segundo dados da FAO, a Oceania contribui com 0,4%, África com 10,1%, Europa com 13%, Américas com 13,6% e Ásia com 63,9% da produção.

Destacam-se China, Índia e EUA como os maiores produtores mundiais de cebola em 2014, (Tabela 1), que juntos produziram mais de 50% da produção mundial de cebola.

Tabela 1. Principais países, área e produção mundial de cebola – 2010-14

País	Área plantada (ha)					Produção (t)				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
China	980.211	1.015.239	1.021.242	1.026.160	1.034.841	21.748.059	22.064.801	22.244.986	22.351.234	22.610.915
Índia	1.064.000	1.087.230	1.052.000	1.217.000	1.203.570	15.188.000	17.511.090	16.813.000	19.299.000	19.401.980
EUA	60.410	59.740	59.440	58.010	56.600	3.383.380	3.360.970	3.242.940	3.159.350	3.166.740
Egito	61.535	63.723	58.089	52.718	68.487	2.208.078	2.304.207	2.024.881	1.093.230	2.505.189
Irã	55.741	61.865	54.950	55.415	57.112	1.922.973	2.173.002	1.938.000	2.050.000	2.109.197
Turquia	62.688	73.489	63.000	64.550	58.315	1.900.000	2.141.373	1.735.157	1.904.846	1.790.000
Brasil	**70.429**	**63.481**	**60.931**	**57.402**	**59.190**	**1.753.311**	**1.523.316**	**1.519.022**	**1.538.929**	**1.646.498**
Paquistão	124.700	147.600	129.700	125.912	133.922	1.701.100	1.939.600	1.691.800	1.660.740	1.740.184
Rússia	88.000	95.500	92.100	85.740	85.993	1.536.300	2.122.740	2.080.814	1.984.937	1.994.253
Rep. Coreia	22.113	22.976	20.965	20.036	23.911	1.411.646	1.520.016	1.195.737	1.294.009	1.589.957
Mundo	**4.175.669**	**4.348.413**	**4.465.555**	**5.047.324**	**5.300.058**	**78.782.999**	**84.721.497**	**82.203.330**	**84.426.371**	**88.539.417**

Fonte: FAOSTAT, julho de 2017.

Ainda pelos dados da FAO, o incremento na produção mundial no período de 2010 a 2014, deu-se pelo incremento da área plantada em detrimento da produtividade. No período considerado, a área plantada cresceu 26,93% e a produção mundial apenas 12,38%.

A produtividade mundial foi de 18,86 toneladas/ha, em 2010, 19,48 em 2011, 18,40 em 2012 e caindo ainda mais em 2013 e 2014 para 16,72 e 16,70/toneladas por hectare, respectivamente.

Em relação à evolução das exportações mundiais de cebola (Figura 2), observa-se crescimento importante em volume e valores comercializados, atingindo em 2013, US$ 3,265 bilhões de dólares e pouco mais de 7 milhões de toneladas, significando 8,3% da produção mundial.

Fonte: FAOSTAT, julho de 2017.

Figura 2. Evolução das exportações mundiais de cebola - 2004-13

Os principais países exportadores de cebola em 2013, segundo a FAO, foram Índia com 1,47 milhão de toneladas, Holanda com 1,22 milhão de toneladas e China com 0,74 milhão de toneladas. Dentre os 10 principais países exportadores mundiais de cebola estão os principais fornecedores de cebolas ao Brasil, como Holanda, Argentina, Espanha, Peru e México.

Fonte: FAOSTAT, julho de 2017.

Figura 3. Principais países exportadores mundiais de Cebola - 2013 (mil t)

Dentre os principais países importadores mundiais de cebola, destacam-se Malásia, EUA, Bangladesch, Japão e reino Unido (Tabela 2).

Tabela 2. Principais Países Importadores de Cebola – 2011-13 (mil t)

2011		2012		2013	
Malásia	453,651	Malásia	442,495	Malásia	459,874
Fed. Russa	453,332	EUA	229,861	EUA	436,952
EUA	394,053	Bangladesch	385,265	Reino Unido	434,584
Japão	373,123	Japão	342,293	Bangladesch	360,267
Reino Unido	356,748	Reino Unido	338,636	Japão	302,225
Arábia Saudita	323,126	Arábia Saudita	305,747	Arábia Saudita	279,303
Alemanha	278,360	Alemanha	232,238	Fed. Russa	243,536
Bangladesch	268,109	Fed. Russa	229,861	Alemanha	237,307
Holanda	205,453	E. Árabes	225,121	E. Árabes	200,209
Canadá	178,307	Canadá	175,595	Canadá	186,070
Total	**3.284,262**	**Total**	**2.907,112**	**Total**	**3.140,327**

Fonte: FAOSTAT – julho de 2017

Produção e mercados nacionais

Segundo dados do IBGE em 2016 (Tabela 3), o Brasil produziu 1,578 milhão de toneladas em 55.919 hectares de área colhida e rendimento médio de 28.229kg/ha.

Santa Catarina, em 2016, se destaca como o maior produtor nacional com 546.250 toneladas e o estado da Bahia como o segundo produtor nacional, com 255.200 toneladas. Os oito estados com maior participação na produção de cebola no Brasil contribuíram com mais de 98% da produção nacional.

Tabela 3. Área colhida, produção e rendimento médio da cebola no Brasil – 2014-16

	Área colhida (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Pernambuco	2.260	1.370	1.110	48.440	29.430	27.720	21.434	21.482	24.973
Bahia	9.273	9.295	8.560	323.120	282.904	255.200	34.845	30.436	29.813
Minas Gerais	3.109	3.323	3.321	171.485	195.528	185.524	55.158	58.481	55.864
São Paulo	5.511	5.148	5.076	203.493	197.070	179.721	36.925	38.281	35.406
Paraná	5.894	5.259	5.127	134.800	129.764	98.407	22.871	24.723	19.194
Santa Catarina	**19.311**	**21.298**	**21.423**	**474.709**	**339.451**	**546.259**	**24.582**	**16.917**	**25.499**
Rio Grande do Sul	7.755	8.714	7.560	171.179	147.439	144.357	17.548	16.920	19.095
Goiás	2.400	2.335	2.549	85.280	105.225	117.410	35.533	45.064	46.061
Outros estados	3.677	1.181	1.193	33.992	19.269	23.956	9.244	16.338	20.080
Brasil	**59.190**	**57.923**	**55.919**	**1.646.498**	**1.445.990**	**1.578.554**	**27.817**	**24.964**	**28.229**

Fonte: IBGE.

Em relação às importações (Figura 4) o Brasil internalizou 150,591 mil toneladas em 2014 e 270,325 mil toneladas em 2015. Importante registrar que no ano de 2015, a Região Sul do Brasil, maior produtora nacional da hortaliça, teve sua safra afetada por problemas climáticos. O prejuízo causado à qualidade dos bulbos foi um dos fatores que mais contribuíram para ampliar o espaço para o crescimento das importações (Figura 5).

Em 2016, houve um retorno das importações para patamares mais próximos à média histórica, com a internalização de 178,078 mil toneladas. Nesse ano o maior exportador para o Brasil foi a Holanda com mais de 79 mil toneladas,

seguida da Argentina com pouco mais de 74 mil toneladas, Espanha e Chile com pouco mais de 10 mil toneladas cada. Os demais países foram Bélgica, EUA, Nova Zelândia, Peru, Portugal e Uruguai.

(1)Até julho/17.
Fonte: Sistema Aliceweb/MDIC – agosto de 2017.

Figura 4. Importação de cebola pelo Brasil - 2007 a julho de 2017(1)

A área de produção de cebola no Brasil tem recuado nos últimos anos. Segundo o IBGE, em 2010 o Brasil plantou 70.429ha. A queda foi gradativa nos últimos anos, chegando a 56.778ha plantados com área colhida de 55.919ha em 2016. Para 2017, os dados, ainda preliminares, indicam que a área plantada deve fechar em 56.764ha.

Fonte: IBGE.

Figura 5. Desempenho da produção de cebola no Brasil 2011-17 (t)

A safra 2016/17, no Brasil, tem se desenvolvido em condições climáticas extraordinárias que, associadas à tecnologia de manejo e produção da cultura, devem contribuir para que o País produza, segundo dados preliminares do IBGE, uma das maiores e melhores safras da história, cujo volume deverá alcançar a marca de 1.690,666 toneladas (Figura 5).

Se por um lado a área destinada à produção de cebola no Brasil vem tendo redução gradativa, a produtividade da cultura vem crescendo e compensando a perda de área (Figura 6), cuja produtividade foi de 28.229Kg/ha em 2016 e deve ultrapassar 29 mil kg/ha em 2017.

Figura 6. Evolução da produtividade da cebola no Brasil - 2011-17 (t/ha)

Produção e mercado estadual

Santa Catarina é o maior produtor nacional de cebola. A hortaliça é cultivada em pequenas áreas e predominantemente por agricultores familiares, perfazendo mais de 8 mil famílias na atividade.

A superssafra catarinense de cebola 2016/17 propiciou uma oferta bruta total ao mercado de 633.981 toneladas. Avaliações ainda não concluídas indicam uma oferta líquida total de 475 mil toneladas ao mercado. Com a queda geral dos preços da hortaliça, o preço médio ponderado em Santa Catarina foi aproximadamente de R$ 0,52/kg, atingindo, portanto, um VPB pouco acima de R$ 247 milhões.

As regiões tradicionais de produção em Santa Catarina são o Alto Vale do rio Itajaí, os campos de Lages e a região do Joaçaba. Nos últimos anos, houve significativos avanços na estruturação da infraestrutura de produção nas propriedades, seja em termos de máquinas e equipamentos, seja para viabilizar o uso da irrigação, atingindo desde a produção de mudas ou mesmo todo ciclo de desenvolvimento da cultura. Não há ainda dados sistematizados sobre o tema, mas em alguns municípios como Ituporanga, a irrigação é usada em mais de 90% das propriedades produtoras de cebola. Essa condição dá segurança de produção aos agricultores e a toda a cadeia produtiva, permitindo, por consequência, um ganho para toda a sociedade.

Após redução do volume produzido em 2015 (Figura 7), em função de excesso de chuvas durante todo o período de desenvolvimento e colheita da cultura, a produção catarinense tem retomado tendência de crescimento nos anos de 2016, que chegou ao recorde histórico em 2017 ao alcançar o volume de 633 mil toneladas (Figura 7).

(1)Produção Bruta total e sujeita a alterações.
Fonte: IBGE e Epagri/Cepa.

Figura 7. Desempenho da produção de cebola em Santa Catarina - 2011-17(1) (t)

Os produtores de Santa Catarina enfrentaram problemas de mercado para escoamento da safra 2016/17. A superssafra afetou os preços recebidos pelos produtores em função do excesso de oferta da produção nacional. Essa situação perdurou durante todo o período em que a cebola catarinense foi colocada no mercado.

(1)Dados preliminares.
Fonte: IBGE e Epagri/Cepa.

Figura 8. Evolução da área colhida em Santa Catarina 2011-17(1) (ha)

O resultado econômico da safra deverá impactar os números da próxima safra 1017/18, para a qual levantamentos iniciais indicam redução da área de pouco mais de 3,5%. Essa estimativa de pequena redução de área pode significar que o setor e, principalmente os produtores estruturados e tradicionais na produção da hortaliça alcançaram bom nível de gestão de seus negócios, de modo que eventuais crises, como a enfrentada recentemente, sejam absorvidas com mais tranquilidade. Questão a avaliar nos próximos períodos para compreender o grau de estruturação e competitividade desta cadeia produtiva.

Feijão

João Rogério Alves – Engenheiro-agrônomo, M.Sc. Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

O feijão comum (Phaseolus vulgaris), planta originária da América Central, é uma das principais leguminosas comestíveis no mundo e se constitui num alimento que possui grande importância como fonte de proteína e carboidratos, sobretudo para as populações de regiões tropicais. Em 2014, o Brasil ocupou a terceira posição na produção mundial de feijão e, juntamente com Índia, Mianmar e Estados Unidos, responderam por cerca de 51% da produção mundial. A produção desses três países está concentrada numa área de aproximadamente 16 milhões de hectares, que corresponde a cerca de 50% de toda área plantada com feijão no mundo. Quanto ao rendimento das lavouras, em 2014 a média mundial foi de 793kg/ha, cerca de 13 sacas de 60kg/ha de feijão, enquanto que no Brasil o rendimento médio girou em torno de 1.034kg/ha, 17 sacas de 60kg/ha, valor cerca de 30% superior à média mundial (Tabela 1).

A conjugação da diversidade de tipos, os hábitos de consumo e a rápida perda de qualidade do produto quando armazenado são fatores que limitam o mercado internacional de feijão. Outro aspecto importante é que os maiores produtores de feijão são também os maiores consumidores, o que restringe ainda mais o comércio internacional da leguminosa. Segundo dado da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil é o maior consumidor per capita do mundo de feijão, em 2013 chegou a 16,1 kg/habitante/ano.

Tabela 1. Feijão seco - Área, produção e rendimento mundial – 2012-14

País	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Índia	9.100	9.100	10.000	3.710	3.630	4.110	408	399	411
Mianmar	2.750	2.700	2.634	3.650	3.700	3.737	1.327	1.370	1.419
Brasil	**2.709**	**2.814**	**3.186**	**2.795**	**2.893**	**3.295**	**1.032**	**1.028**	**1.034**
EUA	684	533	674	1.448	1.115	1.325	2.117	2.091	1.966
México	1.559	1.755	1.681	1.081	1.295	1.274	693	738	758
China	1.265	1.151	1.115	1.139	1.028	1.046	900	893	938
Tanzânia	1.265	1.151	1.115	1.199	1.114	1.026	948	967	920
Uganda	669	672	674	870	941	877	1.300	1.401	1.301
Quênia	1.056	1.084	1.052	623	714	616	590	659	585
Ruanda	480	480	454	433	438	423	902	913	930
Outros	9.816	9.838	8.914	7.881	7.727	7.246	803	785	813
Mundo	**31.354**	**31.278**	**31.498**	**24.829**	**24.595**	**24.974**	**792**	**786**	**793**

Fonte: FAO/faostat, jul./2017.

No que diz respeito ao mercado internacional, os cinco maiores importadores de feijão são: Índia, Brasil, Estados Unidos, México e Itália que, juntos participam com 41% das importações mundiais de feijão. Entre 2009 e 2013, o Brasil importou em média 223 mil toneladas ao ano, posicionando-se em 2013 como segundo maior importador da leguminosa (Tabela 2).

Tabela 2. Feijão seco – Importações mundiais e dos principais países – 2009-13

País	Mil toneladas						Participação média (%)
	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009-13)	
Índia	1.031	495	631	789	886	766	22
Brasil	**110**	**181**	**207**	**312**	**304**	**223**	**7**
EUA	155	142	172	168	135	154	5
México	175	117	105	236	134	153	4
Itália	96	108	118	110	123	111	3
Outros	2.017	2.063	2.146	1.888	1.901	2.003	59
Mundial	**3.584**	**3.107**	**3.379**	**3.502**	**3.484**	**3.411**	**100**

Fonte: FAO/faostat, jul./2017.

Os maiores exportadores mundiais de feijão são: Mianmar, China, Estados Unidos, Argentina e Canadá, que juntos contribuem com 77% das exportações mundiais de feijão. No período analisado de 2009 a 2013, esses países vêm consolidando suas posições mundiais, com modestas variações nos volumes exportados anualmente (Tabela 3).

Tabela 3. Feijão seco – Exportações mundiais e dos principais países – 2009-13

País	Mil toneladas						Participação média (%)
	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009-13)	
Mianmar	1.536	973	1.586	1.285	1.370	1.350	32
China	1.047	951	949	944	801	938	22
EUA	434	407	386	488	453	433	10
Argentina	290	327	351	347	104	284	7
Canadá	257	256	218	265	294	258	6
Outros	906	786	918	955	991	911	22
Mundo	**4.469**	**3.699**	**4.408**	**4.283**	**4.014**	**4.175**	**100**

Fonte: FAO/faostat, jul./2017.

Produção e mercado nacionais

Segundo estimativas do IBGE, a safra brasileira de feijão[1] 2016/17 cresceu cerca de 9,4% em relação à safra passada, passando de 2.895 mil hectares, para atuais 3.166 mil hectares. Esse incremento, em grande medida, recuperou a área que havia sido perdida na safra anterior por problemas climáticos, voltando a patamares acima dos 3,0 milhões de hectares alcançados em anos anteriores.

Na produção também tivemos crescimento na safra, passando produzimos cerca de 2.572 mil toneladas. Para esta safra, as estimativas apontam que alcançaremos aproximadamente 3.325 mil toneladas, crescimento de cerca de 29% em relação à safra anterior. Esta safra foi marcada pelas boas condições de clima durante praticamente todo o ciclo da cultura na maioria das regiões brasileiras, aspecto que contribuiu para um aumento na produtividade da ordem de 18%, passamos dos 888kg/ha da safra anterior para atuais 1.050kg/ha (Tabela 4).

[1]A safra brasileira de feijão é composta de três safras (1ª, 2ª e 3ª), caracterizando-se como uma cultura que incorre em plantio e colheita simultâneos nas diferentes regiões do País.

Tabela 4. Feijão total – Área e produção dos principais estados e do Brasil – 2012/13-2016/17

Estado	Área plantada (1.000ha)					Produção (1.000t)				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16[1]	2016/17[2]	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16[1]	2016/17[2]
PR	481	512	422	384	444	678	814	726	590	711
MG	419	390	347	349	347	564	573	509	522	542
BA	462	582	565	361	443	231	356	415	171	282
GO	131	129	123	154	129	294	316	389	356	328
MT	207	224	240	252	234	280	304	319	231	313
SP	115	94	94	91	114	216	194	236	213	290
CE	319	404	405	384	460	56	109	67	57	136
SC	80	89	77	74	77	136	145	139	124	136
RS	73	76	67	61	68	95	111	95	88	99
PE	85	229	189	207	207	41	53	34	21	100
Outros	669	671	601	578	643	302	319	161	199	388
Brasil	**3.041**	**3.400**	**3.130**	**2.895**	**3.166**	**2.893**	**3.294**	**3.090**	**2.572**	**3.325**

[1]Dados sujeitos à alteração.
[2]Estimativa.
Fonte: IBGE/Sidra (julho/2017).

Com uma distribuição geográfica em quase todos os estados brasileiros, o feijão é parte integrante da cultura e da culinária brasileiras. A leguminosa, junto com arroz, são ingredientes indispensáveis na dieta dos brasileiros. Com uma produção bastante ajustada ao consumo e importações ocasionais a fim de suprir oscilações entre a produção e o consumo, é possível perceber que há uma tendência à redução da área total plantada com feijão. Ao analisar os extremos da série selecionada, pode-se observar que ao longo dos últimos 14 anos houve uma redução de 24% na área total plantada de feijão no País (Figura 1).

[1]Estimativa.
Fonte: IBGE.

Figura 1. Feijão – Evolução da área plantada de feijão total, 1ª, 2ª e 3ª safras no BR - 2002/03 a 2016/17[1]

Para o feijão primeira safra 2016/17, tivemos um incremento em produção na ordem de 42,3% em relação à safra passada. Para esta safra contribuem praticamente todos os estados brasileiros. No feijão primeira safra merece destaque o Estado do Paraná, que foi responsável por cerca de 25% da produção nacional do feijão primeira safra em 2015.

A safra brasileira de feijão segunda safra 2016/17, obteve um aumento em produção na ordem de 27,5% em relação à safra anterior. Igualmente cultivado em praticamente todo Brasil, para esta segunda safra nacional, o Estado que se destacou em 2016 mais uma vez foi o Estado do Paraná, responsável por cerca de 29% da produção nacional de feijão segunda safra.

Já o feijão terceira safra 2016/17, obteve um incremento em produção na ordem de 1,8% em relação à safra anterior. Trata-se e uma lavoura cultivada sobretudo nos estados da Região Centro-Oeste, com destaque para Minas Gerais e Goiás, que juntos foram responsáveis por 68% da produção nacional de feijão terceira safra em 2016.

Em anos normais, não temos observado problemas de desabastecimento, exceto em curtos períodos de tempo quando ocorreu problemas de clima próximos a períodos de entressafra. A regularidade de oferta do produto pode ser atribuída ao aumento na produtividade média da safra brasileira, que nesse período passou de 754kg/ha para atuais 1.078kg/ha, aumento de 43%. Em termos de produção não ocorreram variações significativas nesse período, apenas 0,7%. Outro aspecto que deve ser considerado é o aumento do plantio de feijão terceira safra, trata-se de um cultivo em sua grande parte conduzido com sistema de irrigação, permitindo atingir alta produtividade, que nesta safra 2016/17 alcançou 2.576kg/ha, cerca de 180% superior à produtividade média do feijão primeira safra.

Nosso principal fornecer de feijão é a Argentina, nos últimos três anos essa parceria comercial vem se consolidando, em detrimento das importações chinesas. Em 2016, o país foi responsável por cerca de 60% de todo feijão importado pelo Brasil. China e Bolívia seguem em segundo e terceiro lugares com volumes menos expressivos, 28% e 8%, respectivamente. A soma das importações brasileiras de feijão em 2016 representaram apenas 10% de toda produção brasileira. É importante destacar que na safra 2015/16 tivemos sérios problemas nas safras de verão, e com o feijão não foi diferente, problemas de ordem climática e fitossanitária prejudicaram muito as lavouras de feijão em praticamente todas as regiões produtoras do País, fatores que geraram como resultado maior aumento nas importações da leguminosa naquele ano (Tabela 5).

Tabela 5. Feijão – Importação brasileira por país de origem – 2013-17

País	Quantidade (t)					Valor (1.000 US$)				
	2013	2014	2015	2016	2017[1]	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Argentina	46.387	107.852	129.422	206.172	44.780	48.592	92.243	66.314	172.995	35.507
China	227.246	7.250	13.602	94.500	335	207.162	7.659	10.408	77.072	440
Bolívia	28.962	18.181	11.650	26.233	1.154	27.981	14.084	7.014	22.790	794
EUA	58	20	40	13.982	2.914	371	140	281	13.433	3.094
Paraguai	237	1.508	1.551	582	115	221	1.046	713	404	60
Peru	465	308	345	356	115	507	399	499	379	121
Outros	986	416	42	661	400	832	301	78	1.567	383
Total	**304.341**	**135.535**	**156.652**	**342.486**	**49.813**	**285.666**	**115.872**	**85.307**	**288.640**	**40.399**

[1]Janeiro a julho.
Fonte: Aliceweb, MIDC.

Tomando por base o ano de 2016, nossas exportações tiveram como principal destino a Índia. Para esse País exportamos cerca de 28 mil toneladas de feijão e, até julho de 2017, os volumes exportados já superavam 36 mil toneladas. Pelos dados analisados nos últimos cinco anos, não é possível observar uma tendência definida nas exportações anuais de feijão brasileiro, nem tão pouco na regularidade dos volumes de compras de nossos parceiros comerciais (Tabela 6).

Tabela 6. Feijão – Exportação brasileira por país de origem – 2013-17

País	Quantidade (t)					Valor (1.000US$)				
	2013	2014	2015	2016	2017[1]	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Índia	10.150	32.157	70.771	28.334	36.104	6.426	19.406	42.024	15.006	23.266
Egito	17.203	10.837	9.200	4.946	7.682	11.172	7.568	5.228	2.735	5.003
Paquistão	2.540	3.059	12.641	4.113	4.125	1.677	2.150	7.648	2.375	2.726
Emirados Árabes Unidos	125	25	1.896	1.134	1.532	84	21	1.142	617	961
Vietnã	501	7.835	9.911	890	10.692	332	4.700	6.056	673	8.069
Nepal	0	0	1.324	774	1.911	0	0	733	351	1.254
Outros	4.773	11.148	16.883	4.976	5.213	4.830	11.649	15.235	6.513	5.315
Total	**35.292**	**65.061**	**122.626**	**45.168**	**67.259**	**24.521**	**45.495**	**78.066**	**28.269**	**46.595**

[1]Janeiro a julho.
Fonte: Aliceweb, MIDC.

Com a conclusão da primeira e segunda safras de feijão, e a partir do início da colheita da terceira safra previsto para o mês de julho, estimativas da Conab apontam para uma produção nacional de 3.354,1 mil toneladas, volume bastante aproximado ao estimado pelo IBGE, que é de 3.325,5 mil toneladas, diferença de 0,9%. Os dados da Conab indicam uma variação positiva de 33,5% em relação à frustrada safra 2015/16. A companhia prevê ainda que o consumo deverá aumentar na ordem de 19,6% em relação à safra passada, uma vez que passamos de 2,80 milhões de toneladas para 3,35 milhões de toneladas. Com estoque de passagem de 186 mil toneladas e produção em torno de 3,35 milhões de toneladas, será necessário importar cerca de 150 mil toneladas em 2017, cerca de 175 mil toneladas a menos do que foi importado em 2016. Até julho de 2017, já havíamos importado cerca de 49,8 mil toneladas, cerca de 33% de nossa demanda em importações para o ano. Quanto às exportações, a Conab estima que serão vendidos ao exterior cerca de 120 mil toneladas, até julho deste ano já foram exportadas cerca de 67 mil toneladas, ou seja, 56% do está previsto, 49% a mais do que todas as exportações de feijão realizadas em 2016. Se todos esses números se confirmarem, chegaremos ao término de 2017 com um estoque final de 220 mil toneladas (Tabela 7).

Tabela 7. Feijão – Balanço de oferta e demanda – Brasil – Safras 2011/12-2016/17

Discriminação	Mil toneladas					
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17[1]
Estoque inicial	686	374	129	304	198	186
Produção	2.918	2.806	3.454	3.210	2.513	3.354
Importação	312	304	136	157	325	150
Suprimento	3.917	3.485	3.719	3.671	3.036	3.690
Consumo	3.500	3.320	3.350	3.350	2.800	3.350
Exportação	43	35	65	123	50	120
Estoque final	374	129	304	198	186	220

[1]Estimativa.
Fonte: Conab (acompanhamento safra bras. de grãos - 11º Levantamento), agosto/17.

Produção e mercado estaduais

Nesta Síntese Anual da Agropecuária de Santa Catarina, estamos apresentando dados estaduais e por microrregião geográfica de área plantada, produção e rendimento para a cultura do feijão, obtidos a partir de nosso próprio sistema de levantamento e acompanhamento de safras. Desde a safra 2013/2014, estamos aperfeiçoando nossa sistemática de acompanhamento, e de forma comparativa aferindo nossos dados com os levantados pelo IBGE, mais especificamente aqueles apurados na Produção Agrícola Municipal (PAM) e no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

O fato de IBGE e Epagri/Cepa terem metodologias de coleta de dados próprias fará com que inevitavelmente as duas entidades cheguem a números diferentes para um mesmo parâmetro analisado, o que não deve implicar a legitimidade das informações levantadas por ambas instituições. A existência de metodologias diferentes para levantamento de informações agropecuárias é objeto de pesquisas e estudos das ciências socioeconômicas, e extremamente salutar para que seja possível haver análises comparativas e contraditórias para um mesmo objeto de estudo, gerando como resultado, informações mais confiáveis e representativas para a sociedade, no caso em estudo, acompanhamento de safras e mercados.

Os dados que agora apresentamos em safra total de feijão é resultado da soma da primeira e da segunda safras catarinenses de feijão. Na primeira safra, também conhecida como safra das águas, o plantio se dá entre os meses de agosto e dezembro, período em que normalmente há bom regime de chuvas. Já a segunda safra, que em muitas regiões é chamada de safra da seca, o plantio acontece entre dezembro e março.

A produção catarinense de feijão se baseia em feijão-preto, em torno de 60% da área plantada e 46% da produção, e feijão-cores, com predomínio do feijão-carioca, com cerca de 40% da área plantada e 54% da produção estadual. O feijão carioca possui produção concentrada da 1ª safra, cerca de 96%, já o feijão-preto possui produção mais bem distribuída nas duas safras, 63% em 1ª safra e 37% em 2ª safra. O plantio de feijão-carioca no Estado está concentrado nas microrregiões geográficas de Curitibanos e Lages, que são as principais regiões produtoras, responsáveis por 63% do feijão carioca produzido na primeira safra.

Em Santa Catarina, para a safra 2016/17, o feijão 1ª safra foi cultivado em cerca 45.820ha, que corresponde a 64% da área total cultivada com feijão no Estado, e contribuiu com aproximadamente 94,5 mil toneladas, cerca de 73% da produção estadual de feijão. Cultivado em menor escala, o feijão 2ª safra foi semeado em cerca de 25.339ha, cerca de 36% da área plantada, que resultou numa produção de 34,2 mil toneladas, aproximadamente 27% da produção estadual de feijão.

Na safra 2016/17 de feijão total, tivemos uma redução na área plantada em torno de 4% em relação à safra passada. Em termos de produção, não ocorreram variações significativas nas duas últimas safras, ficando a produção estadual estabilizada em cerca de 128 mil toneladas. Em termos de rendimento, apesar dos prejuízos causados pelas chuvas ao feijão 2ª safra, que resultou numa produtividade de 1.350kg/ha, observamos que os bons rendimentos obtidos com o feijão 1ª safra, em torno de 2.064kg/ha, compensaram essas perdas, resultando num rendimento médio do feijão total de aproximadamente 1.809kg/ha na safra 2016/2017, o que corresponde a um aumento de 4% em comparação com a safra anterior (Tabela 9).

Nos últimos onze, segundo dados do IBGE, a área destinada ao cultivo de feijão em Santa Catarina reduziu 40%. Considerarmos todos os anos da série analisada, verificaremos que a área média ficou em torno de 99,5 mil hectares. Na safra 2016/17, estamos cerca de 28% abaixo deste valor médio, redução explicada em parte pela destinação dessas áreas para o cultivo da soja e milho, mas existem também outros aspectos socioeconômicos envolvidos, entre os quais destacamos a redução da mão de obra nas propriedades rurais, a limitação para mecanização de atividades como a colheita em muitas propriedades, as grandes oscilações de preços aos produtores, as sucessivas frustrações de safras em função de problemas climáticos e a ocorrência de problemas com pragas e doenças.

Nesse período, a produção média catarinense ficou em 155 mil toneladas, com tendência de queda. Estamos com uma produção inferior à média no período em cerca de 21%. Já o rendimento apresenta tendência de alta, nesses 11 anos o rendimento médio ficou em torno de 1.577kg/ha, e nesta safra estamos cerca de 15% acima desta média. Esse aumento no rendimento médio se deve sobretudo à intensificação do uso de insumos, ao aprimoramento genético com a utilização de variedades mais produtivas e à intensificação da produção empresarial em algumas regiões do Estado (Figura 2).

No que diz respeito ao mercado e à comercialização , em 2016 o preço médio do feijão-carioca pago aos produtores catarinenses, para praça de referência de Joaçaba, foi de R$ 261,72/saca de 60kg, valor 105% superior aos praticados em 2015. Já em 2017, desde os primeiros meses do ano os preços começaram de baixar, até julho de 2017 o preço médio da saca estava em R$ 144,48, no mesmo período no ano anterior o preço médio ficou em média a R$ 263,28, cerca de 82% maior do em neste ano. Merece destaque os preços praticados entre os meses de junho e julho, onde atingiram valor superior a R$ 400,00/saca.

Tabela 8. Feijão – Área e produção por microrregião geográfica de Santa Catarina – 2013/14-2016/17

Microrregião	Área plantada (ha)				Produção (t)			
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Xanxerê	11.475	11.460	13.875	16.255	22.439	23.330	29.013	34.841
Curitibanos	21.355	17.185	15.600	10.095	36.874	34.365	27.529	21.026
Canoinhas	10.570	9.970	9.720	9.520	19.413	19.015	19.541	20.192
Campos de Lages	8.280	8.290	9.820	9.860	16.089	14.679	16.033	16.259
Joaçaba	7.316	6.239	4.382	4.438	11.494	9.682	7.091	8.189
Criciúma	5.908	4.880	4.388	3.733	9.216	7.568	7.609	7.019
Ituporanga	3.910	4.438	2.532	3.512	6.580	4.870	4.100	4.733
Tubarão	2.675	2.675	1.865	2.396	4.559	4.559	3.405	4.495
Chapecó	3.516	3.466	3.402	4.564	3.007	3.709	4.206	3.763
São M. do Oeste	3.821	3.424	2.593	2.573	4.077	3.894	3.215	2.506
Rio do Sul	1.522	1.503	1.429	1.231	2.162	2.139	1.904	2.101
Araranguá	720	535	510	665	1.383	572	636	1.076
Tijucas	692	725	553	475	729	773	571	725
São B. do Sul	1.317	1129	931	853	1.252	1.081	950	614
Tabuleiro	617	540	1020	400	1031	603	1138	442
Concórdia	458	537	612	264	555	772	855	426
Florianópolis	160	140	280	140	185	185	370	185
Blumenau	273	268	395	164	341	326	393	168
Itajaí	36	14	28	14	27	10	20	10
Joinville	15	17	24	7	23	20	28	8
Santa Catarina	**84.636**	**77.435**	**73.959**	**71.159**	**141.436**	**132.153**	**128.607**	**128.779**

Fonte: Epagri/Cepa.

(1)Estimativa.

Fonte: IBGE.

Figura 2. Feijão – Evolução da área plantada, produção e rendimento em SC - 2005/06 a 2016/17(1)

Para o feijão-preto, que temos como região de referência a praça e Chapecó, não apresentou grande variação e teve comportamento firme ao longo de todo ano de 2016, com preço médio anual girando em trono de R$ 177,54/saca, cerca de 78% acima dos preços praticados em 2015. Já em 2017, o cenário foi um pouco diferente, o peço médio até julho ficou em torno de R$ 120,70/saca, valor este 27% inferior aos praticados no mesmo período de 2016 (Tabela 9).

Tabela 9. Feijão – Preço médio pago aos produtores do feijão-carioca e feijão-preto por praça de referência – 2014-17

Mês	(R$/60kg)							
	Feijão-carioca[1]				Feijão-preto[2]			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Janeiro	80,00	130,00	160,00	134,12	127,39	130,00	150,00	159,00
Fevereiro	99,50	135,36	186,67	107,78	120,00	130,00	160,00	122,78
Março	130,00	138,00	194,29	147,65	127,22	121,67	154,12	120,00
Abril	128,42	120,00	205,26	135,00	134,71	105,33	144,44	120,00
Maio	85,56	120,00	235,00	177,89	112,25	88,24	163,06	120,00
Junho	80,00	120,00	454,59	167,89	85,94	80,56	188,86	120,00
Julho	80,00	120,00	407,14	141,00	88,75	80,00	195,00	120,00
Agosto	70,00	111,50	362,38		90,00	80,00	195,00	
Setembro	70,00	110,00	344,29		90,00	84,00	195,00	
Outubro	70,00	115,63	241,05		90,00	92,33	195,00	
Novembro	70,00	147,89	180,00		90,00	96,67	195,00	
Dezembro	70,00	160,00	170,00		90,00	106,67	195,00	
Média	**86,12**	**127,37**	**261,72**	**144,48**	**103,86**	**99,62**	**177,54**	**120,70**

[1]Praça de Joaçaba/SC.
[2]Praça de Chapecó/SC.
Fonte: Epagri/Cepa.

No mercado atacadista catarinense, os preços do feijão-carioca se mantiveram firmes ao longo de todo ano de 2016, quando a diferença entre o preço pago ao produtor e o preço no mercado atacadista ficou em torno de 14,3%. Em 2017, até julho, para o feijão-carioca essa diferença estava em 28,2%, demonstrando melhores ganhos em 2017 para o agricultor conseguir comercializar sua produção em volumes maiores junto a mercados atacadistas. Para o feijão-preto o comportamento não foi diferente, em 2016 quem comercializou sua produção no mercado atacadista obteve uma vantagem superior em cerca de 26,3%, e neste ano, até o mês de julho, a diferença já chega a 33,0%. Importante destacar que a característica do feijão que chega ao mercado atacadista é diferente daquele comercializado em nível de produtor. No mercado atacadista, trata-se de um produto que, antes de ser comercializado, passa por processo de limpeza, classificação, secagem e embalagem, conferindo ao produto melhor apresentação.

Tabela 10. Feijão – Preço médio pago no mercado atacadista do feijão-carioca e feijão-preto por praça de referência – 2014-17

Mês	(R$/60kg)							
	Feijão-carioca[1]				Feijão-preto[2]			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Janeiro	95,00	170,00	180,00	182,94	137,50	132,58	144,17	207,20
Fevereiro	113,25	162,14	213,33	147,78	137,50	137,20	169,27	135,00
Março	140,00	158,00	224,29	187,65	153,00	135,83	170,00	140,00
Abril	138,59	140,00	235,26	175,00	161,47	130,00	160,63	160,00
Maio	105,56	140,00	265,00	213,16	155,25	114,25	182,31	162,00
Junho	100,00	140,00	490,91	200,00	124,74	110,00	229,32	160,00
Julho	100,00	140,00	447,14	190,00	120,00	110,00	252,86	160,00
Agosto	93,81	135,75	404,76		120,00	110,00	260,00	
Setembro	90,00	135,00	384,29		115,91	112,14	260,00	
Outubro	90,00	135,00	293,68		120,00	115,00	260,00	
Novembro	90,00	166,84	230,00		120,00	125,00	252,50	
Dezembro	90,00	180,00	220,00		120,00	120,00	230,00	
Média	**103,85**	**150,23**	**299,06**	**185,22**	**132,11**	**121,00**	**214,26**	**160,60**

[1]Praça de Joaçaba/SC.
[2]Praça de Canoinhas/SC.
Fonte: Epagri/Cepa.

Maçã

Rogério Goulart Junior – Economista, Dr. – Epagri/Cepa
rogeriojunior@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Em 2014, a maçã foi a terceira fruta mais consumida no mundo, com cerca de 84,6 milhões de toneladas de produção e representando 9,6% da produção mundial de frutas.

Desse total, 62,7% foram produzidos na Ásia, 20,7% na Europa, 12,8% nas Américas, 3,0% na África e 0,8% na Oceania. Entre 2013 e 2014, o volume produzido na Europa obteve o maior aumento (6,5%), seguida das Américas (5,4%). Ambas obtiveram aumentos acima da média mundial, de 3,4% de acréscimo na produção.

Fonte: FAO (agosto de 2017). Disponível em: <http://www.fao.org>.

Figura 1. Maçã - Produção nos cinco continentes – 2013 e 2014

Entre as safras 2010/11 e 2014/15, a produção de maçã se expandiu na maioria dos países produtores com taxa de crescimento médio de 0,6% ao ano. A estimativa para a safra 2015/16 projeta um crescimento anual na produção mundial de 1,1%, em relação à safra anterior.

Na safra 2014/15, os três países com maior produção foram responsáveis por 60,2% da produção mundial. Entre 2010/11 e 2014/15, a China (continental) apresentou uma taxa de crescimento anual de 1,7%, seguindo com crescimento anual com 0,7% entre 2014/15 e 2015/16. Entre os dez principais produtores os países com as maiores taxas de crescimento anual, no mesmo período, foram a Polônia e a Federação Russa com 12,4% e 10,8%, respectivamente. Entre 2014/15 e 2015/16, o primeiro aumentou sua produção a uma taxa de 4,3% e o segundo a uma taxa de 8,0% ao ano. Já, no grupo dos quinze grandes produtores, a Argentina, o Irã e a França são os países que apresentaram as maiores reduções na produção anual com taxas de crescimento negativas de 5,4%, 5,0%, 2,6%, respectivamente (Tabela 1).

O Brasil participou com 1,6% da produção na safra de 2014/15 e apresentou uma taxa de crescimento anual negativa de 1,4%, entre 2010/11 e 2014/15. Já a variação entre 2014/15 e 2015/16 foi de crescimento anual negativo de 15,8%, devido a uma safra com problemas relacionados, principalmente, a eventos climáticos e de qualidade da fruta exigida pelo mercado.

Tabela 1. Maçã – Quantidade produzida no mundo e principais países – safras 2010/11 a 2015/16

Local	Produção (mil t)						Part. (%)	Ranking (em
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15[1] [2]	2015/16[1] [2]	2013/14	2016)
Mundo[1]	**76.054**	**77.489**	**80.823**	**79.303**	**77.992**	**78.836**	**100,0**	**-**
China, continental[1]	35.985	38.491	39.683	40.923	38.436	38.713	51,6	1º
EUA[2]	4.275	4.110	4.082	5.185	4.538	4.686	6,5	2º
Polônia[2]	2.493	2.877	3.085	3.195	3.979	4.150	4,0	3º
Índia[1]	2.891	2.203	1.915	2.498	3.478	3.625	3,1	4º
Turquia[1]	2.680	2.889	3.128	2.480	3.064	3.100	3,1	5º
Itália[2]	2.411	1.991	2.217	2.474	2.280	2.282	3,1	6º
Chile[2]	1.588	1.625	1.710	1.757	1.678	1.635	2,2	7º
Federação Russa[1]	1.200	1.403	1.572	1.624	1.810	1.954	2,0	8º
Irã[1]	1.843	1.700	1.693	1.573	1.498	1.416	2,0	9º
França[2]	1.857	1.385	1.737	1.532	1.674	1.564	1,9	10º
Brasil[3]	**1.339**	**1.340**	**1.231**	**1.379**	**1.265**	**1.065**	**1,7**	**11º**
Argentina[2]	1.044	947	1.245	1.012	834	820	1,3	14º
Outros[1]	**16.447**	**16.526**	**17.524**	**13.671**	**13.458**	**13.825**	**17,2**	**-**

Nota: Epagri/Cepa estimativas adaptadas de [1]FAO (2017), [2]WAPA (2016) e [3]IBGE (2017).
Fonte: FAO (agosto de 2017).

Entre 2012 e 2014, a exportação mundial de maçã apresentou uma contração com taxa de crescimento anual negativa de 1,3% no período. A Polônia, com 12,6% do volume comercializado, mantém a liderança mundial na exportação da fruta, seguida de Itália e China (continental).

Entre 2012 e 2014, a Polônia apresentou uma taxa de crescimento anual das exportações de 3,2%, com variação negativa de 15,3% entre 2013 e 2014. No triênio de 2012 a 2014, a França obteve taxa de crescimento anual positiva de 5,3% com variação positiva de 27,98% entre os últimos dois anos. E a Bielorrússia apresentou o maior crescimento anual no triênio com taxa 122,4% devido à estratégia polonesa para "furar" o embargo russo, sendo que grande parte do volume exportado foi de fruta originária da Polônia.

Já, entre os dez maiores exportadores, os Países Baixos apresentaram redução na taxa de crescimento anual de 10,5%, seguidos da China com taxa anual negativa de 6,0% e dos EUA com taxa anual negativa de 3,2%, em relação ao volume exportado no triênio (Tabela 2). O Brasil também apresentou taxa de crescimento anual negativa, com 21,7% de redução no volume exportado entre 2012 e 2014.

Tabela 2. Maçã – Maiores exportadores mundiais – 2012-14

Local	Quantidade exportada (t)			Participação (%)	Var. (%)	Ranking
	2012	2013	2014	2014	2013-14	(em 2014)
Mundo	**8.280.054**	**8.584.796**	**8073324[1]**	**100,00**	**-5,96**	
Polônia	958.364	1.205.248	1.020.665	12,64	-15,31	1º
Itália	933.367	788.021	970.120	12,02	23,11	2º
China (continental)	975.878	994.664	862.218	10,68	-13,32	3º
EUA	870.185	890.463	816.197	10,11	-8,34	4º
Chile	761.984	833.251	766.845	9,50	-7,97	5º
França	626.319	543.164	695.122	8,61	27,98	6º
África do Sul	388.835	482.435	374.652	4,64	-22,34	7º
Bielorrússia	63.284	117.867	312.971	3,88	165,53	8º
Nova Zelândia	284.450	322.136	283.223	3,51	-12,08	9º
Países Baixos	283.656	273.033	227.431	2,82	-16,70	10º
Bélgica[1]	180.879	202.206	174.322	2,16	-13,79	11º
Argentina	132.117	163.598	144.397	1,79	-11,74	12º
Brasil	**72.253**	**85.429**	**44.294**	**0,55**	**-48,15**	**22º**

Nota: [1] Via portuária.
Fonte: FAO (agosto 2017) e UN Comtrade (2016).

Entre 2012 e 2014, a importação mundial de maçã apresentou taxa de crescimento anual negativa de 15,2% no período. Em agosto de 2014, com o embargo russo à importação de produtos alimentares da União Europeia, a Federação Russa deixou de importar maçãs, principalmente da Polônia. Com isso, a Alemanha passou a ser o maior importador mundial da fruta com 10,3% de participação no volume importado em 2014 e com taxa anual de crescimento de 0,6% entre 2012 e 2014.

No triênio de 2012 a 2014, os EUA obtiveram taxa de crescimento anual positiva de 6,5% com variação positiva de 4,7% entre os últimos dois anos. E a Bielorrússia apresentou o maior crescimento anual no triênio com taxa 65,2% com grande volume importado da Polônia (Tabela 3).

Já a França apresentou decréscimo da taxa anual de 138%, no triênio, com variação negativa de 35,6% no volume importado da fruta entre 2013 e 2014. No México a taxa anual foi negativa, entre 2013 e 2014, devido à redução na compra de maçãs dos EUA acusados de dumping por produtores do estado mexicano de Chihuahua, principal região produtora do país.

Tabela 3. Maçã – Maiores importadores mundiais – 2012-14

Local	Quantidade importada (t)			Participação (%) 2014	Var. (%) 2013-14	Ranking (em 2014)
	2012	2013	2014			
Mundo	**8.386.623**	**8.613.231**	**6.035.515**[1]	**100,0**	**-29,9**	
Alemanha	614.362	658.442	621.771	10,3	-5,6	1º
Reino Unido	482.049	479.667	445.937	7,4	-7,0	2º
Bielorrússia	145.674	177.113	397.588	6,6	124,5	3º
Países Baixos	311.095	330.991	356.195	5,9	7,6	4º
Espanha	231.378	240.068	247.088	4,1	2,9	5º
México	235.893	274.978	235.502	3,9	-14,4	6º
Canadá	202.609	233.575	222.058	3,7	-4,9	7º
EUA	183.453	198.746	207.994	3,4	4,7	8º
Índia	186.368	194.335	204.570	3,4	5,3	9º
França	206.688	239.386	153.702	2,5	-35,8	10º
Brasil	**57.920**	**93.964**	**116.697**	**1,9**	**24,2**	**27º**

Nota: (1) Estimativa Epagri/Cepa adaptada de FAO (2017) e UN Comtrade (2016).
Fonte: FAO (agosto de 2017) e UN Comtrade (2016).

Produção e mercado nacionais

Em 2017, a participação na produção dos principais estados foi de 50,9% para Santa Catarina e 46,1% para o Rio Grande do Sul, que juntos representam 97,0% da produção nacional e 95,5% da área em produção da maleicultura. No ano de 2016, em Santa Catarina, as mesorregiões Serrana e Oeste Catarinense, juntas, participam com 50% da produção nacional e 51% do valor da produção. No estado gaúcho o Nordeste Rio-Grandense representou 46% da quantidade produzida e 43% do valor de produção. No Paraná as principais mesorregiões são a Metropolitana de Curitiba e Centro-Sul Paranaense, que juntas participaram com 2% da produção e 4% do valor gerado pelo setor.

As safras brasileiras de 2015/16 e 2016/17

Na safra 2015/16 houve redução de 17,2% na quantidade produzida e de 5,2% na área colhida brasileira, em relação à safra anterior. Entre as safras 2015/16 e 2016/17 estima-se uma recuperação na produção com aumento de 19,7% e com produtividade média de 37,7 mil quilos por hectare.

O estado catarinense apresentou taxa anual de crescimento positiva de 7,5% entre 2012/13 e 2014/15, passando por um decréscimo de 14,3% nas safras 2014/15 e 2015/16, quando participou com 50% da produção nacional. Com expectativa de crescimento anual de 21,4% entre as safras 2015/16 e 2016/17, Santa Catarina representou 51% da produção em 49% da área colhida em 2016/17.

No segundo semestre de 2015, com inverno de horas de frio abaixo da média e chuvas em excesso nas principais regiões produtoras, houve problema no desenvolvimento dos pomares nas fases de floração e frutificação, além da ocorrência de geadas e granizo em pomares que iniciavam a floração e depois na frutificação na mesorregião Serrana (SC) e no Nordeste Rio-Grandense (RS) afetando a quantidade produzida e a qualidade das frutas.

Ao final do primeiro semestre de 2016, cerca de 60% das maçãs foram classificadas como de cat.3, em torno de 35% foram de cat.1 e 5% de cat.2 e, além disso, a média das frutas apresentaram calibres menores que os das safras anteriores. Isso reduziu o volume estocado para a comercialização no segundo semestre de 2016. Em comparação a safra 2014/15, houve redução na quantidade produzida de 13% na mesorregião do Nordeste Rio-Grandense; de 3,3% na mesorregião Serrana (SC) e 0,8% no Oeste Catarinense. Como a oferta da maçã cat.2 estava muito reduzida, houve elevação dos preços para as maçãs de cat.1; o que provocou uma maior diminuição nos preços das maçãs cat. 3.

No segundo semestre de 2016 as condições climáticas foram favoráveis ao desenvolvimento das macieiras, com ocorrência de horas de frio acima da média histórica dos últimos três anos. As condições favoráveis promoveram a antecipação da brotação nas macieiras com concentração na floração das cultivares Gala e Fuji. Com os estoques baixos da safra 2015/16, a produção de maçãs cat.1 e cat.2 em maior proporção que a safra anterior e a demanda reprimida do final de 2016 garantiram as cotações elevadas na colheita.

No primeiro trimestre de 2017, após a colheita da maçã Gala a oferta ficou elevada na microrregião de Joaçaba (SC) com maçãs cat. 1 sendo estocadas para comercialização posterior. Na mesorregião Serrana (SC) a maior parte da maçã Fuji colhida foi estocada em atmosfera controlada, pois a estratégia foi a comercialização da Gala para suprir a demanda interna aquecida com a redução nos preços de março de 2017 em relação ao ano anterior. Na microrregião de Vacaria (RS) os volumes colhidos superavam os da safra 2015/16 com ganhos no volume e na qualidade da fruta. Já, no segundo trimestre, nas regiões produtoras catarinense e gaúcha com mais de 90% da colheita da maçã Fuji encerrada, ainda havia muitas frutas miúdas nos pomares. A maçã Gala estava valorizada com a comercialização de frutas frescas das categorias 1 e 2 de menor calibre; enquanto a maçã Fuji (cat.2 e 3) fresca estava com cotações menores que as de 2016, como forma de escoar a superprodução da safra 2016/17.

Tabela 4. Maçã – Área colhida, produção e rendimento - Brasil e principais estados produtores – Safras 2012/13 a 2016/17

Local	Safra					Ranking (em 2017)
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16[1]	2016/17[1]	
Área colhida (ha)						
Brasil	**38.284**	**37.041**	**35.842**	**33.983**	**33.235**	**-**
Santa Catarina	**18.161**	**17.735**	**17.604**	**16.916**	**16.214**	**1º**
Rio Grande do Sul	17.979	17.433	16.368	15.592	15.536	2º
Paraná	1.732	1.484	1.456	1.074	1.100	3º
Demais estados	412	389	414	401	385	
Quantidade produzida (t)						
Brasil	**1.231.472**	**1.378.617**	**1.264.651**	**1.047.622**	**1.254.191**	**-**
Santa Catarina	**530.725**	**633.079**	**613.828**	**525.953**	**638.351**	**1º**
Rio Grande do Sul	642.987	690.422	598.512	485.466	577.774	2º
Paraná	49.188	47.203	40.949	27.614	29.700	3º
Demais estados	8.572	7.913	11.362	8.589	8.366	
Maiores produtividades médias estaduais (kg/ha)						
Brasil	**32.167**	**37.219**	**35.284**	**30.828**	**37.737**	**-**
Santa Catarina	**29.223**	**35.697**	**34.869**	**31.092**	**39.370**	**2º**
Rio Grande do Sul	35.763	39.604	36.566	31.136	37.189	1º
Paraná	28.400	31.808	28.124	25.711	27.000	3º

[1]Safras 2016 e 2017 – dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2013 a 2015) e LSPA-julho/2017 (2016 e 2017).

No que se refere à exportação brasileira, em 2016, 76,2% do valor das exportações veio dos seis maiores compradores da maçã brasileira. Os três maiores destinos são Bangladesh, Países Baixos e Portugal responsáveis por 53,6% da quantidade negociada no período. Entre 2013 e 2015, a Federação Russa e a Irlanda ampliaram as suas importações de maçãs brasileiras a taxas de crescimento anual de 2,01% e 236,1%, respectivamente. A Federação Russa, devido ao embargo aos produtos europeus, encontrou no Brasil um dos fornecedores da fruta e a partir de 2015 importa volumes maiores que 2 mil toneladas anuais com valores acima de US$ 1,5 milhão (FOB).

Entre 2013 e 2016 houve redução de 28,9% na quantidade exportada, com taxa anual negativa de 28,8% para o conjunto dos seis maiores compradores e de 29,4% para os demais países compradores da fruta nacional.

No primeiro semestre de 2016 o volume exportado foi a metade da quantidade comercializada no mesmo período de 2015. Na safra as frutas de qualidade abaixo das exigências do mercado internacional, além dos estoques nacionais reduzidos, determinaram a queda dos resultados da exportação. Entre janeiro e julho de 2017, a exportação de maçã apresentou uma recuperação de 80% com relação à quantidade negociada na safra 2015/16.

Tabela 5. Maçã fresca – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2013-17

País	Quantidade (t).					Acum. período (t)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
Bangladesh	14.407	11.123	17.285	9.420	18.814	71.049	25,8
Países Baixos	22.208	10.978	10.754	3.601	2.001	49.542	18,0
Portugal	3.934	2.718	3.647	3.392	5.729	19.420	7,0
Irlanda	4.338	3.153	6.260	3.202	8.594	25.546	9,3
Federação Russa	296	42	3.348	2.384	2.307	8.378	3,0
Reino Unido	19.539	3.938	3.803	1.349	4.170	32.799	11,9
Subtotal	**64.722**	**31.952**	**45.096**	**23.348**	**41.616**	**206.734**	**75,0**
Demais países	**20.707**	**12.341**	**15.017**	**7.298**	**13.531**	**68.893**	**25,0**
Total	**85.429**	**44.293**	**60.112**	**30.646**	**55.147**	**275.627**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex Sistema Aliceweb.

Tabela 6. Maçã fresca– Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2013-17

País	Valor (US$ mil)					Acum. período (US$ mil)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
Bangladesh	8.880	6.865	12.059	5.333	12.640	45.776	23,4
Países Baixos	16.062	8.009	6.466	2.174	1.561	34.271	17,6
Portugal	2.700	1.907	1.964	2.143	3.781	12.495	6,4
Irlanda	3.441	2.394	4.665	1.937	7.502	19.938	10,2
Federação Russa	198	38	2.636	1.506	1.783	6.160	3,2
Reino Unido	15.873	3.466	2.804	818	3.108	26.069	13,4
Subtotal	**47.154**	**22.679**	**30.593**	**13.910**	**30.374**	**144.709**	**74,1**
Demais países	**15.788**	**9.222**	**10.054**	**4.242**	**11.240**	**50.546**	**25,9**
Total	**62.942**	**31.901**	**40.646**	**18.153**	**41.613**	**195.255**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 7. Suco de Maçã – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2013-17

País	Quantidade (t)					Acum. período (t)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
EUA	15.546	10.372	15.760	8.455	10.494	60.627	69,01
Japão	5.307	4.867	3.852	2.308	1.609	17.943	20,42
México	22	53	864	269	38	1.247	1,42
África do Sul	3.406	98	2.670	64	0	6.237	7,10
Subtotal	**24.281**	**15.390**	**23.146**	**11.096**	**12.141**	**86.054**	**97,96**
Outros países	492	447	387	400	69	1.796	2,04
Total	**24.774**	**15.837**	**23.533**	**11.496**	**12.210**	**87.850**	**100,00**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

O volume exportado de suco de maçã, entre 2013 e 2016, está concentrado em dois compradores que representam mais de 89,4% do valor negociado. Em 2016, 73,5% do volume total exportado foi para os EUA e 20,1% para o Japão (Tabela 8). A taxa de crescimento anual foi negativa em 23% entre 2013 a 2016, apresentando pouca variação entre 2016 e o primeiro semestre de 2017. O comportamento nos últimos dois anos pode ser explicado pelo baixo estoque e pela redução da produção de frutas na safra 2015/16 com preços valorizados no período o que tornou interessante a comercialização da fruta in natura. Já, em 2017, a manutenção de cotações elevadas na colheita e a excelente qualidade das frutas incentivaram a comercialização de maçã fresca ou o seu armazenamento em atmosfera controlada para negociação no segundo semestre de 2017, reduzindo o volume de maçãs para a indústria.

Tabela 8. Suco de Maçã – Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2013-17

País	Valor (US$ mil)					Acum. período (US$ mil)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
EUA	20.084	14.125	16.279	7.187	11.331	69.006	65,67
Japão	7.660	7.029	4.888	2.811	1.948	24.336	23,16
México	39	96	1.428	435	77	2.076	1,98
África do Sul	4.107	115	2.897	60	0	7.180	6,83
Subtotal	**31.890**	**21.365**	**25.493**	**10.493**	**13.356**	**102.597**	**97,64**
Outros países	777	596	512	496	99	2.480	2,36
Total	**32.667**	**21.961**	**26.005**	**10.990**	**13.455**	**105.077**	**100,00**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 9. Maçã fresca– Brasil – Quantidade importada dos principais países de origem – 2013-17

País	Quantidade (t).					Acum período (t)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	até jul./2017		
Chile	39.186	42.366	35.634	85.931	16.745	219.862	45,4
Itália	2.011	7.518	4.041	22.007	13.209	48.786	10,1
Argentina	46.154	49.719	23.681	21.941	5.136	146.631	30,3
Portugal	1.403	6.586	6.221	9.097	1.458	24.765	5,1
França	2.692	4.120	3.834	8.354	2.338	21.338	4,4
Espanha	2.454	5.229	2.699	7.885	1.076	19.343	4,0
Subtotal	**93.900**	**115.538**	**76.110**	**155.216**	**39.962**	**480.726**	**99,3**
Demais países	64	1.159	1.286	263	395	3.168	0,7
Total	**93.964**	**116.697**	**77.395**	**155.479**	**40.358**	**483.893**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Em 2016, os três maiores importadores de maçãs foram responsáveis por 83,5% do volume comercializado. Com 55,3% do volume importado, o Chile apresentou uma taxa de crescimento anual de 29,9% entre 2013 e 2016. Os países com os maiores crescimentos no volume comercializado foram Itália, Portugal e Espanha com taxas anuais de 122,0%, 86,5% e 47,6%, respectivamente. Com 14,1% das importações brasileiras em 2016, a Argentina apresentou redução na taxa de crescimento anual de 22% entre 2013 e 2016.

Em 2016, o aumento nas importações de maçãs chilena e europeia atendeu a demanda de grandes atacadistas e supermercadistas que aproveitaram a grande oferta dessas maçãs no mercado internacional. O Chile foi a principal origem das frutas importadas, apresentando menor preço médio negociado que possibilitou o suprimento do mercado atacadista com a baixa oferta da fruta brasileira no mercado. As exportações recuam no primeiro semestre com relação ao mesmo período de 2015. O câmbio favorável não impulsionou as exportações, pois as grandes empresas produtoras estavam com dificuldades de escoar os estoques de frutas frescas fora dos padrões internacionais, tendendo a aumentar a exportação de sucos.

Entre janeiro e março de 2017, a fruta importada estava com volume 19% maior que 2016 e 53% maior que 2015, com a maçã italiana representando 53% do valor negociado, ou seja, mais de US$ 11,6 milhões (FOB) no período. Já as exportações da fruta nacional ainda recuperavam mercado com redução de 39% no volume exportado no período.

Tabela 10. Maçã fresca – Brasil – Valor importado dos principais países de origem – 2013-17

País	Valor (US$ mil).					Acum. período (US$ mil)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
Chile	36.003	35.332	28.269	72.574	14.030	186.208	41,2
Itália	2.751	7.773	3.935	22.004	12.995	49.459	11,0
Argentina	48.837	52.309	22.301	20.756	5.274	149.477	33,1
Portugal	1.383	6.049	5.263	8.550	1.335	22.580	5,0
França	3.299	4.526	3.895	8.390	2.398	22.509	5,0
Espanha	3.129	5.026	2.303	7.389	1.045	18.891	4,2
Subtotal	**95.402**	**111.015**	**65.967**	**139.663**	**37.078**	**449.125**	**99,5**
Demais países	25	906	880	230	336	2.377	0,5
Total	**95.427**	**111.921**	**66.847**	**139.893**	**37.414**	**451.502**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Produção e mercado estaduais

Em Santa Catarina, na safra 2015/16, das mais de 523 mil toneladas de maçãs produzidas, 51% são da variedade Gala, 46% são da variedade Fuji e os 3% restantes agrupam variedades precoces. A maleicultura catarinense conta com 2.992 produtores, com produção de 523,5 mil toneladas e R$ 891,4 milhões de valor bruto da produção (Epagri/Cepa, 2017). O estado participa com 50,2% da produção brasileira e 49,8% da área em produção da cultura no País (LSPA/IBGE, 2017).

A mesorregião Serrana participou com 85% da produção estadual de maçã. Na microrregião dos Campos de Lages a maçã Fuji, com 46,7% da produção da fruta em 6,6 mil hectares de área colhida, participou com R$ 420 milhões de VBP, sendo 47,2% do VBP estadual da fruta. Já a produção de maçã Gala colhida em 4,8 mil hectares gerou 34,5% do VBP, com 34,5% da quantidade produzida. Na microrregião de Curitibanos 4,1% do VBP da fruta foi gerado com 20,3 mil toneladas de maçãs Gala, Fuji e outras (precoces), representando 3,9% da produção estadual de maçãs (Epagri/Cepa, 2017).

Na mesorregião do Oeste Catarinense, na microrregião de Joaçaba, a maçã Gala representou 9,1% do volume produzido da fruta, com uma área colhida de 1,9 mil hectares e valor bruto da produção de mais de R$ 74,7 milhões, o que representou 8,4% do VBP estadual da maçã. Já, a produção de maçã Fuji, em cerca de 757,7 hectares, representou 3,6% da produção da fruta e participando com 3,8% do VBP de maçãs no estado (Epagri/Cepa, 2017).

Na safra 2015/16, os cinco maiores municípios catarinenses produtores de maçã Gala, que correspondem a 76% do total da produção, foram: São Joaquim (50,8%), Fraiburgo (9,3%), Bom Retiro (7,2%), Bom Jardim da Serra (4,5%) e Água Doce (4,3%). Para a maçã Fuji, representando 87,9% do total produzido, os cinco maiores municípios produtores foram: São Joaquim (62,7%), Bom Jardim da Serra (8,5%), Urupema (4,2%), Fraiburgo (3,1%), Urubici (2,8%) (Epagri/Cepa, 2017).

As safras catarinenses de 2015/16 e 2016/17

Na safra 2015/16, os resultados indicaram uma redução de 15,5% na produção e de 4,8% na área colhida entre as safras 2014/15 e 2015/16. A ocorrência de granizo, geada e o excesso de chuvas com altas temperaturas no inverno afetaram pomares no início da frutificação nas principais regiões produtoras. Com perdas de produção, cerca de 60% dos frutos apresentaram menor calibre e algumas deformidades, determinando uma safra com concentração de frutas cat.1 e cat. 3, e poucas maçãs cat.2 no mercado. Isso reduziu o volume estocado para comercialização no segundo semestre de 2016.

Após o encerramento da colheita, o valor da produção para a safra 2015/16 foi de mais de R$ 890 milhões com preços médios acima das médias históricas dos últimos cinco anos. Na mesorregião Serrana, houve queda da produção nas microrregiões de Curitibanos e Campos de Lages de 47,4% e 3,1% respectivamente. Já, no Oeste Catarinense, no Alto Vale do Rio do Peixe (microrregião de Joaçaba), houve redução da participação de 46,4%, entre as safras 2014/15 e 2015/16.

Para a safra 2016/17 espera-se uma recuperação de cerca de 19% na quantidade produzida e a manutenção das áreas em produção da safra anterior. Com os estoques baixos da safra 2015/16, a estimativa é que a quantidade produzida na safra 2016/17 tenha aumentado cerca de 81% na microrregião de Joaçaba, 92% na microrregião de Curitibanos e cerca de 5% nos Campos de Lages, em relação à safra 2015/16. Nesta safra houve aumento da proporção de maçãs cat.1 e cat. 2 no volume da produção com manutenção das cotações valorizadas ao longo do período, devido à demanda reprimida do final de 2016 e início de 2017 e estoques com frutas de melhor qualidade para o final de 2017.

Tabela 11. Maçã Nacional - Preço médio mensal no atacado (R$/cx 18 kg)[1]

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2014	87,84	86,94	73,80	73,62	82,26	69,66	82,08	82,44	62,28	80,64	85,32	87,66
2015	83,70	60,66	50,40	50,58	69,48	71,64	70,92	70,56	72,45	74,25	83,16	86,94
2016	89,91	94,32	98,91	101,70	96,03	95,49	96,93	99,09	98,64	95,67	102,96	100,89
2017	100,53	98,10	82,89	77,13	67,68	63,81	66,42					

[1]Valores estimados.

Fonte: Epagri/Cepa e Ceagesp.

Maçã na Ceasa (SC)

Na safra 2016, as cotações da maçã seguiram mais valorizadas que nas anteriores. A maior valorização se deu no mês de abril, entre 2015 e 2016, com mais de 120%. A contração da oferta de frutas totais (principalmente da cat. 2) no mercado foi um dos fatores responsáveis pela elevação das cotações neste ano. O aumento ocorrido nos custos, também elevou o patamar de preço exigido no mercado. Com isso, os atrasos no repasse de subsídios para o setor, no início do ano, deixaram os produtores e as cooperativas mais conservadores na negociação.

Em junho, a cotação do preço da fruta catarinense estava 6,8% maior que a de janeiro, com negociação de frutas de melhor qualidade nos últimos dois meses. Porém, o mercado estava desaquecido devido ao inverno rigoroso que, historicamente, diminui a demanda da fruta. Além disso, o grande volume de maçãs cat. 3 presente no mercado diminuiu a média dos preços da fruta no segundo semestre. O preço na Ceagesp, entre abril e junho, apresentou tendência de diminuição em 5,5% para a maçã catarinense e 8,9% para a maçã gaúcha.

Na safra 2016/17, a proporção de maçãs cat.1 e 2 foi estimada em 60% do total produzido, o que pode garantir a manutenção dos preços médios dessas categorias comercializadas no segundo semestre de 2017. Em fevereiro, no comparativo entre 2016 e os dois anos anteriores, na Ceasa (SC), as cotações da maçã estavam valorizadas. Pois, no final de 2014 maçãs cat.3 e cat.2 representavam 56% e 86% o valor da maçã cat.1. Em dezembro 2015, as maçãs cat.3 e cat.2 valiam 79% e 90%, respectivamente, em relação ao preço da maçã cat.1. Isso ocorreu devido à diminuição do volume de maçãs cat.2 na safra 2014/15 e à diminuição dos estoques da fruta que pressionou as cotações no atacado. Em dezembro de 2016 as cotações de maçãs cat.3 e cat.2 corresponderam a 70% e 85% do preço da maçã cat.1 em patamares menores que dezembro de 2015, mas com maior diferenciação na qualidade das categorias das frutas negociadas.

Em março, os preços deflacionados da maçã retornam aos patamares de 2015. As cotações seguiram valorizadas em 2016 com baixa oferta da maçã nacional no mercado. Na Ceasa (SC), os preços da maçã estavam valorizados em relação ao ano de 2015 em 67%, 93% e 140% para as categorias 1, 2 e 3, respectivamente. E no mercado a maior proporção de cat.3 pressionava ainda mais a elevação dos preços da fruta melhor classificada.

Em julho, com a maior oferta de maçã Gala e a qualidade melhor das frutas na safra 2016/17, a tendência é antecipar a comercialização das frutas em AC, escoando a maçã Gala miúda com preços melhores (10% maiores entre junho e julho) para atender o aumento sazonal na demanda após o período de férias escolares. Outra estratégia está sendo a de direcionar a maçã Fuji graúda para a exportação aos países do Mercosul, principalmente à Argentina, país consumidor que passa por problemas de abastecimento da fruta no seu mercado interno.

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 2. Maçã Fuji - Preços médios anuais Santa Catarina na Ceasa – 2014 a jul./2017

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 3. Maçã Gala - Preços médios anuais Santa Catarina na Ceasa – 2014 a jul./2017

Maçã catarinense na Ceagesp (SP)

Em 2016, na Ceagesp o volume negociado de maçã catarinense representou 61% do total, com mais de 26 mil toneladas só no entreposto paulistano. Em abril de 2016 o volume oriundo de Santa Catarina foi de 63% do total e em maio foi de 69% do total mensal comercializado na Ceagesp. Assim, a diminuição sazonal da demanda de maçã, os preços elevados. Em relação a 2015 e a previsão de temperaturas baixas criaram expectativa de recuperação no semestre seguinte com a entrada de frutas de AC com melhor qualidade e o aumento da demanda com o final do inverno. Mas houve forte concorrência das maçãs chilenas e europeias que mantiveram a oferta de frutas no mercado brasileiro. Entre junho e julho de 2016 o preço na Ceagesp reagiu em 2,2% à cotação de maio, com recuperação da queda de 4,4% ocorrida entre abril e maio para a maçã catarinense. A grande oferta de maçã cat. 3 pressionava os preços médios da fruta no atacado. Ao final de 2016, o volume negociado de maçã nacional era de 81,8 mil toneladas, sendo 23% menor que o volume comercializado em 2015.

Em maio de 2017, a maçã catarinense apresentou cotações 10% superiores às do mesmo mês em 2015. Entre abril e maio, os preços da maçã catarinense na Ceagesp reduziram 13%, enquanto entre janeiro e maio houve acúmulo de 34% de desvalorização nas cotações. Essa desvalorização ocorreu devido ao aumento do volume ofertado na safra 2016/17, aos efeitos da retração da demanda ocasionada pela concorrência de frutas da estação e à contração da economia brasileira. Em março, a safra 2016/17 apresentou maior oferta da fruta nacional que a ocorrida na safra anterior, o que provocou uma redução de 32% no preço da maçã catarinense na Ceagesp. Com o aumento do volume ofertado no atacado, em proporções maiores de maçãs das categorias 1 e 2, os preços da maçã importada reduziram 45% entre março de 2016 e 2017. Em julho a maçã catarinense estava com cotação 2,7% superior à de julho de 2015 e 33% menor que o preço praticado no mesmo mês em 2016.

Maçã importada na Ceagesp (SP)

Em 2016, o volume de maçã importada foi 70% maior que o volume comercializado em 2015. Nesse ano, o volume de maçã importada representou 73% do volume da fruta brasileira negociada; enquanto, no ano anterior, representou apenas 33% do volume total de maçã nacional. A diminuição da oferta da fruta em 2016, com estoques internos baixos e preços valorizados da fruta nacional, facilitou a comercialização da fruta estrangeira no atacado e no varejo. A expectativa era a diminuição nos preços da fruta nacional para ganhar competitividade no mercado interno, com manutenção de cotações valorizadas em relação aos anos anteriores. Mas, partir de novembro de 2016 o volume da maçã importada foi maior que o da maçã nacional com equilíbrio nos preços de ambas as frutas devido à baixa oferta do estoque nacional durante o ano e à cotação valorizada da fruta brasileira no mercado.

Em 2017, o volume da fruta importada, que estava acima da média desde maio de 2016, volta aos patamares históricos na principal central de abastecimento do País. Em janeiro de 2017 os preços das maçãs importadas ainda estavam competitivos e acumulavam valorização de 8% em 12 meses, contudo no mês de março representavam apenas 70% dos preços médios da maçã nacional negociada no entreposto paulistano. Já, em maio 2017, as cotações das frutas importadas estavam 166% maiores que as da maçã cat.1 catarinense, revertendo o comportamento das últimas duas safras para o mês em que os valores estavam entre 90% e 95% da cotação mensal da maçã nacional. A maçã importada estava com o preço 85% acima dos valores de 2015 e 4% abaixo dos de 2016. Em abril, a maçã importada apresentou o preço médio 122% acima dos valores de 2015, mesmo assim, em valores competitivos em comparação às cotações da fruta catarinense de melhor qualidade. Em julho, a maçã importada estava com o preço 94,5% maior que o valor negociado em 2015 e 26% abaixo do preço de 2016. Na relação entre a fruta nacional e a importada, a maçã (principalmente chilena) negociada no entreposto paulista estava com cotação 53% maior que a da fruta brasileira para julho deste ano.

Em julho de 2017, os preços deflacionados da maçã mantiveram a tendência das cotações de 2015. Na Ceasa/SC os preços da maçã estavam desvalorizados em relação a julho de 2015 em 5,2% e 0,3% para as categorias 2 e 3, respectivamente. Mas houve aumento de 0,7% em relação à maçã cat.1 no mesmo período. No acumulado de 12 meses, depois da alta dos preços na safra anterior (2015/16), relacionada à baixa oferta da fruta, as cotações já haviam reduzido mais de 46% na central catarinense.

(*)Cat. 1, 2 e 3 = classificação vegetal para maçã referente à Instrução Normativa n.5 de 2006 do MAPA.
Nota: preço deflacionado pelo IGP-DI (jul./17=100)
Fonte: Epagri/Cepa e Ceagesp.

Figura 4. Maçãs catarinense e importada - Evolução do preço médio mensal no atacado

Maçã fresca e suco de maçã - exportações estaduais

Em 2016, o Rio Grande do Sul representou mais de 75,6% do volume exportado de maçã *in natura* com redução de 56,2% em relação a 2015. Santa Catarina participou com 24,6% do volume total e apresentou aumento de 2,9% (Tabela 13). A exportação catarinense de maçã fresca apresentou taxa de crescimento anual negativa de 31,5% e a gaúcha taxa negativa de 17,6%. No primeiro semestre de 2016, as exportações recuaram com relação ao mesmo período de 2015. O câmbio favorável não impulsionou as exportações, devido à baixa participação de maçãs cat. 1 no volume produzido na safra 2015/16, o que ocasionou problemas para escoar estoques de frutas frescas no mercado externo.

Entre janeiro e julho de 2017, Santa Catarina representou 34,8% do valor exportado nacional (US$ 41,6 milhões), com aumento de 177,8% na quantidade exportada de 2016. As cotações foram cerca de 30% menores que as de 2016 e 5% menores que as de 2015. O preço estimado de US$ 13,17 a caixa de 19 quilos foi 12,5% menor à cotação da fruta gaúcha e 8,0% menor que o preço médio nacional da fruta exportada.

Tabela 12. Maçã fresca – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2013-17

Estado	Quantidade (t)					Acum. período (t)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	até jul./2017		
Rio Grande do Sul	71.977	35.294	52.790	23.113	34.225	217.399	78,9
Santa Catarina	13.452	9.001	7.322	7.533	20.922	58.230	21,1
Outros estados	0	0	0	0	0	-	-
Total	**85.429**	**44.294**	**60.112**	**30.646**	**55.147**	**275.628**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 13. Maçã fresca – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2013-17

Estado	Valor (US$ mil)					Acum. período (US$ mil)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
Rio Grande do Sul	51.859	24.137	35.389	13.717	27.113	152.214	55,2
Santa Catarina	11.081	7.766	5.258	4.436	14.500	43.041	15,6
Outros estados	2	0	0	0	0	2	0,0
Total	**62.942**	**31.903**	**40.646**	**18.152**	**41.613**	**195.257**	**70,8**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Em 2016, o mercado do suco de maçã movimentou o equivalente a 61% do valor bruto obtido no negócio da maçã *in natura*, mas com taxa anual de crescimento negativa de 30,7%, entre 2013 e 2016. A participação do estado catarinense, responsável por 95,8% da quantidade exportada de suco (até julho de 2017), cresceu 16,8% no volume e 41,3% em valor entre 2016 e julho de 2017. Neste período a exportação brasileira de suco cresceu 22,4% em valor negociado e 6,2% em volume comercializado.

Tabela 14. Suco de maçã – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2013-17

Estado	Quantidade (t)					Acum. período (t)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
Santa Catarina	**18.773**	**13.702**	**17.624**	**10.013**	**11.693**	**71.805**	**68,3**
Rio Grande do Sul	5.994	2.119	5.895	1.466	501	15.975	15,2
Outros estados	6	16	15	17	15	69	0,1
Total	**24.773**	**15.837**	**23.533**	**11.496**	**12.210**	**87.849**	**83,6**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 15. Suco de maçã – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2013-17

Estado	Valor (US$ mil)					Acum. período (US$ mil)	Participação 2013 a jul./2017 (%)
	2013	2014	2015	2016	Até jul./2017		
Santa Catarina	**25.091**	**19.021**	**18.831**	**9.095**	**12.851**	**84.889**	**80,8**
Rio Grande do Sul	7.568	2.924	7.154	1.873	588	20.107	19,1
Outros estados	7	0	20	22	16	65	0,1
Total	**32.666**	**21.961**	**26.005**	**10.990**	**13.455**	**105.076**	**100,0**

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Mandioca

Haroldo Tavares Elias, Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa
htelias@epagri.sc.gov.br
Enilto de Oliveira Neubert, Engenheiro-agrônomo, Msc – Epagri/DEGPI
enilto@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A mandioca (Manihot esculenta Crantz) é consumida por cerca de 500 milhões de pessoas no mundo. Mais de 100 países produzem mandioca e o Brasil participa com cerca de 15% da produção mundial. O continente africano concentra 57% da produção, seguido pelo asiático, com 31%, e pelo americano, com 12%. Apenas cinco países respondem por mais de 50% da produção mundial. Os melhores rendimentos médios não necessariamente estão entre os países com as maiores produções (Tabela 1).

A mandioca é a terceira fonte mais importante de calorias nos trópicos, após o arroz e o milho. Milhões de pessoas dependem da mandioca na África, Ásia e América Latina. A raiz é cultivada por agricultores pobres, em terras marginais e com forte presença de mulheres nos trabalhos das lavouras. Nessas condições, a cultura se constitui como atividade vital para a segurança alimentar e para a geração de renda das famílias. Devido a esta realidade ainda presente, a mandioca é frequentemente vista como uma "prima pobre" na família mundial de culturas básicas.

No entanto, a mandioca é uma cultura de muito potencial. A lavoura e o comércio de derivados de mandioca foram as atividades que deram início ao desenvolvimento de muitos territórios. A planta possui admirável tolerância à seca, é produtiva mesmo que em solos pobres e suas partes produzem inúmeros derivados para uso humano e animal. Não obstante, esta importante cultura tropical possui desafios para se adequar às exigências de cultivo da chamada agricultura moderna. Em primeiro lugar, é propagada vegetativamente a partir de estacas de hastes que não armazenam bem e são caras para cortar e manipular. A reprodução vegetativa também significa que a taxa de multiplicação de variedades novas e melhoradas é lenta, retardando sua adoção. A colheita de mandioca é intensiva em mão de obra e suas raízes são volumosas e altamente perecíveis.[1]

Este cenário aos poucos está mudando, com a tecnologia empregada evoluindo do plantio à colheita. O melhoramento genético vem desenvolvendo novos cultivares e os sistemas de cultivos apresentam alternativas mais sustentáveis. Não obstante, mesmo nessas áreas de conhecimento há ainda muito que ser feito para o incremento da produtividade e da sustentabilidade dos cultivos.

O modelo de exploração difere entre os continentes. No africano, o uso de tecnologia na produção é mínimo e parte significativa do produto é destinado à alimentação de parcela expressiva da população. Nos continentes asiático e americano existe maior uso de tecnologia e é crescente o avanço da industrialização do produto.

[1]FAO. http://www.fao.org/ag/agp/agpc/gcds/

Tabela 1. Mandioca – Safra mundial e principais países – Safras 2009/10-2013/14

País	2009/2010	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Área colhida (1.000ha)					
Mundo	**19.640**	**20.587**	**23.433**	**23.857**	**24.223**
Nigéria	3.482	4.120	6.401	6.741	7.102
Rep. Dem. do Congo	1.855	1.860	1.980	2.050	2.056
Brasil	**1.790**	**1.734**	**1.693**	**1.526**	**1.568**
Tailândia	1.168	1.135	1.362	1.385	1.349
Indonésia	1.183	1.185	1.130	1.066	1.003
Demais países	9.478	10.034	12.566	11.089	11.145
Quantidade produzida (1.000t)					
Mundo	**243.305**	**255.753**	**262.586**	**263.314**	**270.293**
Nigéria	42.533	46.190	50.950	47.406	54831
Tailândia	22.006	21.912	29.848	30.227	30.022
Indonésia	23.918	24.044	24.177	23.936	23436
Brasil	**24.967**	**25.349**	**23.045**	**21.484**	**23.242**
Rep. Dem. do Congo	15.014	15.024	16.000	16.500	16.609
Demais países	115.052	124.055	123.119	128.358	126.833
Maiores rendimentos mundiais (kg/ha)					
Índia	34.756	36.477	38.518	34.959	35.555
Suriname	25.256	22.836	24.197	29.860	27.957
Barbados	20.000	181176	18.333	18.750	27.650
Rep. Dem. Popular do Lao	25.078	23.869	24.125	27.757	26.950
Brasil	**13.950**	**14.623**	**13.612**	**14.079**	**14.826**

Fonte: FAO (agosto de 2017). (Disponível em http://www.fao.org).

Produção e mercado nacionais

O cultivo de mandioca é realizado em todas as regiões do Brasil e sua produção se destina a diferentes finalidades. No Norte/Nordeste, está ligada a fatores culturais e de subsistência. No Centro-Sul, predomina o consumo in natura e a industrialização (agregação de valor).

Apesar das diferenças, os mercados são fortemente interligados no Brasil e os ganhos de produtividade são diferentes entre as regiões ao longo dos anos.

A variação de área cultivada depende do mercado e das condições climáticas. Nos últimos anos, observa-se uma tendência de redução da área colhida. Entre a safra de 2009/2010 e na de 2012/2013 a redução foi de cerca de 15% (Tabela 01), enquanto entre os anos de 2013 e 2017 a área colhida reduziu em cerca de 10% (Tabela 2). Estas reduções se devem à instabilidade nos preços da raiz, à falta de mão de obra no campo e aos esforços que a atividade exige da mão de obra disponível, à concorrência com outras culturas e atividades, como soja, milho e pecuária e, ainda, à ausente solução para a mecanização total da colheita. Também a ocorrência de eventos climáticos que comprometam a produção de ramas impede plantios na safra seguinte.

Apesar da redução da área colhida, a quantidade produzida permanece praticamente estável nos últimos anos, muito em função da elevação dos níveis de produtividade, que de 1990 para 2014 teve elevação em torno de 2.000 kg/ha. Contudo, o rendimento médio de mandioca no Brasil ainda é baixo, 15t/ha (Tabela 3), comparado aos rendimentos registrados no Paraná, por exemplo, que registra rendimentos em torno de 25t/ha nas últimas duas safras. Quanto aos dados sobre produtividades por estado, cabe lembrar que eles representam o quociente resultante da divisão da produção total de raízes colhidas pelo total da área colhida, não levando em conta se a colheita se deu no primeiro ou no segundo ciclo da cultura, este último em tese sempre com maior rendimento.

Em 2015, em função das baixas cotações dos produtos farinha e fécula, o governo federal autorizou a aquisição de 40 mil toneladas de farinha e fécula de mandioca nos estados em que a cotação de mercado estava abaixo do preço

mínimo. Os preços baixos da safra 2015 têm reflexo até neste ano de 2017, com redução da área cultivada em mais de 10%.

Tabela 2. Mandioca – Safra Nacional e principais Estados – Safras 2013/17

Estado	Área colhida (1.000ha)					Quantidade produzida (1.000t)				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016[1]	2017[1]
Brasil	**1.526**	**1.568**	**1.512**	**1.463**	**1.367**	**21.484**	**23.242**	**22.784**	**23.004**	**20.145**
Pará	302	344	308	351	295	4.622	4.915	4.696	6.051	4.215
Paraná	156	157	159	147	295	3.760	3.959	4.302	3.888	2.794
Bahia	179	194	190	170	158	1.854	2.131	1.854	1.870	1.739
Amazonas	81	75	71	75	86	941	847	591	864	832
Maranhão	190	188	174	156	151	1.325	1.619	1.482	1.305	1.325
Acre	44	43	38	40	39	939	1.240	1.145	1.151	1.114
São Paulo	54	55	50	49	58	1.323	1.317	1.330	1.219	1.096
Rio Grande do Sul	71	69	66	63	59	1.166	1.181	1.150	1.108	1.062
Minas Gerais	59	60	59	58	57	815	852	851	844	852
Mato Grosso do Sul	33	40	44	45	35	722	873	1004	739	760
Rondônia	28	25	26	29	29	447	532	574	665	760
Ceará	66	61	59	118	58	300	478	359	387	459
Santa Catarina	**29**	**23**	**29**	**21**	**22**	**551**	**443**	**424**	**386**	**442**
Outros	234	234	239	141	25	2.719	2.855	3.022	2.527	2.695

[1]

Fonte: IBGE.

As exportações brasileiras de alguns derivados de mandioca para o mercado internacional em 2015 aumentaram em torno de 100% em relação aos anos anteriores, em especial a fécula, que apresentou maior valor por tonelada de produto. Este resultado do grande volume exportado ocorreu em função dos baixos preços internos praticados neste ano e impulsionados pelo câmbio favorável às exportações, o que contribuiu para a elevação dos valores observados de 2015 a 2016 (Figura 1). Os principais mercados para fécula foram os Estados Unidos, a Venezuela e a Bolívia. Por outro lado, as importações apresentaram elevação em 2017 e as exportações diminuição em função dos custos das operações, da cotação do dólar e da retração da produção nacional até julho (Figuras 1 e 2).

Fonte: MDIC/Secex.

Figura 1. Brasil – Exportações em 1.000 US$ de fécula – 2011-17 até julho

Figura 2. Brasil – Importações em 1.000 US$ de fécula – 2011-2017 até julho

Safra 2016/17

A safra brasileira de mandioca 2016/17 encontra-se em fase de colheita na maioria dos estados produtores (agosto de 2017). De acordo com o IBGE, a área a ser colhida com mandioca no Brasil neste ano pode alcançar 1,46 milhão de hectares, recuo de 6,6% em relação a 2016. Quanto à produtividade média, a estimativa é que fique em 14,7t/ha, 6,2% menor que a do ano passado (Tabela 3). Neste cenário, a produção esperada para o País é de 20,1 milhões de toneladas, expressivos 12,4% abaixo do que se produziu em 2017. Interessante verificar que a estimativa da área plantada é menor, o que refletirá ainda na produção em 2018/19. É necessário considerar que a diferença entre área plantada e área colhida está em função do cultivo de um ou dois ciclos.

Tabela 3. Mandioca – Produção, área cultivada e produtividade – safra nacional – 2016 e 2017

	Produção (t)	Área plantada	Área colhida	Produtividade (Kg/ha)
Safra 2016	23.004.940	2.274.976	1.463.973	15.714
Safra 2017	20.145.375	2.083.948	1.367.173	14.735
Variação (%)	-12,4	-8,4	-6,6	-6,2

IBGE. LSPA Jul. 2017

Produção e mercado estaduais

Os cultivos para fins de processamento para produção de farinha, fécula e polvilho azedo concentram-se nas regiões do Sul Catarinense, Vale e Alto Vale do Itajaí e em alguns municípios da Grande Florianópolis. Ressalta-se a forte redução da área de plantio na região de Tubarão nos últimos anos, superior a 50% de 2013 para 2016 (Tabela 4), substituída em parte pelas culturas de milho, soja e pastagens. Na maioria dos casos, as processadoras de matéria-prima remuneram a raiz pelo rendimento de amido. Esse procedimento estimula o produtor a utilizar práticas de manejo adequadas e variedades mais produtivas, resultando em mais ganho por área cultivada e menor custo por tonelada de amido produzida na indústria. A definição do preço da raiz em função da sua concentração de amido torna o comércio mais justo e pode contribuir para a melhor rentabilidade da atividade.

Tabela 4. Raiz de mandioca – Safra de Santa Catarina por microrregião geográfica – Safras 2012-16

SC/MRG	Área colhida (1.000ha)					Quantidade produzida (1.000t)				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Araranguá	1.917	2.080	2.490	2.505	2.282	30.460	34.795	41.785	42.015	29.487
Blumenau	2.537	2.254	2.009	1.422	1.589	46.548	43.201	40.153	23.510	26.870
C. de Lages	66	66	66	64	57	866	866	866	961	716
Canoinhas	200	200	8	8	8	3.200	3.200	128	120	120
Chapecó	3.638	4.273	3.154	3.193	2.895	69.416	85.251	59.856	61.231	55.386
Concórdia	1.153	599	399	389	374	13.518	12.890	8.415	8.715	8.315
Criciúma	505	459	415	283	322	8.525	6.978	7.880	4.907	5.769
Curitibanos	94	92	92	83	83	1.563	1.537	1.537	1.432	1.432
Florianópolis	1.085	1.010	810	840	820	15.535	21.415	16.115	16.770	16.170
Itajaí	449	389	449	470	347	8.544	7.994	8.406	7.269	5.036
Ituporanga	460	425	425	395	345	11.775	10.825	10.775	9.925	10.575
Joaçaba	340	338	338	338	337	5.569	5.625	5.625	5.765	5.753
Joinville	2.394	1.804	1.805	1.809	1.637	44.590	35.834	23.254	30.334	30.550
Rio do Sul	2.180	2.045	1.743	1.693	1.420	50.715	47.445	42.135	41.525	38.725
São B. do Sul	90	64	55	55	55	1.420	1.004	860	860	860
São M. Oeste	1.715	2.035	1.585	1.535	1.390	35.885	42.815	33.315	32.210	29.855
Tabuleiro	380	380	430	430	370	7.300	7.300	8.300	8.300	8.300
Tijucas	1.365	1.435	1.380	1.330	1.335	23.850	25.650	24.450	25.850	24.410
Tubarão	7.942	8.091	5.243	4.847	4.452	141.575	147.930	100.957	93.337	87.768
Xanxerê	545	525	501	489	513	8.794	8.794	8.650	8.670	8.970
Santa Catarina	**29.055**	**28.564**	**23.397**	**22.178**	**20.631**	**529.648**	**551.349**	**443.462**	**423.706**	**395.067**

Fonte: IBGE/Epagri/Cepa. 2016, (estimativa).

Safra catarinense 2016/17

Estimuladas pela valorização da farinha e também devido ao baixo estoque do produto, as farinheiras iniciaram a aquisição da raiz mais cedo este ano (meados de março/2017), tanto no Sul Catarinense como no Alto Vale do Itajaí. A compra de matéria-prima está prevista para ocorrer até meados de agosto na Mesorregião Sul Catarinense e no final de setembro no Vale do Itajaí.

O cenário das últimas três safras é bem distinto, com preços praticados até julho 2016 na ordem de R$ 313,42/t de raiz, valor bem superior aos da safra anterior (2015), quando a cotação estava em R$ 161,35/t (Figura 3). Na safra atual (2017) o preço da tonelada de raiz está em torno de R$ 442,88, valor maior registrado desde 2010, o que proporciona uma boa remuneração aos produtores (Figura 3).

Cabe registrar que se por um lado a produção de farinha catarinense utiliza basicamente raízes produzidas no Estado, para a produção de derivados da fécula parte dessas vem de outros centros produtores. Também as estatísticas de produção de raízes contemplam aquelas destinadas para a produção de farinha e fécula (mandiocas bravas) e aquelas destinadas para o consumo in natura (mandiocas de mesa/aipins).

A tapioca (fécula de mandioca hidratada), um alimento típico das regiões Norte e Nordeste, também está conquistando o paladar de quem vive no Sul e no Sudeste do País, fato que tem contribuído para novo impulso à produção no campo nos últimos anos. Aproximadamente 8% das 755 mil toneladas de fécula produzidas em 2015 no País foram destinadas à fabricação de tapioca. Segundo ABRAS-20162, estes foram os maiores volumes já produzidos no Brasil. Estimulada por esse mercado crescente, surgiu a primeira indústria desse tipo de tapioca em Santa Catarina, que em 2016 iniciou a produção no Sul do Estado (informação pessoal).

Assim como o mercado ascendente de tapioca, também o mercado de mandioca de mesa/aipim está em elevação. Nesse segmento, o plantio e a industrialização estão crescendo em Santa Catarina e muitas agroindústrias familiares surgiram pelo Estado, algumas com o apoio do Projeto SC Rural e do Pronaf. Há dificuldade de identificar e caracterizar esse mercado relativamente novo e crescente. Tal fato expõe a necessidade de levantamentos e estudos de mercado para conhecer este nicho de oportunidades fortemente vinculado à agricultura familiar. Para o

aparente expressivo aumento do consumo de tapioca e de mandioca de mesa/aipins também contribui a restrição alimentar ao glúten por parte da população.

Nos últimos anos, tanto os preços pagos aos produtores quanto os do atacado catarinense têm sido crescentes, com exceção da safra 2015. Nessa safra, os preços da raiz atingiram as menores valorizações dos últimos cinco anos (Figura 3), em função da grade oferta do produto. Por outro lado, considerando a safra em curso (cotação jul/2017), os preços da raiz tiveram alta superior a 40% em relação ao preço médio recebido pelos produtores em 2016 (Figura 3).

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 3. Raiz de mandioca – Preços médios anuais recebidos pelos produtores de Santa Catarina) – 2010-17 (R$/t valores corrigidos IGP-DI/jul 2017

A evolução dos preços dos derivados acompanhou a elevação dos preços da raiz desde junho de 2016, sendo registrado valor de R$ 3,38 para os patamares de R$ 6,00. Os avanços nos preços da mandioca não foram totalmente repassados às cotações do produto acabado, principalmente em um mercado com baixa liquidez, o que manteve baixas as margens na indústria[2], embora os preços tenham apresentado uma elevação significativa desde o ano anterior (Figura 4).

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 4. Mandioca – Derivados - Preços médios mensais no atacado de Santa Catarina (R$/kg) 2014-17 – jul.

[2]file:///C:/Users/htelias/Downloads/Agromensal_julho_2017%20(3).pdf

Milho

Glaucia Padrão - Economista, Dra. - Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

O milho, principal cereal produzido e consumido no mundo, tem como principais produtores os Estados Unidos, China e Brasil, que juntos somaram 701,33 milhões de toneladas no ano de 2016/17 (66% do total mundial). Em virtude dos problemas climáticos ocorridos na safra 2015/16 que resultaram em quebra significativa na safra da maioria dos principais produtores, quando se compara os resultados da safra 2016/17, observa-se crescimento de 10,21% da produção mundial. Países como Estados Unidos e Brasil, que na safra 2016/17 foram beneficiados com clima propício durante todo o ano, apresentaram crescimento da produção de cerca de 11% e 44%, respectivamente. Para a safra 2017/18 espera-se redução de 3,31% em relação a 2016/17, haja vista a instabilidade climática e a conversão de áreas de milho em soja na expectativa de melhores retornos, principalmente nos Estados Unidos, que já começam a reduzir sua expectativa de produção para o ano. China e Brasil deverão ter sua produção reduzida em torno de 2% na safra 2017/18 (Tabela 1).

Tabela 1. Milho – Principais países produtores – 2013/14-2017/18

(milhões de t)

País	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Cresc. % (14-17)	Var. % (2017-18)
Total Mundial	**993,90**	**1018,55**	**968,29**	**1067,21**	**1031,86**	**0,75**	**-3,31**
Estados Unidos	351,27	361,09	345,51	384,78	357,27	0,34	-7,15
China	218,49	215,65	224,63	219,55	215,00	-0,32	-2,07
Brasil	80,00	85,00	67,00	97,00	95,00	3,50	-2,06
União Europeia	64,93	75,73	58,73	60,71	62,00	-0,92	2,12
Argentina	26,00	29,75	29,00	40,00	40,00	9,00	0,00
Ucrânia	30,90	28,45	23,33	28,00	28,50	-1,60	1,79
México	22,88	25,48	25,97	27,00	25,00	1,79	-7,41
Índia	24,26	24,17	22,57	26,00	25,00	0,60	-3,85
África do Sul	14,93	10,63	8,21	16,40	12,50	-3,48	-23,78
Rússia	11,64	11,33	13,17	15,31	16,00	6,58	4,54
Outros países	148,61	151,28	150,17	152,47	155,60	0,92	2,05

[1]Estimativa de safra de Jun./2017.
Fonte: USDA, jun./2017.

O milho, pela sua versatilidade, é um cereal utilizado desde alimentação humana, até a produção de combustíveis e alimentação animal. A utilização pelos países, contudo, varia de acordo com a renda e os aspectos culturais. Do total produzido, cerca de 14% se destina ao consumo doméstico e o volume excedente se destina ao mercado internacional e estoques. Na safra 2016/17, segundo relatório de junho de 2017 divulgado pelo USDA, o estoque final deverá continuar a trajetória de crescimento observada nos anos anteriores, explicada principalmente pelo aumento da área colhida e da produção mundial (Tabela 2). Estima-se que 45% do milho estocado esteja na China, que passou por mudanças em sua política interna em 2015, o que resultou em redução em seus estoques. No entanto, o aumento dos estoques de Estados Unidos, Brasil e Argentina compensou em parte da redução chinesa. Para a safra 2017/18, a expectativa é que os estoques mundiais sejam reduzidos em 13,5%, como resultado da redução na produção e do aumento das exportações e consumo mundial.

Tabela 2. Milho – Balanço de oferta e demanda mundial – 2010/11-2017/18

Ano safra	Área colhida (milhões ha)	Rendimento (t/ha)	Produção (milhões t)	Consumo doméstico (milhões t)	Exportações (milhões t)	Importações (milhões t)	Estoque final (milhões t)
2010/11	164,9	5,1	837,3	91,7	505,5	855	123,3
2011/12	172,3	5,2	891,6	103,7	510,6	886,9	128
2012/13	178,1	4,9	872,6	100,7	520,7	867,4	133,2
2013/14	180,7	5,5	993,9	130,8	574,2	952,1	174,9
2014/15	179,8	5,7	1018,6	128,4	587,6	984,1	209,4
2015/16	178	5,4	968,3	144,9	603,2	965,3	212,4
2016/17	183	5,8	1067,2	146,2	634,6	1055,1	224,6
2017/18[1]	180,6	5,7	1031,9	150,7	650,4	1062,1	194,3

[1]Estimativa de safra de Jun./2017.
Fonte: USDA, jun./2017.

No que se refere às exportações, Estados Unidos, Argentina e Brasil se mantêm como principais países de origem do grão, com quase 73% do total mundial (Tabela 3). Em comparação com o ano safra 2015/16, observa-se um aumento de 0,84% em 2016/17. Países como Argentina, Rússia e Sérvia têm mostrado tendência de aumento significativo das exportações ao longo dos anos. O Brasil ocupa hoje a terceira posição no ranking e na safra 2016/17 teve redução das exportações em relação ao ano safra anterior. Isto porque os problemas climáticos que afetaram a safra 2015/16 dificultaram o cumprimento de contratos de exportação e o preço doméstico por vezes se mostrou mais atrativo que o externo. Já para a safra 2017/18 o grão brasileiro tem se mostrado atrativo no mercado e os contratos até janeiro de 2018 dão indícios de que o País atingirá a marca de 33 milhões de toneladas no referido ano. Caso essa expectativa seja confirmada, no próximo ano o Brasil deve ultrapassar a Argentina e recuperar a posição de segundo maior exportador de milho.

Tabela 3. Milho – Principais países exportadores – 2013/14 - 2017/18

(milhões de t)

País	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Taxa Cresc. (2014-17)	Var. % 2017-18
Total Mundial	**130,83**	**128,44**	**144,94**	**146,16**	**150,74**	**3,76**	**3,13**
Estados Unidos	50,69	46,83	51,20	56,00	47,50	3,38	-15,18
Argentina	12,85	18,45	21,68	27,00	27,50	28,09	1,85
Brasil	22,04	21,91	35,38	23,00	33,00	1,43	43,48
Ucrânia	20,00	19,66	16,60	19,00	20,50	-1,70	7,89
Rússia	4,19	3,21	4,69	5,30	6,00	8,11	13,21
Sérvia	1,78	2,96	1,51	2,50	2,50	11,99	0,00
Paraguai	2,71	3,01	2,66	2,30	2,50	-5,37	8,70
União Europeia	2,40	4,03	1,95	2,00	2,50	-5,95	25,00
África do Sul	2,10	0,75	0,76	2,00	1,70	-1,68	-15,00
Myanmar	1,10	1,25	1,00	1,10	1,20	0,00	9,09
Outros países	10,95	6,38	7,51	5,96	5,84	-18,36	-2,10

[1]Estimativa de safra de jun./2017.
Fonte: USDA, jun./2017.

Em 2016/17, os principais países importadores do grão continuaram sendo Japão, México e União Europeia, que juntos responderam pela parcela de 29,05% do total mundial (Tabela 4). A taxa média de crescimento anual das importações de 2014 a 2017 foi de 3,76%, com destaque para México, Vietnã e Irã, que apresentaram taxas de crescimento superiores à observada no total mundial. Japão, União Europeia e Coreia do Sul apresentaram redução no período analisado. Para a safra 2017/18 é esperado um aumento de 3,13% em relação à safra anterior, com

destaque para a União Europeia que deve aumentar suas importações em 14,5%, atingindo patamar superior ao observado nos últimos anos.

Tabela 4. Milho – Principais importadores mundiais de milho – 2013/14-2017/18

(milhões de toneladas)

País	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Taxa Cresc. (2014-17)	Var. % 2017-18
Total Mundial	**130,83**	**128,44**	**144,94**	**146,16**	**150,74**	**3,76**	**3,13**
Japão	15,12	14,66	15,19	15,00	15,00	-0,27	0,00
México	10,95	11,34	14,01	14,80	15,50	10,57	4,73
União Europeia	16,01	8,91	13,77	13,10	15,00	-6,48	14,50
Coréia do Sul	10,41	10,17	10,12	9,80	10,20	-1,98	4,08
Vietnã	4,30	6,70	8,60	9,50	10,50	30,24	10,53
Egito	8,73	7,84	8,78	9,00	10,00	1,04	11,11
Irã	5,50	6,10	6,60	8,50	9,00	15,62	5,88
Colômbia	4,44	4,50	4,46	4,70	5,00	1,95	6,38
Taiwan	4,18	3,81	4,66	4,60	4,50	3,25	-2,17
Argélia	4,16	4,12	4,33	4,50	4,70	2,69	4,44
Outros países	47,04	50,30	54,42	52,66	51,34	3,83	-2,52

[1]Estimativa de safra de jun./2017.
Fonte: USDA, jun./2017.

Produção e mercado nacionais

Na safra 2016/17 a produção nacional de milho foi a maior dos últimos anos, fechando em 97 milhões de toneladas. Isso representa um aumento de aproximadamente 52% da produção em relação ao ano safra anterior que foi fortemente afetado pelos problemas climáticos resultantes do fenômeno El Niño (Tabela 5). De acordo com as estimativas do IBGE (2017) a área plantada com milho grão total aumentou cerca de 16% em relação ao ano safra anterior. Isso porque, apenas considerando a Região Centro-Oeste, maior produtora do País, observou-se crescimento de mais de 20% da área principalmente para atender a demanda crescente do consumo da produção de gado em confinamento e influenciado pelos preços elevados no início do plantio da primeira safra. No entanto, como os patamares de preços do milho não foram mantidos ao longo da safra, a expectativa de que os sojicultores migrassem maiores áreas para a produção de milho grão não se confirmou.

Os principais estados produtores continuaram sendo Mato Grosso, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul, que juntos somaram 68% da produção e 62% da área total. Cabe ressaltar que, embora tenha havido um aumento significativo da área plantada em tais estados, o aumento da produção foi explicado substancialmente pelo aumento da produtividade que foi obtida graças à combinação de condições climáticas favoráveis e tecnologia aplicada nas lavouras.

O aumento da produção no Brasil e nos demais principais produtores mundiais do grão resultou em forte redução dos preços médios recebidos pelo produtor. Quando se comparam os preços nacionais reais praticados em maio de 2016 e 2017, observa-se uma redução de aproximadamente 47% de um ano para o outro (Figura 1). A combinação de quebra de safra, estoques baixos e preços externos elevados em 2015/16, além de aumento significativo da safra e preços internacionais pouco atrativos em 2016/17, explicam a queda acentuada dos preços em 2017 em comparação a 2016. No segundo semestre de 2017 alguns fatores podem atuar como freio à queda dos preços no ano. Entre esses fatores estão a tendência de aumento das exportações brasileiras, que devem atingir seu pico entre julho e outubro, há expectativa de que a safra 2017/18 seja reduzida em razão de problemas climáticos principalmente nos Estados Unidos e redução dos estoques mundiais causados pela redução dos estoques chineses. Se por um lado a queda dos preços do grão tem prejudicado os produtores de milho, que quando possível têm armazenado parte de sua produção na esperança de preços melhores, por outro tem favorecido a indústria de

carnes, que após um ano marcado por aumento dos custos volta a respirar aliviada pelo aumento da oferta interna e preços sem expectativa de voltar aos patamares obtidos na safra anterior.

Tabela 5. Milho – Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2011/12-2016/17

Região/UF	Área plantada (milhões de ha)						Produção (milhões de t)					
	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16[1]	16/17[1]	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16[1]	16/17[1]
BR	14,2	15,3	15,4	15,4	15,1	17,6	71,1	80,3	79,9	85,3	63,6	97,0
MT	2,7	3,4	3,3	3,6	3,7	4,7	15,6	20,2	18,1	21,4	15,3	27,7
PR	3,0	3,0	2,6	2,4	2,6	2,9	16,6	17,3	15,8	15,8	13,9	18,6
GO	1,2	1,2	1,4	1,4	1,3	1,6	8,2	7,7	9,1	9,5	5,8	10,5
MS	1,2	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	6,5	7,6	8,3	9,7	6,0	9,4
MG	1,2	1,2	1,3	1,2	1,1	1,3	7,6	7,4	7,0	6,8	5,8	7,8
RS	1,0	1,0	0,9	0,9	0,7	0,8	3,2	5,4	5,4	5,6	4,7	6,0
SP	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	4,5	4,4	4,0	4,7	4,2	4,3
SC	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	2,9	3,3	3,1	3,1	2,5	3,1
BA	0,4	0,6	0,7	0,7	0,5	0,6	1,9	2,1	2,9	2,7	1,5	1,9
MA	0,4	0,5	0,6	0,5	0,3	0,5	0,8	1,3	1,5	1,4	0,7	1,6
Outros Estados	1,6	1,5	1,9	1,9	1,8	2,3	3,4	3,5	4,7	4,7	3,1	6,1

[1]Estimativa do LSPA em maio/2017.
Fonte: IBGE, maio/2017.

Nota: os preços mensais foram corrigidos pelo IGP-DI (base: maio/2017).
Fonte: Conab; Cepea, 2017.

Figura 1. Milho – Estoque e preço médio real nacional – jan./2005 a maio/2017

No que diz respeito às exportações, observou-se uma redução no volume exportado em 2016 em relação à 2015. Essa redução foi de cerca de 24% e pode ser explicada principalmente pela quebra de safra ocorrida em 2015/16 que dificultou o cumprimento de contratos de exportação, haja vista a necessidade de cumprir a demanda interna por milho e os preços internos mais atrativos no período em análise. Para 2017, apesar da pouca atratividade do mercado externo que não tem se mostrado favorável a aumentos significativos de volume comercializado, espera-se aumento das exportações brasileiras do grão, cujos maiores destinos têm sido o Irã, Vietnã e Japão, que juntos demandaram 47% do volume exportado em 2016 (Tabela 6).

Tabela 6. Milho – Valor das exportações brasileiras por países de destino – 2012-17

(milhões de t)

País	2012	2013	2014	2015	2016	2017[1]	Part. % 2016
Total Geral	**19,80**	**26,62**	**20,65**	**28,92**	**21,87**	**2,65**	**-**
Irã	2,97	2,17	4,70	4,21	4,79	1,62	21,90
Vietnã	0,07	1,19	3,19	4,84	2,88	0,34	13,15
Japão	3,05	3,74	1,31	2,78	2,69	0,00	12,32
Malásia	0,64	1,00	1,26	1,68	1,61	0,17	7,36
Egito	1,85	1,59	1,25	2,01	1,50	0,02	6,86
Coreia do Sul	2,58	3,48	1,90	3,00	1,48	0,00	6,78
Taiwan (Formosa)	1,94	2,25	1,48	2,21	1,38	0,00	6,31
Indonésia	0,13	1,35	1,26	1,15	0,78	0,00	3,55
Bangladesh	0,00	0,00	0,00	0,19	0,72	0,00	3,31
Arábia Saudita	0,75	1,13	0,73	0,74	0,67	0,00	3,05
Outros países	5,82	8,72	3,58	6,10	3,37	0,50	15,40

[1]Dados referentes à soma das exportações de janeiro a maio/2017.
Fonte: MDIC/Aliceweb, 2017.

Em termos de oferta e demanda nacional do milho grão, observa-se (Tabela 6) que a demanda total aumentou cerca de 12%, em razão do aumento do consumo animal e das exportações. A oferta total também aumentou cerca de 17% graças ao aumento da produção nacional e importações. Essa combinação resultou em uma expectativa de aumento do estoque final para 13,2 milhões de toneladas, que em comparação com as 8,06 milhões de toneladas, obtidas na safra 2015/16, representam um aumento de 64% aproximadamente.

Tabela 7. Milho – Consumo no Brasil – 2010/11-2016/17

(milhões de t)

	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17[1]
Oferta							
Estoque inicial	11,55	9,21	11,22	14,08	17,88	14,20	8,06
Produção total	53,75	70,91	83,46	82,76	87,15	73,89	97,71
Produção 1ª safra	33,02	35,21	37,13	33,42	30,95	28,85	33,78
Produção 2ª safra	20,73	35,70	46,34	49,34	56,21	45,04	63,92
Importação	656,00	830,00	911,00	791,00	370,00	2,90	600,00
Consumo de substitutos	2,40	2,50	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00
Oferta Total	68,35	83,45	97,60	99,63	107,40	91,99	107,37
Demanda							
Consumo animal	38,83	40,30	43,45	47,18	49,45	48,07	49,33
- Aves de corte	19,13	19,80	21,48	23,52	24,58	24,09	24,71
- Aves de postura	3,28	3,39	3,66	3,92	4,07	3,99	4,04
- Suinocultura	10,67	10,94	11,65	12,56	13,25	12,58	12,97
- Bovinocultura	3,19	3,43	3,68	3,98	4,16	4,08	4,18
- Outros animais	2,57	2,75	2,98	3,21	3,40	3,33	3,43
Consumo industrial	4,64	4,87	5,21	5,99	6,59	6,52	6,65
Consumo humano	1,87	1,89	1,88	1,87	1,86	1,85	1,88
Outros usos	2,85	3,55	4,26	4,01	4,23	3,58	3,88
Perdas	1,08	1,42	1,67	1,66	1,74	1,58	1,95
Sementes	393,00	404,00	425,00	381,00	403,00	443,00	451,00
Exportação	9,49	19,80	26,63	20,66	28,92	21,88	30,00
Demanda Total	59,14	72,23	83,52	81,74	93,20	83,93	94,15
Estoque Final	9,21	11,22	14,08	17,88	14,20	8,06	13,22

Fonte: Abimilho. Celeres[1]/Secex, mar./2017.

Produção e mercado estaduais

Assim como no restante do País, Santa Catarina apresentou crescimento significativo da produção de milho na safra 2016/17. Comparativamente à safra anterior o crescimento da produção foi de 17,3%, enquanto a área aumentou 2,12% (Tabela 8). A combinação de preços elevados no ano safra anterior e início do plantio da safra 2016/17 e os programas de incentivo do governo estadual levaram à reversão da trajetória de queda da área plantada no Estado, que nos últimos anos vinha decrescendo à taxa de cerca de 8% ao ano em média. Ademais, as condições climáticas favoráveis em todo o Estado ao longo da safra e o investimento em tecnologia por parte dos produtores resultaram em variação da produtividade de quase 15% em relação à safra 2015/16. As microrregiões que obtiveram incrementos de produtividade mais expressivos foram Joaçaba, São Miguel do Oeste, Concórdia e Curitibanos, onde as produtividades variaram acima de 20% em relação ao ano anterior e em regiões como Joaçaba, Xanxerê e Curitibanos alcançaram média acima de 10 toneladas por hectare. Na média do Estado, a produtividade fechou em 8,5 toneladas por hectare, o que equivale a um incremento médio de mais de 1,5 tonelada por hectare em relação aos volumes alcançados nos anos anteriores.

Tabela 8. Milho – Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2012/13-2016/17

Microrregião	Área plantada (ha)					Quantidade produzida (t)				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Santa Catarina	**474.753**	**437.220**	**417.049**	**371.176**	**379.061**	**3.246.896**	**3.316.951**	**3.208.246**	**2.756.766**	**3.232.853**
Joaçaba	76.213	68.227	62.877	55.552	59.684	493.219	589.671	531.140	443.751	630.233
Chapecó	77.150	69.725	65.665	61.314	64.929	567.704	557.452	505.391	530.621	555.175
São M. Oeste	52.300	48.800	53.100	45.640	45.410	350.031	364.042	365.080	282.792	360.400
Canoinhas	53.700	46.150	39.000	30.500	32.100	488.230	406.900	367.295	266.270	304.670
Xanxerê	39.030	35.930	31.975	23.500	28000	337.570	340.246	291.612	207.534	292.874
C. de Lages	41.550	37.830	35.500	35.500	36.010	220.701	169.925	233.622	233.622	264.126
Curitibanos	36.622	31.368	27.258	22.446	21.608	275.966	292.605	270.358	205.618	239.546
Concórdia	38.770	36.350	33.750	31.140	24.630	221.756	236.406	232.006	211.666	205.038
Rio do Sul	20.885	22.870	22.870	19.450	20.930	107.058	141.461	141.461	111.432	129.932
Ituporanga	8.540	11.390	11.390	10.080	11.120	34.521	79.488	79.488	61.600	78.125
Criciúma	5.480	5.572	7.121	7.829	8.220	24.798	27.903	41.793	47.117	48.199
São B. do Sul	6.980	6.400	6.000	5.500	5.000	49.096	40.320	51.090	44.750	35.200
Araranguá	2.980	3.295	6.880	8.148	8.089	15.321	16.310	37.487	42.999	33.184
Tubarão	5.930	5.145	5.382	6.451	5.590	26.724	25.071	29.228	37.816	27.964
Tabuleiro	2.805	3.660	3.655	3.505	3.457	12.871	12.461	12.505	11.968	11.801
Tijucas	2.210	1.610	1.630	1.690	1.705	8.701	5.986	7.505	6.237	6.764
Blumenau	2.723	1.893	1.838	1.773	1.567	9.405	7.180	7.014	6.800	5.967
Florianópolis	400	520	619	619	619	1.494	1.794	2.299	2.299	2.299
Joinville	485	485	485	485	340	1.730	1.730	1.674	1.674	1.160

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Atualmente, Santa Catarina é deficitário no balanço de oferta e demanda de milho. No ano de 2016, a demanda total do grão totalizou 6,6 milhões de toneladas, enquanto a oferta fechou em 3,3 milhões de toneladas. Destaca-se que o balanço de oferta e demanda de 2016 leva em consideração a safra de milho de 2015/16, de forma que em 2017 o déficit deve sofrer redução em razão da boa safra colhida na safra 2016/17. Da demanda total, cerca de 97% destina-se ao consumo animal, principalmente para produção de suínos e frangos de corte (85,5%). Assim, o incremento da produção, observado na safra 2016/17, é fundamental para a indústria de carnes que vê possibilidade de redução de seus custos pela menor necessidade de demanda pelo grão de outros estados. Estima-se que o déficit de milho do Estado seja coberto pelas importações interestaduais com origem principalmente no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além das importações de países como Argentina e Paraguai, que no ano de 2016 totalizaram 611,46 mil toneladas.

Tabela 9. Milho – Balanço de oferta e demanda em Santa Catarina – 2016

(1.000 t)

Ano	Produto				Milho	Participação %
2016	Oferta	Total			3.340,74	
		Produção	1ª safra (2015/16)		2.551,93	76,39
			2ª safra (2015/16)		177,36	5,31
			Total (2015/16)		2.729,28	81,70
		Importações			611,46	18,30
	Demanda	Total			6.599,94	
		Consumo	Animal in natura	Suínos	2.805,50	42,51
				Frangos de corte	2.835,30	42,96
				Galinhas poedeiras	145,50	2,20
				Perus	158,00	2,39
				Vacas	400,00	6,06
			Humano in natura		31,70	0,48
		Reservas para sementes			1,62	0,02
		Perdas			54,59	0,83
		Exportações			167,73	2,54
	Saldo				-3.259,20	

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Diferentemente da safra 2015/16, marcada por preços elevados devido à quebra da safra e à alta do dólar que impulsionou os produtores para o mercado externo, os preços na safra 2016/17 apresentaram comportamento de U invertido, com fortes quedas desde meados de 2016 (Figura 2). A produção mundial expressiva, assim como a estadual que passou dos 3 milhões de toneladas e o mercado externo sem atrativos, aumentaram a disponibilidade interna do grão e, como consequência, os preços reduziram significativamente. Para o segundo semestre de 2017 espera-se leve recuperação dos preços, uma vez que o andamento da safra 2017/18 nos principais produtores, como os Estados Unidos, tem dado indícios de que será menos expressiva que a safra que se encerrou. Essa incerteza quanto ao andamento da safra 2017/18 tende a elevar os preços. Deve-se levar em consideração o fato de a área de milho silagem ser crescente no Estado nos últimos anos, o que também favorece o aumento dos preços, haja vista o deslocamento da produção de grãos para a produção de silagem para atender a produção de leite e carne bovina. Em 2016/17 a área destinada ao milho silagem foi de 222 mil hectares, o que representa 7% de aumento em relação ao ano safra anterior. Nesta área foram produzidas 9,6 milhões de toneladas de silagem.

Fonte: Epagri/Cepa, Conab, 2017.

Figura 2. Milho grão – Preço médio mensal real ao produtor em Santa Catarina e Preço Mínimo praticado, jan./2009 a maio/2017

A soja é o principal concorrente em área de milho no Estado. Nos últimos anos, a constante valorização dos preços da soja e a redução dos preços do milho impulsionaram a conversão de áreas de milho para plantio da soja, principalmente nas regiões Oeste e Meio-Oeste. Como observado na figura 3, a safra 2012/13 foi marcada pela ultrapassagem da área de milho pela área de soja no Estado e essa trajetória tem sido mantida ao longo dos anos. Na safra 2016/17, embora a área de milho tenha crescido levemente, contrariando a tendência histórica de redução, a área de soja também cresceu, não havendo reversão da tendência de substituição das áreas. Em decorrência, outras culturas cederam áreas ao plantio da soja no ano, tais como o feijão e pastagens.

Fonte: [(1)]Epagri/Cepa, IBGE, 2017.

Figura 3. Evolução da área plantada de milho e soja em Santa Catarina – 1990/91 a 2016/17

Analisando a equivalência de preços entre as duas culturas (milho e soja), é possível identificar a expectativa do produtor em relação à possibilidade de ganho na tomada de decisão (Figura 4). Em Santa Catarina, considerando os custos de produção e o retorno proporcionado pelas duas culturas, tem-se que quando a relação de troca é de pelo menos 2,3, o plantio da soja é favorável ao plantio de milho. De 2013 ao início de 2016, o sojicultor estava obtendo maiores ganhos do que o produtor de milho. No entanto, com a elevação dos preços do milho essa relação claramente se tornou favorável ao produtor de milho, o que explica em parte o aumento da área de milho no Estado em 2016/17. Contudo, desde o final de 2016, com a queda dos preços do milho, a relação de equivalência dos preços voltou a dar sinais de maior possibilidade de ganho com a produção de soja e em janeiro de 2017 ultrapassou a marca de 2,3. Isso mostra que, embora o mercado do milho tenha sido atrativo no início do plantio da safra 2016/17, a soja continua se apresentando como forte concorrente em área no Estado e seu avanço sobre áreas de milho e outras culturas deve continuar ocorrendo na próxima safra.

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Figura 4. Milho – Equivalência de preços mensais entre soja e milho – jan./09 a jun./17

Soja

Glaucia Padrão – Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundial

O ano de 2016/17 foi marcado pela recuperação da safra de soja mundial. Após a quebra de aproximadamente 10% da safra 2015/16 em relação à anterior, houve um crescimento da produção mundial de soja em grão de cerca de 12% na safra 2016/17. Entre os principais responsáveis por essa recuperação da produção estão Estados Unidos, Brasil e Índia, que apresentaram as maiores taxas de crescimento entre os principais produtores. Estados Unidos, Brasil e Argentina são os maiores produtores mundiais do grão e representaram juntos 82,23% da produção mundial em 2016/17 (Tabela 1). Cabe ressaltar que no referido ano safra, os dois maiores produtores alcançaram a maior produção do período de análise, o que pode ser explicado pelo bom desempenho das lavouras em decorrência das boas condições climáticas e pelo investimento em tecnologia, que permitiu o aumento da produtividade.

No que diz respeito à produção mundial de derivados da soja, farelo e óleo, a China se destaca com o maior volume, seguida por Estados Unidos, Argentina e Brasil. Em razão da boa safra colhida em 2016/17, o volume produzido desses produtos derivados aumentou significativamente. No total mundial, foram produzidos 228 milhões de toneladas de farelo de soja e 54 milhões de toneladas de óleo de soja. Para a safra 2016/17 é esperada uma recuperação mais que proporcional da produção mundial de soja em grão, e consequentemente de farelo e óleo. A consequência do aumento da produção foi a queda nos preços internacionais, com reflexos no mercado nacional. Para a safra 2017/18 é esperada leve redução da produção do grão, uma vez que os principais produtores mundiais devem ter problemas no andamento da safra causados por condições climáticas ruins. Nos Estados Unidos, por exemplo, o início do plantio foi marcado por irregularidades nas chuvas, o que fez com que o USDA reduzisse a projeção de safra para o país. No entanto, ainda é cedo para estimativas mais robustas, uma vez que boa parte das lavouras daquele país tem se mantido com qualidade boa a excelente.

Como resultado da boa produção obtida em 2016/17, houve aumento de 9,37% das exportações do grão em relação ao ano safra anterior. O Brasil ultrapassou os Estados Unidos e se consolidou como maior exportador no ano; tendência que deve se manter em 2017/18 se levarmos em consideração os volumes comercializados no mercado futuro (Tabela 2). Para os derivados da soja, farelo e óleo, destaca-se a Argentina como maior exportador, seguida do Brasil e estados Unidos.

Como resultado da boa safra colhida no ano de 2016/17, houve um aumento de 16 milhões de toneladas no estoque mundial de soja em grão, o que representa uma variação de quase 21% em relação ao ano safra anterior. Países como Brasil e Estados Unidos, que na safra anterior tiveram sua safra bastante prejudicada e, em consequência disso, reduziram seus estoques e apresentaram aumento significativo dos estoques na safra 2016/17. Para a safra 2017/18 as estimativas atuais dão indícios de leve redução dos estoques mundiais caso os problemas climáticos que têm acometido o início do plantio nos principais produtores persistam e resultem em quebra de safra (Tabela 3).

Tabela 1. Soja – Principais países produtores do grão, farelo e óleo – 2011/12-2017/18

(1.000 t)

Ano safra	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18[1]
Soja em grão							
Total mundial	**240.427**	**268.571**	**282.462**	**319.776**	**312.672**	**351.311**	**344.671**
Estados Unidos	84.291	82.791	91.389	106.878	106.934	117.208	115.802
Brasil	66.500	82.000	86.700	97.200	96.500	114.000	107.000
Argentina	40.100	49.300	53.400	61.400	56.500	57.800	57.000
China	14.485	13.050	11.950	12.150	11.600	12.900	13.800
Índia	11.700	12.186	9.477	8.711	7.000	11.500	11.500
Paraguai	4.043	8.202	8.190	8.154	9.000	10.300	9.400
Canadá	4.467	5.086	5.359	6.049	6.235	6.550	8.400
Outros	14.841	15.956	15.997	19.234	18.903	21.053	21.769
Farelo de soja							
Total mundial	**180.470**	**181.192**	**189.902**	**207.355**	**218.583**	**227.728**	**236.919**
China	48.288	51.440	54.531	59.008	64.782	68.508	72.468
Estados Unidos	37.217	36.174	36.909	40.880	40.746	40.675	42.003
Argentina	27.945	26.089	27.892	30.928	34.050	34.600	35.000
Brasil	29.510	27.310	28.540	31.300	31.500	32.120	32.500
União Europeia	9.668	9.875	10.586	10.744	11.060	12.008	12.324
Índia	7.720	8.000	6.560	5.440	4.700	7.120	7.520
Outros	20.122	22.304	24.884	29.055	31.745	32.697	35.104
Óleo de soja							
Total mundial	**42.740**	**43.085**	**45.002**	**48.123**	**50.658**	**54.272**	**56.201**
China	10.914	10.914	11.626	12.335	13.280	15.501	16.397
Estados Unidos	8.954	8.954	8.990	9.131	9.550	10.058	10.260
Argentina	6.839	6.839	6.364	6.785	7.380	8.710	8.760
Brasil	7.310	7.310	6.760	7.070	7.570	7.960	8.060
União Europeia	2.359	2.359	2.501	2.553	2.642	2.888	2.964
Índia	1.708	1.708	1.752	1.478	1.315	1.600	1.690
Outros	4.656	5.001	7.009	8.771	8.921	7.555	8.070

[1]Refere-se à estimativa para a safra 2017/18 no mês de maio/2017.
Fonte: USDA, maio/2017.

Tabela 2. Soja – Exportações mundiais e dos principais países – 2015/16-2017/18[1]

(milhões de t)

Exportações	Soja em grão				Farelo de soja				Óleo de soja			
	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Var. (15/16-16/17)	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Var. (15/16-16/17)	2015/16	2016/17	2017/18[1]	Var. (15/16-16/17)
Total mundial	**132,22**	**144,61**	**149,06**	**9,37**	**65,37**	**67,01**	**69,13**	**2,51**	**11,69**	**11,65**	**12,01**	**-0,33**
Brasil	54,38	62,40	63,50	14,74	15,41	15,00	15,50	-2,64	1,55	1,40	1,48	-9,68
Estados Unidos	52,69	55,79	58,51	5,89	10,85	10,89	11,25	0,30	1,02	1,04	1,04	2,66
Argentina	9,92	8,50	8,50	-14,31	30,33	31,75	32,33	4,70	5,70	5,60	5,80	-1,70
Paraguai	5,31	6,30	5,50	18,64	2,45	2,71	2,75	10,61	0,68	0,73	0,74	6,30
Outros	5,68	7,21	7,25	26,99	6,33	6,66	7,31	5,21	2,74	2,88	2,95	5,07

[1]Refere-se à estimativa para a safra 2017/18 no mês de maio de 2017.
Fonte: USDA, maio 2017.

Tabela 3. Soja em grão – Estoque mundial e de países selecionados – 2011/12-2017/18

(mil t)

País	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18[1]
Total Mundial	**53.889**	**56.153**	**61.645**	**77.366**	**77.129**	**93.209**	**92.223**
Argentina	15.949	20.962	25.271	31.700	31.700	32.750	32.450
Brasil	13.024	15.330	15.820	18.925	18.200	25.000	23.050
China	15.909	12.378	13.848	17.009	16.910	17.560	17.410
Estados Unidos	4.610	3.825	2.504	5.188	5.354	12.260	13.484
Outros	4.165	4.353	4.202	4.544	4.965	5.639	5.829

[1]Refere-se à estimativa para a safra 2017/18 no mês de maio/2017.
Fonte: USDA, ago./2015.

Produção e mercado nacionais

No Brasil a produção de soja na safra 2016/17 foi a maior do período analisado. Embora tenha havido aumento da área plantada no País, o grande responsável pelo aumento da produção foi o bom desenvolvimento das lavouras, que contaram com clima favorável em todas as regiões brasileiras e baixa incidência de pragas e doenças. Comparativamente à safra 2015/16, fortemente afetada pelo fenômeno El Niño, na safra 2016/17 a produção de soja no Brasil aumentou em 18,5% na safra vigente, com variações positivas e significativas em todos os estados produtores. Os principais estados produtores, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, representaram aproximadamente 61% da produção total nacional e as variações na produção foram de, respectivamente, 16,9%, 14,75% e 14,62%. O aumento do plantio de variáveis precoces, os bons preços alcançados no início da safra e a expectativa de boa safra desde o início do plantio resultaram em avanço rápido da comercialização do grão de forma antecipada. Com o avanço da colheita e a queda dos preços, para não perder rentabilidade no negócio, os produtores passaram a armazenar produto na esperança de alcançar melhores posições no mercado. Em decorrência da safra expressiva foram armazenados grandes volumes do grão em silos tipo bolsa, vez que os armazéns físicos ficaram lotados com soja e milho. Para a safra 2017/18 espera-se uma produtividade menor, haja vista a possibilidade de problemas climáticos afetando a safra, o que deverá resultar em produção menor em relação à safra vigente.

Tabela 4. Soja – Área plantada, quantidade produzida e rendimento do Brasil e principais estados produtores – 2011/12-2016/17

UF	Área plantada (milhões ha)						Quantidade produzida (milhões t)						Rendimento (t/ha)					
	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17[1]	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17[1]	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17[1]
BR	24,98	27,91	30,27	32,18	33,12	33,82	65,85	81,72	86,76	97,46	96,08	113,87	2,64	2,93	2,87	3,03	2,90	3,37
MT	6,98	7,91	8,61	8,97	9,10	9,33	21,84	23,42	26,50	27,85	26,28	30,74	3,13	2,96	3,08	3,11	2,89	3,30
PR	4,46	4,76	5,01	5,24	5,42	5,25	10,94	15,94	14,91	17,23	17,03	19,54	2,45	3,35	2,98	3,29	3,14	3,72
RS	4,16	4,73	4,99	5,26	5,44	5,53	5,95	12,76	13,04	15,70	16,21	18,58	1,43	2,70	2,62	2,98	2,98	3,36
GO	2,67	2,95	3,18	3,26	3,31	3,32	8,40	8,91	8,94	8,61	10,24	11,36	3,15	3,02	2,81	2,64	3,09	3,42
MS	1,81	1,99	2,16	2,35	2,41	2,57	4,59	5,78	6,34	7,31	7,39	8,76	2,53	2,91	2,94	3,11	3,06	3,40
MG	1,03	1,15	1,24	1,33	1,46	1,43	3,07	3,38	3,35	3,52	4,75	4,97	2,99	2,93	2,71	2,65	3,25	3,47
BA	1,11	1,21	1,28	1,44	1,53	1,58	3,21	2,77	3,21	4,51	3,21	4,85	2,89	2,28	2,51	3,13	2,10	3,06
SP	0,56	0,61	0,69	0,79	0,83	0,90	1,57	1,84	1,71	2,41	2,63	3,04	2,78	3,02	2,47	3,04	3,17	3,37
MA	0,56	0,56	0,68	0,76	0,78	0,82	1,64	1,58	1,88	2,10	1,24	2,49	2,95	2,81	2,77	2,76	1,59	3,04
TO	0,42	0,54	0,72	0,83	0,83	0,85	1,28	1,56	2,09	2,42	1,92	2,40	3,07	2,90	2,92	2,91	2,32	2,84
SC	0,45	0,52	0,56	0,61	0,66	0,65	1,08	1,59	1,67	2,00	2,14	2,33	2,39	3,04	2,98	3,29	3,24	3,57
Outro	0,77	0,97	1,17	1,34	1,35	1,58	2,28	2,21	3,13	3,81	3,05	4,82	2,95	2,26	2,69	2,84	2,26	3,05

[1]Refere-se à estimativa para a safra 2016/17 no mês de maio/2017.
Fonte: IBGE (PAM e LSPA), 2017.

Como consequência da produção da soja em 2016/17, os estoques finais do grão em 2017 deverão crescer substancialmente no País. No entanto, os estoques de derivados de soja, farelo e óleo deverão se reduzir no referido ano, haja vista o aumento do consumo doméstico e exportações dos mesmos (Tabela 5). Observa-se pela Tabela 6 que as exportações brasileiras do complexo soja têm se destacado nos últimos anos. Salienta-se que, mesmo com a safra frustrada em 2015/16, que reduziu significativamente a oferta interna, as exportações do complexo soja em 2016 foram elevadas e atingiram a marca de 67,3 milhões de toneladas. Para 2017 esse valor deverá ser ainda maior, devendo ultrapassar a marca de 79 milhões de toneladas, conforme estimativa da Abiove (2017) (Tabela 5). De janeiro a junho de 2017 foram exportadas 52,3 milhões de toneladas, cerca de 10% a mais que o volume exportado no mesmo período de 2016. Os principais destinos são China e União Europeia, que juntos importaram 77,4% do volume exportado pelo Brasil em 2016.

Tabela 5. Soja e derivados – Balanço de oferta e demanda nacional – 2010-17

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017[1]	Var. (%) 2010-16
Soja									
Estoque inicial	2.011	3.670	5.852	1.790	1.682	2.393	1.831	4.299	-8,95
Produção	68.919	75.248	67.920	81.593	86.397	96.994	96.199	113.200	39,58
Importação	119	40	268	283	578	324	382	200	221,01
Sementes/outros	2.800	2.850	2.900	2.950	2.950	3.000	3.000	3.100	7,14
Exportação	29.073	32.986	32.916	42.796	45.692	54.324	51.582	63.000	77,42
Processamento	35.506	37.270	36.434	36.238	37.622	40.556	39.531	41.000	11,34
Estoque final	3.670	5.852	1.790	1.682	2.393	1.831	4.299	10.599	17,14
Farelo									
Estoque inicial	871	1.116	1.254	1.089	988	1.124	1.078	1.233	23,82
Produção	26.998	28.322	27.767	27.621	28.752	30.765	30.229	31.100	11,97
Importação	39	25	5	4	1	1	1	0	-97,94
Consumo doméstico	12.944	13.758	14.051	14.350	14.799	16.017	15.837	15.800	22,35
Exportação	13.849	14.451	13.885	13.376	13.817	14.796	14.238	15.500	2,81
Estoque final	1.116	1.254	1.089	988	1.124	1.078	1.233	1.033	10,51
Óleo									
Estoque inicial	311	361	391	314	288	328	242	356	-22,35
Produção	6.928	7.340	7.013	7.075	7.443	8.074	7.885	8.100	13,81
Importação	16	0	1	5	0	25	66	50	313,28
Consumo doméstico	5.404	5.528	5.328	5.723	6.109	6.521	6.580	6.900	21,76
Exportação	1.490	1.782	1.764	1.383	1.295	1.665	1.257	1.300	-15,64
Estoque final	361	391	314	288	328	242	356	306	-1,49

[1]Refere-se à previsão para o ano de 2017 no mês de junho de 2017.
Fonte: Abiove, 2017.

Tabela 6. Soja – Evolução das exportações brasileiras do complexo soja – 2010-16

Ano	Valor das Exportações		Quantidade	
	US$ milhões	Var. %	1.000t	Var. %
2010	17.129		44.311	
2011	24.169	41,10	49.088	10,78
2012	26.125	8,10	48.960	-0,26
2013	30.980	18,58	57.495	17,43
2014	31.417	1,41	60.715	5,60
2015	27.970	-10,97	70.823	16,65
2016	25.427	-9,09	67.278	-5,01

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2017.

No que se refere à indústria de óleos vegetais e farelos, observa-se crescimento de 2010 a 2016 de aproximadamente 1,81% ao ano. Em 2016, foram processados 39,5 milhões de toneladas de soja, cerca de 2% menos que o volume processado em 2015 (Tabela 7). Isso porque a safra 2015/16 foi frustrada por problemas climáticos decorrentes do El Niño, o que gerou menor volume para processamento em 2016. De janeiro a maio de 2017, aproximadamente 13 milhões de toneladas foram processadas, principalmente no Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, que possuem a maior capacidade de processamento do País. Com 2% da capacidade nacional de processamento, em 2015 Santa Catarina ocupou a 9a posição no ranking. Espera-se que o volume esmagado de soja em 2017 supere o volume de 2016, dado o aumento da produção do grão no País na safra 2016/17.

Tabela 7. Soja – Evolução do processamento no Brasil – 2010-17

(1.000 t)

Ano/Mês	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	1.767	1.962	1.956	1.751	1.944	2.518	2.300	2.114
Fevereiro	2.456	2.510	3.021	2.387	2.437	2.894	3.293	2.365
Março	3.276	3.186	3.536	3.261	3.353	3.567	3.844	2.924
Abril	3.423	3.536	3.653	3.604	3.532	3.761	4.094	2.941
Maio	3.533	3.653	3.799	3.796	3.775	3.987	3.966	2.937
Junho	3.374	3.548	3.536	3.464	3.578	3.753	3.646	
Julho	3.480	3.451	3.270	3.356	3.433	3.810	3.503	
Agosto	3.256	3.073	3.285	3.307	3.402	3.581	3.016	
Setembro	2.910	3.381	3.057	2.987	3.081	3.478	2.877	
Outubro	3.022	3.385	2.678	3.033	2.959	3.398	3.096	
Novembro	2.949	2.896	2.462	2.848	3.163	3.087	2.982	
Dezembro	2.059	2.689	2.182	2.445	2.964	2.723	2.913	
Total	**35.506**	**37.270**	**36.434**	**36.237**	**37.622**	**40.556**	**39.531**	**13.281**

Nota: A amostragem de janeiro a maio de 2017 representa de 74% a 78% do setor.
Fonte: Abiove, 2017.

Produção e mercado estaduais

Santa Catarina, assim como o restante do País, apresentou boas condições climáticas e investimento em tecnologia. Assim, a produção de soja em grão em 2016/17 aumentou aproximadamente 15% em relação à safra anterior (Tabela 8). As microrregiões que apresentaram maior crescimento da produção foram Concórdia, São Bento do Sul, Ituporanga e Curitibanos. Ao todo foram produzidos 2,4 milhões de toneladas, tendo as microrregiões de Canoinhas, Xanxerê e Curitibanos como principais produtoras no Estado, responsáveis por 60% da produção total. Em relação à área plantada, o aumento foi modesto em quase todas as regiões, chegando a decrescer em Canoinhas e Xanxerê, onde houve substituição de áreas por áreas de milho, haja vista a maior rentabilidade econômica proporcionada pelo grão no início do plantio. Em algumas regiões do Estado, como Rio do Sul, Ituporanga e Campos de Lages, o incremento anual de área tem sido significativo, pois, além da substituírem áreas de milho, feijão e pastagens por áreas de soja, há ainda a abertura de novas áreas tendo a soja como cultura inicial plantada, principalmente no Planalto Sul. Cabe ressaltar que em regiões como o Sul Catarinense já se observam áreas de soja, mas esta ainda não concorre com áreas de plantio de arroz, como ocorre em algumas regiões do Rio Grande do Sul.

Tabela 8. Soja – Área plantada e quantidade produzida no Estado e microrregiões – 2011/12-2016/17

Microrregião	2011/12		2012/13		2013/14		2014/15		2015/16		2016/17	
	Área (1.000ha)	Qtde. prod. (1.000t)	Área (1.000ha)	Qtde. prod. (1.000t)	Área (1.000ha)	Qtde. prod. (1.000t)	Área (1.000ha)	Qtde. prod. (1.000t)	Área (1.000ha)	Qtde. prod. (1.000t)	Área (1.000ha)	Qtde. prod. (1.000 t)
Santa Catarina	**467**	**1393**	**523**	**1627**	**562**	**1731**	**598**	**1946**	**638**	**2099**	**658**	**2414**
Canoinhas	91	296	110	386	120	407	127	441	133	456	132	502
Xanxerê	129	444	124	405	131	391	133	397	140	449	139	491
Curitibanos	71	179	74	222	79	292	88	321	94	333	108	449
Chapecó	80	202	79	225	80	201	85	241	92	263	89	292
Joaçaba	32	84	41	123	47	169	54	191	58	208	57	238
Campos de Lages	25	67	37	101	41	111	54	177	60	201	60	199
S. Miguel do Oeste	30	97	34	97	36	72	37	112	36	109	43	128
São Bento do Sul	5	12	6	19	9	29	10	32	10	34	15	50
Ituporanga	1	5	10	33	12	38	6	19	6	21	8	30
Concórdia	2	7	3	8	3	9	3	10	4	13	6	20
Rio do Sul	0	1	3	7	4	12	2	6	3	11	4	14

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Como reflexo da safra frustrada em 2015/16, as exportações catarinenses do complexo soja em 2016 reduziram em cerca de 2% em relação a 2015 (Tabela 9). Ao todo foram 1,6 milhão de toneladas que resultaram em 622,8 milhões de dólares para o Estado. De janeiro a junho de 2017, foram exportados pelo Estado 1,2 milhão de toneladas, em torno de 14% a mais que o volume exportado no mesmo período do ano passado. Entre os principais destinos das exportações, a China lidera o ranking e compra cerca de 85% do total comercializado pelo Estado, seguida pelos Estados Unidos.

Tabela 9. Soja e derivados – Exportações catarinenses – 2010-16

Ano	Valor (US$ 1.000)	Volume (t)
2010	229.858	497.081
2011	461.994	921.525
2012	486.668	887.985
2013	547.111	996.149
2014	903.855	1.742.335
2015	654.452	1.651.115
2016	622.876	1.614.886

Fonte: Aliceweb/MDIC, 2017.

O preço do grão no Estado, por sua vez, passou por forte queda desde meados de 2016, atingindo o menor valor do período analisado em abril de 2017, em termos reais (Figura 1). Comparativamente ao ano de 2016, onde a baixa disponibilidade interna do produto resultou em preços elevados que atingiram seu pico em junho de 2016, os preços de maio de 2017 foram cerca de 22% inferiores aos observados no mesmo período do ano anterior. Quando se analisam os dois pontos de pico, o pico de baixa (abril de 2017) e o pico de alta (junho de 2016), essa variação chega a -31%, o que trouxe preocupação ao produtor que, quando possível, optou por armazenar produto na busca por melhores oportunidades de negócio. Contudo, em maio de 2017 o mercado começou a reagir, com a possibilidade de que a safra mundial de soja sofra redução decorrente de problemas climáticos, o que levou a aumento dos preços no Estado, muito embora ainda seja pouco expressivo e não se consolide como tendência duradoura. Apesar dessa

trajetória de queda, que trouxe prejuízos ao produtor rural – comparativamente ao milho, principal concorrente em área no estado –, a soja ainda permite retorno econômico maior e a equivalência de preços dos dois grãos tem se mostrado favorável ao sojicultor, que deve aumentar sua área plantada na safra 2017/18 caso a conjuntura atual se mantenha no médio prazo.

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Figura 1. Soja em grão – Preço médio real mensal ao produtor em Santa Catarina, 2014-17

Tabaco[1]

Luiz Augusto Araujo – Eng.-agr., MSc. – Epagri/Cepa
laraujo@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A China é o maior produtor mundial de tabaco, responsável por 41,8% da produção de 2014. O Brasil ocupa a segunda posição no ranking dos maiores produtores mundiais, 12,01% do total mundial. Em 2014, segundo a FAO, os dez países maiores países produtores detêm 79,5% da produção mundial. Como importantes produtores mundiais aparecem a Índia com 10,0 %, os Estados Unidos 5,5% e a Indonésia 2,7%. (Tabela 1).

Tabela 1. Tabaco – Área plantada e produção dos principais países produtores e mundial – 2010-14

País	Área (mil ha)					Produção (mil t)				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
China	1.345,7	1.462,1	1.481,2	1.527,6	1463,7	3.005,9	3.158,7	3.127,9	3.150,2	2.997,1
Brasil	449,6	454,5	410,2	405,3	415,8	787,8	951,9	810,6	850,7	862,4
Índia	444,3	490,0	460,0	490,0	432,7	690,0	830,0	820,0	830,0	720,7
EUA	136,6	131,5	136,1	136,1	153,1	325,8	271,4	345,8	345,8	397,5
Indonésia	216,3	228,8	270,3	270,2	209,4	135,7	214,6	260,8	260,2	196,3
Zimbábue	94,2	92,6	93,0	115,0	79,6	109,7	111,6	115,0	150,0	76,6
Malawi	165,6	162,7	71,2	120,2	123,1	172,9	174,9	72,6	132,8	126,3
Argentina	75,5	76,4	59,2	59,2	62,2	137,0	145,0	115,3	115,3	119,4
Paquistão	55,8	51,3	45,8	49,8	49,0	119,3	102,8	97,9	108,3	129,8
Turquia	81,3	76,7	108,0	136,2	99,2	55,0	45,0	75,0	90,0	74,7
Outros	884,40	990,90	1.008,70	897,30	875,80	1.374,90	1.478,70	1.700,60	1.514,70	1.475,90
Mundo	**3.949,3**	**4.217,5**	**4.143,7**	**4.206,9**	**3.963,6**	**6.914,0**	**7.484,6**	**7.541,5**	**7.548,0**	**7.176,7**

OBS: Tabaco não manufaturado.
Fonte: http://faostat3.fao.org/download/Q/QC/E. 21 Ago 2017.

Desde 1993, o Brasil ocupa a liderança na exportação mundial do Tabaco. Em 2013, o País foi responsável por 23,5% do total mundial exportado, aparecendo em seguida a Índia 9,8%, a China 7,7%, os Estados Unidos 6,6%, Zimbábue 5,7% e Malawi 5,2% (Tabela 2).

Tabela 2. Tabaco – Exportações dos principais países exportadores e mundial – 2009-13

País	Tonelada				
	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	661.738	493.003	533.579	624.699	609.927
Índia	230.804	218.914	188.223	234.221	253.934
China	207.835	251.276	225.966	212.369	199.967
EUA	172.244	180.937	187.020	165.039	171.844
Malawi	183.552	144.676	159.842	141.009	135.676
Zimbábue	54.262	90.196	134.466	131.853	147.873
Argentina	89.125	65.497	80.618	89.122	70.053
Bélgica	81.164	74.140	78.594	85.536	73.348
Itália	80.200	75.253	61.232	76.654	69.083
Subtotal	1.760.924	1.593.892	1.649.540	1.760.502	1.731.705
Outros	876.247	880.680	814.386	881.021	865.691
Total mundial	**2.637.171**	**2.474.572**	**2.463.926**	**2.641.523**	**2.597.396**

OBS: Tabaco não manufaturado.
Fonte: http://faostat3.fao.org/download/T/TP/E. 21 Ago 2017.

[1]Para este artigo, foram utilizadas as seguintes fontes:
IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Vários; www.fao.org; www.afubra.com.br; Jornais diversos e internet.

A Rússia é o principal importador mundial de Tabaco, com 9,51% do total importado. Em seguida, mantendo a posição tanto em 2012 como em 2013, aparecem os Estados Unidos (8,0%), China (7,0%), Alemanha (6,6%) e Países Baixos (5,1%) (Tabela 3).

Tabela 3. Tabaco – Importações dos principais países importadores e mundial – 2009-13

País	Tonelada				
	2009	2010	2011	2012	2013
Rússia	256.382	241.905	238.440	250.324	241616
EUA	197.840	159.189	171.886	219.159	199731
China	105.032	89.626	130.481	180.306	174593
Alemanha	175.839	175.744	182.876	173.253	165412
Países Baixos	142.572	140.473	147.440	151.815	127185
Indonésia	53.198	65.685	106.570	137.426	121218
França	120.452	101.691	103.961	117.236	113865
Bélgica	121.528	105.034	104.930	114.592	104165
Polônia	69.543	81.446	80.395	89.338	88299
Malásia	46.892	48.039	55.399	63.554	52863
Subtotal	1.289.278	1.208.832	1.322.378	1.497.003	1.388.947
Outros	1.147.697	1.305.748	1.118.802	1.140.126	1.113.994
Total mundial	**2.436.975**	**2.514.580**	**2.441.180**	**2.637.129**	**2.502.941**

OBS: Tabaco não manufaturado.
Fonte: http://faostat3.fao.org/download/T/TP/E. 21 Ago 2017.

Produção e mercado nacionais

Na safra 2016/17, em relação à safra anterior, a área plantada apresentou uma leve expansão de 3,4%. A partir da safra 2010/11, apenas as safras 2013/14 e 2016/17 aumentaram a área plantada em relação à safra anterior.

Nesse período, o menor volume de produção ocorreu na safra 2015/16. Nessa safra, além da área plantada diminuir em relação à anterior, o rendimento alcançado foi o mais baixo das últimas safras, em função do fenômeno climático El Niño. O volume de chuvas nos meses de outubro/novembro de 2015 e a ocorrência de granizo contribuíram para a queda na produção de 21,6%, em relação à safra 2014/15 (Tabela 4).

Tabela 4. Tabaco – Safra brasileira – 2010/11-2016/17

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
2010/11	454.521	951.933	2.094
2011/12	410.675	810.550	1.974
2012/13	405.146	851.133	2.101
2013/14	415.200	857.484	2.065
2014/15	405.413	865.674	2.138
2015/16	381.677	673.821	1.800
2016/17[(1)]	394.669	869.361	2.203

[(1)]Dados sujeitos a alteração
Fonte: IBGE (LSPA agosto/2017).

Nas últimas quatro safras, a Região Sul respondeu por 98% a 99% da produção da produção brasileira (Tabela 5). O dimensionamento do plantio desta região é realizado em regime de integração com a indústria e se dá de acordo com as necessidades internas e de exportação do produto.

Tabela 5. Tabaco – Safras da Região Sul do Brasil – 2014 a 2017[1]

Estado	Área Plantada (ha)				Produção (t)				Rend. médio (kg/ha)			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
RS	205.306	199.963	185.249	189.373	412.622	414.936	325.152	414.496	2.010	2.078	1.767	2.189
SC	120.641	116.388	110.766	112.462	258.245	255.952	195.151	252.443	2.141	2.201	1.785	2245
PR	76.137	75.155	73.218	77.622	171.673	177.834	146.870	184.469	2.255	2.369	2.011	2.377
Total	**402.084**	**391.506**	**369.233**	**379.457**	**842.540**	**848.722**	**667.173**	**851.408**	**2.095**	**2.171**	**1.821**	**2.244**

[1]Dados de 2017 são preliminares.
Fonte: IBGE.

A comercialização da safra 2016/17 foi marcada por dificuldades em relação ao preço recebido pelo produtor, que ficaram menores do que os da safra anterior. Apesar das empresas chegarem ao percentual de reajuste de até 8,35%, sobre a tabela de preços referenciais do ano passado, a desvalorização na classificação durante a comercialização foi apontada como o motivo principal desse preço recebido.

A situação descrita anteriormente contrasta com aquela observada na safra 2015/16. Naquela ocasião, em decorrência da quebra de produção (e também daquela ocorrida em importantes regiões produtoras na África), o preço médio pago ao produtor apresentou aumento significativo de 37% no tabaco Virgínia e 48% no Burley (em relação à safra anterior), de acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

A evolução do preço médio recebido pelo produtor para o fumo estufa e galpão constam da (Figura 1).

Fonte: Afubra (2016). Dados de 2017 ainda não disponíveis.

Figura 1 - Evolução do preço médio aos produtores do Sul do Brasil - Safras 2005/06-2015/16

A maior parte da produção brasileira tem como destino o mercado internacional, entre outros motivos, em decorrência de sua qualidade. No período entre 2010 e 2017, a produção exportada em média representou 64,8% do total produzido no País. Em 2016, em que pese a leve queda observada na quantia exportada em comparação ao ano anterior, o resultado permitiu manter o posto de maior exportador mundial do produto. (Tabela 6).

Tabela 6. Tabaco – Produção e exportação do Brasil – 2010-17

Ano	Produção (t)	Exportação (t)	Exp./Prod. (%)
2010	780.942	505.620	64,7
2011	949.216	545.603	57,5
2012	806.685	637.776	79,1
2013	851.133	627.226	73,7
2014	857.404	476.217	55,5
2015	865.674	516.756	59,7
2016	673.821	483.054	71,7
2017	869.361(1)	198.807(2)	-
Média(3)	**826.411**	**541.750**	**64,8**

(1)Dado de produção sujeito a alterações.
(2)Dado disponível na AGROSTAT para 2017, em 23 de agosto.
(3)2010 a 2016.
Fonte: IBGE, MDIC (Sistema Alice) e AGROSTAT - Estatisticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro.

Em 2016, o tabaco (fumo e cigarros) representou 1,15% do total das exportações brasileiras que alcançou US$ 185,235 bilhões. Naquele ano, foram exportados do produto 483 mil toneladas e US$ 2,12 bilhões (segundo dados do MDIC), sendo que este desempenho só superou o resultado do ano de 2014 (476 mil toneladas).

Em Santa Catarina, o tabaco representou 5,7% dos embarques para o exterior, sendo o 4º produto da pauta comercial.

Produção e mercado estaduais

Na safra 2016/17, a área plantada de tabaco cresceu apenas 1,01% em relação à safra 2015/16, corroborando com as previsões iniciais de que a área de plantio deveria aumentar pouco menos de 2% .

A safra de tabaco 2016/17 transcorreu dentro dos padrões esperados de produtividade e qualidade, em virtude das condições climáticas normais submetidas às diversas fases da cultura, até o presente momento. Em consequência disso, a safra 2016/17 de tabaco catarinense e brasileira viveu uma situação completamente diferente do ano anterior, quando sofreu com o excesso de chuvas e a ocorrência de granizo em áreas produtoras. Com isso, na safra atual a produção de tabaco catarinense chega a 29,4% acima da alcançada na safra 2015/16, com expectativa de obtenção de rendimentos médios elevados (2.245 kg/ha) (Tabela 7).

Tabela 7. Tabaco – Safra de Santa Catarina – 2011/12-2016/17

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
2011/12	118.280	237.213	2.006
2012/13	117.060	244.458	2.088
2013/14	120.641	258.245	2.141
2014/15	116.388	255.952	2.201
2015/16	110.766	195.151	1.785
2016/17(1)	112.462	252.443	2.245

(1)Dados sujeitos a alteração.
Fonte: IBGE.

A expectativa inicial era de que a safra 2016/17, numa condição de normalidade, deveria se aproximar das 250 mil toneladas, o que de fato ocorreu. Apesar desse fato, a produção de tabaco catarinense permaneceu inferior àquela obtida nas safras 2014/15 e 2013/14.

Na safra 2016/17, exceto a mesorregião Serrana, de baixa participação na safra estadual, todas as demais apresentaram aumento na produção tabaco quando comparadas à safra anterior (Tabela 8).

Tabela 8. Tabaco – Safra por micro e mesorregião geográfica de Santa Catarina – 2014/15-2016/17[1]

Micro/Mesorregião	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2014/15	2015/16	2016/17	2014/15	2015/16	2016/17	2014/15	2015/16	2016/17
São Miguel do Oeste	6.695	5.594	5380	11.854	9.301	11.317	1.771	1.663	2.104
Chapecó	6.929	5.555	5456	13.385	9.388	10.816	1.932	1.690	1.982
Xanxerê	1.223	942	714	2.340	1.688	1.582	1.913	1.792	2.216
Joaçaba	896	871	588	1.539	1.359	1.124	1.718	1.560	1.912
Concórdia	214	152	106	401	258	212	1.874	1.697	2.000
Oeste Catarinense	**15.957**	**13.114**	**12.244**	**29.519**	**21.994**	**25.051**	**1.850**	**1.677**	**2.046**
Canoinhas	35.915	35.810	38.031	86.952	68.048	90.971	2.421	1.900	2.392
São Bento do Sul	937	750	937	1.913	1.240	1.649	2.042	1.653	1.759
Norte Catarinense	**36.852**	**36.560**	**38.968**	**88.865**	**69.288**	**92.620**	**2.411**	**1.895**	**2.377**
Curitibanos	526	543	510	1.034	1.050	1.016	1.966	1.934	1.992
Campos de Lages	1.116	861	800	2.224	1.724	1.755	1.993	2.002	2.194
Serrana	**1.642**	**1.404**	**1.310**	**3.258**	**2.774**	**2.771**	**1.984**	**1.976**	**2.115**
Rio do Sul	19.907	19.422	20.682	44.666	32.860	45.730	2.244	1.692	2.211
Blumenau	611	581	350	1.373	1.292	753	2.247	2.224	2.151
Ituporanga	13.150	12.650	13.400	29.778	21.600	30.691	2.264	1.708	2.290
Vale do Itajaí	**33.668**	**32.653**	**34.432**	**75.817**	**55.752**	**77.174**	**2.252**	**1.707**	**2.241**
Tijucas	2.923	2.840	2.820	6.323	4.499	6.069	2.163	1.584	2.152
Tabuleiro	1.369	1.009	1.010	2.486	1.825	1.827	1.816	1.809	1.809
Grande Florianópolis	**4.292**	**3.849**	**3.830**	**8.809**	**6.324**	**7.896**	**2.052**	**1.643**	**2.062**
Tubarão	8.573	8.395	8.358	18.158	16.273	19.765	2.118	1.938	2.365
Criciúma	6.078	5.804	5.740	12.685	11.224	11.646	2.087	1.934	2.029
Araranguá	9.330	7.610	7.580	18.850	11.644	15.520	2.020	1.530	2.047
Sul Catarinense	**23.981**	**21.809**	**21.678**	**49.693**	**39.141**	**46.931**	**2.072**	**1.795**	**2.165**
Santa Catarina	**116.392**	**109.389**	**112.462**	**255.961**	**195.273**	**252.443**	**2.199**	**1.785**	**2.245**

[1]Dados sujeitos a alteração.
Fonte: IBGE. LSPA/SC – Jun. 2017

As microrregiões de Canoinhas, Rio do Sul e Ituporanga participam com 66,3% da produção total no território catarinense e são as três principais regiões produtoras de tabaco. Nessas três microrregiões, estima-se a produção de 167.392 toneladas, do total de 252.443 toneladas de tabaco esperadas para Santa Catarina.

É ainda importante registrar que 94,3% da produção estadual do tabaco tem sua origem em oito microrregiões (de um total de vinte): Canoinhas, Rio do Sul, Ituporanga, Tubarão, Araranguá, Criciúma, São Miguel do Oeste e Chapecó. Em outro sentido, três microrregiões não produzem o tabaco: Florianóplis, Itajaí e Joinville.

Para a safra catarinense 2017/18, as previsões iniciais são de que a área de plantio deve reduzir em relação à safra 2016/17. A redução da área plantada decorre dos sinais de mercado do tabaco, onde os resultados de comercialização obtidos na última safra tornaram a expectativa de lucro menos atrativa para a nova safra, associada à redução de demanda mundial pelo produto.

Tomate

Evandro Uberdan Anater, Téc.-agr. – Licenciado em Estudos Sociais - Epagri/Cepa-Joaçaba
anater@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Os números mais recentes sobre a safra mundial de tomate são relativos a safra 2013/14. Comparados às safras imediatamente anteriores, indicam expansão da produção de 6,4% e 4,2% sobre as safras 2011/12 e 2012/13, respectivamente. A área plantada também apresentou crescimento de 1,7% em relação à safra 2012/13 e de 2,5% em relação a 2011/12. Entre os maiores produtores destacam-se China e Índia, seguidos pelos EUA que apresentaram significativa expansão tanto na área plantada como na produção na safra 2013/14. Neste cenário, o Brasil continua como oitavo maior produtor mundial apresentando uma produção e área 2,7% maiores que a safra 2012/13 (Tabela 1).

Tabela 1. Tomate – Comparativo da safra mundial e dos principais países – Safra 2011/12 a 2013/14

Discriminação	Área colhida (mil ha)			Quantidade produzida (mil t)			Rendimento médio (t/ha)		
	2011/12	2012/13	2013/14	2011/12	2012/13	2013/14	2011/12	2012/13	2013/14
China	954,0	985,8	1.001,7	48.057,0	50.552,2	52.586,8	50,4	51,3	52,5
Índia	907,0	880,0	882,0	18.653,0	18.227,0	18.735,9	20,6	20,7	21,2
EUA	152,7	152,4	163,4	13.225,4	12.656,1	14.516,0	85,5	88,0	83,8
Turquia	300,0	311,8	319,1	11.350,0	11.820,0	11.850,0	37,8	37,9	37,1
Egito	216,4	205,3	214,0	8.625,2	8.290,5	8.288,0	39,9	40,4	38,7
Irã	150,0	150,8	159,1	5.470,0	5.650,0	5.973,3	36,5	37,5	37,5
Itália	98,2	95,2	103,2	5.592,3	5.321,2	5.624,2	56,9	55,9	54,5
Espanha	48,6	46,6	54,8	4.046,4	3.772,8	4.888,9	83,3	80,9	89,3
Brasil	**63,9**	**62,7**	**64,4**	**3.874,0**	**4.188,0**	**4.303,0**	**60,7**	**66,8**	**66,9**
México	96,7	87,2	95,2	3.434,0	3.283,0	3.536,3	35,5	37,7	37,1
Subtotal	2.987,4	2.997,8	3.057,0	122.357,2	123.760,1	130.302,3	39,7	41,1	41,5
Mundo	**5.880,0**	**5.927,4**	**6.026,0**	**209.960,3**	**214.413,4**	**223.474,0**	**35,7**	**36,2**	**37,1**

Fonte: FAOSTAT 26/06/2017

Na América do Sul, a área plantada vem recuperando terreno depois da acentuada redução verificada na safra 2012/13, mesmo assim ainda permanece 4,7% menor que o plantio da safra 2011/12. Entre os maiores produtores, Brasil e Chile incrementaram o plantio, enquanto Argentina e Colômbia, na contramão desses, reduziram suas áreas. No que tange à produção, esta foi 7% maior que em 2011/12 e 3% maior que 2012/13. O Brasil permanece como grande produtor continental, sendo responsável por 60,1% da produção, e por 47,2% da área plantada, com uma produtividade média de 66,9t/ha (Tabela 2).

Tabela 2. Tomate – Comparativo de safras da América do Sul – 2011/12-2013/14

País	Área colhida (mil ha)			Produção (mil t)			Rendimento médio (t/ha)		
	2011/12	2012/13	2013/14	2011/12	2012/13	2013/14	2011/12	2012/13	2013/14
Brasil	**63,9**	**62,7**	**64,4**	**3.874,0**	**4.187,6**	**4.302,8**	**60,7**	**66,8**	**66,9**
Chile	13,1	13,3	13,5	739,1	836,3	909,2	56,4	62,8	67,5
Argentina	16,4	16,2	16,0	672,0	670,0	668,0	41,1	41,5	41,8
Colômbia	25,1	16,7	16,4	815,0	686,2	601,2	32,5	37,7	37,1
Subtotal	118,5	108,9	110,3	6.100,2	6.380,1	6.481,2	51,5	58,6	58,9
Outros	24,6	23,4	26,1	587,7	567,1	674,8	23,9	24,4	25,9
América do Sul	143,1	132,3	136,4	6.688,0	6.947,2	7.156,0	46,7	52,5	52,5

Fonte: FAOSTAT 26/06/2017

Produção e mercado nacionais

As últimas safras de tomate foram caracterizadas por severas dificuldades enfrentadas pelos produtores desde a sua implantação até o momento da comercialização do produto. O clima foi o grande vilão na safra 2014/15, com chuva em demasia no Sul, pouca chuva no Nordeste e estiagem no Sudeste. No tocante à comercialização não houve maiores problemas, porém os preços recebidos ficaram inferiores à safra anterior. No ano seguinte foram os custos que puxados pela alta do dólar impactaram diretamente sobre os preços dos insumos utilizados na lavoura e achataram, em parte, a rentabilidade das mesmas, todavia, os preços foram remuneradores trazendo alento ao setor e a expectativa de dias melhores. Com essa expectativa positiva é que a safra 2016/17 foi implantada. E o resultado disso (embora os números sejam preliminares) foi um crescimento expressivo na área de plantio (+11,4%) e na oferta de tomates (+18,2%). Tudo sinalizava para uma grande safra, mas o aprofundamento da crise econômica nacional acabou por gerar uma crise de demanda e por consequência uma redução acentuada no consumo de tomates, que, conjugada com uma onda de forte de calor sobre a safra da primavera, acelerou a maturação das lavouras do Sudeste, aumentando substancialmente a oferta do produto num curto espaço de tempo, o que ocasionou derretimento dos preços pagos aos produtores, levando-os ao patamar mínimo da série histórica do Cepea iniciada em 2002. Além disso, muitas lavouras sequer foram colhidas, pois os preços não remuneravam os serviços, ou por não haver comprador para a produção. Nesse cenário é que transcorreu a safra nacional 2016/17.

Os estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais mantiveram-se como grandes produtores nacionais, representando juntos 64,5% da produção, e 55% da área plantada na safra 2016/17. Entre os grandes produtores, vale salientar que Goiás ampliou sua área em 14,8% nesta safra e São Paulo em 14,1%. Santa Catarina, por sua vez, manteve a área de plantio em 2.800 hectares, com um rendimento médio de 69,6t/ha (Tabela 3).

Tabela 3. Tomate – Comparativo de safra do Brasil e principais estados produtores – 2015 a 2017

UF	Área plantada (mil hectares)			Produção (mil toneladas)			Rendimento médio (t/ha)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
GO	10,7	11,5	13,2	913,0	934,7	1.143,7	85,6	81,6	86,4
SP	15,0	11,3	12,9	1.097,9	753,3	984,9	73,4	66,9	76,3
MG	9,8	10,3	9,2	715,9	702,5	667,5	73,3	68,2	72,2
BA	7,1	4,1	7,0	323,7	175,2	303,2	45,6	43,2	43,3
PR	3,7	3,8	4,3	230,3	217,0	257,7	61,5	56,7	60,5
SC	2,6	2,8	2,8	180,5	171,7	194,7	68,2	61,5	69,6
RJ	2,5	2,6	2,5	185,9	189,6	181,9	73,4	73,7	72,0
ES	2,5	2,5	2,5	144,8	154,1	160,3	57,7	60,9	64,1
CE	2,2	2,5	2,6	95,1	122,8	144,6	43,3	48,5	55,3
RS	2,3	2,3	2,3	111,4	112,6	118,1	49,1	48,4	51,7
Outras UF	5,2	3,9	4,8	189,2	133,7	176,8	36,3	34,0	36,9
Brasil	**63,6**	**57,6**	**64,2**	**4.187,7**	**3.667,1**	**4.333,5**	**65,8**	**63,7**	**67,5**

Nota: Os dados das safras de 2016 e 2017 são preliminares.
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; LSPA – junho 2017.

Produção e mercado estaduais

Os dados, ainda que preliminares, dimensionam a safra catarinense 2016/17 em 2.796 ha e uma produção de 194.694t. Os produtores, já há alguns anos, têm consolidado a safra de tomates próxima de 2800ha, a produção é que tem oscilado mais em decorrência das condições climáticas e da tecnologia aplicada. Nesta última safra, considerada como uma das melhores dos últimos tempos no que tange à produtividade, o incremento em quantidade em relação à safra anterior foi de +13,4%, e o rendimento médio obtido de 69,6t/ha equivaleu a um crescimento de +13,2% (Tabela 4).

Embora esses números se apresentem alentadores, a safra catarinense não fugiu à regra e enfrentou todas as mesmas dificuldades dos outros produtores de tomate do Brasil. A safra se encaminhava bem, com o clima colaborando e lavouras sadias. No final de dezembro quando começou a colheita é que vieram os problemas. Mercado muito ofertado, consumidor retraído e lavouras maturando de forma acelerada pelo excesso de calor e naturalmente pelo escalonamento da safra. Essa combinação, excesso de calor, mercado ofertado e consumidor retraído frustraram todos os planos dos produtores, e aquela que era para ser uma grade safra tornou-se enorme decepção.

Tabela 4. Tomate – Comparativo de safra de Santa Catarina – 2013 a 2017

Safra	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (t/ha)
2013	2.390	166.127	69,5
2014	2.735	184.482	67,5
2015	2.646	180.486	68,2
2016	2.794	171.699	61,5
2017	2.796	194.694	69,6

Nota: Os dados das safras de 2016 e 2017 são preliminares.
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; LSPA – junho 2017.

A produção de tomates se dá em todo território catarinense, com predominância para a região de Joaçaba, responsável por 49,3% da área plantada no Estado. Nesta região o plantio se concentra nos municípios de Caçador (700ha) e Lebon Régis (400ha). A safra se inicia na primavera quando os produtores começam a transplantar as mudas produzidas no Sudeste do País a partir das sementes e variedades adquiridas. Esse transplante se dá em até quatro etapas, escalonadamente até dezembro. A produção começa a ser colhida próxima ao Natal e tem como principal consumidor o Sudeste do País, porém não é incomum ter como destino regiões do Norte e do Nordeste, além do próprio Sul.

Os Campos de Lages e a região do Tabuleiro também se constituem em importantes polos de produção, correspondendo respectivamente a 13,8% e 9% da área plantada (Tabela 5).

Tabela 5. Tomate – Comparativo de safra das principais microrregiões produtoras de SC – 2013 a 2015

MRG	Área Plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (t/ha)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Joaçaba	1.122	1.378	1.305	89.360	108.670	103.045	79,6	78,9	79,0
Campos de Lages	386	451	366	31.190	29.929	26.890	80,8	66,4	73,5
Canoinhas	127	151	211	8.320	9.490	13.570	65,5	62,8	64,3
Tabuleiro	237	237	237	10.880	10.880	10.880	45,9	45,9	45,9
Florianópolis	177	177	172	9.053	9.053	9.053	51,1	51,1	52,6
Tubarão	67	68	86	4.337	4.217	5.003	64,7	62,0	58,2
Outras	274	273	269	12.987	12.243	12.045	47,4	44,8	44,8
Santa Catarina	**2.390**	**2.735**	**2.646**	**166.127**	**184.482**	**180.486**	**69,5**	**67,5**	**68,2**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

De modo diferente do que aconteceu nas duas safras imediatamente anteriores, a safra 2016/17 não enfrentou problemas climáticos desde a sua implantação até a colheita. As lavouras se desenvolveram normalmente, apresentando boa sanidade e potencial produtivo. Os problemas vieram junto com a colheita. O mercado em recessão, já bastante ofertado pela produção do Sudeste, passou a receber em escala crescente, também a produção catarinense. Inicialmente esta situação se refletiu sobre os preços pressionando-os para baixo, mas à medida que a colheita evoluía, começou a sobrar tomates e a faltar compradores. Essa condição foi se estendo entre janeiro e fevereiro, com isso, muitos produtores rejeitaram os valores ofertados e, como não tinham para quem vender

sua produção, foram encerrando suas lavouras (acertando as contas com os parceiros) já no final de fevereiro, algo impensável até então, já que o usual é isso acontecer só no final de março. A partir daí situação foi se amenizando, mas o prejuízo já estava consolidado para a grande maioria dos produtores (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6. Tomate[1] – Preço aos produtores da microrregião de Joaçaba[2] – 2013-17

Mês	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	37,16	18,11	28,06	63,10	15,90
Fevereiro	50,00	32,91	32,00	37,33	17,72
Março	55,83	40,54	30,70	35,38	33,13
Abril	38,50	43,75	32,22	14,32	39,69

[1]Tomate longa vida extra "AA".
[2]A colheita na microrregião de Joaçaba ocorre no período de janeiro a abril.
Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 7. Tomate[1] – Preço no atacado da microrregião de Joaçaba – 2013-17

Mês/Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	54,18	34,50	44,50	78,68	32,53
Fevereiro	58,00	43,75	57,21	69,33	38,11
Março	69,17	82,78	54,00	62,62	50,29
Abril	67,27	50,53	61,00	42,68	66,56
Maio	42,30	64,44	66,50	55,00	61,84
Junho	61,50	71,42	66,78	70,41	63,25
Julho	37,39	52,95	68,82	58,76	
Agosto	37,90	51,38	58,10	64,33	
Setembro	40,20	51,68	52,62	73,52	
Outubro	58,05	59,91	59,38	77,68	
Novembro	55,85	55,00	60,89	56,38	
Dezembro	54,53	49,71	78,33	45,40	

[1]Tomate longa vida extra "AA".
Fonte: Epagri/Cepa.

Trigo

João Rogério Alves – Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

O trigo é o segundo cereal mais cultivado no mundo, com uma produção total na safra 2016/17 de aproximadamente 755,00 milhões de toneladas, perdendo apenas para o milho que alcançou uma produção mundial de 1.070,51 milhões de toneladas. A produção de trigo está concentrada na Ásia e Europa, onde a União Europeia, China e Índia juntos, respondem por cerca de 48% da produção mundial. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial da safra 2016/17 foi cerca de 2,4% superior à da safra 2015/16, com destaque para a produção de Argentina, Austrália e Rússia, que obtiverem incrementos de 50,4%, 44,8% e 18%, respectivamente. As projeções para a safra 2017/18 indicam redução na produção mundial da ordem de 1,6% (Tabela 1).

Tabela 1. Trigo – Produção mundial e dos principais produtores – Safras 2013/14-2017/18

País/Bloco	(Milhões de toneladas)				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17[1]	2017/18[2]
União Europeia	144,58	156,91	160,48	145,70	149,56
China	121,93	126,21	130,19	128,85	130,00
Índia	93,51	95,85	86,53	87,00	96,00
Rússia	52,09	59,08	61,04	72,53	77,50
EUA	58,11	55,15	56,12	62,86	47,33
Canadá	37,53	29,42	27,59	31,70	26,50
Paquistão	24,21	25,98	25,10	25,60	26,20
Austrália	25,30	23,74	24,17	35,11	23,50
Ucrânia	22,28	24,75	27,27	26,80	26,50
Argentina	10,50	13,93	11,30	17,50	17,50
Irã	14,50	13,00	15,00	15,50	15,00
Outros	110,54	103,96	112,19	105,85	107,59
Mundo	**715,08**	**727,98**	**736,98**	**755,00**	**743,18**

[1]Estimado.
[2]Projetado.
Fonte: USDA (WASDE, agosto/2017).

Em relação ao consumo, os principais consumidores mundiais também são os principais produtores. Neste ranking lidera a lista a União Europeia, seguida por China, Índia e Rússia, que juntas responderam por 52% do consumo mundial na safra 2016/17. O Brasil é um importante consumidor mundial de trigo, ocupando a 10ª posição, com um consumo per capita em 2016 de 42,5kg de farinha e misturas. O País consome anualmente aproximadamente 11 milhões de toneladas de trigo (Tabela 2).

Tabela 2. Trigo – Consumo mundial e principais consumidores – Safras 2013/14-2017/18

País/Bloco	(Milhões de toneladas)				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17[1]	2017/18[2]
União Europeia	117,30	124,68	129,85	128,50	127,25
China	116,50	116,50	112,00	118,50	116,00
Índia	93,85	93,10	88,55	97,50	99,00
Rússia	34,10	35,50	37,00	40,00	42,00
EUA	34,26	31,33	31,94	31,68	31,73
Paquistão	24,10	24,50	24,40	24,50	25,40
Egito	18,50	19,10	19,20	19,70	20,00
Iran	17,00	17,50	17,80	18,10	18,35
Turquia	17,75	17,50	18,00	17,40	17,70
Brasil	11,40	10,70	11,10	11,70	11,70
Outros	213,17	214,67	221,97	231,71	227,92
Mundo	**697,93**	**705,08**	**711,81**	**739,29**	**737,05**

[1]Estimado.
[2]Projetado.
Fonte: USDA (WASDE, agosto/2017).

O trigo é uma das mais importantes commodities negociadas em mercados internacionais. Até a safra 2016/17, a produção e o consumo mundiais vinham sendo crescentes e com estoques iniciais e finais bastante generosos, proporcionando certa segurança quanto ao abastecimento, mas prejudicando os preços internacionais, com reflexos em nosso mercado interno. Para a próxima safra (2017/18), é possível perceber que as projeções indicam que tanto produção quanto consumo terão retração, gerando um excedente considerável em estoque final. Para a próxima temporada, as projeções indicam que teremos um incremento em estoque final da ordem de 2,4% em relação à safra 2016/17 (Tabela 3).

Tabela 3. Trigo – Balanço de oferta e demanda mundial – Safras 2013/14 - 2017/18

Discriminação	(Milhões de toneladas)				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17[1]	2017/18[2]
Estoque inicial	176,91	194,80	217,69	242,86	258,19
Produção	715,08	727,98	736,97	755,00	734,18
Consumo	697,93	705,08	711,81	739,29	737,05
Estoque final	194,80	217,69	242,86	258,56	264,69

[1]Estimado.
[2]Projetado.
Fonte: USDA (WASDE, agosto/2017).

No cenário internacional, o principal país importador de trigo é o Egito, na safra 2016/17, o país importou cerca de 11,5 milhões de toneladas, valor que representou aproximadamente 6,3% de todas as importações mundiais. O volume médio das importações brasileiras nesses últimos cinco anos, considerando as projeções para a safra 2017/18, foi de 6,8 milhões de toneladas. Na safra 2016/17, ano de safra brasileira frustrada por problemas climáticos, nossas importações alcançaram as 7,8 milhões de toneladas, volume 30% superior a todo trigo importado na safra 2015/16 (Tabela 4).

Cerca de 181,84 milhões de toneladas foram comercializadas internacionalmente em 2016, volume que representou 24% de toda produção mundial daquele ano. Os nove principais países exportadores do mundo somam juntos 93% das exportações mundiais, com destaque para a Rússia que, entre as safras 2013/14 e 2016/17, teve um aumento de aproximadamente 49% nas suas exportações. Para a safra 2017/18, os prognósticos indicam que a liderança nas exportações mundiais será assumida pela Rússia, que nos últimos anos vem investindo em sementes de alto

potencial produtivo e em máquinas e equipamentos. Para a próxima safra, os prognósticos do USDA indicam que teremos um acréscimo bastante modesto de 1% nas exportações mundiais (Tabela 5).

Tabela 4. Trigo – Principais importadores de trigo e seus derivados - 2013/14-2017/18

País/Bloco	(Milhões de toneladas)				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17[1]	2017/18[2]
Egito	10,15	11,30	11,93	11,50	12,00
Indonésia	7,39	7,48	10,12	10,00	10,00
Argélia	7,48	7,26	8,15	8,20	8,00
Brasil	**7,06**	**5,87**	**5,92**	**7,79**	**7,20**
Bangladesh	3,35	3,93	4,69	5,50	6,50
União Europeia	3,98	5,98	6,92	5,30	6,50
Japão	6,12	5,88	5,72	5,90	5,80
Turquia	4,15	5,96	4,40	4,50	5,40
Filipinas	3,48	5,06	4,85	5,68	5,65
Outros	109,31	103,19	110,31	117,47	115,29
Mundo	**162,47**	**161,89**	**173,00**	**181,84**	**182,34**

[1]Estimado.
[2]Projetado.
Fonte: USDA (WASDE, agosto/2017).

Tabela 5. Trigo – Principais exportadores de trigo e seus derivados – 2013/14-2017/18

País/bloco	(Milhões de toneladas)				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17[1]	2017/18[2]
União Europeia	32,03	35,46	34,69	27,00	29,50
Rússia	18,61	22,80	25,54	27,80	31,50
EUA	31,53	23,02	21,81	29,49	26,00
Canada	22,16	24,88	22,14	20,28	20,50
Austrália	18,34	16,58	15,78	22,07	22,00
Ucrânia	9,76	11,27	17,43	18,00	16,00
Argentina	1,68	4,20	8,75	12,10	11,50
Cazaquistão	8,00	5,51	7,60	6,80	7,50
Turquia	4,29	4,14	5,61	6,20	6,20
Outros	16,09	14,05	12,66	12,10	11,64
Mundo	**162,48**	**161,90**	**172,00**	**181,84**	**182,34**

[1]Estimado.
[2]Projetado.
Fonte: USDA (WASDE, agosto/2017).

Produção e mercado nacionais

A cultura do trigo é considerada a principal lavoura de grãos de inverno no Brasil. Nos principais estados produtores seu cultivo se dá em sucessão às culturas de verão de milho e principalmente de soja. Em função de sua exigência em baixas temperaturas, seu cultivo ocorre sobretudo nos estados da Região Sul, mas nas duas últimas décadas, em função do desenvolvimento de variedades adaptadas a regiões com clima mais quentes, o plantio do cereal vem tomando espaço nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Atualmente o trigo já é produzido no bioma do Cerrado em sistema de plantio irrigado. A área plantada na safra brasileira 2016/17 teve redução de 13,6% em relação à safra anterior. Para a safra 2017/18 o prognóstico é de nova redução de área plantada, na ordem de 7,3%. Quanto à produção, a safra 2016/17 teve um incremento de 21,6% em relação à safra anterior, e os estados que mais contribuíram para esse aumento de produção foram o Rio Grande do Sul, aumento de 82%, Mato Grosso

do Sul, com incremento de 50% e Goiás, acréscimo de 49% na produção. Esse aumento de produção de certa forma já era esperado, em função das perdas ocorridas na safra 2015/16, ocasionados pela ação de eventos climáticos extremos com excesso de chuvas e ventos fortes, eventos que comprometeram a produção de trigo daquele ano. Da mesma forma, o aumento do rendimento médio da safra 2016/17 foi cerca de 40% superior em relação ao ano anterior, o que não deverá se repetir na safra 2017/18, pois até o momento é estimada uma redução no rendimento médio da ordem de 2,5% em relação à safra 2016/17 (Tabela 6).

Tabela 6. Trigo – Área, produção e rendimento dos principais estados e Brasil – Safra 2014/15 -2017/18

Estado	Área Colhida (1000ha)				Produção (1000t)				Rendimento(kg/ha)			
	2014	2015	2016[1]	2017[2]	2014	2015	2016[1]	2017[2]	2014	2015	2016[1]	2017[2]
Paraná	1.388	1.318	1.101	961	3.816	3.331	3.357	2.247	2.749	2.527	3.049	2.338
Rio Grande do Sul	1.181	874	778	686	1.671	1.392	2.542	2.087	1.415	1.592	3.265	3.042
São Paulo	81	101	103	91	233	321	361	296	2.864	3.165	3.505	3.253
Minas Gerais	67	82	82	82	204	245	219	221	3.047	3.005	2.687	2.695
Santa Catarina	95	69	64	59	261	132	221	190	2.751	1.912	3.451	3.220
Mato Grosso do Sul	13	17	21	23	25	32	48	46	1.873	1.866	2.288	2.000
Goiás	8	9	13	11	43	44	64	55	5.367	4.772	5.010	4.915
Distrito Federal	1	2	0	1	8	10	2	6	6.000	6.200	5.700	5.700
Bahia		1	3	1		3	20	3		6.000	6.667	6.000
Brasil	**2.835**	**2.473**	**2.166**	**1.915**	**6.262**	**5.508**	**6.835**	**5.151**	**2.209**	**2.228**	**3.156**	**2.690**

[1]Estimativa.
[2]Previsão.
Fonte: IBGE, PAM e LSPA (outubro/2017).

Com o término da safra 2016/17, os levantamentos de área, produção e rendimento foram finalizados. Com dados de exportação, importação e consumo interno, apurados até junho de 2017, é possível estimar o balanço de oferta e demanda de trigo. Com uma produção de 6,8 milhões de toneladas, somadas a importações da ordem de 6,7 milhões de toneladas de trigo grão, mais 809,3 mil toneladas de estoque inicial, teremos um suprimento de trigo de cerca de 14,6 milhões de toneladas na safra 2016/17. Considerando que para consumo interno deveremos confirmar um volume de moagem industrial em torno de 11 milhões, restarão como estoque de passagem cerca de 2,5 milhões de toneladas do cereal, o maior das últimas quatro safras. Em relação às projeções para a safra que está a campo, já se visualiza um cenário de uma safra menor, com a necessidade de aumento de importações, apesar dos bons estoques (Tabela 7).

Tabela 7. Trigo – Balanço de oferta e demanda – Brasil – 2013-17

Discriminação	Mil toneladas				
	2013	2014	2015	2016[1]	2017[2]
Estoque inicial	1.527,60	2.268,90	1.174,60	809,30	2.530,10
Produção	5.527,80	5.971,10	5.534,90	6.726,80	4.568,40
Importação	6.642,40	5.328,80	5.517,60	7.088,50	7.000,00
Suprimento	13.697,80	13.568,80	12.227,10	14.624,60	14.098,50
Consumo	11.381,50	10.713,70	10.367,30	11.517,70	11.287,60
Exportação	47,40	1.680,50	1.050,50	576,80	600,00
Estoque final	2.268,90	1.174,60	809,30	2.530,10	2.210,90

[1]Estimativa.
[2]Previsão.
Fonte: Conab (acompanhamento safra brasileira de grãos, safra 2017/18 - 2º Levantamento), novembro/17

Ao longo dos últimos anos, a Argentina vem se constituindo no principal fornecedor de trigo grão para o mercado brasileiro. Em 2016, cerca de 57% de todo trigo grão importado teve como origem aquele país, seguido pelos Estados

Unidos, com 17%, Paraguai, com 14% e Uruguai, com 8% de participação. Na Argentina, as mudanças econômicas promovidas pelo governo atual, como suspensão de impostos sobre a exportação de trigo e flexibilização de importações, viabilizaram o aumento das exportações de trigo para o Brasil, tornando o mercado argentino atrativo para os compradores brasileiros do cereal (Tabela 8).

Tabela 8. Trigo – Importação brasileira de trigo-grão por país de origem – 2013-17

País	Trigo grão (Mil toneladas)				
	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Argentina	2.539.712	1.569.461	3.819.536	3.950.036	2.520.252
Estados Unidos	3.475.270	2.639.554	451.784	1.226.208	210.250
Paraguai	522.087	172.589	566.734	956.126	290.088
Canadá	328.127	321.948	0	155.122	32.024
Uruguai	408.031	1.079.236	317.913	577.415	28.001
Outros	52	34	14.470	1.417	1.520
Total	**7.273.279**	**5.782.822**	**5.170.437**	**6.866.324**	**3.082.135**

[1]Janeiro a junho.
Fonte: Aliceweb, MIDC.

As importações de farinha de trigo e derivados cresceu cerca de 20% em 2016, esse crescimento de se deve em parte pela má qualidade dos grãos colhidos na safra brasileira 2015/16. As empresas brasileiras se viram obrigadas a comprar trigo argentino de qualidade superior, a fim de obter as farinhas e misturas exigidas pela indústria moageira e de fabricação de massa, pães e biscoitos. Nosso principal fornecedor de farinha de trigo e derivados é a Argentina, que responde por cerca de 83% das importações nacionais, seguido por Paraguai com modestos 1% (Tabela 9).

Tabela 9. Trigo – Importação brasileira de farinha de trigo e derivados por país de origem – 2013-17

País	Farinha de trigo e derivados (Mil toneladas)				
	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Argentina	122.163	220.801	296.084	342.280	180.163
Paraguai	47.886	8.728	15.980	27.733	16.644
Uruguai	36.673	27.989	12.744	13.707	3.436
Outros	20.093	31.178	21.047	27.407	12.704
Total	**226.815**	**288.697**	**345.855**	**411.127**	**212.947**

[1]Janeiro a junho.
Fonte: Aliceweb, MIDC.

Produção e mercado estaduais

Em Santa Catarina, a safra 2016/17 foi marcada como excelente em termos de qualidade de grão e rendimento médio. Colhemos cerca de 229 mil toneladas de trigo, aumento de 31%, com um rendimento médio em torno de 3.316kg/ha, aumento de 51% em relação à safra anterior que teve sérios problemas em função do clima. Nesta safra o clima foi um aliado dos produtores, ele contribuiu favoravelmente com distribuição de chuvas de forma regular ao longo da safra, aspecto que também propiciou uma safra com baixa incidência de pragas e doenças. Quanto à área plantada, em comparação a safra passada, a safra 2016/17 teve uma redução de área de cerca de 10.700ha, ou seja, 13,4% de redução. Já para a safra 2017/18, estima-se uma redução na área plantada em torno de 23% (Tabela 10).

Em Santa Catarina os moinhos de trigo e suas representações estão preocupados com o desinteresse dos produtores em optar pelo plantio do trigo a cada ano agrícola. Os desafios estão sobretudo relacionados aos custos de produção, pois é muito comum as receitas não cobrirem nem os custos operacionais da produção de trigo e, em muitos anos, o governo federal teve que intervir com estratégias de apoio à comercialização como forma de diminuir os prejuízos dos produtores.

Nesse ambiente desfavorável, a viabilidade econômica e social do produtor fica comprometida, na medida em que os custos totais da atividade não vêm sendo cobertos. A cada ano que passa, os produtores não têm conseguido recuperar os investimentos em máquinas e equipamentos já imobilizados, e muito menos realizar novos investimentos. Nesse ambiente de incertezas, muitas cooperativas estão desenvolvendo estratégias para garantir o seu abastecimento de trigo, uma delas passa pela garantia antecipada de preço e compra ao produtor na hora em que ele for comercializar sua produção. É certo que tanto o setor produtivo como o setor agroindustrial, ou seja, toda cadeia produtiva do trigo, necessita mais do que nunca de apoio das estruturas governamentais para garantir a sustentabilidade da atividade em nosso Estado para os próximos anos.

As principais microrregiões produtoras de trigo no Estado são: Chapecó, Xanxerê, Canoinhas e Curitibanos, juntas, respondem por cerca de 83% da área plantada e da produção estadual. Em praticamente todas as regiões percebe-se a redução da área plantada ao longo do tempo, contudo na microrregião de São Miguel do Oeste deveremos ter incremento da ordem de 40%, uma vez que nessa região há forte ação de incentivo ao plantio de trigo por parte das cooperativas, oferecendo aos produtores garantia antecipada de preço e de compra na hora da comercialização, além de assistência técnica dirigida aos produtores de trigo. Esse tipo de iniciativa tem sido utilizado pelas cooperativas como forma de garantir produção para viabilizar seus moinhos e assegurar o cumprimento dos contratos de fornecimento de farinhas com seus clientes comerciais.

Tabela 10. Trigo – Área plantada, produção e rendimento por microrregião geográfica de Santa Catarina – Brasil – Safras 2015/16-2017/18

Microrregião	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2015/16	2016/17	2017/18[1]	2015/16	2016/17	2017/18[1]	2015/16	2016/17	2017/18[1]
Chapecó	18.360	16.610	13.520	41.612	46.491	39.329	2.266	2.799	2.909
Xanxerê	15.645	15.175	12.445	41.666	43.719	35.415	2.663	2.881	2.846
Canoinhas	17.380	14.900	9.280	26.874	54.474	27.057	1.546	3.656	2.916
Curitibanos	11.375	10.648	8.110	25.080	44.486	18.282	2.205	4.178	2.254
Joaçaba	6.580	4.790	3.440	14.319	18.590	7.512	2.176	3.881	2.184
São Miguel do Oeste	5.935	2.295	2.805	16.892	7.325	8.532	2.846	3.192	3.042
Campos de Lages	1.600	1.700	540	4.520	6.030	1.150	2.825	3.547	2.130
Ituporanga	1.330	1.585	505	876	4.128	1.054	659	2.604	2.087
Concórdia	793	622	906	2.091	1.742	2.511	2.635	2.800	2.772
Rio do Sul	500	445	225	659	1.045	485	1.318	2.348	2.156
São Bento do Sul	220	250	150	396	843	357	1.800	3.372	2.380
Tijucas	40	48		6	144		150	3.000	
Blumenau	30	20		54	36		1.800	1.800	
Santa Catarina	**79.788**	**69.088**	**51.926**	**175.045**	**229.052**	**141.684**	**2.194**	**3.315**	**2.729**

[1]Estimativa.
Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Ao longo dos últimos 26 anos, a cultura do trigo passou por vários momentos, o aprimoramento genético das variedades plantadas, aliado à intensificação da mecanização agrícola e ao uso de insumos agrícolas, proporcionou um ganho significativo no que se refere a produção e rendimento médio. Como se trata de uma cultura bastante sensível às variações climáticas, podemos perceber que em anos agrícolas que tivemos problemas com eventos climáticos extremos, como excesso de chuvas, secas ou geadas, as produções e rendimentos tiveram grandes variações de um ano para outro, como pode ser percebido nas safras 2012/13 e 2015/16, por exemplo. Outro aspecto que deve ser considerado é que, por se tratar de uma commodity, os preços pagos aos produtores no Brasil estão sujeitos a variações de cotações internacionais, preços estes que vão variar em função da produção de países líderes mundial no cultivo do cereal. Em Santa Catarina, apesar do crescente ganho em produção e produtividade, percebemos o declínio na área plantada, se compararmos o período que compreende a safra de 1990/91 com a safra 2016/17 recém-colhida, podemos verificar que a redução foi 39%, o que corresponde a 41.406ha que deixaram de ser cultivados. Nesse mesmo período a produção cresceu 104%, cerca 113 mil toneladas, e o rendimento aumentou cerca de 236%, passando de 1.026kg/ha para 3.341kg/ha (Figura 1).

(1)Estimativa.
(2)Projeção.
Fonte: IBGE, 2017.

Figura 1. Evolução da área plantada, produção e rendimento – Santa Catarina (Safra 1990/91 - 2017/18)

Em 2016, os preços pagos aos produtores pela saca de 60kg de trigo grão de qualidade superior (PH 78), ficou em média 16% superior aos praticados em 2015, reflexo em parte dos problemas de frustração da safra 2015/16, e do desabastecimento do mercado com milho, que elevou as cotações de trigo, uma vez que produto tornou-se uma alternativa como substituto do milho na composição de rações animais. Mas em 2017, os preços não reagiram, e até julho deste ano os preços médios estão cerca de 14% inferiores aos praticados no mesmo período em 2016 (Tabela 11).

Tabela 11. Trigo – Preços médios mensais aos produtores de Santa Catarina – 2013-17

Mês/ano	(R$/sc 60kg)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	36,94	40,17	29,13	37,67	34,00
Fevereiro	38,30	39,76	29,75	38,00	34,33
Março	36,67	38,41	30,88	38,80	33,75
Abril	36,30	39,51	33,24	38,16	33,60
Maio	36,67	39,93	32,84	39,52	33,25
Junho	36,90	39,67	32,39	41,88	33,42
Julho	37,33	36,81	32,00	41,16	34,57
Agosto	39,13	31,27	32,88	41,96	
Setembro	44,04	29,53	33,73	39,39	
Outubro	44,88	28,69	35,89	35,18	
Novembro	42,17	28,47	37,11	34,17	
Dezembro	40,36	28,50	37,50	33,99	
Média	**39,14**	**35,06**	**33,11**	**38,32**	**33,85**

Nota: Trigo superior PH78, saca 60kg.
Fonte: Epagri/Cepa.

Em função da grande variação de preços pagos aos produtores catarinenses e pelo mercado atacadista ao longo dos anos, tomamos como período de análise o intervalo de julho de 2015 a julho de 2017 para graficamente compreendermos essa variação. Primeiramente, tomamos o preço médio pago pela saca de 60kg do cereal, mês a mês, e corrigimos esses valores pelo índice IGP-DI, transformando o resultado de valores nominais para valores reais. Essa correção nos preços é necessária para que seja possível desconsiderar a inflação ao longo do período.

Podemos perceber que no intervalo de tempo de três safras, considerando os extremos da série, as variações nos preços médios pagos aos produtores de trigo pelo mercado atacadista teve variação negativa de 10,4 e 3,2%, respectivamente. Os bons preços praticados entre junho e agosto de 2016 foram reflexos da frustração da safra 2015/16 e da crise pela qual passou o setor do milho. Na safra 2016/17, as condições climáticas favorecerem o setor agrícola com uma boa safra, contudo a variação cambial nesse período prejudicou as cotações do trigo no mercado nacional, na medida em que o trigo importado, principalmente de origem Argentina, era ofertado a preços competitivos, impactando negativamente nos preços do trigo grão e seus derivados no mercado interno. Podemos observar que a tendência dos preços nos últimos anos foi de queda, mas a partir de fevereiro de 2017 começa a haver uma modesta reação dos preços pagos, mas ainda insuficiente para reverter a tendência de baixa.

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Figura 2. Evolução do preço médio mensal pago ao produtor e linha de tendência – SC (julho/2015 a julho/2017)

Uva e vinho

Vinícius Caliari, Químico Industrial - Epagri/Estação Experimental de Videira
caliari@epagri.sc.gov.br

Contextualização mundial[1]

Em 2016, a área plantada com videiras no mundo manteve-se estável em relação a 2015. Na Europa, desde o final do programa europeu que visava controlar o potencial de produção de uvas nesse continente, houve redução significativa na área de vinhedos. Os dados apresentam uma estabilização da área total em países como Espanha, França, Romênia e Alemanha, sendo que na Grécia e Portugal houve uma pequena redução.

A China continua apresentando aumento da área de produção. Com aumento de 17 mil hectares de 2015 para 2016, continua sendo o país com o maior crescimento de área de vinhedos do mundo. A Turquia apresentou redução de 17 mil hectares na sua área plantada (Tabela 1). Nas Américas do Norte e do Sul não foi registrado nenhuma grande variação nas áreas de produção, como também na Oceania.

O Brasil, com área de 85 mil hectares, ocupa a 19ª posição em área plantada com vinhedos.

Tabela 1. Área de vinhedos nos principais países e mundial – 2011-16

País	Mil hectares					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Espanha	1.032	969	973	975	974	975
China	633	709	760	796	830	847
França	796	792	793	789	785	785
Itália	720	712	705	690	682	690
Turquia	508	497	504	502	497	480
EUA	413	430	449	448	443	443
Argentina	219	222	224	226	225	224
Irã	220	226	223	223	223	223
Chile	206	206	208	213	214	214
Romênia	191	192	192	192	191	191
Portugal	236	231	224	219	199	190
Outros países	2.311	2.277	2.268	2.260	2.252	2.254
Mundo	**7.485**	**7.463**	**7.523**	**7.533**	**7.515**	**7.516**

Fonte: Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV).

Entre 2015 e 2016, a produção mundial de vinhos apresentou redução de aproximadamente 9 milhares de hectolitros. Em 2015 a Itália ocupou o lugar da França como primeiro produtor mundial e, em 2016, persistiu nessa posição. Na América do Sul, a Argentina e o Chile reduziram sua produção (Tabela 2). O Brasil apresentou grande redução de 2015 para 2016 e uma retomada em 2017, que será analisada mais à frente.

Em 2016, o mundo consumiu 242 milhões de hectolitros (mhL) de vinho. Os maiores consumidores são os EUA, com 31,8mhL, a França, com 27,0mhL, a Itália, com 22,5mhL, a Alemanha, com 20,2mhL, a China, com 17,0mhL e o Reino Unido, com 13,0mhL. Na Oceania houve um pequeno decréscimo de consumo, principalmente na Austrália reduzindo para 6,3mhL. Na África do Sul um pequeno aumento de 3% atingindo 4,4mhL comparando com 2015. Na América do Sul o consumo foi menor que em 2015 especialmente na Argentina (9,4mhL) com redução de 8% e no Brasil (2,9mhL) com redução de 12%, enquanto no Chile houve um crescimento de 5% no consumo com 2,2mhL.

[1]Fonte: Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) - State of the Vitiviniculture World Market (abr. 2017). Disponível em: http://www.oiv.int/en/technical-standards-and-documents/statistical-analysis/state-vitiviniculture.

Tabela 2. Produção Mundial de vinhos (excluído sucos e mostos) – 2011-16

País	Milhares de hectolitros					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Itália	42,8	45,6	54,0	44,2	49,5	50,9
França	50,8	41,5	42,0	46,5	47,5	43,5
Espanha	33,4	31,1	45,7	39,5	37,2	39,3
EUA	19,1	21,7	23,6	22,0	22,1	23,9
Austrália	11,2	12,3	12,5	11,9	11,9	13,0
China	13,2	13,5	11,8	11,6	11,0	11,4
África do Sul	9,7	10,6	11,0	11,5	11,2	10,5
Chile	10,5	11,6	12,8	10,0	12,9	10,1
Argentina	15,5	11,8	15,0	15,2	13,4	9,4
Alemanha	9,1	9,0	8,4	9,2	8,9	9,0
Outros países	52,7	49,3	52,2	47,4	50,4	46,0
Mundo	**268**	**258**	**289**	**269**	**276**	**267**

Fonte: Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV).

Em quantidade, os maiores exportadores mundiais de vinho são: a Espanha, com 22,9mhL, a Itália, com 20,6mhL, a França, com 14,1mhL e o Chile, com 9,1mhL. Em valor, tendo por base o Euro, os maiores exportadores mundiais são: a França, com 8,2 bilhões, a Itália, com 5,5 bilhões, a Espanha, com 2,6 bilhões e o Chile, com 1,6 bilhão de Euros, o que demonstra que os maiores valores agregados estão na França e na Itália.

Os maiores importadores mundiais de vinho são Alemanha, Reino Unido, EUA, França, China, Canadá, Rússia, Holanda, Bélgica e Japão.

Contextualização nacional

Segundo o IBGE, em 2017 a área brasileira plantada com uvas foi pouco superior a 74 mil hectares, compreendendo tanto a área de uva para processamento como para o consumo in natura. A safra foi ótima comparativamente com a de 2016, que teve diversos problemas com geadas tardias, granizo e excesso de chuvas. O Rio Grande do Sul se destaca em relação aos demais estados, representando cerca de 65% da área plantada e 45% da produção do País (Tabela 3).

Tabela 3. Uva - Comparativo de safra do Brasil e principais estados produtores – 2015-17

Estado	Área colhida (mil hectares)			Produção (mil toneladas)			Rendimento Médio (t/ha)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
RS	49,7	49,2	48,6	876,2	413,6	909,7	17,6	8,4	18,7
PE	6,8	7,0	6,6	237,4	243,0	232,6	34,8	34,8	35,4
SP	7,8	7,8	7,4	142,6	144,1	133,2	18,3	18,5	18,0
SC	4,8	4,7	4,7	69,1	33,8	65,8	14,3	7,2	14,0
PR	4,5	4,2	4,2	69,0	52,2	52,9	15,5	12,5	12,6
BA	2,9	2,5	2,0	77,4	62,7	48,5	27,1	24,9	23,9
Outros	1,5	1,4	1,4	25,5	23,5	25,0	17,0	16,2	17,2
Brasil	**78,0**	**76,8**	**74,9**	**1.497,3**	**973,0**	**1.467,7**	**19,2**	**12,7**	**19,6**

Nota: Os dados das safras de 2016 e 2017 são preliminares.
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; LSPA – junho 2017.

A quantidade de uvas processadas pelas empresas no Rio Grande do Sul, que corresponde ao maior produtor e processador de uvas do Brasil, demonstra a grande diferença que houve entre a safra 2016 e a de 2017 (Tabela 4).

Tabela 4. Uva – Quantidade processada pelas empresas do Rio Grande do Sul – 2008-17

Ano	Milhões de kg								Total global
	Americanas/híbridas				Viníferas				
	Brancas	Rosadas	Tintas	Total	Brancas	Rosadas	Tintas	Total	
2008	68,8	15,1	466,4	550,3	34,4	0,3	49,1	83,8	634,0
2009	60,6	10,5	391,0	462,1	32,4	0,2	39,8	72,4	534,5
2010	58,5	13,1	409,2	480,8	22,0	0,1	24,0	46,1	526,9
2011	78,8	15,3	532,8	626,9	37,7	0,2	44,7	82,7	709,6
2012	78,6	14,9	527,1	620,6	36,3	0,3	39,7	76,3	696,9
2013	66,3	10,8	460,0	537,0	36,8	0,2	36,9	73,9	611,0
2014	58,8	9,9	471,3	540,1	35,7	0,2	30,1	66,0	606,1
2015	79,1	16,2	537,2	632,5	40,0	0,2	30,2	70,4	702,9
2016	28,3	4,4	235,3	268,0	18,7	0,1	13,5	32,3	300,3
2017	43,4	11,4	620,3	675,2	44,3	0,2	33,5	78,0	750,6

Fonte: Ibravin/Mapa/SEAPI-RS – Cadastro Vinícola.

As principais variedades processadas no Rio Grande do Sul de variedades americanas e híbridas foram a Isabel com 39,1% e a Bordô com 23,5%. Com menores percentuais seguem a Concord 5,3%, Couderc e Jacquez com 4,7% e a Niagara Branca com 4,5%. Dentre as viníferas a Moscato branco com 18,5%, Merlot 10,6%, Chardonnay 10,5%, Cabernet Sauvignon 9,2% e Riesling itálico 5,6%, enquanto as demais variedades contribuem com menos de 5,0%.

Com relação aos produtos elaborados no Rio Grande do Sul na safra 2017 (Tabela 5), 50,4% da uva destinou-se à elaboração de vinhos e derivados e 49,6% para a fabricação de sucos e derivados. Isso difere do que ocorreu em 2015 e 2016, quando cerca de 55% da uva foi para produção de sucos e 45% para produção de vinhos.

Tabela 5. Uva – Produtos elaborados no Rio Grande do Sul – Safra 2017

Produto	Classe	Litros
Bagaceira (graspa)		900
Base champenoise champanha		1.551.313
Base charmat champanha		893.364
Base espumante moscatel		1.965.629
Espumante (champanha)		11.280
Espumante moscatel		152.375
Mistela simples		1.500
Mosto de uva	Simples ou abafado	101.782.226
Néctar de uva		3.000
Polpa de uva		2.507.125
Suco de uva	Adoçado	177.774
	Concentrado	30.059.271
	Natural/integral	46.839.861
	Reprocessado/reconstituído	59.300
Vinagre simples		25.319
Vinho	De mesa	254.148.912
	Viníferas	44.743.626
Vinho licoroso		110.820
Total		485.033.594

Fonte: Ibravin/Mapa/SEAPI-RS - Cadastro Vinícola.

Considerando sempre o período de janeiro a abril de cada ano e produtos oriundos do Rio Grande do Sul, a comercialização de vinhos tem sido reduzida significativamente ao longo dos anos recentes. Da safra de 2013 para a de 2017 a comercialização de vinhos de mesa decresceu de 58 milhões para 40 milhões de litros. No caso dos vinhos finos, de 2016 para 2017 houve redução de 4,3 milhões para 3,4 milhões de litros. De 2015 para 2017, os espumantes e moscatéis tiveram redução de 2,9 milhões para 2,4 milhões de litros. De 2013 para 2017, o total comercializado de vinhos e espumantes caiu de 65,6 milhões para 47,6 milhões de litros. Por outro lado, de 2013 para 2017, a comercialização de suco de uva pronto para consumo aumentou de 20,6 milhões para 30,0 milhões de litros.

A redução de vinhos é explicada em boa medida pelas importações: em 2013 o Brasil importava 17,9 milhões e em 2017 importou 28,9 milhões de litros de vinhos. Existe uma grande competição entre os vinhos finos importados e os nacionais, com tendência de aumento de consumo de vinhos importados e redução dos nacionais.

Embora a produção de vinhos, suco de uva e derivados da uva e do vinho também ocorra em outras regiões, a maior concentração está no Rio Grande do Sul, onde são elaborados 95% da produção nacional. Dentre os derivados de uvas, o vinho de mesa ainda é o maior expoente. Porém as uvas americanas e híbridas têm outras utilizações e existe uma tendência de mercado de conversão da produção de vinhos de mesa para produção de sucos.

Contextualização estadual

Em Santa Catarina, de 2016 para 2017 a área colhida de vinhedos ficou praticamente estável, mas houve eliminação de vinhedos em algumas regiões e implantação de novos vinhedos em outras. Apesar dessa estabilidade na área, como a safra de 2016 foi prejudicada por adversidades climáticas e a de 2017 transcorreu relativamente normal, a produção quase dobrou (Tabela 3).

O processamento de uvas é relativamente concentrado em poucos municípios de Santa Catarina, principalmente entre aqueles localizados na região do Vale do Rio do Peixe, onde se encontram os maiores produtores de uva (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6. Uva processada por município em Santa Catarina – Safra 2017

Munícipio processador	Quantidade (kg)	Participação (%)
Pinheiro Preto	14.478.153	42,4
Videira	7.739.191	22,7
Iomerê	6.066.489	17,8
Nova Trento	3.116.463	9,1
Tangará	791.294	2,3
Lebon Régis	565.391	1,7
Caçador	305.656	0,9
Rodeio	165.421	0,5
Itajaí	141.370	0,4
Major Gercino	101.408	0,3
Outros	676.375	2,0
Total	**34.147.211**	**100**

Fonte: Ibravin/Mapa/SEAPI-RS – Cadastro Vinícola.

Tabela 7. Uva - Comparativo de safra dos principais municípios e de Santa Catarina - 2013-15

Município	Área colhida (hectares)			Produção (toneladas)			Rendimento médio (t/ha)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Tangará	538	538	520	10.760	10.760	10.400	20,0	20,0	20,0
Videira	450	450	450	7.650	9.000	8.100	17,0	20,0	18,0
Pinheiro Preto	364	364	364	7.480	7.280	7.280	20,5	20,0	20,0
Caçador	350	350	350	5.250	5.250	6.300	15,0	15,0	18,0
Pedras Grandes	122	122	122	2.440	2.440	2.440	20,0	20,0	20,0
Rio das Antas	50	50	50	535	1.035	1.500	10,7	20,7	30,0
Concórdia	92	92	90	920	1.840	1.350	10,0	20,0	15,0
Major Gercino	100	90	90	2.000	1.350	1.350	20,0	15,0	15,0
Fraiburgo	62	62	62	1.240	1.240	1.240	20,0	20,0	20,0
Urussanga	60	74	92	756	832	1.126	12,6	11,2	12,2
Outros	2.775	2.705	2.653	30.472	27.716	28.032	11,0	10,2	10,6
Santa Catarina	**4.963**	**4.897**	**4.843**	**69.503**	**68.743**	**69.118**	**14,0**	**14,0**	**14,3**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Dessa uva processada em 2017, 69,2% é originária de municípios catarinenses, 29%, do Rio Grande do Sul e 1,8%, do Paraná. Embora ao todo sejam 68 municípios, 15 deles respondem por quase 93% da quantidade de uva processada em Santa Catarina (Tabela 8).

Tabela 8. Origem da uva processada em Santa Catarina – Safra 2017

Município de origem	Estado	Quantidade (kg)	Participação (%)
Tangará	SC	6.454.750	18,9
Pinheiro Preto	SC	5.315.380	15,6
Videira	SC	5.055.725	14,8
Caçador	SC	3.462.163	10,1
Monte Alegre dos Campos	RS	3.407.233	10,0
Campestre da Serra	RS	2.755.814	8,1
Antônio Prado	RS	1.344.130	3,9
Rio das Antas	SC	1.254.036	3,7
Major Gercino	SC	628.883	1,8
Barracão	RS	504.737	1,5
Mallet	PR	409.920	1,2
Planalto	RS	305.000	0,9
Cacique Doble	RS	274.452	0,8
Iomerê	SC	265.422	0,8
Flores da Cunha	RS	236.240	0,7
Subtotal		31.673.885	92,8
Outros municípios de SC		1.192.123	3,5
Outros municípios do RS		1.071.453	3,1
Outros municípios do PR		209.750	0,6
Total SC/RS/PR		**34.147.211**	**100**

Fonte: Ibravin/Mapa/SEAPI-RS – Cadastro Vinícola.

Na produção de vinhos e derivados, predomina em Santa Catarina a produção de vinhos de mesa Catarina. Mas tem havido grande incremento na produção de vinhos finos nas regiões de altitude, o que está relacionado à tendência de aumento de consumo de vinhos finos no Brasil. É relevante também o aumento na produção de vinhos espumantes, o que acompanha a evolução de consumo em todo o País. Verifica-se também importante aumento na produção de suco de uva e sua relação inversa com a produção de vinhos de mesa (Tabela 9). Isso é observado especialmente a partir de 2012, com conversão da produção de vinhos de mesa na produção de sucos de uvas.

Tabela 9. Uva – Produtos elaborados em Santa Catarina - Safra 2017

Produto	Classe	Litros
Base champenoise champanha		7.460
Base charmat champanha		18.840
Base espumante moscatel		28.087
Espumante (champanha)		138.253
Espumante moscatel		36.000
Mosto de uva	Simples ou abafado	40.000
Suco de uva	Adoçado	650
	Concentrado	1.565.991
	Natural/integral	4.527.064
Vinho	De mesa	14.882.688
	Viníferas	179.604
Vinho licoroso		688
Total		**21.425.325**

Fonte: Ibravin/Mapa/SEAPI-RS – Cadastro Vinícola.

Em face da carência de produção de uvas americanas, principalmente do cultivar Bordô, que atribui a vinhos e sucos coloração, estrutura e sabor característico apreciado pelo consumidor, o Estado continua buscando matéria-prima principalmente no Rio Grande do Sul, o que indica a necessidade de implantação de novos parreirais para produção de sucos.

Desempenho da produção animal

Carne bovina

Alexandre Luís Giehl, Eng.-agr. - Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Após um ano favorável em 2016, com aumento de 1,25%, a produção mundial de carne bovina deverá registrar novo crescimento em 2017, dessa vez de 1,54%, segundo as estimativas do United States Department of Agriculture (USDA). A maioria dos principais países produtores deverá aumentar sua produção, com destaque para Estados Unidos (5,23%), Argentina (4,15%) e Turquia (2,09%). Para o Brasil, o USDA estima aumento de 1,79% na produção.

A Rússia, que já apresentou queda em 2016, deverá novamente registrar índice negativo. Por outro lado, a Austrália, que nos últimos dois anos apresentou variações negativas, em 2017 deve manter o mesmo patamar de produção do ano anterior. É importante lembrar que entre 2014 e 2016 o país foi atingido por estiagens severas que comprometeram a produção e levaram à redução do rebanho. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Austrália passa por um processo de reconstrução de seu rebanho, o que deve levar a uma maior retenção de animais e reduzir os abates no curto prazo, mas com potencial de recuperação nos próximos anos. A Nova Zelândia apresenta situação semelhante (queda na produção em decorrência da estiagem e reestruturação do rebanho), intensificada pela melhoria no preço pago pelo leite, que tem desestimulado os produtores a abaterem animais leiteiros.

Os quatro maiores produtores (Estados Unidos, Brasil, União Europeia e China) são responsáveis por 59,50% do total mundial, conforme as estimativas do USDA para 2017.

Tabela 1. Carne bovina – Produção mundial – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Estados Unidos	11.751	11.075	10.817	11.507	12.109
Brasil	**9.675**	**9.723**	**9.425**	**9.284**	**9.450**
União Europeia	7.388	7.443	7.684	7.881	7.890
China	6.730	6.890	6.700	7.000	7.070
Índia	3.800	4.100	4.100	4.200	4.250
Argentina	2.850	2.700	2.720	2.650	2.760
Austrália	2.359	2.595	2.547	2.125	2.125
México	1.807	1.827	1.850	1.879	1.915
Paquistão	1.630	1.685	1.710	1.750	1.780
Turquia	1.217	1.245	1.423	1.484	1.515
Rússia	1.385	1.375	1.355	1.335	1.315
Outros países	9.943	10.157	9.368	9.348	9.194
Total	**60.535**	**60.815**	**59.699**	**60.443**	**61.373**

[1]Estimativa.

Fonte: USDA (outubro/2017).

As estimativas do USDA se aproximam da projeção divulgada pela FAO, que apontam um crescimento de 1,9% na produção mundial de carne bovina em 2017 (Food Outlook, junho/2017).

Quanto ao consumo, o USDA estima um aumento de 1,10%% em 2017, dando sequência ao movimento iniciado no ano anterior. Os Estados Unidos continuam sendo o principal consumidor mundial de carne bovina, ficando a novidade a cargo da China, que em 2017 deve superar a União Europeia e passar a ocupar a 2ª colocação no ranking mundial (Tabela 2). Dentre os principais consumidores, as maiores taxas de crescimento devem ser observadas nos Estados Unidos (4,39%), no Japão (3,70%) e na China (2,83%). Para o Brasil o USDA estima aumento de 1,22 %, apesar da crise econômica e política vivida pelo País. Não obstante esse aumento, o Brasil deve permanecer na 4ª colocação, mesma posição de 2016.

Os quatro maiores consumidores dessa proteína animal devem ser responsáveis por 60,23% da demanda mundial em 2017, conforme aponta o USDA.

Tabela 2. Carne bovina – Consumo mundial – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Estados Unidos	11.608	11.241	11.276	11.678	12.191
China	7.112	7.277	7.342	7.765	7.985
União Europeia	7.520	7.514	7.744	7.906	7.830
Brasil	**7.885**	**7.896**	**7.781**	**7.652**	**7.745**
Argentina	2.664	2.503	2.534	2.434	2.480
Índia	1.919	2.018	2.294	2.436	2.425
México	1.873	1.839	1.797	1.809	1.840
Rússia	2.398	2.297	1.966	1.847	1.824
Paquistão	1.576	1.627	1.636	1.685	1.711
Turquia	1.222	1.250	1.457	1.496	1.523
Japão	1.232	1.225	1.186	1.215	1.260
Outros países	11.733	12.062	10.806	10.791	10.548
Total	**58.742**	**58.749**	**57.819**	**58.714**	**59.362**

[1]Estimativa.

Fonte: USDA (outubro/2017).

No mercado internacional verificou-se a confirmação das projeções feitas em meados de 2016, que apontavam que a China passaria a ocupar a 2ª colocação no ranking de importações. Em 2017 essa posição deve ser consolidada graças a um expressivo aumento de 13,08%, segundo estimativas do USDA. Contudo, outros importadores de peso devem apresentar quedas nas suas compras externas de carne bovina, como é o caso de Estados Unidos (-1,90%), Rússia (-0,38%), Hong Kong (-6,81%), União Europeia (-7,86%), Egito (-26,47%) e Canadá (-11,42%). Apesar disso, as importações mundiais devem crescer em relação ao ano anterior, com aumento de 0,74%. A queda das importações estadunidenses decorre principalmente do aumento da produção interna e da redução de disponibilidade de produtos da Oceania, principal fonte de suprimento externo daquele país (Tabela 3).

Vale mencionar que Estados Unidos, Rússia e Egito são importantes destinos da carne brasileira, assim como China e Hong Kong.

Diferentemente dos últimos dois anos, quando registraram quedas, em 2017 as exportações deverão apresentar variação positiva em termos de quantidade de carne comercializada. Conforme estimativas do USDA, as exportações mundiais aumentarão 3,92%, com destaque para Argentina (29,63%), União Europeia (16,28%) e Estados Unidos (10,87%). Quanto ao Brasil, estima-se crescimento de 3,65%. Havia a expectativa de que o Brasil recuperasse a posição de maior exportador mundial de carne bovina, perdida para a Índia em 2014. Contudo, em razão de problemas climáticos em algumas regiões e da elevação dos custos de produção, isso acabou não se confirmando. Apesar das boas expectativas para 2017, o País deve permanecer em 2º, atrás da Índia (Tabela 4).

Não obstante os resultados gerais favoráveis, alguns países devem apresentar números negativos nas exportações de 2017. É o caso de Austrália (-2,03%), Nova Zelândia (-2,90%) e Paraguai (-2,31%). As quedas observadas nos dois

primeiros são reflexo das estiagens e suas consequências, conforme já comentado anteriormente. Tal situação tem favorecido o Brasil e outros países da região, já que a China redirecionou parte de suas compras, anteriormente feitas na Oceania, para a América do Sul.

Tabela 3. Carne bovina – Importações mundiais – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Estados Unidos	1.020	1.337	1.529	1.367	1.341
China	412	417	666	818	925
Japão	760	739	707	719	780
Coreia do Sul	375	392	414	513	550
Rússia	1.023	932	621	522	520
Hong Kong	473	646	339	453	425
União Europeia	376	372	363	369	340
Chile	210	210	213	269	290
Egito	195	270	360	340	250
Canadá	295	284	280	254	225
México	232	206	175	188	205
Outros países	2.074	2.085	1.964	1.879	1.897
Total	**7.445**	**7.890**	**7.631**	**7.691**	**7.748**

[1]Estimativa.

Fonte: USDA (outubro/2017).

Tabela 4. Carne bovina – Exportações mundiais – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Índia	1.881	2.082	1.806	1.764	1.825
Brasil	**1.849**	**1.909**	**1.705**	**1.698**	**1.760**
Austrália	1.593	1.851	1.854	1.480	1.450
Estados Unidos	1.174	1.167	1.028	1.159	1.285
Nova Zelândia	529	579	639	587	570
Canadá	333	380	398	443	475
Uruguai	340	350	373	421	432
União Europeia	244	301	303	344	400
Paraguai	326	389	381	389	380
México	166	194	228	258	280
Argentina	186	197	186	216	280
Outros países	618	598	644	663	654
Total	**9.239**	**9.997**	**9.545**	**9.422**	**9.791**

[1]Estimativa.

Fonte: USDA (outubro/2017).

Desde o início de 2017, as principais entidades brasileiras ligadas à cadeia produtiva da carne bovina acreditavam que este seria um ano bastante favorável para esse setor. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), por exemplo, projetava crescimento de 7% na quantidade exportada, valor próximo à estimativa que o USDA fez em abril de 2017 (revisada para menos em outubro do mesmo ano). Contudo, a deflagração de uma operação da Polícia Federal que apurava suspeitas de corrupção no setor (Operação Carne Fraca) e a repercussão negativa desse fato podem impactar esse resultado. Os resultados preliminares do Brasil serão discutidos adiante, no tópico que trata especificamente dessa questão.

Produção e mercado nacionais

De acordo com o IBGE, em 2016 o rebanho bovino brasileiro era de 218,23 milhões de cabeças, o que representava um incremento de 1,40% em relação ao ano anterior. Esse número ganha mais significado se considerarmos que a bovinocultura de corte do Brasil tem apresentado resultados pouco expressivos nesta década (até mesmo com variações negativas em alguns anos). Apesar disso, entre 2012 e 2016 registrou-se crescimento de 3,29% no rebanho, principalmente em função dos resultados dos dois últimos anos.

Tabela 5. Bovinos – Evolução do rebanho brasileiro – 2012-16

Unidades da Federação		Milhões de cabeças					Variação 2012-16 (%)
		2012	2013	2014	2015	2016	
1º	Mato Grosso	28,741	28,395	28,592	29,364	30,296	5,41
2º	Minas Gerais	23,966	24,201	23,707	23,769	23,638	-1,37
3º	Goiás	22,046	21,580	21,538	21,888	22,879	3,78
4º	Mato Grosso do Sul	21,498	21,047	21,004	21,357	21,801	1,41
5º	Pará	18,605	19,165	19,911	20,272	20,477	10,06
6º	Rondônia	12,218	12,330	12,744	13,398	13,682	11,98
7º	Rio Grande do Sul	14,141	14,037	13,957	13,737	13,590	-3,89
8º	São Paulo	10,757	10,487	10,148	10,468	11,031	2,55
13º	Santa Catarina	4,073	4,202	4,286	4,382	4,500	10,47
Demais UFs		55,234	56,319	56,478	56,585	56,331	1,99
Brasil		**211,279**	**211,764**	**212,366**	**215,221**	**218,225**	**3,29**

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

O abate de bovinos também tem apresentado desempenhos pouco favoráveis nesta década. Em 2016, pelo terceiro ano consecutivo, registrou-se queda no número de animais abatidos, desta vez de -3,10%. Dos oito principais estados, quatro apresentaram quedas significativas em sua produção, com destaque para Minas Gerais, onde se verificou uma variação de -13,06%, que fez com que o Estado caísse uma posição no ranking nacional. Santa Catarina, que nos últimos anos vinha destoando da tendência nacional de redução nos abates, também registrou queda, que fez o Estado perder uma posição no ranking.

Tabela 6. Bovinos – Abate por unidade da federação – 2012-16

Unidades da Federação		Milhões de cabeças					Variação 2015-16 (%)
		2012	2013	2014	2015	2016	
1º	Mato Grosso	5,016	5,838	5,352	4,541	4,577	0,81
2º	Mato Grosso do Sul	3,989	4,121	3,932	3,409	3,292	-3,42
3º	Goiás	2,923	3,466	3,410	3,061	2,821	-7,82
4º	São Paulo	3,348	3,549	3,524	3,053	2,792	-8,52
5º	Pará	2,178	2,447	2,624	2,648	2,731	3,16
6º	Minas Gerais	2,480	3,033	3,240	2,841	2,470	-13,06
7º	Rondônia	2,047	2,290	2,005	1,905	2,155	13,15
8º	Rio Grande do Sul	1,934	1,921	1,886	1,822	1,898	4,17
14º	Santa Catarina	0,421	0,405	0,433	0,440	0,408	-7,37
Demais UFs		6,783	7,342	7,502	6,933	6,556	-5,44
Brasil		**31,119**	**34,412**	**33,908**	**30,652**	**29,702**	**-3,10**

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

Esse cenário é em parte decorrente da crise econômica vivida no Brasil nos últimos anos, que tem levado à redução no consumo de carne bovina. Com a demanda enfraquecida, há uma pressão de baixa sobre os preços do boi gordo, com o consequente desestímulo a investimentos na produção. Outro efeito da queda nos preços é a maior retenção de animais por parte dos pecuaristas, na expectativa de obtenção de melhores remunerações (o que ajuda a explicar o aumento no rebanho). O aumento nos preços da soja e do milho, em especial desse último, durante o ano de 2016 também foi responsável pela queda na produção, uma vez que a alta dos custos desestimulou os confinadores.

No primeiro semestre de 2017 foram abatidos 14,81 milhões de bovinos, queda de 1,09% em relação aos seis primeiros meses do ano anterior, conforme demonstram os dados do IBGE. Nesse período também se registrou queda de 1,45% no peso total das carcaças, o que significa que estão sendo abatidos animais de menor peso. Ao analisar as categorias animais que foram abatidas no primeiro semestre, verifica-se que houve redução da participação de machos na composição dos abates: os bois passaram de 53,82% no primeiro semestre de 2016 para 51,86% em 2017; e novilhos de 5,52% para 4,29%. Por outro lado, aumentou a participação das fêmeas: de 31,69% para 33,97% no caso das vacas; e 8,98% para 9,88% no caso das novilhas. Esse cenário merece atenção, pois pode significar uma oferta ainda menor de animais para abate nos próximos anos.

Em 2016 caiu também a disponibilidade per capita de carne bovina. Esse foi o terceiro ano seguido de queda e dessa vez a variação foi de -2,60%. Além do aumento populacional (0,70%), esse resultado é decorrente da queda na produção de carne (-1,80%), já que a exportação também caiu em relação ao ano anterior e a importação é pouco significativa.

Tabela 7. Carne bovina – Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2012-16

	2012	2013	2014	2015	2016
Produção - carcaça (t)	7.351.147	8.166.720	8.063.225	7.493.435	7.358.778
Importação (t)	48.499	45.464	60.784	47.091	50.587
Exportação (t)	1.242.491	1.504.317	1.545.046	1.361.395	1.348.870
Disponibilidade interna (t)	6.157.155	6.707.868	6.578.962	6.179.132	6.060.495
População (milhões hab.)	199.242.462	201.032.714	202.768.562	204.450.649	205.873.492
Kg/habitante/ano	30,90	33,37	32,45	30,22	29,44

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais; IBGE - Estimativa de População; MDIC/Aliceweb.

Pelo segundo ano consecutivo, o mercado externo da carne bovina brasileira apresentou números desfavoráveis. Em 2016 registrou-se queda de 0,92% na quantidade exportada e de 7,88% no valor. Como se verifica na Tabela 8, a quantidade exportada nesse ano foi muito semelhante ao montante de 2005, embora haja um incremento significativo de valor entre os dois períodos.

Tabela 8. Carne bovina – Exportações brasileiras – 2000-16

Ano	2000	2005	2010	2014	2015	2016
Quantidade exportada (mil t)	356,41	1.355,70	1.230,57	1.545,05	1.361,40	1.348,87
Valor exportado (milhão - US$)	813,57	3.060,08	4.795,36	7.148,92	5.795,10	5.338,51

Fonte: MDIC/Aliceweb.

No início de 2017 diversas entidades ligadas à cadeia produtiva da carne bovina, dentre elas a Abiec, projetavam um crescimento de aproximadamente 7% nas exportações deste ano. Embora a entidade tenha mantido sua projeção inicial, mesmo após a deflagração da Operação Carne Fraca, é possível que o setor seja impactado em maior ou menor grau pelos prejuízos à credibilidade do sistema de controle sanitário brasileiro decorrentes dessa operação. De janeiro a setembro de 2017 foram exportadas 1,06 milhão de toneladas de carne, resultado 1,85% superior ao registrado no mesmo período de 2016. As receitas do período em questão atingiram US$ 4,33 bilhões, alta de 6,75%. Para fins de comparação, o primeiro semestre de 2017 registrou queda de 8,57% na quantidade exportada em relação a 2016. O gráfico da Figura 1 demonstra que nos quatro últimos meses considerados as quantidades

exportadas superaram o mesmo mês do ano anterior, o que indica uma recuperação no segundo semestre, sendo bastante provável que o ano seja concluído com números positivos.

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Figura 1. Carne bovina – Exportações brasileiras – janeiro a setembro – 2016-17

O principal destino da carne bovina brasileira em 2016 foi Hong Kong, seguido por China e Egito. Juntos, esses três mercados responderam por 46,47% da quantidade e 42,35% do valor exportado pelo Brasil nesse ano. Destaca-se o crescimento de 47,52% no valor e 69,04% na quantidade de carne bovina brasileira importada pela China (em relação a 2015), o que fez com que aquele país passasse da 4ª para a 2ª posição no ranking (elaborado a partir do valor das exportações). Por outro lado, a Rússia apresentou redução significativa no mesmo período (-29,51% em valor e -22,54% em quantidade).

Tabela 9. Carne bovina – Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2016

País	Valor - US$ (milhões)	%	Quantidade (t)	%
Hong Kong	1.006,34	18,85	285.096	21,14
China	703,07	13,17	164.872	12,22
Egito	551,21	10,33	176.845	13,11
Rússia	408,14	7,65	138.784	10,29
Irã	374,31	7,01	96.190	7,13
Chile	300,70	5,63	71.013	5,26
Estados Unidos	283,69	5,31	33.180	2,46
Itália	188,73	3,54	30.079	2,23
Países Baixos	176,09	3,30	22.417	1,66
Demais países	1.346,23	25,22	330.393,51	24,49
Total	**5.338,51**	**100**	**1.348.870**	**100**

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Os dados parciais de 2017, referentes ao período de janeiro a setembro, demonstram que os três principais destinos ampliaram a quantidade de carne brasileira importada, em relação ao ano anterior: aumento de 10,97% em Hong Kong, 31,84% na China e 12,45% na Rússia.

Em 2016 a carne bovina brasileira foi exportada para 139 países. A carne in natura congelada foi responsável por 81,39% das receitas.

Produção e mercado estaduais

Em dezembro de 2016 o rebanho bovino catarinense totalizava 4,79 milhões de cabeças, conforme dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), sendo constituído por 72,13% de fêmeas e 27,87% de machos. Em termos de faixa etária, 37,13% do rebanho catarinense era formado por animais jovens com 0 a 24 meses de idade, 12,45% possuíam entre 25 e 36 meses e 50,39% tinha mais de 36 meses de idade. Separando essa última categoria por sexo, verifica-se que as fêmeas acima de 36 meses representam 42,33% do rebanho total, enquanto os machos na mesma faixa etária somam 8,06%. A Figura 2 apresenta a evolução do rebanho catarinense entre os anos de 2010 e 2016, enquanto a Tabela 10 detalha a composição do rebanho no ano de 2016.

Fonte: Cidasc.

Figura 2. Bovinos - Evolução do rebanho de Santa Catarina – 2010/16

Tabela 10. Bovinos – Rebanho catarinense, por faixa etária e sexo – 2016

Faixa etária (meses)	Sexo		Total
	Macho	Fêmea	
0 a 12	455.244	554.815	1.010.059
13 a 24	311.634	460.160	771.794
25 a 36	182.772	413.887	596.659
> 36	386.452	2.029.250	2.415.702
Total	**1.336.102**	**3.458.112**	**4.794.214**

Fonte: Cidasc.

A bovinocultura está presente em todos os 295 municípios catarinenses, com um contingente de 78.729 produtores, dos quais 35.713 (45,36%) possuem finalidade comercial e 43.016 (54,64%) sem finalidade comercial, de acordo com informações da Cidasc referentes ao ano de 2016.

Conforme apontam os registros de movimentação de animais da Cidasc, em 2016 foram produzidos em Santa Catarina e destinados ao abate 609,7 mil bovinos. Desse total, 530,2 mil (86,96%) foram abatidos no âmbito dos sistemas de inspeção sanitária (municipal, estadual e federal)[1], o que representa uma queda de 3,01% em relação ao ano anterior. Já os bovinos abatidos para autoconsumo (situação em que os animais são abatidos e consumidos nas propriedades rurais) representaram 13,04% dos abates de 2016, queda de 4,29% na comparação com 2015. Os abates fora do Estado representam uma parcela ínfima da produção catarinense (0,01%), tendo em vista que Santa Catarina é deficitária nesse tipo de carne.

Ressalta-se que os dados referentes ao abate de bovinos em Santa Catarina, disponibilizados pela Cidasc e utilizados nesta seção, destoam daqueles informados pelo IBGE, principalmente por questões relacionadas à metodologia de coleta. Não obstante tais diferenças, optou-se por utilizar as informações da Cidasc no segmento "Produção e mercado estaduais" em função do maior grau de detalhamento dos dados, necessário para a realização de algumas análises aqui pretendidas. Contudo, em outros segmentos em que se realizam análises de abrangência nacional, adotou-se os dados do IBGE para possibilitar comparações com outras unidades da federação.

Tabela 11. Bovinos – Abate por destino ou finalidade – Santa Catarina – 2014-16

Destino ou finalidade	Nº de cabeças			Participação no total - 2016 (%)
	2014	2015	2016	
Com sistema de inspeção	540.634	546.628	530.154	86,96
Autoconsumo	86.188	83.042	79.479	13,04
Comércio interestadual	112	71	32	0,01
Total	**626.934**	**629.741**	**609.665**	**100,00**

Fonte: Cidasc.

Ainda de acordo com a Cidasc, 80,40% do abate de bovinos no âmbito dos sistemas de inspeção sanitária ocorre em abatedouros que possuem inspeção municipal ou estadual (SIM ou SIE), o que está relacionado ao fato da demanda estadual ser maior que a produção, estimulando a implantação de unidades cujo objetivo é o atendimento do mercado local ou regional.

Tabela 12. Bovinos – Abate segundo o sistema de inspeção – Santa Catarina – 2016

Sistema de Inspeção	Nº de cabeças	%
Federal	103,9	19,60
Estadual	396,7	74,82
Municipal	29,6	5,58
Total	**530,2**	**100,00**

Fonte: Cidasc.

A Mesorregião Oeste Catarinense (que reúne as microrregiões de Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Concórdia) é responsável por quase metade (49,41%) dos animais destinados ao abate em estabelecimentos com sistema de inspeção sanitária no ano de 2016. Quando se leva em consideração o total de animais destinados ao abate (incluindo o autoconsumo), essa mesorregião ganha ainda mais destaque, com 51,52% do total de animais produzidos. A Tabela 14 apresenta a distribuição da produção catarinense de bovinos para abate, de acordo com a microrregião de origem dos animais e o tipo de abate (abate em estabelecimentos inspecionados, abate para autoconsumo e comércio interestadual para abate no destino).

A Figura 3 apresenta a distribuição da produção catarinense de bovinos de acordo com o município de origem dos animais abatidos em 2016. Os tons mais escuros representam um maior número de animais.

Fonte: Elaborado por Epagri/Cepa, a partir de dados da Cidasc.

Figura 3. Bovinos – Municípios de origem dos animais destinados ao abate – Santa Catarina – 2016

Tabela 13. Bovinos – Microrregiões de origem dos animais produzidos em Santa Catarina – 2016

Microrregião	Abate inspecionado	Autoconsumo	Comércio interestadual	Total de animais	%
Chapecó	77.623	16.312	18	93.953	15,41
Joaçaba	73.872	5.838	-	79.710	13,07
São Miguel do Oeste	51.928	16.669	1	68.598	11,25
Tubarão	44.401	2.724	-	47.125	7,73
Campos de Lages	42.435	673	-	43.108	7,07
Canoinhas	35.824	4.839	-	40.663	6,67
Concórdia	28.260	9.798	13	38.071	6,24
Curitibanos	34.571	822	-	35.393	5,81
Xanxerê	30.284	3.484	-	33.768	5,54
Rio do Sul	20.503	3.890	-	24.393	4,00
Blumenau	17.979	1.825	-	19.804	3,25
Florianópolis	15.801	1.585	-	17.386	2,85
Itajaí	12.534	208	-	12.742	2,09
Araranguá	8.592	2.862	-	11.454	1,88
Criciúma	6.635	2.551	-	9.186	1,51
Joinville	7.891	1.231	-	9.122	1,50
Ituporanga	5.868	1.899	-	7.767	1,27
Tijucas	6.313	756	-	7.069	1,16
São Bento do Sul	4.854	831	-	5.685	0,93
Tabuleiro	3.986	682	-	4.668	0,77
Total	**530.154**	**79.479**	**32**	**609.665**	**100,00**

Fonte: Cidasc.

Apesar de o mercado brasileiro de carne bovina se apresentar fragilizado desde 2015, o que resultou numa tendência geral de queda dos preços ao produtor, Santa Catarina foi pouco influenciada por esse movimento em grande parte desse período. Isso está relacionado principalmente ao fato da produção estadual ser menor que a demanda.

Contudo, a partir do final do primeiro trimestre de 2017 os preços ao produtor começam a cair em praticamente todas as praças do Estado. Esse fenômeno coincide com a deflagração da Operação Carne Fraca, estando provavelmente relacionado à queda na demanda interna e externa de carne, observada no período imediatamente posterior à referida ação policial. Entre janeiro de 2016 e setembro de 2017, os preços ao produtor caíram 9,27% na média das praças de referência de Chapecó e Rio do Sul (Figura 4). Analisando-se apenas os preços de 2017, verifica-se que entre fevereiro e setembro a variação foi de -10,83%.

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 4. Boi gordo – Preço médio mensal ao produtor em duas praças de referência – Santa Catarina – 2016-17

Carne de frango

Alexandre Luís Giehl, Eng.-agr. - Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A carne de frango é uma das principais fontes de proteína de origem animal consumidas no mundo e sua participação tem aumentado ano a ano, tanto pela dinamicidade dessa cadeia produtiva quanto pelos preços competitivos em relação às demais carnes.

Os Estados Unidos são o maior produtor mundial, com 20,62% da estimativa de produção para 2017 (pequeno aumento na participação em relação ao ano anterior, quando representavam 20,50%). A segunda posição no ranking é do Brasil, que deve passar de 14,49% para 14,69% do total mundial em 2017, de acordo com as estimativas do United States Department of Agriculture (USDA). Na sequência estão a União Europeia (12,97%) e a China (12,86%). Os quatro maiores produtores mundiais são responsáveis por 61,15% da produção (Tabela 1).

Tabela 1. Carne de frango – Produção mundial – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Estados Unidos	16.976	17.306	17.971	18.261	18.596
Brasil	**12.308**	**12.692**	**13.146**	**12.910**	**13.250**
União Europeia	10.050	10.450	10.890	11.533	11.700
China	13.350	13.000	13.400	12.300	11.600
Índia	3.450	3.725	3.900	4.200	4.400
Rússia	3.010	3.260	3.600	3.730	3.870
México	2.907	3.025	3.175	3.275	3.400
Argentina	2.060	2.050	2.080	2.055	2.086
Turquia	1.758	1.894	1.909	1.900	1.950
Tailândia	1.500	1.570	1.700	1.780	1.900
Malásia	1.458	1.584	1.633	1.671	1.690
Demais países	15.580	16.209	15.722	15.483	15.733
Total	**84.407**	**86.765**	**89.126**	**89.098**	**90.175**

[1]Estimativa.

Fonte: USDA (outubro/2017).

Segundo os números do USDA, em 2016 a produção mundial foi praticamente a mesma do ano anterior (-0,03%). Para 2017 estima-se crescimento de 1,21%. Contudo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) aponta perspectiva de crescimento um pouco mais modesta, de apenas 0,4% em termos mundiais (Food Outlook, jun./2017). Ao analisar os dados da Tabela 1 de forma mais detalhada, verifica-se que 9 dos 10 maiores produtores mundiais devem apresentar variações positivas em 2017, algumas bem significativas, como são os casos de Tailândia (6,74%), Índia (4,46%), México (3,82%) e Rússia (3,75%). Contudo, o bom momento da avicultura mundial deve ser encoberto pela queda de 5,69% na produção chinesa. Esse deve ser o segundo ano consecutivo de redução na produção daquele país, fazendo com que ela caia para seu nível mais baixo desde 2007, segundo a FAO.

A situação da avicultura na China é resultante principalmente da ocorrência de casos de influenza aviária de alta patogenicidade, o que limitou a produção e a comercialização de aves naquele país, afetando também a demanda dos consumidores. Além disso, devido às restrições de importação de aves reprodutoras de países onde ocorreram surtos de influenza aviária, há dificuldades para a renovação dos plantéis de matrizes da China, resultando em impactos negativos na produção comercial de frangos de corte. Os Estados Unidos eram um dos principais

fornecedores de matrizes para a China. Mas o surgimento de casos de influenza naquele país levou o governo chinês a estabelecer um embargo.

Em relação ao Brasil, o percentual informado pelo USDA está próximo da estimativa inicial da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) divulgada em janeiro de 2017, que previa um crescimento de 3% a 5% na produção nacional. Contudo, em julho do mesmo ano a entidade brasileira revisou suas projeções e passou a apontar uma perspectiva de crescimento de aproximadamente 1%.

Quanto ao consumo, o USDA estima que em 2017 deverá haver um incremento de 0,88% em termos mundiais, taxa de crescimento um pouco inferior à da produção. Mais uma vez a China é responsável pelos números modestos: prevê-se uma queda de 5,62% no consumo de carne de frango naquele país. O destaque positivo é a Índia, cuja demanda deverá aumentar 4,79%.

A participação dos quatro maiores consumidores no total mundial deverá ter uma pequena queda, passando de 54,62% para 54,06%, especialmente em função dos números chineses (Tabela 2).

Tabela 2. Carne de frango – Consumo mundial – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Estados Unidos	13.691	14.043	15.094	15.331	15.576
China	13.174	12.830	13.267	12.344	11.650
União Europeia	9.638	10.029	10.441	11.018	11.170
Brasil	**8.829**	**9.137**	**9.309**	**9.024**	**9.252**
Índia	3.445	3.716	3.892	4.196	4.397
México	3.582	3.738	3.960	4.061	4.144
Rússia	3.504	3.660	3.804	3.850	3.960
Japão	2.209	2.228	2.321	2.386	2.425
Argentina	1.729	1.773	1.894	1.905	1.909
Malásia	1.494	1.624	1.677	1.731	1.750
África do Sul	1.556	1.572	1.640	1.665	1.695
Demais países	20.041	20.804	20.050	19.857	20.207
Total	**82.892**	**85.154**	**87.349**	**87.368**	**88.135**

[1]Estimativa.
Fonte: USDA (outubro/2017).

Se na produção e no consumo os números da China impactam negativamente o cenário mundial, o mesmo não deve acontecer nas importações. As estimativas do USDA apontam um crescimento de 1,24% no total mundial em 2017, favorecido pelo aumento de 4,65% que deverá ser observado nas importações chinesas. Outros países também devem apresentar incrementos significativos: Cuba (28,76%), Emirados Árabes (14,86%) e Hong Kong (13,37%). Por outro lado, dentre os quatro maiores importadores, três devem apresentar redução nas compras externas: Arábia Saudita (-11,96%), União Europeia (-5,39%) e México (-5,18%). Ainda assim, os quatro maiores mercados são responsáveis por mais de 1/3 do comércio internacional de frango (35,86%). (Tabela 3)

Nas exportações, o USDA prevê crescimento de 3,69% nas quantidades embarcadas em 2017 em comparação com o ano anterior. Dentre os onze principais exportadores, somente a União Europeia deverá apresentar queda, principalmente em função do crescimento no consumo interno e da ocorrência de casos de influenza aviária em alguns países do bloco.

Como é possível perceber na Tabela 4, esse é um setor bastante concentrado, com 75,29% das exportações oriundas de três mercados (Brasil, Estados Unidos e União Europeia).

Tabela 3. Carne de frango – Importações mundiais – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Japão	854	888	936	973	995
México	682	722	790	791	750
Arábia Saudita	838	762	863	886	780
União Europeia	671	712	730	761	720
Iraque	673	698	625	661	610
África do Sul	355	369	436	504	500
China	244	260	268	430	450
Hong Kong	272	299	312	344	390
Emirados Árabes	217	225	277	296	340
Cuba	182	186	224	233	300
Demais países	3.706	3.781	3.131	3.060	3.215
Total	**8.694**	**8.902**	**8.592**	**8.939**	**9.050**

[1]Estimativa.
Fonte: USDA (outubro/2017).

Tabela 4. Carne de frango – Exportações mundiais – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Brasil	**3.482**	**3.558**	**3.841**	**3.889**	**4.000**
Estados Unidos	3.332	3.310	2.867	3.014	3.091
União Europeia	1.083	1.133	1.179	1.276	1.250
Tailândia	504	546	622	690	770
China	420	430	401	386	400
Turquia	337	378	321	296	360
Ucrânia	142	168	158	236	300
Argentina	334	278	187	158	185
Bielorússia	105	113	135	145	145
Canadá	150	137	133	134	140
Rússia	48	50	71	105	115
Demais países	338	377	344	356	323
Total	**10.275**	**10.478**	**10.259**	**10.685**	**11.079**

[1]Estimativa.
Fonte: USDA (outubro/2017).

Produção e mercado nacionais

Não obstante a leve queda na disponibilidade interna, conforme detalhado adiante, a carne de frango continua sendo a mais consumida no Brasil.

Demonstração da importância desse produto são os números positivos apresentados pelo setor nos anos recentes, mesmo nos momentos de acentuação da crise econômica. Em 2015, a quantidade de frangos abatidos aumentou 5,46% em relação a 2014, enquanto em 2016 o crescimento foi de 1,11%. Por outro lado, os números preliminares de 2017, referentes ao primeiro semestre, apontam que houve redução de 2,07% na comparação com o mesmo período de 2016. Esse resultado foi causado pelo desempenho do segundo trimestre, quando se registrou retração de 4,52% em relação ao ano anterior.

Conforme mencionado anteriormente, a projeção inicial da ABPA era de que a produção cresceria entre 3% e 5% em 2017. Contudo, a deflagração da Operação Carne Fraca e sua repercussão negativa nos mercados interno e externo devem afetar significativamente o desempenho do setor, a ponto da entidade rever sua projeção e, em julho, divulgar perspectiva de crescimento de aproximadamente 1% este ano.

Tabela 5. Frangos – Abate mensal no Brasil – 2012-17

(milhões de cab.)

Mês	2012	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Janeiro	455,22	457,05	474,58	462,64	481,17	501,79
Fevereiro	424,94	401,79	433,42	422,62	477,43	456,15
Março	468,71	426,66	444,16	497,45	521,83	528,39
Abril	400,97	472,53	440,26	452,26	490,75	445,77
Maio	452,74	464,35	461,92	469,63	490,48	507,39
Junho	420,39	433,64	427,72	481,22	512,98	473,50
Julho	446,49	479,93	488,69	517,79	485,90	-
Agosto	472,84	467,40	451,11	492,40	513,83	-
Setembro	412,55	433,71	466,19	492,90	472,53	-
Outubro	455,60	485,76	490,95	513,88	461,42	-
Novembro	428,79	435,54	449,66	486,22	461,55	-
Dezembro	404,34	435,40	467,73	507,22	490,45	-
Total	**5.243,58**	**5.393,75**	**5.496,39**	**5.796,23**	**5.860,32**	**2.912,99**

[1]Valores parciais, referentes ao primeiro semestre de 2017.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

Em relação à distribuição regional, o Sul segue como principal região produtora do País, sendo responsável por 60,64% dos frangos abatidos em 2016. Esse índice é um pouco maior do que o observado no ano anterior, quando a região respondeu por 59,63% dos abates. O Sudeste é a segunda colocada em termos de abates e também apresentou um pequeno aumento na sua participação, passando de 19,90% em 2015 para 20,10% em 2016. Já o Centro-Oeste registrou queda na sua representatividade, passando de 15,00% para 14,45% do total nacional.

Quando se leva em consideração as unidades da federação, verifica-se que o ranking nacional é liderado pelos três estados da Região Sul. Em 2016 o Paraná, maior produtor de frangos do País, aumentou sua participação, passando de 30,60% para 31,42% do total de abates. Também ocorreu aumento na participação do Rio Grande do Sul (de 13,82% para 14,29%). Santa Catarina, por sua vez, reduziu sua participação, caindo de 15,21% para 14,94% (Tabela 6).

Apesar do aumento de produção em 2016, a disponibilidade por habitante sofreu uma variação negativa de 0,66%, decorrente principalmente do crescimento populacional e do aumento nas exportações. Essa é a primeira vez que a disponibilidade per capita apresenta queda nesta década. É importante destacar que embora o número de animais abatidos tenha aumentado 1,11% em 2016, conforme destacado anteriormente, a produção de carne (equivalente carcaça) registrou aumento de apenas 0,65%. Isso indica que os animais foram abatidos com um peso médio menor do que no ano anterior, possivelmente em decorrência do aumento nos custos de alimentação, resultantes da elevação do preço no milho no decorrer de 2016 (Tabela 7).

Tabela 6. Frangos – Abate nas principais unidades da federação – 2016

UF	Milhões de cab.	Participação (%)
Paraná	1.831,73	31,42
Santa Catarina	870,68	14,94
Rio Grande do Sul	832,91	14,29
São Paulo	618,73	10,61
Minas Gerais	464,19	7,96
Goiás	358,41	6,15
Mato Grosso	242,75	4,16
Mato Grosso do Sul	165,19	2,83
Bahia	98,13	1,68
Distrito Federal	75,75	1,30
Demais estados	271,20	4,65
Brasil	**5.829,67[1]**	**100,00**

[1]Há uma discrepância entre os dados de abate regionalizados e os totais do País divulgados pelo IBGE, em decorrência da metodologia adotada para cada levantamento.

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

Tabela 7. Carne de frango – Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2012-16

UF	2012	2013	2014	2015	2016
Produção (t)	11.534.972	11.964.353	12.515.462	13.149.202	13.234.959
Importação (t)	2.246	3.362	2.711	4.110	3.155
Exportação (t)	3.917.581	3.891.721	3.995.163	4.225.109	4.307.061
Disponibilidade interna (t)	7.619.637	8.075.994	8.523.009	8.928.204	8.931.054
População (milhões hab.)	199,24	201,03	202,77	204,45	205,87
Kg/habitante/ano	38,24	40,17	42,03	43,67	43,38

Fontes: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais; IBGE - Estimativa de População; MDIC/Aliceweb.

Pelo terceiro ano consecutivo as exportações brasileiras de carne de frango registraram aumento em termos de quantidade exportada (Figura 1). Em 2016 atingiu-se 4,307 milhões de toneladas, aumento de 1,94%.

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Figura 1. Carne de frango – Evolução das exportações – Brasil – 2012-16

Em janeiro de 2017 a ABPA previa um crescimento de 3 a 5% nas exportações de carne de frango em 2017 (semelhante aos índices apontados pela FAO). Contudo, em função das repercussões negativas de uma operação da Polícia Federal deflagrada em março de 2017 (Operação Carne Fraca), além de outros fatores que afetaram a credibilidade do setor de carnes do Brasil, em julho a entidade reduziu a perspectiva de crescimento para 1%. Os dados parciais (janeiro a setembro/2017) demonstram que já foram embarcadas 3,241 milhões de toneladas, queda de 2,38% em relação ao mesmo período de 2016. Apesar disso, a condição do Brasil como zona livre de influenza aviária continua sendo um grande potencial para o crescimento das exportações do País.

Em termos financeiros, o ano de 2016 registrou a terceira queda consecutiva nas exportações de frango do Brasil. Foram gerados US$ 6,760 bilhões em divisas, valor 4,39% menor que no ano anterior. Em 2017 o quadro tem se mostrado um pouco mais favorável nesse aspecto. Mesmo com uma variação até o momento negativa na quantidade exportada, as receitas de janeiro a setembro somam US$ 5,448 bilhões, aumento de 5,33% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O principal destino das exportações brasileiras de frango em 2016 foi a Arábia Saudita, que já ocupa essa posição desde 2009. Contudo, a segunda colocação, que pertencia ao Japão, passou a ser ocupada pela China, cujas importações de carne de frango brasileira aumentaram 41,44% em valor e 57,56% em quantidade entre 2015 e 2016. Em termos de valor, os três principais destinos respondem por 40,62% das exportações brasileiras de frango.

Tabela 8. Carne de frango – Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2016

País	Valor - US$ (milhões)	%	Quantidade (t)	%
Arábia Saudita	1.157,02	17,12	746.286	17,33
China	859,48	12,71	483.769	11,23
Japão	729,73	10,79	397.062	9,22
Emirados Árabes	478,32	7,08	301.594	7,00
Países Baixos	402,05	5,95	181.815	4,22
Hong Kong	357,25	5,28	248.565	5,77
Reino Unido	234,56	3,47	88.998	2,07
Cingapura	185,21	2,74	97.366	2,26
Coreia do Sul	169,61	2,51	91.519	2,12
Kuwait	162,99	2,41	108.503	2,52
Demais países	2.024,01	29,94	1.561.585	36,26
Total	**6.760,23**	**100**	**4.307.060,93**	**100**

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Contudo, em 2017 observou-se uma redução no ritmo das importações chinesas de frango oriundo do Brasil, principalmente após a Operação Carne Fraca. De acordo com os dados referentes ao período de janeiro a setembro, o Japão novamente ocupava a segunda colocação, com a China em terceiro.

Em termos regionais, o Sul do Brasil responde por mais de ¾ das exportações brasileiras, com destaque para o estado do Paraná (Tabela 9).

Tabela 9. Carne de frango – Exportações dos principais estados – 2016

Abrangência	Valor - US$ (milhões)	% do total	Quantidade (t)	% do total
Brasil	**6.760,23**	**100,00**	**4.307.061**	**100,00**
Região Sul	**5.165,67**	**76,41**	**3.285.706**	**76,29**
Paraná	2.310,59	34,18	1.543.967	35,85
Santa Catarina	1.704,49	25,21	1.000.780	23,24
Rio Grande do Sul	1.150,59	17,02	740.960	17,20

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Em 2016 a carne de frango brasileira foi exportada para 141 países. A carne in natura congelada foi responsável por 87,96% das receitas das exportações.

Produção e mercado estaduais

Conforme dados do IBGE, em 2016 foram abatidos 870,68 milhões de frangos em Santa Catarina, queda de 1,27% em relação ao ano anterior. Esse é o segundo pior resultado dos últimos 5 anos (Figura 2). Com isso, a participação de Santa Catarina no total nacional caiu novamente, passando para 14,92%. Esse índice chegou a ser de 23% no ano 2000. Apesar da queda verificada em 2016, Santa Catarina continua ocupando a 2ª posição no ranking nacional (ver Tabela 6).

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

Figura 2. Frangos – Evolução do abate em Santa Catarina – 2012-16

De acordo com os dados preliminares de 2017, referentes ao primeiro semestre, os abates caíram 1,65% em relação ao mesmo período do ano anterior.

É preciso destacar que os números anteriores se referem exclusivamente às aves abatidas em território catarinense, independentemente de sua origem, conforme metodologia de coleta de informações adotada pelo IBGE. Contudo, a produção estadual de galinhas[1] é um pouco superior às quantidades mencionadas anteriormente, já que parte das aves são produzidas em Santa Catarina e abatidas em outras unidades da federação. De acordo com os dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), órgão responsável pela sanidade animal e vegetal, em 2016 foram produzidas no Estado e destinadas ao abate um total de 896,81 milhões de galinhas. Esse total inclui todas as categorias de galináceos que foram destinadas ao abate em estabelecimentos inspecionados (seja em Santa Catarina, seja em outros estados) no período em questão, desde aquelas cuja finalidade principal é o abate (frango de corte), até aquelas que têm outras finalidades intermediárias e ao término de seu período produtivo são encaminhadas a abatedouros (bisavó de corte, bisavó de poedeira, avó de corte, avó de poedeira, matriz de corte e poedeira comercial). Também estão contabilizados nesse montante as galinhas de subsistência que venham a ser abatidas em estabelecimentos inspecionados (embora sua participação no total de abates seja irrisória). A Figura 3 apresenta a evolução no número de galinhas produzidas em Santa Catarina de 2012 a 2016.

Do total de galinhas produzidas e destinadas ao abate, cerca de 99% em média são da categoria frangos de corte (98,90% em 2016). Quanto ao destino, em 2016 o percentual de aves abatidas em Santa Catarina foi de 97,31%, também tendo sido destinados animais para abate no Paraná (1,58%), Rio Grande do Sul (0,77%), São Paulo (0,31%) e Minas Gerais (0,02%). É importante destacar que a maioria das galinhas enviadas para abate em São Paulo e Minas Gerais são bisavós, avós, matrizes e poedeiras comerciais, já que naqueles estados existem agroindústrias que se especializaram nesse tipo de ave.

[1]O termo "galinhas" inclui as diversas categorias de ambos os gêneros da espécie *Gallus gallus domesticus*.

Figura 3. Galinhas – Evolução da produção de aves em Santa Catarina, destinadas ao abate – 2012-16

A produção catarinense encontra-se fortemente concentrada no Oeste Catarinense, responsável por 78,00% da produção estadual de frangos no ano de 2016. A Tabela 10, elaborada a partir dos dados da Cidasc, apresenta a distribuição dos frangos produzidos no ano de 2016 em Santa Catarina de acordo com a microrregião de origem (ou seja, onde os animais passaram a maior parte do seu ciclo de vida), independentemente do local de abate (incluindo-se aí os criados em Santa Catarina e abatidos em outras unidades da federação).

Tabela 10. Frangos – Microrregiões de origem das aves produzidas em SC - 2016

Microrregião	Nº de cabeças (milhões)[1]	%
Joaçaba	205,04	22,86
Chapecó	196,91	21,96
Concórdia	157,03	17,51
Xanxerê	71,74	8,00
São Miguel do Oeste	68,77	7,67
Criciúma	46,92	5,23
Araranguá	43,19	4,82
Canoinhas	32,84	3,66
Tubarão	27,00	3,01
Curitibanos	10,63	1,19
Florianópolis	7,18	0,80
São Bento do Sul	7,03	0,78
Tabuleiro	6,84	0,76
Joinville	5,60	0,62
Blumenau	3,77	0,42
Tijucas	2,20	0,25
Itajaí	1,72	0,19
Rio do Sul	1,36	0,15
Campos de Lages	0,70	0,08
Ituporanga	0,36	0,04
Total	**896,81**	**100,00**

[1]Os dados incluem os frangos abatidos em Santa Catarina (97,31%) e aqueles abatidos em outras UFs (2,69%), bem como as diversas categorias de galinhas destinadas ao abate no período (bisavós, avós, matrizes, poedeiras comerciais e frangos de corte).

Fonte: Cidasc.

Ao fazer uma análise mais detalhada da distribuição da produção, observa-se que os 10 municípios que mais produziram frangos destinados ao abate em 2016 localizam-se na Região Oeste, sendo responsáveis por 22,06% do total do estado nesse ano (Tabela 11).

Tabela 11. Frangos – Principais municípios de origem das aves produzidas em SC – 2016

	Município	Nº aves (milhões)[1]	%
1º	Videira	35,97	4,01
2º	Rio das Antas	27,79	3,10
3º	Ipumirim	26,22	2,92
4º	Seara	25,54	2,85
5º	Concórdia	20,88	2,33
6º	Ouro	18,55	2,07
7º	Arabutã	17,70	1,97
8º	Xaxim	17,13	1,91
9º	Itapiranga	16,04	1,79
10º	Palmitos	15,79	1,76
Demais municípios		675,23	75,29
Total		**896,81**	**100,00**

[1]Os dados incluem os frangos abatidos em Santa Catarina (97,31%) e aqueles abatidos em outras UFs (2,69%), bem como as diversas categorias de galinhas destinadas ao abate no período (bisavós, avós, matrizes, poedeiras comerciais e frangos de corte).
Fonte: Cidasc.

A Figura 4 apresenta a distribuição nos municípios catarinenses da produção de galináceos destinados ao abate no ano de 2016, de acordo com o município de origem dos animais. Os tons mais escuros representam um maior número de animais produzidos. São contabilizadas todas as categorias de galinhas destinadas ao abate, abatidas em Santa Catarina ou outra unidade da federação.

Fonte: Elaborado por Epagri/Cepa, a partir de dados da Cidasc.

Figura 4. Frangos – Municípios de origem das aves destinadas ao abate – Santa Catarina – 2016

De acordo com a Cidasc, em março de 2017 Santa Catarina possuía 7.330 mil produtores comerciais de galinhas (incluindo todas as categorias: corte, linha pura, matriz, avó e bisavó, com finalidade de corte, postura e ornamental). Desses, 6.165 eram produtores de frangos de corte, em sua maioria concentrados na mesorregião Oeste Catarinense (74,52%). O Estado possui também cerca de 64,2 mil produtores de galinhas para subsistência, conforme aponta o cadastro da Cidasc.

Tabela 12. Frangos – Produtores comerciais de frangos de corte em Santa Catarina – 2017

	Microrregião	Nº de produtores[1]	%
1º	Chapecó	1.773	28,76
2º	Joaçaba	982	15,93
3º	Concórdia	915	14,84
4º	Xanxerê	536	8,69
5º	São Miguel do Oeste	388	6,29
6º	Tubarão	328	5,32
7º	Araranguá	216	3,50
8º	Criciúma	215	3,49
9º	Canoinhas	198	3,21
10º	Blumenau	117	1,90
11º	Rio do Sul	112	1,82
12º	Florianópolis	65	1,05
13º	Joinville	61	0,99
14º	Curitibanos	59	0,96
15º	Tabuleiro	58	0,94
16º	São Bento do Sul	47	0,76
17º	Tijucas	41	0,67
18º	Itajaí	23	0,37
19º	Ituporanga	19	0,31
20º	Campos de Lages	12	0,19
Total		**6.165**	**100,00**

[1]Inclui somente os produtores comerciais de frangos de corte.
Fonte: Cidasc.

Além de ocupar a 2ª posição no ranking nacional de produção, Santa Catarina é também o 2º maior exportador de carne de frango do país, conforme demonstram os dados apresentados na Tabela 9. Em 2016 as exportações catarinenses alcançaram a marca de 1 milhão de toneladas, aumento de 1,67% em relação ao ano anterior. Contudo, em termos de receitas, observou-se um recuo de 4,83%.

Tabela 13. Carne de frango – Exportações de Santa Catarina – 2000-16

	2000	2005	2010	2014	2015	2016
Valor exportado (milhão - US$)	366,36	1.063,01	2.019,80	2.177,35	1.791,00	1.704,49
Quantidade exportada (mil t)	397,40	792,83	1.020,35	977,00	984,32	1.000,78

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Os dados parciais de 2017, referentes ao período de janeiro a setembro, demonstram que já foram exportadas 742,02 mil toneladas de carne de frango, que renderam de US$ 1,37 bilhão em receitas. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, esses valores representam uma queda de 1,53% na quantidade embarcada, mas crescimento de 7,51% em termos de valor financeiro.

A carne de frango de Santa Catarina chegou a 115 países em 2016. O Japão foi o principal destino, respondendo por 15,57% do valor exportado pelo Estado (embora tenha sido registrada queda de 11,77% entre 2015 e 2016). A China, que em 2015 aparecia na 3ª colocação, em 2016 passou a ocupar a 2ª posição, graças ao aumento de 13,03% no valor importado de Santa Catarina (em termos de quantidade o aumento foi ainda mais expressivo: 28,20%).

Os três maiores compradores de carne de frango de Santa Catarina foram responsáveis por 38,45% do valor exportado pelo Estado em 2016.

Tabela 14. Carne de frango – Principais destinos das exportações de Santa Catarina – 2015-16[1]

País	2015		2016		Variação 2015/16	
	Valor (milhões US$)	Quantidade (t)	Valor (milhões US$)	Quantidade (t)	Valor (%)	Quantidade (%)
Japão	300,74	149.047	265,36	144.671	-11,77	-2,94
China	175,72	86.229	198,62	110.545	13,03	28,20
Países Baixos	230,41	90.972	191,43	83.283	-16,92	-8,45
Arábia Saudita	172,67	100.330	144,69	90.143	-16,21	-10,15
Reino Unido	107,37	39.333	114,94	43.387	7,05	10,31
Coréia do Sul	78,56	39.717	83,84	45.464	6,72	14,47
Emirados Árabes	87,05	46.750	73,18	40.554	-15,93	-13,25
Alemanha	66,53	28.064	72,97	30.373	9,67	8,23
Cingapura	72,29	36.168	71,25	36.242	-1,45	0,20
Hong Kong	50,82	41.127	48,33	34.803	-4,90	-15,38
Demais países	448,83	326.583	439,89	341.316	-1,99	4,51
Total	**1.791,00**	**984.318**	**1.704,49**	**1.000.779**	**-4,83**	**1,67**

[1]Ranking elaborado a partir dos valores das exportações catarinenses no ano de 2016.
Fonte: MDIC/Aliceweb.

Os preços recebidos pelo frango vivo, posto na plataforma da indústria, apresentaram variações no padrão de comportamento ao longo de 2016 e 2017. Durante os primeiros nove meses de 2016, houve uma tendência predominante de crescimento nos preços, com alguns momentos de estabilidade. Esse período coincide com a alta nos preços do milho, principal componente da ração animal. A partir de outubro de 2016 iniciou-se um movimento de queda, brevemente interrompido em dezembro e retomado em fevereiro de 2017. Em setembro verifica-se nova reação nos preços, embora ainda pouco expressiva. (Figura 5)

[1]Preço do frango vivo no sistema de integração, posto na plataforma da indústria – média de Santa Catarina.
Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 5. Frangos - Evolução dos preços[1] de frango vivo em Santa Catarina – 2016-17

O preço médio do frango vivo em setembro de 2017 é 13,62% menor que aquele praticado em janeiro de 2016. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o preço de setembro de 2017 apresenta queda ainda mais significativa: -17,70%.

O ano de 2016 ficou marcado pelo impressionante aumento nos custos de produção, em decorrência da elevação de preços do milho, fenômeno que iniciou ainda em 2015 e atingiu seu auge entre junho e agosto do ano seguinte. Os preços alcançados pelo milho foram influenciados por diversos fatores: elevação dos preços no mercado internacional, levando ao aumento nas exportações do grão (e, com isso, reduzindo-se a disponibilidade no mercado interno); o aumento na demanda (em função da perspectiva de ampliação na produção de carnes) e; redução de 19,1% na produção nacional da safra 2015/2016, por causa de problemas climáticos. Tudo isso levou à ocorrência de recordes históricos de preço e, em alguns momentos, até mesmo ameaça de desabastecimento.

Essa situação se refletiu nos custos de produção (já que o milho representa cerca de 2/3 da composição das rações) e na relação de troca insumo/produto, como expressa a Figura 6. A elevação da curva de tendência da relação de troca coincide com as oscilações no preço do milho. No segundo semestre de 2017 percebe-se novo movimento de alta.

(1)Para cálculo da relação de troca insumo/produto utiliza-se os preços do frango vivo (ao produtor) e do milho (atacado) na praça de Chapecó, SC.
Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 6. Frangos – Evolução da relação de troca – Quantidade de frango vivo necessário para adquirir um saco de milho em SC(1) – 2016-17

Algumas empresas, principalmente as de menor porte, tiveram dificuldade para adquirir o produto e absorver os custos, uma vez que a fraca demanda de carnes no mercado interno não permitia que a diferença fosse integralmente repassada ao consumidor.

Além da busca pelo equilíbrio entre receitas e custos, um dos grandes desafios do setor para os próximos anos é garantir o status sanitário da produção brasileira de frangos, principalmente no que diz respeito à condição de zona livre de influenza aviária, fundamental para a manutenção e até mesmo ampliação dos níveis das exportações.

Carne suína

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo, Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Produção e comércio mundiais

Apesar dos resultados negativos nos últimos dois anos, a carne suína ainda é a segunda proteína de origem animal mais consumida no mundo, atrás apenas do pescado. De acordo com os dados do United States Department of Agriculture (USDA) apresentados na Tabela 1, em 2015 a produção mundial ficou praticamente estagnada em relação ao ano anterior, com variação de apenas -0,03%. Já em 2016, a queda foi um pouco mais significativa, atingindo -0,59%. Nos dois anos, o principal fator responsável por essas oscilações negativas foi a queda na produção da China (-3,24% em 2015 e -3,43% em 2016), maior produtor mundial e responsável por quase metade da carne suína produzida. Esses resultados da China são decorrentes da aplicação de regulamentações ambientais mais restritivas naquele país, que têm provocado o remanejamento de criações de suínos de áreas mais urbanizadas para outras regiões. Embora no médio prazo essa reestruturação deva promover aumentos na produção, no curto prazo a consequência é a redução considerável nos plantéis.

Em relação a 2017, as estimativas do USDA apontam variação positiva na produção chinesa (0,96%). Com esse resultado, a produção mundial deve crescer 0,97%, com aumentos expressivos em alguns dos maiores produtores, principalmente Estados Unidos (3,55%) e Rússia (3,14%). Dentre os onze principais produtores, somente União Europeia e Japão devem registrar quedas em 2017, de -0,52% e -0,31%, respectivamente. Os quatro maiores produtores respondem por 83,17% da produção mundial.

Tabela 1. Carne suína – Produção mundial – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
China	54.930	56.710	54.870	52.990	53.500
União Europeia	22.359	22.540	23.249	23.523	23.400
Estados Unidos	10.525	10.368	11.121	11.320	11.722
Brasil	**3.335**	**3.400**	**3.519**	**3.700**	**3.725**
Rússia	2.400	2.510	2.615	2.870	2.960
Vietnã	2.357	2.431	2.572	2.701	2.750
Canadá	1.822	1.805	1.899	1.914	1.960
Filipinas	1.388	1.402	1.463	1.540	1.585
México	1.284	1.290	1.323	1.376	1.430
Coreia do Sul	1.252	1.200	1.217	1.266	1.307
Japão	1.309	1.264	1.254	1.279	1.275
Demais países	5.889	5.732	5.516	5.490	5.420
Total	**108.850**	**110.652**	**110.618**	**109.969**	**111.034**

[1]Estimativa.
Fonte: USDA (outubro/2017).

Já a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) é mais pessimista e projeta que a produção mundial deve seguir em queda em 2017, estimada em -0,8% (Food Outlook, junho/2017). Diferentemente do USDA, que prevê crescimento da produção chinesa, a FAO aponta a continuidade do movimento de queda, que pode atingir -3,9%. Contudo, é necessário destacar que esses números foram divulgados pela FAO ainda no primeiro semestre de 2017, sendo possível sua alteração na revisão das projeções que aquele organismo internacional tradicionalmente realiza no final do segundo semestre.

O Brasil ocupa a 4ª colocação no ranking, respondendo por 3,36% da produção mundial de 2016. Para 2017 o USDA prevê que a participação brasileira deve permanecer estável (3,35%).

Assim como a produção, o consumo também está concentrado num conjunto reduzido de países ou blocos: China, União Europeia, Estados Unidos e Rússia respondem por 79,94% do consumo mundial, segundo estimativa do USDA para 2017 (o Brasil ocupa a 5ª colocação). Em relação ao ano anterior, em 2017 deve-se registrar aumento de 0,84% no consumo, apesar da perspectiva levemente negativa do maior consumidor, a China (-0,08%). Com isso, o mercado chinês, que respondia por mais da metade do consumo mundial (50,13% em 2016), deve reduzir sua participação para 49,68% em 2017.

Comparando a produção e o consumo estimados para 2017, os quatro países que apresentam os maiores déficits são China, Japão, México e Coreia do Sul, com um total de 4,50 milhões de toneladas. Os maiores superávits são registrados na União Europeia, Estados Unidos, Brasil e Taiwan, totalizando 6,24 milhões de toneladas.

Tabela 2. Carne suína – Consumo mundial – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
China	55.456	57.194	55.668	54.980	54.935
União Europeia	20.147	20.390	20.873	20.410	20.613
Estados Unidos	8.665	8.544	9.341	9.475	9.597
Rússia	3.282	3.021	3.016	3.192	3.260
Brasil	**2.751**	**2.846**	**2.893**	**2.870**	**2.917**
Vietnã	2.341	2.414	2.550	2.676	2.718
Japão	2.549	2.543	2.568	2.626	2.705
México	1.956	1.991	2.176	2.256	2.395
Coreia do Sul	1.628	1.660	1.813	1.894	1.978
Filipinas	1.559	1.600	1.637	1.734	1.834
Taiwan	892	875	937	902	913
Demais países	7.240	6.886	6.676	6.652	6.723
Total	**108.466**	**109.964**	**110.148**	**109.667**	**110.588**

[1]Estimativa.
Fonte: USDA (outubro/2017).

Diferentemente do que ocorreu no ano anterior, em 2017 as importações mundiais de carne suína deverão apresentar decréscimo. A queda estimada pelo USDA para este ano é 1,18% (contra um crescimento de 18,68% em 2016). Esse cenário é decorrente da redução esperada nas importações chinesas: -24,35%. Além da China, dois outros grandes importadores devem registrar quedas: Hong Kong (-4,43%) e Rússia (-6,34%). Essa informação é de grande importância para o Brasil, pois a Rússia é o principal destino da carne suína brasileira. Há que se ressaltar que a Rússia tem implementado nos últimos anos um conjunto de políticas governamentais com o objetivo de aumentar a produção de carne suína e reduzir a dependência das importações, as quais vêm obtendo resultados positivos, como ficou evidenciado na Tabela 1.

A China, por sua vez, em 2016 registrou um crescimento vertiginoso nas suas importações (111,95%), atingindo 2,18 milhões de toneladas e tornando-se o maior importador mundial de carne suína, posição que tradicionalmente era ocupada pelo Japão. Conforme mencionado anteriormente, o USDA estima que em 2017 as importações chinesas devem cair de forma significativa, impactando negativamente os resultados mundiais.

Tabela 3. Carne suína – Importações mundiais – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
China	770	761	1.029	2.181	1.650
Japão	1.223	1.332	1.270	1.361	1.440
México	783	818	981	1.021	1.125
Coreia do Sul	388	480	599	615	680
Estados Unidos	399	459	506	495	506
Hong Kong	399	347	397	429	410
Rússia	883	516	408	347	325
Austrália	183	191	220	210	220
Filipinas	172	199	175	195	250
Canadá	220	214	216	215	220
Chile	51	45	47	76	105
Demais países	1.139	979	870	828	948
Total	**6.610**	**6.341**	**6.718**	**7.973**	**7.879**

[1]Estimativa.
Fonte: USDA (outubro/2017).

Em 2016 as exportações apresentaram um salto de 15,00%, com destaque para União Europeia (30,86%) e Brasil (32,70%). Para 2017, contudo, o USDA prevê queda de 0,59%. Dentre os quatro maiores exportadores, que juntos respondem por 91,03% do total de embarques, União Europeia e Brasil devem reduzir suas vendas para o mercado internacional (-10,40% e -2,64%, respectivamente).

Tabela 4. Carne suína – Exportações mundiais – 2013-17

(mil t)

País	2013	2014	2015	2016	2017[1]
União Europeia	2.227	2.164	2.388	3.125	2.800
Estados Unidos	2.262	2.310	2.272	2.377	2.589
Canadá	1.246	1.220	1.239	1.320	1.330
Brasil	585	556	627	832	810
China	244	277	231	191	215
Chile	164	163	178	173	180
México	111	117	128	141	160
Austrália	36	37	36	38	42
Vietnã	22	21	30	35	40
Rússia	1	5	7	25	25
Sérvia	4	25	19	11	17
Demais países	109	93	80	52	63
Total	**7.011**	**6.988**	**7.235**	**8.320**	**8.271**

[1]Estimativa.
Fonte: USDA (outubro/2017).

Produção e comércio nacionais

Conforme dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, em 2016 o rebanho suíno brasileiro era de 39,95 milhões de cabeças, crescimento de 0,39% em relação ao ano anterior. Em termos de distribuição espacial, o maior rebanho está na Região Sul, com 50,12% do total de animais, seguida pelo Sudeste, com 17,00% e pelo Centro-Oeste, com 14,98%. Em 2016 a Região Sul apresentou um crescimento do rebanho de 3,02% em relação ao ano anterior, ampliando sua participação no total nacional. Também cresceram os rebanhos suínos das regiões Nordeste (0,31%) e Norte (5,72%). Por outro lado, as regiões Sudeste e Centro-Oeste registraram quedas de 2,40% e 5,67%, respectivamente. Entre 2012 e 2016 o rebanho nacional aumentou 2,98%. Esse crescimento está concentrado nos últimos três anos, já que nos anteriores observou-se redução no total de suínos.

Tabela 5. Suínos – Efetivo do rebanho por região geográfica – 2012-16

Região	Nº de cabeças				
	2012	2013	2014	2015	2016
Sul	19.212.426	17.914.294	18.681.908	19.362.524	19.946.370
Sudeste	7.131.055	6.904.686	7.033.944	6.932.972	6.766.278
Centro-Oeste	5.105.469	5.103.633	5.239.486	6.320.813	5.962.440
Nordeste	5.857.733	5.559.110	5.666.815	5.815.558	5.833.845
Norte	1.489.219	1.261.870	1.308.154	1.363.355	1.441.387
Brasil	**38.795.902**	**36.743.593**	**37.930.307**	**39.795.222**	**39.950.320**

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

A partir do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 verificou-se um intenso crescimento da suinocultura no País. Prova disso é o número de animais abatidos, que aumentou 156,85% entre 2000 e 2016. Mais recentemente, os abates cresceram 7,78% entre 2015 e 2016. O peso total das carcaças sofreu uma variação significativa nos últimos anos: aumento de 176,06% entre 2000 e 2016 e de 8,18% entre 2015 e 2016.

Tabela 6. Carne suína – Abate e produção de carne – Brasil – 2000-16

	2000	2005	2010	2014	2015	2016
Animais abatidos (milhões de cab.)	16,476	23,463	32,511	37,130	39,264	42,320
Peso das carcaças (milhões de t)	1,344	2,157	3,078	3,193	3,431	3,711

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

Embora tenha se observado uma redução no ritmo durante o primeiro semestre de 2017, os números ainda são positivos: 21,10 milhões de cabeças abatidas, com produção de 1,85 milhão de toneladas de carcaça. Esses valores representam um aumento de 1,51% nos abates e de 1,50% no peso de carcaça, em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

Vale ressaltar que no início do ano a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), uma das principais entidades do setor, previa um aumento de 2% a 3% na produção brasileira de carne suína. Contudo, após a deflagração da Operação Carne Fraca e a repercussão da mesma no mercado nacional e internacional, a entidade reviu seus números e passou a trabalhar com a projeção de 1,5% de crescimento.

Santa Catarina é o principal produtor nacional de carne suína, sendo responsável por 25,35% do total de animais abatidos e 26,10% do peso total das carcaças, de acordo com os dados do IBGE referentes ao ano de 2016. A novidade é o estado do Paraná, que em 2016 assumiu a segunda colocação desse ranking graças a um impressionante crescimento de 15,08% no número de animais abatidos. Dentre os principais produtores, o maior crescimento nos abates foi observado no Mato Grosso, com aumento de 16,72%. Esse índice possibilitou que aquele Estado ultrapassasse São Paulo e assumisse a 5ª colocação no ranking nacional.

Tabela 7. Carne suína – Abate e produção nas principais unidades da federação – 2014-16

UF	2014		2015		2016	
	Cabeças (milhões)	Peso de carcaça (mil t)	Cabeças (milhões)	Peso de carcaça (mil t)	Cabeças (milhões)	Peso de carcaça (mil t)
Santa Catarina	9,42	815,95	10,28	915,85	10,73	968,83
Paraná	6,92	611,18	7,72	676,26	8,88	777,74
Rio Grande do Sul	8,01	689,55	7,92	704,05	8,36	741,37
Minas Gerais	4,98	415,77	5,12	429,09	5,32	452,09
Mato Grosso	1,93	172,67	2,02	179,41	2,35	206,46
São Paulo	1,92	151,67	2,05	160,88	2,26	182,09
Goiás	1,74	158,39	1,77	163,76	1,83	165,36
Mato Grosso do Sul	1,33	115,88	1,42	129,91	1,51	136,89
Demais UFs	0,87	61,84	0,97	71,52	1,08	80,40
Brasil	**37,13**	**3.192,92**	**39,26**	**3.430,73**	**42,32**	**3.711,24**

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

Em 2016 a disponibilidade de carne suína por habitante registrou aumento de 2,74% (Tabela 8). Embora seja um índice relativamente baixo se comparado ao ano anterior, quando o aumento foi de 5,99%, é importante ressaltar que essa foi a única dentre as principais carnes produzidas e consumidas no País que registrou elevação em sua disponibilidade em 2016. Apesar do expressivo crescimento das exportações (32,83%), o aumento da produção possibilitou a elevação da disponibilidade. Após uma queda significativa em 2012, os anos seguintes registraram um constante aumento na disponibilidade per capita, estando-se atualmente um pouco acima do patamar de 2011 (14,51 kg/habitante/ano).

Tabela 8. Carne suína – Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2012-16

	2012	2013	2014	2015	2016
Produção (t)	3.149.726	3.117.087	3.192.918	3.430.734	3.711.235
Importação (t)	13.182	12.179	15.392	15.827	13.759
Exportação (t)	576.770	513.283	490.641	542.129	720.104
Disponibilidade interna (t)	2.586.138	2.615.984	2.717.669	2.904.432	3.004.890
População (milhões hab.)	199,24	201,03	202,77	204,45	205,87
Kg/habitante/ano	12,98	13,01	13,40	14,21	14,60

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais; IBGE - Estimativa de População; MDIC/Aliceweb.

Como citado anteriormente, em 2016 as exportações brasileiras de carne suína apresentaram aumento de 32,83% em termos de quantidade, na comparação com o ano anterior. As receitas, por sua vez, registraram ampliação de 16,27% (Tabela 9). Mais uma vez é interessante destacar o expressivo crescimento observado no setor a partir do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000. Comparando-se a quantidade exportada em 2016 com o montante de 2000, verifica-se um aumento de 432,11%. Em termos de receitas a variação em questão é ainda maior: 703,76%.

Tabela 9. Carne suína – Exportações brasileiras – 2000-16

Ano	2000	2005	2010	2014	2015	2016
Quantidade exportada (mil t)	135.331	622.696	539.584	490.641	542.129	720.104
Valor exportado (milhão - US$)	182,83	1.165,35	1.339,62	1.584,51	1.263,89	1.469,54

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Após os recordes nas exportações de carne suína em 2016, para o ano de 2017 esperavam-se índices de crescimento um pouco mais modestos. A ABPA, por exemplo, apontava a expectativa de 2% a 3% de aumento. Contudo, após a Operação Carne Fraca a entidade revisou esse índice e passou a considerar mais plausível um crescimento de 1,5%. No período de janeiro a setembro foram exportadas 520,55 mil toneladas, queda de 4,00% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contudo, em termos de receitas os números são positivos, já tendo sido atingido o montante de US$1,237 bilhão no período em questão (aumento de 17,68%). Conforme fica evidenciado no gráfico da Figura 1, após quedas abruptas em abril e maio, ocorre recuperação nos embarques dos meses seguintes, os quais ficam próximos dos volumes de 2016 (com exceção de setembro, que registra nova queda).

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Figura 1. Carne suína – Exportações brasileiras – janeiro a setembro - 2016-17

O principal destino das exportações brasileiras de carne suína ainda é a Rússia, embora aquele país tenha diminuído um pouco sua participação no total exportado pelo Brasil. Chama a atenção o vertiginoso crescimento das exportações para a China, que em 2015 ocupava a 11ª colocação no ranking de destinos da carne suína brasileira, e encerrou o ano de 2016 na 3ª posição. Nesse período, as exportações brasileiras para a China cresceram incríveis 1.581,39% em quantidade e 1.829,89% em termos de valor. Juntos, Rússia, Hong Kong e China são responsáveis por 69,02% dos embarques brasileiros de carne suína (em termos de quantidade).

Tabela 10. Carne suína – Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2016

País	Valor - US$ (milhões)	%	Quantidade (t)	%
Rússia	519,73	35,37	245.023	34,03
Hong Kong	307,51	20,93	164.144	22,79
China	189,57	12,90	87.856	12,20
Cingapura	71,80	4,89	32.681	4,54
Argentina	67,87	4,62	25.278	3,51
Uruguai	62,90	4,28	28.981	4,02
Chile	51,49	3,50	23.198	3,22
Venezuela	41,33	2,81	8.518	1,18
Angola	39,73	2,70	29.745	4,13
Emirados Árabes	18,70	1,27	8.131	1,13
Demais países	98,91	6,73	66.548	9,24
Total	**1.469,54**	**100**	**720.104**	**100**

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Os dados parciais de 2017, referentes ao período de janeiro a setembro, demonstram que, na comparação com o mesmo período do ano anterior, a Rússia aumentou suas compras de carne suína do Brasil (crescimento de 11,69% em quantidade e 52,19% em valor), enquanto a China apresenta reduções significativas (-48,79% em quantidade e -51,19% em valor).

Em 2016 a carne suína brasileira foi exportada para 85 países. A carne in natura congelada foi responsável por 91,83% das receitas.

Produção e comércio estaduais

De acordo com o IBGE, em 2016 Santa Catarina registrou um aumento de 5,79% na produção de carcaças suínas, em relação ao ano anterior. Esse índice ficou abaixo do crescimento da produção no País, o que fez com que o Estado reduzisse um pouco sua participação no total nacional. (Tabela 11).

Tabela 11. Carne suína – Produção do Brasil e de Santa Catarina – 2000-16

Ano	Mil toneladas		Participação (%) de Santa Catarina
	Brasil	Santa Catarina	
2000	1.344,37	521,14	38,76
2005	2.156,52	730,42	33,87
2010	3.078,41	876,19	28,46
2011	3.369,62	921,84	27,36
2012	3.149,73	785,48	24,94
2013	3.117,09	770,53	24,72
2014	3.192,92	815,95	25,56
2015	3.430,73	915,85	26,70
2016	3.711,24	968,83	26,11

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

Os dados referentes ao primeiro semestre de 2017 demonstram a continuidade do crescimento da produção catarinense de suínos. Segundo o IBGE, de janeiro a junho foram abatidos no Estado 5,62 milhões de suínos, 6,19% acima do que foi abatido no mesmo período de 2016. O gráfico da Figura 2 evidencia que em todos os meses analisados os números de 2017 foram superiores. Vale destacar que no primeiro semestre os abates no País registraram alta de 1,51%.

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais .

Figura 2. Suínos – Animais abatidos em Santa Catarina no 1º semestre – 2016-17

Em termos de produção de carne (carcaça), o crescimento foi um pouco menor: 3,70% entre janeiro e junho de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016. Isso indica uma redução no peso médio de abate dos animais.

Os números apresentados anteriormente referem-se exclusivamente aos animais abatidos em Santa Catarina, independentemente de sua origem, conforme metodologia adotada pelo IBGE. Contudo, a produção estadual de suínos é superior aos quantitativos supramencionados, já que parte dos animais são criados em Santa Catarina (nascem e passam a maior parte do seu ciclo de vida em território catarinense) e abatidos em outras unidades da federação. De acordo com os dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), órgão responsável pela sanidade animal e vegetal, em 2016 foram produzidos no Estado e destinados ao abate 12,52 milhões de suínos. Esse total inclui todas as categorias de suínos que foram abatidos em estabelecimentos inspecionados (seja em Santa Catarina ou outros estados) no período em questão, desde aqueles cuja finalidade principal é o abate (suíno de corte), até aqueles com finalidade reprodutiva que ao término de seu período produtivo são encaminhados a abatedouros (GRSC, matrizes e reprodutores). Também estão contabilizados nesse montante suínos de subsistência abatidos em estabelecimentos inspecionados (embora sua participação no total de abates seja irrisória). A Figura 3 apresenta a evolução no número de suínos produzidos em Santa Catarina de 2012 a 2016.

Fonte: Cidasc.

Figura 3. Suínos – Animais produzidos em Santa Catarina e destinados ao abate – 2016

Dos 12,52 milhões de suínos produzidos em Santa Catarina em 2016, 84,41% foram abatidos no próprio estado. Os demais (1,95 milhão de cabeças ou 15,59% do total) foram abatidos em outras 13 unidades da federação, dentre as quais se destacam: Paraná (45,04%), São Paulo (30,72%) e Rio Grande do Sul (22,43%).

Em relação às categorias de animais abatidos, há a predominância de suínos criados especificamente para essa finalidade, que representam 95,43% do total. O restante dos abates é composto pelas demais categorias: GRSC (2,79%), matrizes (1,71%), animais de subsistência (0,04%) e reprodutores (0,03%).

A Tabela 12 apresenta a distribuição dos suínos produzidos no ano de 2016 em Santa Catarina de acordo com a microrregião de origem (ou seja, de onde os animais saíram com destino ao abatedouro), independentemente do local de abate (incluindo-se aí os suínos criados em Santa Catarina e abatidos em outras unidades da federação). As cinco microrregiões que compõem o Oeste Catarinense foram responsáveis por 78,74% dos suínos produzidos no Estado.

Tabela 12. Suínos – Microrregiões de origem da produção de Santa Catarina – 2016

	Microrregião	Nº de cabeças (mil)[1]	%
1º	Concórdia	2.855,37	22,80
2º	Joaçaba	2.807,45	22,42
3º	Chapecó	2.010,17	16,05
4º	São Miguel do Oeste	1.185,53	9,47
5º	Xanxerê	1.001,78	8,00
6º	Rio do Sul	801,30	6,40
7º	Tubarão	795,54	6,35
8º	Canoinhas	458,06	3,66
9º	Curitibanos	383,00	3,06
10º	Ituporanga	148,93	1,19
11º	Blumenau	29,71	0,24
12º	Criciúma	26,59	0,21
13º	Joinville	6,96	0,06
14º	Campos de Lages	4,20	0,03
15º	São Bento do Sul	3,58	0,03
16º	Araranguá	1,88	0,02
17º	Tabuleiro	1,87	0,01
18º	Florianópolis	0,45	0,004
19º	Itajaí	0,12	0,001
20º	Tijucas	0,07	0,001
Total		**12.522,54**	**100,00**

[1]Inclui os suínos criados e abatidos em Santa Catarina (84,41%) e aqueles criados no Estado e abatidos em outras UFs (15,59%).
Fonte: Cidasc.

Dentre os dez municípios que apresentaram a maior produção de suínos em 2016, oito são da mesorregião Oeste Catarinense (Concórdia, Videira, Seara, Tangará, Xavantina, Irani, São Carlos e Itapiranga), um é do Sul Catarinense (Braço do Norte) e um da mesorregião Serrana (Campos Novos).

Tabela 13. Suínos – Principais municípios de origem dos animais produzidos em Santa Catarina – 2016

	Município	Nº de cabeças (mil)[1]	%
1º	Concórdia	703,34	5,62
2º	Videira	414,17	3,31
3º	Seara	386,11	3,08
4º	Braço do Norte	314,81	2,51
5º	Tangará	276,30	2,21
6º	Campos Novos	275,57	2,20
7º	Xavantina	252,99	2,02
8º	Irani	251,06	2,00
9º	São Carlos	247,73	1,98
10º	Itapiranga	239,95	1,92
	Demais municípios	9.160,52	73,15
Total		**12.522,54**	**100,00**

[1]Inclui os suínos abatidos em Santa Catarina (84,41%) e aqueles criados no Estado e abatidos em outras UFs (15,59%).
Fonte: Cidasc.

A Figura 4 apresenta a distribuição da produção catarinense de suínos destinados ao abate no ano de 2016 (em Santa Catarina ou outra unidade da federação), de acordo com o município de origem dos animais. Os tons mais escuros representam um maior número de animais abatidos.

Fonte: Elaborado por Epagri/Cepa, a partir de dados da Cidasc.

Figura 4. Suínos – Municípios de origem dos animais destinados ao abate – Santa Catarina – 2016

De acordo com o cadastro de unidades de exploração da Cidasc, em março de 2017 Santa Catarina possuía pouco mais de 13 mil produtores comerciais de suínos (incluindo todas as categorias: animais de corte, GRSC, matrizes e reprodutores). A mesorregião Oeste Catarinense concentra mais de 70% dos produtores comerciais de suínos de corte. Além disso, o Estado possui também cerca de 60 mil produtores de suínos de subsistência.

Pelo terceiro ano consecutivo, em 2016 registrou-se aumento na quantidade de carne suína exportada por Santa Catarina, dessa vez com variação mais expressiva que nos anos anteriores: 43,47%. Esse foi o segundo maior volume de carne suína já exportado pelo estado, ficando atrás apenas de 2005. Em termos de valores a variação foi um pouco menor, mas também expressiva: 26,11%.

Tabela 14. Carne suína – Exportações de Santa Catarina – 2000-16

Ano	2000	2005	2010	2014	2015	2016
Quantidade exportada (mil t)	74,52	279,87	145,33	182,18	191,03	274,07
Valor exportado (milhão - US$)	99,66	502,64	337,48	592,51	440,27	555,23

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Os dados parciais de 2017, referentes ao período de janeiro a setembro, mostram que o Estado já exportou 213,02 mil toneladas, montante 4,36% superior ao mesmo período de 2016. Em relação às receitas, Santa Catarina exportou no período mencionado US$500,46 milhões, aumento de 27,51% em relação ao ano anterior. O montante embarcado em agosto de 2017 (28,65 mil toneladas) foi a maior quantidade de carne suína já exportada por Santa Catarina num único mês.

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Figura 5. Carne suína – Exportações de Santa Catarina – janeiro a setembro – 2016-17

A Rússia foi novamente o principal destino da carne suína catarinense em 2016, respondendo por quase 1/3 da quantidade e do valor. Contudo, ressalta-se a queda na participação da Rússia, que em 2015 chegou a ser responsável por 45,44% da quantidade e 50,73% do valor da carne suína exportada por Santa Catarina. Já a China aumentou significativamente suas compras de carne do Estado: 1.781,39% em quantidade e 2.169,16% em valor. Com isso, os chineses passaram da 11ª para a 2ª posição do ranking de destinos da carne catarinense.

Em 2016, Santa Catarina exportou carne suína para 55 países, sendo os 10 principais apresentados na Tabela 15.

Tabela 15. Carne suína – Principais destinos das exportações de Santa Catarina – 2016

País	Valor - US$ (milhões)	%	Quantidade (t)	%
Rússia	181,29	32,65	89.517	32,66
China	134,92	24,30	63.779	23,27
Hong Kong	57,37	10,33	33.561	12,25
Chile	51,01	9,19	23.079	8,42
Argentina	25,40	4,58	9.011	3,29
Cingapura	23,12	4,16	10.866	3,96
Uruguai	12,30	2,22	5.891	2,15
Venezuela	12,14	2,19	2.488	0,91
Emirados Árabes Unidos	10,64	1,92	4.443	1,62
Angola	9,32	1,68	7.809	2,85
Demais países	37,71	6,79	23.628	8,62
Total	**555,23**	**100,00**	**274.072**	**100,00**

Fonte: MDIC/Aliceweb.

As exportações de janeiro a setembro de 2017, por sua vez, mostram uma recuperação de importância da Rússia (aumento de 27,24% em quantidade e 82,01% em valor, em relação ao mesmo período de 2016) e queda nos embarques para a China (-34,68% em quantidade e -38,82% em valor).

Vale destacar que no mês de setembro de 2017 a Coreia do Sul emitiu autorização para que três plantas frigoríficas localizadas em Santa Catarina exportem carne suína para aquele país. Essa medida representa a abertura de um importante mercado consumidor, que ocupa a 4ª posição no ranking mundial de importadores de carne suína.

No decorrer dos anos de 2016 e 2017, os preços pagos pelo quilo de peso vivo do suíno apresentaram três comportamentos predominantes, de acordo com o período. Embora se percebam alguns movimentos distintos entre o preço pago aos produtores integrados e aos independentes (estes últimos com uma oscilação muito maior ao longo do período), de forma geral as tendências são semelhantes. Ambos os preços iniciaram o ano de 2016 em queda, o que perdurou até maio. Com a acentuação dos custos de produção (em função dos aumentos no preço do milho), a partir de junho os preços passaram a ganhar algum fôlego, recuperando as margens perdidas nos meses anteriores. Essa situação se manteve até o início de 2017, quando as curvas novamente apresentaram movimento de descida. Essa queda está associada tanto ao recuo observado nos preços do milho a partir do último trimestre de 2016, mas principalmente com as consequências da Operação Carne Fraca, que desestabilizou ainda mais as cadeias de carnes, que já vinham sofrendo os efeitos da crise econômica. Em agosto de 2017 os preços mais uma vez apresentaram movimento de alta, o qual se manteve em setembro no caso dos integrados, ficando o preço ao produtor independente praticamente estável.

Em relação ao mesmo período do ano anterior, os preços de setembro de 2017 registravam variações de -0,10% para os integrados e 3,76% para os independentes.

Obs: Preço médio mensal estadual do quilo do suíno vivo, para produtores independentes e integrados.

Figura 6. Suínos – Evolução dos preços pagos pelo kg de suíno vivo em Santa Catarina – 2016-17

Uma das coisas que marcou o ano de 2016 no setor agropecuário foram os preços recordes atingidos pelo milho. Esse processo teve início em 2015 e atingiu seu auge entre junho e agosto do ano seguinte. Os preços alcançados pelo milho foram influenciados por diversos fatores, dentre os quais destacam-se: elevação dos preços no mercado internacional, levando ao aumento nas exportações do grão (e, com isso, reduzindo-se a disponibilidade no mercado interno); aumento na demanda (em função da perspectiva de ampliação na produção de carnes); redução de 19,1% na produção nacional da safra 2015/2016, por causa de problemas climáticos.

Essa situação se refletiu nos custos de produção (já que o milho representa cerca de 2/3 da composição das rações) e na relação de troca insumo/produto, como expressa a Figura 7. Os momentos de maior elevação das colunas do gráfico a seguir coincidem com os picos de preço do milho. Em setembro de 2016 eram necessários 15,18kg de suíno vivo para comprar uma saca de milho de 60kg (preço de atacado), na praça de referência de Chapecó. Já em setembro de 2017, eram necessários 9,52kg para comprar a mesma quantidade de milho, queda de 37,29%.

(1)Para cálculo da relação de troca insumo/produto utiliza-se os preços do suíno vivo (integrado e independente) e do milho (atacado) na praça de Chapecó, SC.
Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 7. Suínos – Evolução da relação de troca – Quantidade de suíno vivo necessária para adquirir um saco de milho em Santa Catarina – 2016-17

A partir de último trimestre de 2016, com o aumento das importações e a perspectiva de ampliação da área plantada com milho na Safra 2016/2017, os preços começaram a arrefecer, o que fez com que a relação de troca também caísse significativamente nos meses seguintes. Contudo, no início do segundo semestre de 2017 observa-se novo movimento de alta, embora por enquanto menos expressivo que no ano anterior.

Um tema que merece atenção e deve ganhar ainda mais centralidade nos próximos anos é o bem-estar animal. Diversos especialistas apontam a perspectiva de crescimento no número de granjas que utilizam sistemas de baias coletivas, para as matrizes, principalmente em função da pressão de setores organizados da sociedade, que se reflete nas decisões de empresas do ramo alimentício de passar a exigir o cumprimento de alguns requisitos mínimos de seus fornecedores.

Leite

Tabajara Marcondes, Eng.-agr. - M.Sc. – Epagri/Cepa
tabajara@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A produção mundial de leite[1] tem crescido sensível e constantemente ao longo dos anos. Isso se deve especialmente à expansão da produção no continente asiático, que ano a ano aumenta a sua participação na produção mundial. Em 1990 a Ásia respondia por menos de 20% da produção mundial e atualmente responde por mais de 40% (Tabela 1).

Tabela 1. Leite – Produção mundial segundo os continentes – 2013-15 a 2017

Ano	Bilhão de quilos					
	Mundo	Ásia	Europa	América	Oceania	África
Média 2013-15	793,7	315,8	217,5	183,2	30,7	46,6
2016	819,3	335,1	221,8	184,1	31,5	46,7
2017	830,5	342,2	222,3	188,7	30,5	46,8
Ano	**Participação (%)**					
	Mundo	Ásia	Europa	América	Oceania	África
Média 2013-15	100	39,8	27,4	23,1	3,9	5,9
2016	100	40,9	27,1	22,5	3,8	5,7
2017	100	41,2	26,8	22,7	3,7	5,6

Nota: Estimativa para 2016 e previsão para 2017.
Fonte: FAO - Food Outlook (June 2017).

Num horizonte de tempo retrospectivamente mais longo, esse crescimento da Ásia se deve especialmente à expansão nas produções de Índia, China, Paquistão e Turquia. Nos anos mais recentes, contudo, a produção da China foi decrescente e a da Índia avançou a ponto de torná-la o principal produtor mundial de leite. O Paquistão e a Turquia também seguiram com crescimentos significativos de produção (Tabela 2).

Tabela 2. Leite – Produção mundial segundo os principais produtores – 2013-15 a 2017

País/bloco	Bilhão de quilos			Var. (%)	Partic. em 2017
	Média 2013-15	2016	2017	2013-15/2017	(%)
Índia	145,7	160,4	166,6	14,3	20,1
União Europeia	158,9	163,6	164,2	3,3	19,8
EUA	93,1	96,3	98,3	5,6	11,8
Paquistão	50,2	53,0	54,0	7,6	6,5
China	42,0	40,9	40,1	-4,5	4,8
Brasil	34,7	33,0	34,5	-0,6	4,2
Federação Russa	30,5	30,4	30,2	-1,0	3,6
Nova Zelândia	20,9	21,6	21,4	2,4	2,6
Turquia	18,7	19,9	20,2	8,0	2,4
Subtotal	594,7	619,0	629,5	5,9	75,8
Outros	199,0	200,3	201,0	1,0	24,2
Total mundial	**793,7**	**819,3**	**830,5**	**4,6**	**100**

Nota: Estimativa para 2016 e previsão para 2017.
Fonte: FAO - Food Outlook (June 2017).

[1]Esses dados incluem a produção de leite de vacas, búfalas, cabras, ovelhas e camelas. Segundo dados da FAO, em 2014 a distribuição da produção mundial foi a seguinte: 82,4%, leite de vacas; 13,6%, leite de búfalas; 2,3%, leite de cabras; 1,3%, leite de ovelhas e 0,4%, leite de camelas.

A exemplo da produção tem havido também ampliação no comércio mundial de lácteos. Nos anos recentes, dos três principais exportadores (Nova Zelândia, União Europeia e EUA), que respondem por cerca de 67% das exportações mundiais, a União Europeia foi quem melhor aproveitou essa ampliação de comércio e, caso confirmada a previsão da FAO superará a quantidade exportada pela Nova Zelândia em 2017. Bem mais significativo, contudo, foi o crescimento da exportação pela Turquia. O Uruguai também ampliou a sua participação no mercado mundial, em boa medida por aumentar as suas vendas para o Brasil (Tabela 3).

Tabela 3. Leite – Exportação mundial e dos principais exportadores – 2013-15 a 2017

País/bloco	Equivalente a bilhão de quilos			Var. (%) 2013-15/2017	Partic. em 2017 (%)
	Média 2013-15	2016	2017		
União Europeia	17,347	18,508	19,332	11,4	26,9
Nova Zelândia	18,645	19,364	18,911	1,4	26,3
EUA	10,071	9,989	10,333	2,6	14,4
Belarus	3,634	3,930	3,945	8,6	5,5
Austrália	3,274	3,344	3,170	-3,2	4,4
Argentina	2,236	1,817	1,899	-15,1	2,6
Uruguai	1,286	1,468	1,474	14,6	2,1
Arábia Saudita	1,393	1,443	1,455	4,5	2,0
Turquia	0,541	0,930	0,962	77,8	1,3
Ucrânia	0,663	0,646	0,641	-3,3	0,9
Subtotal	59,090	61,439	62,122	5,1	86,5
Outros	9,725	9,631	9,657	-0,7	13,5
Total mundial	**68,815**	**71,070**	**71,779**	**4,3**	**100**

Nota: Estimativa para 2016 e previsão para 2017.
Fonte: FAO - Food Outlook (June 2017).

Em termos de importação, embora não concentradas em tão poucos países quanto as exportações, destacam-se os volumes adquiridos pela China e pela Federação Russa (Tabela 4), que são dois importantes balizadores dos preços internacionais, sobretudo em momentos de oferta/estoques mais abundantes.

Tabela 4. Leite – Importação mundial e dos principais importadores – 2013-15 a 2017

País/bloco	Equivalente a bilhão de quilos			Var. (%) 2013-15/2017	Partic. em 2017 (%)
	Média 2013-15	2016	2017		
China	12,066	12,019	12,727	5,5	17,8
Federação Russa	4,850	4,223	4,394	-9,4	6,1
México	3,048	3,692	3,827	25,6	5,3
Arábia Saudita	2,925	3,159	3,043	4,0	4,2
Filipinas	1,650	2,505	2,628	59,3	3,7
Argélia	2,771	2,587	2,616	-5,6	3,7
Indonésia	2,573	2,533	2,525	-1,9	3,5
EUA	1,713	2,132	2,131	24,4	3,0
Malásia	2,061	2,169	2,071	0,5	2,9
Japão	1,845	1,909	1,917	3,9	2,7
Subtotal	35,502	36,928	37,879	6,7	52,9
Outros	33,191	33,898	33,761	1,7	47,1
Total mundial	**68,693**	**70,826**	**71,640**	**4,3**	**100**

Nota: Estimativa para 2016 e previsão para 2017.
Fonte: FAO - Food Outlook (June 2017).

Isso foi o que ocorreu, por exemplo, entre 2014 e o primeiro semestre de 2016, quando as reduções nas importações desses países, combinadas com estoques mundiais elevados, provocaram forte declínio dos preços internacionais. O reflexo desse decréscimo pode ser evidenciado, por exemplo, nos preços de exportação do leite do Uruguai: em abril de 2016 o valor foi menos da metade do alcançado em abril de 2014 (Tabela 5).

Tabela 5. Uruguai – Preço médio de venda do leite exportado pela indústria – 2012-17

Mês/ano	US$/equivalente a um litro					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	0,47	0,45	0,58	0,51	0,32	0,35
Fevereiro	0,50	0,55	0,60	0,50	0,31	0,40
Março	0,51	0,51	0,58	0,34	0,31	0,40
Abril	0,52	0,48	0,60	0,35	0,29	0,41
Maio	0,51	0,50	0,55	0,39	0,30	0,41
Junho	0,54	0,56	0,58	0,42	0,30	-
Julho	0,46	0,53	0,59	0,38	0,32	-
Agosto	0,47	0,53	0,56	0,35	0,31	-
Setembro	0,45	0,53	0,58	0,39	0,33	-
Outubro	0,40	0,55	0,49	0,39	0,33	-
Novembro	0,37	0,57	0,50	0,38	0,34	-
Dezembro	0,42	0,57	0,46	0,32	0,35	-
Média	**0,47**	**0,53**	**0,56**	**0,39**	**0,32**	**0,39**

Considera os principais produtos exportados: leite em pó integral e desnatado, queijos e manteiga.
Fonte: Instituto Nacional de la Leche (http://www.inale.org/).

Essa queda dos preços internacionais, notadamente os do Uruguai, foi um dos fatores para que as importações brasileiras alcançassem níveis recordes nos últimos anos e o Uruguai se tornasse o principal fornecedor de lácteos ao Brasil em 2016 (Tabela 10).

Produção e balança comercial brasileira

Ao contrário do que vinha ocorrendo há muitos anos, em 2015 a produção brasileira decresceu. O IBGE ainda não divulgou os dados de 2016, mas, considerando que de 2015 para 2016 houve decréscimo na produção comercializada para as indústrias inspecionadas (Tabela 8), o mais lógico é esperar nova redução, conforme estimativa da FAO (Tabela 2). O que não mudou em 2015 e deve ser reforçado quando da divulgação dos dados de 2016 é o fato de a produção crescer mais significativamente na Região Sul, que se consolida como maior produtora do Brasil (Tabela 6).

Tabela 6. Leite – Produção por grandes regiões e do Brasil – 2011-15

Região	Bilhão de litros					Var. 2011-15 (%)	Partic. em 2015 (%)
	2011	2012	2013	2014	2015		
Sul	10,226	10,736	11,774	12,211	12,320	20,5	35,2
Sudeste	11,308	11,591	12,020	12,130	11,902	5,3	34,0
Centro-Oeste	4,777	4,818	5,016	4,944	4,802	0,5	13,7
Nordeste	4,110	3,501	3,598	3,892	4,143	0,8	11,8
Norte	1,675	1,658	1,846	1,946	1,833	9,4	5,2
Brasil	**32,096**	**32,304**	**34,255**	**35,124**	**35,000**	**9,0**	**100**

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Esse crescimento da Região Sul é explicado em parte pela redução de produção de 2014 para 2015 da Região Sudeste, mas se deve ao fato de as taxas de crescimento de produção dos seus três estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) se destacarem em relação a praticamente todas as demais unidades da federação (Tabela 7).

Tabela 7. Leite – Produção dos principais estados e do Brasil – 2011-15

Estado	Bilhão de litros					Var. 2011-15 (%)	Partic. em 2015 (%)
	2011	2012	2013	2014	2015		
MG	8,756	8,906	9,309	9,370	9,145	4,4	26,1
PR	3,816	3,969	4,347	4,541	4,660	22,1	13,3
RS	3,879	4,049	4,509	4,687	4,600	18,6	13,1
GO	3,482	3,546	3,777	3,659	3,518	1,0	10,1
SC	2,531	2,718	2,918	2,983	3,060	20,9	8,7
SP	1,601	1,690	1,676	1,736	1,774	10,8	5,1
BA	1,181	1,079	1,163	1,212	1,171	-0,8	3,3
PE	0,953	0,609	0,562	0,657	0,855	-10,3	2,4
RO	0,707	0,717	0,920	0,941	0,818	15,7	2,3
MT	0,743	0,722	0,682	0,721	0,734	-1,2	2,1
Subtotal	27,650	28,005	29,863	30,508	30,335	9,7	86,7
Outros	4,446	4,299	4,392	4,616	4,665	4,9	13,3
Brasil	**32,096**	**32,304**	**34,255**	**35,124**	**35,000**	**9,0**	**100**

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

No que diz respeito à comercialização dos produtores para as indústrias inspecionadas, a exemplo do que já ocorrera em 2015, houve novo decréscimo em 2016. O decréscimo de 3,7% em relação à 2015 superou os 2,8% ocorridos de 2014 para 2015 (Tabela 8).

Tabela 8. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas dos principais estados e do Brasil – 2012-16

Estado	Bilhão de litros					Var. 2015-16 (%)	Partic. em 2016 (%)
	2012	2013	2014	2015	2016		
MG	5,547	6,171	6,590	6,442	6,106	-5,2	26,4
RS	3,552	3,460	3,431	3,488	3,250	-6,8	14,0
PR	2,589	2,818	2,972	2,838	2,744	-3,3	11,8
SP	2,332	2,532	2,525	2,607	2,559	-1,8	11,0
SC	2,104	2,118	2,340	2,348	2,438	3,8	10,5
GO	2,291	2,446	2,685	2,450	2,313	-5,6	10,0
RO	0,769	0,782	0,760	0,699	0,700	0,1	3,0
RJ	0,387	0,496	0,512	0,540	0,558	3,3	2,4
MT	0,584	0,595	0,618	0,548	0,522	-4,7	2,3
BA	0,331	0,327	0,364	0,332	0,320	-3,6	1,4
Subtotal	20,486	21,745	22,795	22,294	21,511	-3,5	92,8
Outros	1,852	1,808	1,952	1,768	1,658	-6,2	7,2
Brasil	**22,338**	**23,553**	**24,747**	**24,062**	**23,169**	**-3,7**	**100**

Os dados referentes a 2016 são preliminares.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Embora pareçam reduções pouco expressivas, deve-se considerar que, além de reverter um continuo crescimento iniciado na década de 1990, significam quando acumuladas que a quantidade de leite cru adquirido pelas indústrias brasileiras inspecionadas em 2016 foi 6,4% menor que a de 2014. Isso, aliado ao crescimento populacional, significa que o ano de 2017 iniciou com cerca de 8% a menos de disponibilidade de leite em litros/habitante/ano.

A combinação de fatores como o decréscimo na oferta interna de leite, a sensível elevação dos preços internos de alguns lácteos, a desvalorização relativa dos preços no mercado internacional e a sensível valorização do real no transcorrer de 2016 (a valorização foi próxima de 20% entre janeiro e julho) impulsionou as importações e reduziu as exportações, ampliando ainda mais o déficit da balança comercial brasileira de lácteos em 2016 (Tabela 9).

Tabela 9. Balança comercial brasileira de lácteos – 2012/1º semestre de 2017

Ano	Importação		Exportação		Saldo	
	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$
2012	179,4	627,9	38,4	92,3	-141,0	-535,6
2013	157,3	585,7	38,4	93,8	-119,0	-491,9
2014	106,8	438,7	83,7	332,4	-23,1	-106,2
2015	134,3	402,1	73,6	305,5	-60,7	-96,6
2016	242,6	641,1	51,6	155,6	-190,9	-485,5
1º semestre 2015	**65,2**	**214,1**	**25,9**	**98,9**	**-39,3**	**-115,2**
1º semestre 2016	**104,9**	**260,5**	**20,0**	**56,5**	**-85,0**	**-204,1**
1º semestre 2017	**99,3**	**328,1**	**19,6**	**58,2**	**-79,7**	**-269,9**

Fonte: MDIC /Secex/Sistema Aliceweb.

A quantidade de lácteos[2] importada pelo Brasil em 2016 foi 81% superior à de 2015, um recorde nos últimos anos (no passado mais distante houve importações de quantidades bem superiores). Comumente a quantidade importada tem pouca relevância para o abastecimento nacional, passando praticamente despercebida dos agentes da cadeia produtiva. Esse não foi o caso de 2016: a conversão da quantidade importada em litros de leite indica que representou cerca de 7,5% do total de leite cru adquirido pelas indústrias inspecionadas do Brasil, muito acima, por exemplo, dos 2,6% e 4,1% alcançados em 2014 e 2015, respectivamente.

O Uruguai foi um dos países que aproveitou muito bem essa ampliação do mercado brasileiro: aumentou em 114% a quantidade vendida para o Brasil de 2015 para 2016. Com isso ocupou a posição de principal origem das importações brasileiras, respondendo por 52% da quantidade importada, muito acima dos 28,5% alcançados pela Argentina, que historicamente se destaca como principal origem das importações brasileiras (Tabela 10).

Tabela 10. Importação brasileira de lácteos segundo as principais origens – 2015/1º semestre de 2017

País	2015		2016		1º semestre/2016		1º semestre/2017	
	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$
Uruguai	58,5	173,9	125,0	335,3	52,6	132,7	46,8	156,6
Argentina	64,8	174,1	94,3	226,5	40,5	88,6	42,0	127,8
Estados Unidos	4,2	16,2	7,0	17,6	1,8	4,7	2,0	5,1
Chile	0,9	2,4	6,0	14,8	4,6	10,8	3,1	10,1
Nova Zelândia	1,6	6,8	3,9	14,0	2,1	7,6	1,8	8,4
França	1,9	9,6	1,9	9,3	0,9	4,3	1,1	5,6
Canadá	0,5	2,6	1,5	8,0	0,7	3,9	0,7	3,6
Paraguai	0,0	0,0	1,2	2,7	0,9	1,8	0,5	1,5
Holanda	1,1	8,8	0,8	5,9	0,4	2,8	0,7	4,6
Outros	0,9	7,6	0,9	6,9	0,4	3,4	0,7	4,7
Total	**134,3**	**402,1**	**242,6**	**641,1**	**104,9**	**260,5**	**99,3**	**328,1**

Fonte: MDIC /Secex/Sistema Aliceweb.

Do lado das exportações, não obstante a conjuntura relativamente desfavorável, constata-se que o decréscimo das vendas externas decorreu quase que exclusivamente da redução do mercado da Venezuela, que em 2015 representou 57,2% e em 2016 apenas 31% da quantidade de lácteos exportados pelo Brasil. No primeiro semestre de 2017, a participação venezuelana foi ainda menor, ficando no mesmo patamar da Arábia Saudita (Tabela 11).

Tabela 11. Exportação brasileira de lácteos segundo os principais destinos – 2015/1º semestre de 2017

País	2015		2016		1º semestre/16		1º semestre/17	
	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$	Mil t	Milhão US$
Venezuela	42,1	237,6	16,0	82,9	5,7	30,5	2,9	16,1
Arábia Saudita	6,2	12,7	7,0	12,4	3,6	5,6	2,9	6,5
Estados Unidos	0,7	1,7	4,1	8,9	0,5	1,2	2,4	5,7
Emirados Árabes Unidos	2,8	6,5	3,0	5,8	1,8	3,1	1,9	4,8
Trinidad e Tobago	2,5	4,8	2,4	4,3	1,1	1,6	1,3	3,4
Filipinas	2,7	4,6	2,7	4,4	0,9	1,2	1,1	2,3
Paraguai	1,5	3,4	1,7	3,5	0,6	1,2	0,9	2,1
Chile	1,1	3,1	1,2	3,7	0,4	1,4	0,8	2,5
Kuwait	0,7	1,4	1,0	1,7	0,7	1,0	0,6	1,4
Bolívia	1,6	2,6	1,3	2,4	0,6	0,9	0,6	1,2
Outros	11,7	27,1	11,3	25,5	4,1	8,7	4,2	12,3
Total	**73,6**	**305,5**	**51,6**	**155,6**	**20,0**	**56,5**	**19,6**	**58,2**

Fonte: MDIC /Secex/Sistema Aliceweb.

Não obstante o fato de ter uma balança comercial de lácteos sistematicamente negativa, não é improvável que num prazo relativamente curto, com a provável ampliação da produção nacional e/ou dificuldades no mercado interno, o Brasil mais exporte do que importe lácteos. Isso já ocorreu em anos relativamente recentes, como em 2007 e 2008, por exemplo.

Produção catarinense e preços aos produtores

Ao contrário do Brasil, em 2015 a produção catarinense seguiu na sua trajetória de crescimento. Quanto a 2016, tomando por base o comportamento da produção comercializada para as indústrias inspecionadas (Tabela 8), é provável que tenha havido novo crescimento.

O possível crescimento da produção estadual, combinado com o provável decréscimo da produção nacional, fará com que Santa Catarina aumente ainda mais a sua participação na produção nacional. É provável também que o IBGE divulgue a produção catarinense ainda mais próxima da de Goiás do que em 2015. Apenas entre 2011 e 2015, a diferença da produção de Goiás (4º produtor nacional) para a de Santa Catarina (5º produtor nacional) caiu de 38% para 15% (Tabela 7).

Em termos regionais persistem as variações significativas no comportamento da produção. Isso reforça a consolidação de algumas bacias leiteiras, onde, já de algum tempo, a atividade leiteira entrou num movimento de redução do seu caráter de produção para autoconsumo/venda de pequenos excedentes para uma produção com objetivos quase que exclusivamente mercadológicos. Em algumas regiões, por outro lado, a atividade perdeu e/ou continua perdendo importância socioeconômica (Tabela 12).

No que diz respeito ao volume de leite recebido pelas indústrias inspecionadas, Santa Catarina teve crescimento de 3,8% de 2015 para 2016, o inverso do que houve na maioria dos estados e no País. Com taxas de crescimento em geral superiores às do Brasil, o Estado ampliou significativamente sua participação na oferta de leite às indústrias brasileiras, alcançando 10,5%, em 2016. Com isso, pela primeira vez na história, Santa Catarina superou Goiás (Tabela 8).

Com a redução na quantidade de leite recebido pelas indústrias inspecionadas no Brasil em 2015 e 2016 e a estabilidade nos primeiros meses de 2017 (Tabela 13), mesmo com o agravamento dos problemas da economia brasileira (aumento das taxas de desemprego, redução da renda de grande parte dos assalariados, crescimento

[2]Posição - SH 4 dígitos: 0401 - Leite e nata, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes até 0406 - Queijos e requeijão.

da informalidade do mercado de trabalho, piora no quadro de distribuição da riqueza nacional, redução na disponibilidade de crédito para o consumo, redução de beneficiários dos programas sociais, entre outros), os preços no atacado e aos produtores estiveram em patamares relativamente favoráveis na maior parte de 2016 e no primeiro semestre de 2017 (Tabelas 14 e 15).

Tabela 12. Leite – Produção por mesorregião e microrregião de Santa Catarina – 2011 -15

Micro/Mesorregião	Milhão de litros					Var. 2011-15 (%)	Partic. em 2015 (%)
	2011	2012	2013	2014	2015		
São M. do Oeste	503,6	558,9	606,7	642,4	662,6	31,6	21,7
Chapecó	656,4	695,4	752,4	784,4	796,0	21,3	26,0
Xanxerê	237,5	254,0	286,2	296,9	313,4	32,0	10,2
Joaçaba	157,7	149,9	144,8	178,4	183,5	16,4	6,0
Concórdia	291,5	349,5	356,8	330,1	343,9	18,0	11,2
Oeste Catarinense	1.846,7	2.007,7	2.146,9	2.232,2	2.299,5	24,5	75,1
Canoinhas	50,4	54,5	74,5	79,5	81,2	61,1	2,7
São Bento do Sul	5,4	6,0	5,8	6,0	5,8	7,4	0,2
Joinville	26,5	23,4	31,4	31,3	30,8	16,2	1,0
Norte Catarinense	82,3	83,9	111,6	116,7	117,8	43,1	3,8
Curitibanos	37,5	36,7	34,5	35,1	35,7	-4,8	1,2
Campos de Lages	113,4	113,8	47,0	55,1	55,3	-51,2	1,8
Serrana	150,9	150,5	81,5	90,2	90,9	-39,8	3,0
Rio do Sul	112,3	116,1	127,3	129,9	138,4	23,2	4,5
Blumenau	30,9	29,4	29,5	27,4	27,2	-12,0	0,9
Itajaí	33,5	38,0	41,2	40,1	39,3	17,3	1,3
Ituporanga	46,2	53,0	55,9	63,5	62,7	35,7	2,0
Vale do Itajaí	222,9	236,5	253,9	260,9	267,6	20,1	8,7
Tijucas	15,8	16,5	16,3	15,9	14,9	-5,7	0,5
Florianópolis	21,0	22,9	30,5	31,6	31,8	51,4	1,0
Tabuleiro	17,9	19,1	20,2	26,0	26,2	46,4	0,9
Grande Florianópolis	54,6	58,6	67,0	73,4	72,9	33,5	2,4
Tubarão	141,0	145,5	158,8	158,7	158,6	12,5	5,2
Criciúma	28,1	28,1	84,8	37,2	34,9	24,2	1,1
Araranguá	4,7	7,0	13,7	13,8	17,6	274,5	0,6
Sul Catarinense	173,7	180,6	257,4	209,7	211,2	21,6	6,9
Santa Catarina	2.531,2	2.717,7	2.918,3	2.983,3	3.059,9	20,9	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Tabela 13. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas dos principais estados e do Brasil

Estado	Milhão de litros			Var. (%)	
	1º trim. 2015	1º trim. 2016	1º trim. 2017	2015-16	2016-17
MG	1.684,0	1.586,5	1.515,6	-5,8	-4,5
RS	848,3	809,1	791,0	-4,6	-2,2
PR	748,2	674,1	687,2	-9,9	1,9
SP	616,2	618,0	678,8	0,3	9,8
GO	646,7	606,4	620,4	-6,2	2,3
SC	568,7	577,9	572,5	1,6	-0,9
RO	185,1	183,4	185,8	-0,9	1,3
RJ	133,4	142,0	156,7	6,4	10,4
MT	150,0	148,8	138,4	-0,8	-7,0
BA	93,5	82,8	88,1	-11,4	6,4
Subtotal	5.674,0	5.429,1	5.434,6	-4,3	0,1
Outros	461,4	432,2	434,6	-6,3	0,6
Brasil	**6.135,4**	**5.861,4**	**5.869,3**	**-4,5**	**0,1**

Os dados referentes a 2016 e 2017 são preliminares.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Tabela 14. Preços médios mensais no mercado atacadista de Santa Catarina – 2016-17

Mês/ano	R$/unidade				
	Leite (litro)		Manteiga extra (200g)	Queijo (Kg)	
	UHT	Pasteurizado		Muçarela	Prato
Jan./16	2,00	1,64	3,68	15,92	16,38
Fev./16	2,13	1,73	3,80	15,53	15,60
Mar./16	2,27	1,74	3,93	16,97	17,35
Abr./16	2,39	1,85	4,46	18,53	18,80
Maio/16	2,61	1,96	4,87	19,00	19,32
Jun./16	3,27	2,39	5,10	20,87	21,20
Jul./16	3,59	2,76	5,18	22,98	23,33
Ago./16	3,06	2,78	5,09	22,98	23,40
Set./16	2,37	2,37	4,93	21,46	21,77
Out./16	2,06	2,01	4,94	19,86	20,07
Nov./16	1,99	1,86	5,02	17,96	18,27
Dez./16	2,05	1,85	5,03	16,76	17,25
Jan./17	2,18	2,01	5,10	17,13	17,71
Fev./17	2,43	2,13	5,10	15,96	16,33
Mar./17	2,55	2,09	5,24	16,74	16,90
Abr./17	2,54	2,14	5,35	17,20	17,42
maio/17	2,47	2,16	5,48	17,24	17,44
Jun./17	2,44	2,17	5,37	17,39	18,19
Jul./17	2,28	2,12	5,07	16,97	18,00

Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 15. Leite – Preço médio mais comum aos produtores de Santa Catarina – período de pagamento – 2014-17

Mês	R$/litro posto na propriedade				Var. %	
	2014	2015	2016	2017	2015-16	2016-17
Janeiro	0,85	0,75	0,91	1,10	21,3	20,9
Fevereiro	0,83	0,73	0,95	1,20	30,1	26,3
Março	0,85	0,76	1,02	1,25	34,2	22,5
Abril	0,91	0,80	1,07	1,28	33,8	19,6
Maio	0,94	0,87	1,11	1,29	27,6	16,2
Junho	0,93	0,89	1,19	1,29	33,7	8,4
Julho	0,93	0,91	1,29	1,24	41,8	-3,9
Média janeiro/julho	0,89	0,82	1,08	1,24	31,7	14,8
Agosto	0,93	0,93	1,52		63,4	
Setembro	0,90	0,92	1,41		53,3	
Outubro	0,84	0,90	1,24		37,8	
Novembro	0,81	0,87	1,10		26,4	
Dezembro	0,77	0,89	1,08		21,3	
Média anual	0,87	0,85	1,16		36,5	

Fonte: Epagri/Cepa.

Desempenho da aquicultura catarinense

Bruno Corrêa da Silva, Engenheiro de aquicultura – Epagri/Cedap
brunosilva@epagri.sc.gov.br;
Fabiano Müller Silva, Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cedap
fabiano@epagri.sc.gov.br;

Piscicultura de água doce no Brasil

Segundo dados da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR)[1], em 2016, os cinco estados maiores produtores de peixes cultivados foram Paraná, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina, nesta ordem. Paraná, São Paulo e Santa Catarina produzem como espécie principal a tilápia, o Mato Grosso os peixes híbridos e Rondônia principalmente Tambaqui.

Na tilapicultura o Brasil é o sétimo produtor mundial, alcançando 330 mil toneladas em 2015, e movimentando diretamente mais de 2 bilhões de reais e 15 mil empregos. Entre os principais polos de produção estão o Oeste e o Norte do Paraná, o Vale do Itajaí, o Litoral Norte e Sul de Santa Catarina. Além de São Paulo e submédio do São Francisco na Bahia. O município com a maior produção de peixes do Brasil é Glória, no reservatório de Moxotó, localizado no submédio São Francisco, com aproximadamente 17 mil toneladas de tilápias produzidas em 2016.

Em 2015, o Brasil exportou 40 mil toneladas e importou 757 mil toneladas de pescados, o que mostra a possibilidade de crescimento da produção interna. Diante disso, estão sendo instalados três grandes projetos de frigoríficos, com capacidade de processamento de 50 mil toneladas de pescado cultivado: um no Oeste do Paraná, um em Selviria, município do Mato Grosso do Sul e um no município de Bom Futuro, no Mato Grosso. Além disso, há aumento da procura de peixes de cultivo pela indústria de processamento da pesca, como, por exemplo, as indústrias da região de Itajaí, maior polo pesqueiro do País.

Piscicultura de água doce em Santa Catarina

A piscicultura catarinense tem características que a distinguem de outros estados. É desenvolvida majoritariamente em pequenas propriedades rurais, com média de 2 hectares de lâmina de água por propriedade, e mão de obra familiar.

O sistema predominante é o de cultivo em viveiro escavado, que pode ser dividido em três sistemas de manejo. No monocultivo arraçoado, a alimentação é feita somente com rações balanceadas, senda a forma de cultivo de maior custo de produção, mas a mais produtiva e com menor tempo de cultivo, sendo viável conforme o mercado comprador e a produtividade atingida. Nesse sistema predominam os monocultivos de tilápia, jundiá ou bagre americano (catfish). O Modelo Alto Vale de Piscicultura (MAVIPI) é de policultivo integrado, com a tilápia como espécie principal, a alimentação se dá com alimentos naturais na fase inicial (primeiros 3 a 4 meses) e rações balanceadas apenas no final. O tempo de cultivo e a produtividade são menores, mas o custo de produção é aproximadamente 25% a 30% menor do que o do sistema anterior, o que atrai e mantém adeptos no Estado. No policultivo de carpas, a alimentação é unicamente com alimentos naturais durante todo o cultivo. Possui menor produtividade e o tempo de cultivo é maior, porém, possui o menor custo de produção. Por este motivo é escolhido por quem tem dificuldades de custear os gastos de um cultivo arraçoado, como por exemplo os produtores tidos como amadores. Há também a busca destes sistemas para produção de peixe orgânico, iniciando no município de Gaspar as primeiras pesquisas deste sistema em conjunto com certificadoras.

Além desses sistemas é possível verificar no Estado os cultivos superintensivos em raceway (tanques de concreto ou lonas com altas taxas de renovação) utilizados nas regiões frias para o cultivo de truta arco-íris, e o sistema de

[1]Dados obtidos da PeixeBR (Associação Brasileira da Piscicultura). http://www.peixebr.com.br/.

tanque-rede utilizado para cultivos de tilápia em reservatórios, como na região de Concórdia (reservatório de Itá) e Rio dos Cedros.

Na safra de 2016, a piscicultura de água doce catarinense produziu 43.300 toneladas de peixes de diferentes espécies, sendo os produtores comerciais responsáveis por 29.637 toneladas (mais de 68%) dessa produção[2]. O crescimento em relação à safra de 2015 foi de apenas 1%, bastante baixo em relação aos 6 a 8% alcançados em outros anos. A espécie mais produzida no Estado é destacadamente a tilápia, mas a produção de carpas também é relativamente significativa em relação às demais espécies (Figura 1).

Fonte: Epagri/Cedap (2017).

Figura 1. Distribuição percentual das espécies de peixes produzidos em Santa Catarina - 2016

As regiões maiores produtoras nas 10 Unidades de Gestão Técnica (UGT) são: Tubarão, Joinville, Rio do Sul e Blumenau (Figura 2).

Fonte: Epagri/Cedap (2017).

Figura 2. Produção comercial da piscicultura de água doce de Santa Catarina - 2016

Na região de Tubarão os maiores produtores são Rio Fortuna, Armazém, São Martinho, Braço do Norte e Grão Pará. Na região de Joinville se destacam Massaranduba e Joinville. Na região de Rio do Sul, Agrolândia, e na região de Blumenau, Schroeder. Urussanga é o único município entre os dez maiores produtores localizado numa região (Criciúma) que não está entre as principais produtoras. Nesse município a produção foi triplicada no período de 2013 a 2016. (Figura 3).

Figura 3. Produção comercial dos dez principais municípios de SC - 2016

Entre os entraves que limitam o crescimento da atividade tem sido destacada a falta de licenciamento ambiental, que dificulta o acesso a políticas públicas de financiamento, o que impede os produtores de investirem na atividade que tem alto valor de custeio, especialmente pelo preço da ração. Os produtores aguardam pela nova "Lei da Piscicultura" que substituirá a INº8 da Fatma (Instrução Normativa que trata das normas para o licenciamento ambiental na piscicultura), que adequará as normas ao novo Código Florestal. Enquanto isso, os municípios onde a piscicultura se mostra como uma atividade importante têm conseguido licenciar algumas propriedades através das Fundações Municipais do Meio Ambiente.

Outro fator que dificultou o crescimento recente da atividade foi o aumento nos preços das rações comerciais, que acompanharam a variação dos preços dos seus insumos, como o milho e a soja, por exemplo. Segundo dados da Epagri/Cepa[3], entre 2014 e 2016 o preço do saco de 25kg da ração final, responsável por aproximadamente 70% do custo de produção, subiu de R$ 40,44 para R$ 44,71, representando um aumento de 10,6%.

O inverno com frio acentuado, principalmente nas regiões altas, também limita/inviabiliza a produção de diversas espécies nessas áreas, como a tilápia, que atualmente é o principal produto da piscicultura nacional e estadual. O inverno na safra de 2016 foi bastante rigoroso, havendo diversos relatos de produtores com problemas de mortalidade devido a doenças relacionadas a fungo (saprolegniose), geralmente associada à má qualidade de água ou ao manejo inadequado (abaixo de 20ºC). Além disso, a produção de alevino neste ano foi atrasada pelo inverno estendido e com certeza este fato irá influenciar na produção de 2017.

Mercado e comercialização

Os dois principais mercados para os produtores catarinenses que engordam peixes são as indústrias de beneficiamento e os pesque-pague, cada um absorvendo grande quantidade da produção. Um terceiro mercado é o mercado local (restaurantes, peixarias, venda direta na propriedade, etc.), caracterizado por vender baixos volumes a cada vez. Os pesque-pague são um mercado importante na região do Vale do Itajaí e do Litoral Norte, onde se estima a existência de 108 propriedades com esta finalidade. Contudo, é observado o aumento da demanda pelos frigoríficos já existentes, além do surgimento de novos pequenos frigoríficos locais nos polos produtivos, processando 1 a 2 tonelada/dia.

Em termos financeiros, desconsiderados os valores da produção dos piscicultores amadores, estima-se que as 29.637 toneladas de peixes produzidas somente pelos piscicultores comerciais/profissionais geraram mais de R$ 133 milhões, considerando o preço de venda em aproximadamente R$ 4,50 por quilo. Considerada a grande informalidade na comercialização dessa produção, acredita-se que o valor da produção pode ser bem maior que esse.

[3]Epagri/Cepa. Preços médios de insumos e fatores de produção pagos pelo produtor (trimestral). Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=15451. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

Maricultura

Alex Alves dos Santos – Engenheiro-agr. – Epagri/Cepa
Natalia da Costa Marchiori – Engenheiro-agr. – Epagri/Cedap
Everton Gesser Della Giustina – Engenheiro-agr. – Epagri/Cedap

A produção total[1] de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras) comercializados em 2016 por Santa Catarina foi de 15.382 toneladas, representando redução de 24,7% em relação a 2015 (Tabela 1).

Tabela 1. Moluscos – Evolução da produção comercializada de Santa Catarina – 2011-16

Molusco	Tonelada					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mexilhões	15.965	21.027	16.147	17.853	17.370	12.534
Ostras	2.285	2.468	2.932	3.670	3.030	2.821
Vieiras	3,8	5,6	28,7	30,2	37,2	27,0
Total	18.254	23.501	19.108	21.553	20.437	15.382

Fonte: Epagri/Cedap.

Alguns fatores climáticos e oceanográficos determinaram essa redução de produção, como por exemplo, os episódios de forte ressaca no mar, que rompeu long lines e ocasionou perda de moluscos para o ambiente, principalmente de mexilhões; o extenso período de ocorrência de maré vermelha (30 dias), que interrompeu a comercialização e afetou, principalmente, os mexilhões, que passaram do ponto ideal de colheita e caíram de suas estruturas de cultivo pelo excesso de peso das cordas; os fortes ventos ocorridos em dezembro, que atingiram 100 km/h e danificaram os long lines, as pencas de mexilhões e as lanternas de ostras. O município que mais contribuiu para a redução da produção de 2015 para 2016 foi Palhoça.

Essa produção envolveu diretamente 604 maricultores, um aumento de 5,6% em relação a 2015 (572 maricultores). A produção está distribuída em 12 municípios do litoral, compreendidos entre Palhoça e São Francisco do Sul. Os produtores estão organizados em quatorze associações municipais e uma estadual, três cooperativas e duas federações. O número total de trabalhadores envolvidos diretamente na cadeia produtiva de moluscos foi de 2.185 pessoas, 5,6% a menos que em 2015 (2.315 pessoas).

O número de maricultores foi dinâmico na última década, mas decresceu em oito dos doze municípios produtores. Os fatores que explicam esse decréscimo são: a insegurança jurídica das fazendas marinhas, a ineficiência da gestão dos parques aquícolas causada pela rotatividade de organizações públicas responsáveis pelo ordenamento, a falta de fiscalização das atividades comerciais que comprometem o comércio legal de moluscos e, principalmente, as dificuldades mercadológicas por descompassos entre a oferta e a procura. Isso promoveu a migração de produtores, ora para o monocultivo de mexilhões, ora para o monocultivo de ostras ou, ainda, para o bicultivo entre ostras, mexilhões e vieiras. O número total de produtores é resultante da simples soma dos produtores de ostras, mexilhões e vieira, no entanto, há dupla contagem, pois, produtores de mexilhões também produzem ostras e vieiras.

[1]A produção de ostras e vieiras é normalmente contabilizada em dúzia (ver tabela 3). A conversão para tonelada tem por base que uma dúzia de ostras pesa um kg e uma dúzia de vieiras pesa 0,96 kg (considerando que uma vieira de 7cm = 80 gramas). Essas informações quantitativas são provenientes dos extensionistas dos seguintes escritórios municipais da Epagri: Palhoça (Milton Francisco de Quadros e Marcelo Nogueira Ramos); Florianópolis (Philipe Medeiros da Costa) e São José (Sérgio Stedile); Biguaçu (Rafael Marçal); Governador Celso Ramos (Fabiani Sokoloski); Porto Belo e Balneário Camboriú (Romilto Poluceno); Itapema (Wilmar Benjamin Schimitt); Bombinhas (Hugo Mazon e Ricardo Arno da Silva); Penha (Naiara Sampaio Silva); Itajaí (Everton Dellagiustina), Balneário Barra do Sul (José Eduardo Calcinoni); São Francisco do Sul (Edir Tedesco).

Mesmo desenvolvida há muitos anos, não se tem observado capacidade de os municípios ampliarem a sua produção de moluscos, principalmente os municípios de Palhoça, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Bombinhas e Penha. Isso é preocupante para o desenvolvimento da maricultura de Santa Catarina e desafia a cadeia produtiva e a sua governança a buscar soluções conjuntas para superação dos problemas identificados e consolidação da atividade.

Mexilhões

A comercialização de mexilhões (Perna perna) na safra 2016 foi de 12.534 toneladas, representando uma diminuição 27,8% em relação à safra 2015, que alcançou 17.370 toneladas (Tabela 1).

O município de Palhoça foi destacadamente o principal produtor estadual, mas a sua produção (6.801 toneladas) foi 48,7% inferior à da safra de 2015 (13.250 toneladas). Penha é o segundo produtor e a sua produção (2.180 toneladas) foi 43,5% acima da alcançada em 2015 (1.519 toneladas). Bombinhas, terceiro município em produção (1.405 toneladas), também teve produção bem acima (57,9%) da de 2015 (890 toneladas) (Tabela 2). Governador Celso Ramos (865 toneladas) e Florianópolis (826 toneladas) também aumentou a produção em relação à 2015, em 73% e 14,7%, respectivamente.

Essa produção envolveu 510 mitilicultores, 3,0% a mais do que em 2015 (495 mitilicultores). O maior número deles está concentrado nos municípios de Palhoça (223), Bombinhas (83) e Governador Celso Ramos (70). Na última década houve redução do número de mitilicultores na maioria dos municípios.

Ostras

A comercialização de ostras (Crassostrea gigas) na safra de 2016 foi de 2.821 toneladas, representando uma diminuição de 6,9% em relação à safra de 2015, que alcançou 3.030 toneladas (Tabela 1).

O município com o maior número de ostreicultores e produção foi Florianópolis, mas a sua produção de 2016 (1.708 toneladas) foi 21,9% menor que a da safra de 2015 (2.188 toneladas). Palhoça e São José também produzem quantidades relativamente significativas (Tabela 2).

Tabela 2. Moluscos – Produção comercializada por município de Santa Catarina – 2016

Município	Tonelada				Participação (%)			
	Mexilhões	Ostras	Vieira	Total	Mexilhões	Ostras	Vieira	Total
Palhoça	6.801	586		7.387	54,3	20,8	0,0	48,0
Florianópolis	826	1.708	5,4	2.539	6,6	60,5	20,0	16,5
Penha	2.180	1	21,6	2.203	17,4	0,0	80,0	14,3
Bombinhas	1.405	15		1.420	11,2	0,5	0,0	9,2
Governador Celso Ramos	865	4		869	6,9	0,1	0,0	5,6
São José	202	399		601	1,6	14,1	0,0	3,9
São Francisco do Sul	125	35		160	1,0	1,2	0,0	1,0
Porto Belo	53	29		82	0,4	1,0	0,0	0,5
Balneário Camboriú	72	0		72	0,6	0,0	0,0	0,5
Biguaçu	0	45		45	0,0	1,6	0,0	0,3
Itapema	5	0		5	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Catarina	**12.534**	**2.821**	**27**	**15.382**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Epagri/Cedap.

A redução do número de produtores de moluscos em geral, também ocorreu com os ostreicultores em todos os municípios. Este fato é mais expressivo no município de Florianópolis, que apresentou uma redução de quase 30% na última década.

Durante este período, o volume de produção vem sendo limitado pela forma como a ostra é comercializada, ou seja, in natura, viva. Os restaurantes e peixarias são os principais canais de comercialização. Por essa razão, o "tempo de prateleira" de 4 dias, é o período em que a ostra se mantém em condições sanitárias para o consumo. Este fato impede que o produto atinja o comércio varejista, o mais importante canal comercial de gêneros alimentícios. Em 2016, por exemplo, o comércio de mexilhão (12.534 toneladas), já vendido nas grandes redes de supermercados, foi 4,4 vezes o de ostras (2.821 toneladas).

Vieiras

A comercialização de vieiras (Nodipecten nodosus) na safra 2016 foi de 27 toneladas, representando uma diminuição de 27,4% em relação à safra de 2015, que alcançou 37,2 toneladas (Tabela 1).

O estado possui apenas 7 produtores, sendo 3 em Florianópolis, 4 em Penha. O município de Penha lidera a produção (Tabela 2). O baixo desempenho estadual na produção de vieiras está relacionado, principalmente, a tecnologia de manejo inadequada e áreas inapropriadas para o seu cultivo.

Estimativa econômica[2]

Em face da menor produção de moluscos e da redução do preço médio de mexilhões e ostras aos produtores, a movimentação financeira bruta da safra de moluscos de 2016 decresceu 30,4% em relação a da safra de 2015 (Tabela 3).

Tabela 3. Estimativa de valor da produção de moluscos de Santa Catarina - 2015 e 2016

Molusco	Produção		R$/kg ou dz		Valor Total (R$)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Mexilhões (kg)	17.370.100	12.534.000	3,22	2,88	55.931.722,00	36.097.920,00
Ostras (dz)	3.030.259	2.821.000	7,16	6,29	21.696.654,44	17.744.090,00
Vieiras (dz)	38.756	27.000	32,70	40,00	1.267.321,20	1.080.000,00
Total					**78.895.697,64**	**54.922.010,00**

Fonte: Epagri/Cedap.

Camarões

A produção estadual de camarões (Litopenaeus vannamei) cultivados em 2016 foi de 202 toneladas, o que representou uma redução de 11,2%, em relação a 2015. A atividade conta com apenas 5 produtores, que exploram uma área alagada de 80,4ha. Essa produção foi concentrada em São Francisco do Sul (133 toneladas) e Imbituba (50 toneladas), que representaram, respectivamente, 65,8% e 24,8% da produção estadual. Houve produção também, mais bem menor em Garopaba (12 toneladas) e Barra do Sul (7 toneladas). Essa produção significou uma movimentação financeira bruta (R$ 5.050.000,00) 30,6% maior do que em 2015 (R$ 3.867.500,00), baseada num preço médio aos produtores de R$ 25,00/kg.

[2]Essa estimativa econômica é de moluscos na concha e está baseada nos preços médios praticados diretamente pelo produtor (sem recompra), para o comércio no varejo, nos 12 municípios produtores do litoral catarinense.

Desempenho do setor florestal

Luiz Toresan – Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa
toresan@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Produção e consumo mundial de celulose seguem em expansão e preços continuam com grandes oscilações

Os últimos dados divulgados pela FAO, referentes a 2015, apontavam a existência de 290 milhões de hectares plantados com florestas no mundo para fins comerciais. O plantio de florestas para produção comercial de madeira tem crescido em todos os continentes. Os maiores crescimentos dos plantios são apresentados pelo Canadá, Índia e China (Tabela 1). O Brasil, com quase oito milhões de hectares plantados, vem apresentando crescimento de sua área de florestas comerciais plantadas de forma lenta, mas contínua.

Tabela 1. Área de florestas comerciais plantadas no Mundo – 1990-2015

(mil ha)

País	1990	2000	2005	2010	2015	Part. %	Cresc. Anual (1990-2015)%
China	41.950	54.394	67.219	73.067	78.982	27,27	2,6
Estados Unidos da América	17.938	22.560	24.425	25.564	26.364	9,10	1,6
Rússia	12.651	15.360	16.963	19.613	19.841	6,85	1,8
Canadá	4.578	9.345	11.710	13.975	15.784	5,45	5,1
Suécia	7.399	9.839	11.099	12.564	13.737	4,74	2,5
Índia	5.716	7.167	9.486	11.139	12.031	4,15	3,0
Japão	10.287	10.331	10.324	10.292	10.270	3,55	0,0
Polônia	8.511	8.645	8.767	8.877	8.957	3,09	0,2
Brasil	**4.984**	**5.176**	**5.620**	**6.973**	**7.736**	**2,67**	**1,8**
Finlândia	4.390	4.953	5.901	6.775	6.775	2,34	1,8
Demais países	52.928	66.849	71.446	75.162	89.122	30,77	2,1
Total Mundial	**171.332**	**214.619**	**242.960**	**264.001**	**289.599**	**100,00**	**2,1**

Fonte: FAO (2016).

A produção mundial de madeira para uso industrial cresceu expressivos 5,6% nos últimos quatro anos. Dentre os grandes produtores, Indonésia, Finlândia e Rússia, apresentaram os maiores crescimentos relativos e o Brasil foi o único país a ter redução de sua produção no período (Tabela 2).

A produção de celulose de mercado, um dos mais importantes produtos da madeira, também cresceu sistematicamente ao longo dos anos. A evolução recente do volume produzido pelos diferentes países vem confirmando um reposicionamento da importância exercida pelos principais atores nacionais desse mercado. Tradicionais produtores e exportadores como Estados Unidos, Canadá e Suécia tem reduzido o volume de celulose que colocam no mercado, enquanto novos atores ganham importância, como o Brasil, China e Rússia (Tabela 3). A China tem se destacado pelo rápido crescimento de sua produção, principalmente pelo elevado crescimento de suas importações de celulose, como tem ocorrido com outras commodities que importa.

O Brasil é o segundo produtor mundial de celulose de mercado desde 2015, posição ocupada historicamente pelo Canadá. O País há anos é o principal fornecedor mundial de celulose de fibra curta, utilizando o eucalipto como matéria-prima. Com as sucessivas entradas em operação de grandes plantas de produção da commodity, o Brasil está se consolidando como um dos principais atores no mercado internacional e sua posição tende a se fortalecer nos próximos anos.

Tabela 2. Produção mundial de madeira em toras para uso industrial[1] segundo os principais países – 2012-16

(m³)

País	2012	2013	2014	2015	2016
EUA	347.076.000	354.937.000	356.811.908	354.678.412	356.586.043
Rússia	177.455.000	180.378.870	188.299.678	190.507.000	198.194.692
China	158.096.000	167.214.000	161.017.000	165.729.000	165.729.000
Canadá	146.741.000	147.751.273	148.825.385	151.357.560	157.770.384
Brasil	**146.804.000**	**142.633.000**	**137.684.000**	**136.277.000**	**136.277.000**
Indonésia	62.605.500	74.041.000	74.041.000	74.041.000	74.041.000
Suécia	63.599.000	63.700.000	67.400.000	67.300.000	67.200.000
Finlândia	44.614.134	49.331.404	49.201.630	51.446.439	54.326.736
Índia	49.517.000	49.517.000	49.517.000	49.517.000	49.517.000
Alemanha	42.862.602	42.052.181	43.242.535	45.118.968	42.780.200
Demais países	527.237.624	534.564.891	553.752.527	558.717.064	563.429.370
Total Mundial	**1.766.607.860**	**1.806.120.619**	**1.829.792.663**	**1.844.689.443**	**1.865.851.425**

[1]Refere-se a toda madeira bruta em estado natural, incluindo madeira para serraria, fabricação de painéis reconstituídos, celulose e papel, além de outros fins industriais.
Fonte: FAO – Base de Dados Estatísticos (2017).

Tabela 3. Produção mundial de celulose de mercado segundo os principais países – 2012-16

(t)

País	2012	2013	2014	2015	2016
EUA	50.200.530	49.055.100	50.106.640	49.368.210	49.534.430
Brasil	**14.318.000**	**15.492.000**	**16.845.000**	**17.813.000**	**19.347.000**
Canadá	17.849.000	18.053.000	17.277.000	17.180.000	17.080.000
Suécia	12.033.000	11.725.000	11.531.025	11.621.999	11.568.740
Finlândia	10.234.650	10.520.000	10.471.386	10.450.000	10.920.000
China	8.439.000	9.175.000	9.984.000	9.864.000	10.254.000
Japão	8.722.000	8.841.000	9.066.000	8.870.000	8.802.000
Rússia	7.662.000	7.200.000	7.703.000	8.074.186	8.352.000
Indonésia	6.605.000	6.677.000	6.677.000	6.677.000	6.677.000
Chile	5.080.000	5.157.000	5.208.800	5.116.600	5.145.000
Demais países	30.239.209	29.896.813	30.503.398	30.105.690	30.593.120
Total Mundial	**171.382.389**	**171.791.913**	**175.373.249**	**175.140.685**	**178.273.290**

Fonte: FAO – Base de Dados Estatísticos (2017).

Os preços da celulose no mercado internacional apresentaram bastante variação nos últimos anos (Figura 1). A celulose de fibra longa, tipo NBSK (de coníferas) fechou 2016 com preços muito próximos aos do fechamento de 2015, pouco acima dos 800 dólares por tonelada posta na Europa. Já a de fibra curta, tipo BHKP (de eucalipto), a qual o brasil é o grande fornecer, teve preços voláteis e decrescentes ao longo de 2016, fechando o ano em níveis 17,2% inferiores ao do fechamento de 2015 (Foex.Fi, 2017).

O primeiro semestre de 2017, devido ao retardamento da entrada em operação de uma grande planta de celulose na Indonésia (Projeto Oki) e à demanda ter se mantido mais estável da China, os preços da celulose de fibra curta se elevaram em mais de 30% no mercado internacional. As principais exportadoras brasileiras anunciaram sucessivos repasses de US$20.00/t aos seus preços, ao longo dos cinco primeiros meses do ano, elevando-os ao patamar de 860 dólares por toneladas na Europa, nível só atingido em 2010. O ligeiro recuo das cotações observado na China, a partir do mês de junho, mostra que estes níveis não se sustentarão ao longo do segundo semestre e devem fechar 2017 em patamares inferiores.

Fonte: www.foex.fi.

Figura 1. Evolução dos preços da celulose tipo NBSK e BHKP na Europa (US$/t) – dez/2005-dez/2016

O comércio mundial de produtos florestais, após um período de contínuo crescimento até 2014, sofreu uma importante redução nos últimos dois anos (Tabelas 4 e 5). Estados Unidos, China, Alemanha e Canadá são os maiores atores do mercado. Os EUA e a Alemanha possuem um elevado grau de abertura comercial, exportando e importando grandes volumes e não apresentam saldos ou déficits comerciais expressivos no setor.

Entre os maiores exportadores mundiais destacam-se, pelo valor de superávit comercial, Canadá, Suécia, Finlândia, Rússia, Brasil e Indonésia. O Brasil vem ganhando espaço no mercado internacional de produtos de origem florestal frente a tradicionais exportadores como Suécia e Finlândia, tendo, inclusive, apresentado nos últimos quatro anos a maior taxa de crescimento do valor exportado, dentre os dez países maiores exportadores.

China, Japão, Reino Unido e Itália são os países que apresentam os maiores déficits em suas balanças comerciais, quando se considera apenas os produtos de origem florestal. A China é o grande importador mundial e deverá continuar expandindo suas importações nos próximos anos, especialmente de celulose. A Índia vem seguindo uma trajetória de ampliação de importações semelhante à da China, porém em escala de volume bem menor. Os EUA vêm ampliando suas compras internacionais de produtos florestais e reduzindo sua presença nas exportações, o que o levará, em pouco tempo, à condição de importador líquido.

Nas últimas décadas vêm ocorrendo importantes mudanças no mix de consumo mundial de produtos florestais, com reflexos diretos nas linhas de produção. No segmento de madeira para energia, enquanto o uso da lenha como combustível teve um crescimento muito pequeno, o mercado para o pellet como fonte energética vem se ampliando rapidamente. Atualmente o Canadá é o principal abastecedor mundial de pellets, mas o Brasil tem potencial competitivo para no futuro atender boa parte da demanda mundial do produto.

A madeira serrada, compensada e laminada é cada vez mais substituída por painéis de madeira reconstituída (MDF, HDF, OSB e MDP). Em consequência, a produção mundial de madeira compensada tem aumentado bem menos que a de painéis de fibra de madeira, com destaque para o MDF, que tem apresentado elevadas taxas de crescimento em sua produção. Isso reflete a mudança mundial do perfil de consumo de madeira na indústria de construção civil e moveleira, com clara tendência de substituição de boa parte da madeira maciça pelos painéis de madeira, em especial de madeira reconstituída.

Tabela 4. Valor das exportações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2012-16

(US$ mil)

País	2012	2013	2014	2015	2016
EUA	25.527.652	26.509.537	27.151.490	25.083.578	24.615.766
Canadá	21.744.611	24.052.305	24.309.384	21.877.775	22.080.245
Alemanha	20.230.806	20.465.639	20.651.368	17.737.560	17.842.388
China	11.934.675	12.978.993	14.715.620	13.924.877	13.925.104
Suécia	15.276.508	15.926.501	15.037.995	13.264.087	12.482.908
Finlândia	13.099.913	13.948.090	13.973.942	12.123.725	11.822.677
Rússia	9.393.653	9.900.393	10.529.084	8.722.351	8.874.524
Brasil	**7.514.508**	**8.028.830**	**8.246.565**	**8.799.866**	**8.801.308**
Indonésia	7.388.173	7.622.524	7.580.754	7.583.966	7.585.850
Áustria	6.899.098	7.107.337	7.301.882	6.240.473	6.315.120
Demais países	92.554.865	99.127.149	105.878.748	92.608.842	92.440.862
Total mundial	**231.564.462**	**245.667.298**	**255.376.832**	**227.967.100**	**226.786.752**

Fonte: FAO – Base de Dados Estatísticos (2017).

Tabela 5. Valor das importações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2012-16

(US$ mil)

País	2012	2013	2014	2015	2016
China	35.165.445	38.656.047	43.293.889	38.743.203	39.286.618
EUA	20.750.096	22.951.175	24.613.016	23.684.847	24.447.099
Alemanha	18.997.727	19.321.725	19.790.214	17.127.369	17.050.852
Japão	13.352.210	12.939.403	12.138.537	10.550.455	10.567.877
Reino Unido	10.143.412	10.526.317	11.799.166	11.478.727	10.194.219
Itália	9.343.271	10.028.369	10.221.208	8.902.732	8.602.929
França	9.147.651	9.437.658	9.444.265	7.937.780	7.818.279
Índia	5.459.516	5.833.830	6.394.005	6.519.274	6.546.506
Coréia	5.318.639	5.637.150	6.083.988	5.728.852	5.725.010
Bélgica	6.357.655	6.224.133	6.584.764	5.591.784	5.235.511
Demais países	109.628.537	111.837.124	117.393.295	102.019.166	102.234.231
Total mundial	**243.664.159**	**253.392.931**	**267.756.347**	**238.284.189**	**237.709.131**

Fonte: FAO – Base de Estatísticos (2017).

Produção e mercado nacionais

Setor florestal brasileiro se encolhe, mas produção de celulose segue em expansão

A indústria brasileira de base florestal é bastante desenvolvida e tem importante presença na economia e na pauta de exportações do País. Pelas condições climáticas favoráveis e pelo desenvolvimento tecnológico alcançado, a madeira é produzida no Brasil em florestas plantadas com ciclos curtos e alta produtividade. Os custos de produção são bastante competitivos, o que permite ao País se manter ativo no mercado internacional de produtos florestais.

O Valor da Transformação Industrial da indústria de base florestal em 2015 foi de R$ 61,9 bilhões, 7,4% superior ao apurado 2014. Esse foi o valor levantado pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, considerando as unidades industriais que empregavam cinco ou mais pessoas. O montante representou quase 6% de todo o valor adicionado pela Indústria de transformação no Brasil, que apresentou um decréscimo de 1,7% em 2015, uma queda muito significativa se se considera que foi um ano de inflação elevada (10,7%). Em 2016, o Ibá estimou o PIB do setor Florestal em 71,1 bilhões de reais, um decréscimo de 3,3% em relação ao ano anterior.

O crescimento da produção da indústria florestal em 2015 foi sustentado pelo segmento que produz papel e celulose, com variação positiva de 10,3% no valor produzido. A produção de papel e celulose responde por cerca de 60% do valor agregado pela indústria brasileira de base florestal.

Em 2016, a produção física industrial levantada pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE- mostrou um recuo de 10,2% na fabricação de móveis no Brasil. Em 2015 a indústria moveleira já havia reduzido sua produção em 13,8%. Já o volume físico de celulose e papel produzidos em 2016 cresceu 2,5% e de produtos da madeira se expandiu 1,5%. No primeiro semestre de 2017 apenas o segmento de produção de papel e celulose teve crescimento em relação ao primeiro semestre de 2016.

O valor exportado pela indústria brasileira de base florestal em 2016 foi de US$10,24 bilhões, um ligeiro recuo de 0,9% em relação ao ano anterior. O segmento de celulose e papel responde por mais de 70% do valor dessas exportações. EUA, China, Holanda, Itália e Argentina são os principais destinos das exportações brasileiras de produtos de origem florestal.

No primeiro semestre de 2017, as exportações brasileiras de produtos florestais cresceram 8,4% em valor. Embora todos os segmentos do setor contribuíram para essa expansão, o aumento foi menor que o observado no conjunto das exportações, que cresceu quase 20% nesse semestre, em relação a igual período do ano anterior.

O setor, que é responsável por cerca de 6,2% do PIB industrial brasileiro (IBá, 2017), também viu seus empregos se reduzirem nos últimos anos, devido à retração econômica. Em 2015, as atividades relacionadas à silvicultura e à indústria de base florestal envolviam 50 mil empresas e empregavam quase 650 mil pessoas diretamente, com empregos formais (Tabela 6). A forte recessão econômica sofrida pelo Brasil em 2015, com queda de 3,8% no PIB, resultou numa redução de 6,2% no número de empregos no setor, segundo dados da Rais (MTE). O saldo negativo de 43 mil empregos na indústria brasileira de base florestal é resultado de uma redução em todos os segmentos industriais do setor, inclusive na indústria de papel e celulose que vinha apresentando histórico de criação de novos empregos.

Os dados de movimentação de empregos do Caged mostram uma perda de quase 25 mil empregos no setor em 2016, o terceiro ano de queda na empregabilidade. A indústria de móveis foi a mais penalizada com redução de mais de 13 mil empregos diretos.

Tabela 6. Número de empresas e empregados formais no setor florestal – Brasil – 2014-15

Grupo de atividade	Nº de empresas por segmento			Nº de empregados por segmento[1]		
	2014	2015	Var. (%)	2014	2015	Var. (%)
Produção florestal e atividades de apoio	11.152	11.073	-0,71	109.344	103.775	-5,09
Desdobro e indústria da madeira	15.643	15.110	-3,41	189.195	176.219	-6,86
Indústria de celulose, papel e embalagens	4.486	4.432	-1,20	184.767	177.323	-4,03
Móveis com predominância de madeira	19.178	19.316	0,72	208.481	191.929	-7,94
Total silvicultura e indústria florestal	**50.459**	**49.931**	**-1,05**	**691.787**	**649.246**	**-6,15**

[1]Vínculos ativos em 31/12.
Fonte: MTE (2017) - Anuário RAIS.

Produção e consumo de matéria-prima florestal

Queda na demanda provoca nova redução na produção de toras

Em 2016 havia 7,85 milhões de hectares com florestas para fins comerciais no Brasil, um crescimento de 0,64% em relação a 2015. O cultivo de árvores fornece mais de 91% da madeira utilizada pela indústria brasileira e o eucalipto e o pínus compõem, respectivamente, 72,3% e 20,2% da área plantada (IBÁ, 2017c). Os sete principais estados produtores de florestas plantadas detêm 84,3% dos cultivos dessas duas espécies no País (Tabela 7). Também são cultivados para fins comerciais quase 590 mil hectares de outras espécies, com destaque para a seringueira, a acácia, o paricá e a teca.

Para atender a demanda das novas plantas industriais de produção de celulose branqueada de eucalipto, implantadas nos últimos anos e em implantação no Brasil, a área cultivada com a espécie vem se expandindo. Em decorrência, tem aumentado a participação do eucalipto na área de florestas comerciais do País. Em 2016, as maiores ampliações

de área ocorreram nos estados do Mato Grosso do Sul (+6,17%), do Espirito Santo (+2,75%) e do Paraná (+1,11%), justamente os estados que passaram pelas mais recentes implantação e ampliação de plantas industriais.

Tabela 7. Área plantada com eucalipto e pínus no Brasil, por estado – 2015-16

(ha)

Estado	Eucalipto		Pinus		Total		
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	Variação (%) 2015 para 2016
MG	1.395.032	1.390.032	37.636	36.764	1.439.906	1.426.796	-0,41
SP	976.613	946.124	124.222	124.179	1.100.182	1.070.303	-2,77
PR	285.125	294.050	670.906	672.607	897.858	966.657	1,11
MS	826.031	877.795	6.292	5.852	810.834	883.647	6,17
SC	116.250	116.240	542.662	545.835	654.106	662.075	0,48
BA	614.390	612.199	3.371	3.301	637.307	615.500	-0,37
RS	308.515	308.178	184.603	184.595	493.710	492.773	-0,07
MT	185.219	185.219	-	-	187.090	-	-
ES	227.222	233.760	2.713	2.500	231.441	236.260	2,75
MA	210.496	221.859	-	-	211.334	-	-
PA	130.431	133.996	-	-	125.110	-	-
TO	116.365	116.798	265	200	115.994	116.998	0,32
GO	127.201	127.201	8.569	8.500	133.384	135.701	-0,05
AP	63.026	65.026	-	-	60.025	-	-
PI	29.333	26.068	-	-	31.212	-	-
Outros estados	19.358	19.239	-	-	18.157	-	-
Total do Brasil	**5.630.607**	**5.673.783**	**1.581.239**	**1.584.332**	**7.147.650**	**7.258.115**	**0,64**

Fonte: IBÁ (2017c).

As florestas plantadas são responsáveis pela totalidade do fornecimento de madeira ao setor de papel e celulose. Essa indústria detém a propriedade de mais de um terço da área plantada no Brasil. Os pequenos e médios produtores florestais dos programas de fomento das empresas e os reflorestadores independentes detém 29% das áreas. Os plantadores de eucalipto para produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica possuem 14% da área plantada e os fundos de investimento em florestas – Timber Investment Management Organizations (TIMOs) – detêm 10% das florestas comerciais brasileiras (IBÁ, 2017c). O restante das áreas é de propriedade da indústria de painéis de madeira, de pisos laminados e de produtos sólidos da madeira.

Segundo o Ibá, as certificadoras que operam no País já certificaram o manejo florestal de 5,4 milhões de hectares de florestas, sendo 3,1 milhões de hectares de árvores plantadas para fins comerciais (IBÁ, 2017c).

O valor produzido pela silvicultura brasileira em 2015 foi 8,7% menor que o obtido em 2014, reduzindo-se para 14,2 bilhões de reais. Houve queda no valor produzido de quase todos os produtos, excetuando-se a produção de madeira para fabricação de papel e celulose que, devido ao maior volume colhido, ampliou ainda mais sua já destacada importância no valor da produção da silvicultura brasileira (Tabela 8).

Tabela 8. Valor da produção da silvicultura – Brasil – 2011-15

(mil reais)

Tipo de produto da silvicultura	2011	2012	2013	2014	2015
Madeira em toras p/papel e celulose	4.589.921	4.512.815	4.731.883	4.718.806	4.839.801
Madeira em toras p/outras finalidades	4.272.164	4.899.940	4.417.465	4.018.651	3.739.949
Carvão vegetal	2.181.583	2.403.494	2.627.459	3.206.919	2.492.190
Lenha	1.953.777	2.236.568	2.317.955	2.459.172	2.316.504
Erva-mate (folha verde)	173.589	234.199	406.518	670.148	579.191
Palmito	191.691	338.367	309.880	443.330	212.065
Total	**13.362.725**	**14.625.383**	**14.811.160**	**15.539.085**	**14.179.700**

Fonte: IBGE (2016a).

Em 2015 foram processados 124 milhões de metros cúbicos de toras pela indústria brasileira, volume semelhante ao de 2014. Contudo, enquanto o volume colhido de toras para fabricação de celulose e papel cresceu mais de 6% no ano, a colheita de madeira para processamento mecânico foi 9% menor (Tabela 9). A produção de madeira para processamento mecânico vem diminuindo desde 2012 e essa tendência deve se confirmar quando forem divulgados os dados de 2016 e 2017.

Tabela 9. Produção brasileira das principais matérias-primas de origem florestal – 2010-15

Produto	Medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extração vegetal							
Carvão vegetal	mil t	1.503	1.351	1.160	1.007	1.021	797
Erva-mate	t	227.462	229.681	252.700	300.128	333.017	338.801
Lenha	mil m^3	38.207	37.574	34.314	30.955	28.907	26.945
Madeira em tora	mil m^3	12.658	14.117	14.926	13.519	13.807	12.719
Silvicultura							
Carvão vegetal	mil t	3.448	4.128	5.098	5.583	6.219	5.390
Lenha	mil m^3	48.103	51.741	56.762	55.295	56.168	54.976
Madeira p/papel e celulose	mil m^3	69.779	75.882	73.837	72.569	72.389	76.815
Madeira p/outras finalidades	mil m^3	45.963	49.971	58.042	57.171	51.850	47.153

(1)Inclui palmito juçara, açaí e pupunha.
(2)Inclui palmito juçara, palmeira-real, açaí e pupunha.
Fonte: IBGE (2017a).

O consumo total de madeira proveniente de florestas plantadas em 2016 foi estimado em 206,3 milhões de m^3, um aumento de 6,1% em relação a 2015 (Tabela 10). A madeira de eucalipto representa três quartos do total da madeira consumida pela indústria florestal brasileira e o setor de papel e celulose consome quase a metade do eucalipto produzido. Já a indústria de processamento mecânico consome quase 60% das toras de pínus produzidas. Foram justamente esses dois segmentos que apresentaram aumento expressivo no consumo de madeira em 2016, com crescimento de 16,7% do volume processado de pínus pela indústria madeireira e de 6,2% do volume de eucalipto transformado em celulose e papel.

Tabela 10. Consumo de madeira plantada em 2016 pela indústria brasileira, segundo o segmento industrial

(em milhões de m^3)

Segmento	Eucalipto	Pinus	Outras espécies	Total
Celulose e papel	70,74	8,25	0,09	80,07
Painéis reconstituídos	5,93	6,70	0,37	12,99
Processamento mecânico	5,86	27,37	0,35	33,58
Carvão	21,46	-	-	21,46
Lenha industrial	46,94	3,72	4,31	54,98
Outros	1,57	0,15	-	1,71
Total	**153,96**	**47,19**	**5,12**	**206,25**

Fonte: IBÁ (2017c).

Indústria de processamento mecânico da madeira

A melhora das exportações não compensou o encolhimento do mercado interno

O mercado interno para a madeira e suas obras vem se reduzindo nos últimos anos. A retração da indústria de construção civil levou a uma redução no consumo doméstico de madeira serrada de florestas plantadas, segundo o IBÁ (Tabela 11). O pínus fornece quase toda a matéria-prima para a produção de serrados de espécies cultivadas.

As atividades de desdobro e produção de obras de madeira maciça foram responsáveis pela perda de quase 13 mil empregos no País em 2015, reduzindo em 6,8% o número de pessoas empregadas. Nesse ano, a produção física da indústria de processamento mecânico de madeira foi 3,5% menor e o valor da transformação industrial foi de 10,4 bilhões de reais, 0,5% inferior ao de 2014.

Em 2016, os levantamentos do IBGE apontaram nova queda na produção física da indústria de produtos madeireiros (-2,1%). No primeiro semestre de 2017 esse indicador mostra nova queda de 0,9% em relação ao primeiro semestre de 2016. A produção de madeira serrada em 2016 foi 2,6% inferior à produzida em 2015.

Tabela 11. Produção, exportação e consumo interno de madeira serrada de florestas plantadas – Brasil – 2013-16

Produto	Discriminação	(mil m³)				Variação (%) 2015 para 2016
		2013	2014	2015	2016	
Madeira Serrada de florestas cultivadas	Produção	9.370	9.230	8.833	8.600	-2,6
	Exportação	864	1.240	1.587	2.200	38,6
	Consumo aparente	8.510	7.990	7.200	6.400	-11,1

Fonte: IBÁ (2014, 2015, 2016ª e 2017c).

Na indústria de compensados, verificou-se um comportamento semelhante ao da madeira serrada. No entanto, pelo elevado peso das exportações e pelo seu bom desempenho, a produção brasileira vem apresentando crescimento nos últimos anos (Tabela12). Em 2016, o volume exportado de compensados de florestas plantadas representou dois terços da produção total. A madeira compensada de pínus tem como principais mercados os EUA e os países da Europa. A perspectiva para 2017 é de continuidade do aumento da demanda nos EUA, o que deve ampliar novamente o volume exportado pelo País em 2017 e nos próximos anos.

Tabela 12. Produção, exportação e consumo interno de madeira compensada de florestas plantadas – Brasil – 2013-16

Produto	Discriminação	(mil m³)				Variação (%) 2015 para 2016
		2013	2014	2015	2016	
Madeira Compensada de florestas cultivadas	Produção	2.270	2.400	2.600	2.700	3,9
	Exportação	1.080	1.320	1.500	1.800	20,0
	Consumo aparente	1.190	1.080	978	900	-8,0

Fonte: IBÁ (2014, 2015, 2016 e 2017c).

Os níveis de atividade da indústria de processamento mecânico de madeira só não caíram mais porque as exportações vêm tendo um bom desempenho, em termos de volume embarcado. A madeira serrada de pínus teve um volume exportado 38,6% superior em 2016 em relação a 2015 e, até julho de 2017, o crescimento foi de 15%.

As exportações de laminados e compensados também tiveram um bom desempenho em 2016 e nos primeiros sete meses de 2017. Esse movimento positivo é observado também com as exportações de portas e de pisos maciços de madeira.

O valor das exportações brasileiras de madeira e suas obras[1] (exceto móveis) em 2016 foi 3,9% superior ao valor exportado em 2015, atingindo a cifra de 2,4 bilhões de dólares. No primeiro semestre de 2017 o valor exportado com esses itens cresceu 14,1% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Os EUA são o principal mercado e destacam-se em importância na pauta exportada os serrados, os compensados, as portas e as molduras, todos de madeira de pínus.

Indústria de painéis de madeira reconstituída

Exportações seguem em forte expansão e devem garantir um ligeiro aumento da produção em 2017

Os painéis de madeira são produzidos no Brasil por 18 unidades produtoras, a maioria localizadas nas regiões Sul e Sudeste. O País é o oitavo produtor mundial de painéis. Eles são utilizados basicamente pela indústria da construção civil e de móveis e sua demanda depende muito do desempenho desses setores. Como seus desempenhos foram muito fracos em 2016, o ano foi ruim também para a indústria de painéis de madeira. Pelo segundo ano consecutivo houve queda no consumo aparente de painéis de madeira no Brasil (Tabela 13).

Associada à indústria de painéis está a produção de pisos laminados de madeira. Em 2016, a produção de pisos totalizou 11,8 milhões de m2, 7,0% menos que a alcançada em 2015.

Tabela 13. Produção, importação, exportação e consumo aparente de painéis de madeira reconstituída – Brasil – 2013-16

Produto	Discriminação	(mil m³)				Variação (%) 2015 para 2016
		2013	2014	2015	2016	
Painéis de madeira (MDF, HDF, HB e MDP)	Produção	7.893	7.977	7.465	7.289	-2,3
	Importação	112	81	10	5	-50,0
	Exportação	349	421	641	1051	64,0
	Consumo aparente	7.656	7.268	6.383	6.243	-2,2

Fonte: IBÁ (2015, 2016ª, 2017a e 2017b).

O vigoroso crescimento das exportações de painéis verificado nos dois últimos anos não foi suficiente para evitar mais um ano de queda na produção. O volume exportado em 2016 foi 64,0% maior que o do ano anterior, passando de um milhão de m³. A América Latina e os EUA são os destinos mais importantes das exportações brasileiras de painéis de madeira.

No primeiro semestre de 2017 o consumo interno continuou se retraindo, comparado ao primeiro semestre de 2016, mas as exportações se expandiram em 35% na mesma base de comparação (IBÁ, 2017c). Como resultado, a indústria brasileira de painéis de madeira conseguiu apresentar uma ligeira expansão da produção nesse semestre e seu parque fabril espera fechar o ano com alguma redução nos atuais níveis de ociosidade da capacidade instalada.

Indústria de móveis de madeira

A indústria moveleira se encolheu de modo expressivo nos últimos anos, em todos os indicadores mensurados

A indústria brasileira de móveis de madeira possuía quase 20 mil empresas em 2015 e empregava diretamente 191.929 pessoas, com empregos formais. Até 2014 o Brasil vinha apresentando uma trajetória de crescimento consistente na geração de empregos por essa indústria, suportada pela expansão do mercado interno. Em 2015, segundo o Caged a indústria moveleira reduziu o número de empregos em 16.775 (-8,0%), vindo a apresentar uma nova redução de 7,0% ao final de 2016.

[1]Inclui madeira processada mecanicamente e painéis da madeira reconstituída.

A crise vivida pela economia brasileira e a forte retração da indústria da construção civil observada em 2015 e 2016 determinou grande queda nas vendas de móveis no mercado interno. Segundo o IBÁ, as vendas de móveis no mercado interno em 2016 foram 12,1% inferiores àquelas de 2015. O valor da transformação industrial da indústria moveleira em 2015, um dado semelhante ao do valor adicionado, sofreu uma queda de 6,4%, em relação a 2014 (IBGE, 2017b).

Os dados sobre a produção física da indústria brasileira de móveis mostram recuos bastante expressivos nos três últimos anos. Em 2014 a redução foi de 7,3%, em 2015 de 13,8% e em 2016 sofreu nova e expressiva queda de 10,2%. Isso resulta num encolhimento de quase 30% da produção, em apenas três anos. No primeiro semestre de 2017 a produção brasileira de móveis decresceu mais 4,1% em relação ao mesmo semestre do ano anterior, sinalizando mais um ano de queda na atividade (IBGE, 2016c).

Nas exportações, a indústria de móveis de madeira, também vem apresentando dificuldades em recuperar o espaço perdido com a crise de 2008. Os dois últimos anos foram os dois piores anos desde 2000, em termos de montante de valor exportado (Figura 2). No primeiro semestre de 2017 o valor exportado pelo Brasil em móveis foi 6,8% superior ao de a igual período de 2016, desempenho bem inferior ao conjunto das exportações brasileira que cresceram 19,3% no período considerado. Os EUA, o Reino Unido e os países da América do Sul são os principais destinos dos móveis brasileiros vendidos ao exterior.

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Figura 2. Valor das exportações brasileiras de móveis de madeira – 2000-16

Indústria de celulose e papel

Produção e exportações de celulose seguem em expansão

A fabricação de celulose e de papel no Brasil envolve mais de 4.400 empresas, que empregam, somente na fase industrial, quase 180 mil pessoas. Em 2016, a produção de celulose de mercado foi 8,1% maior que a de 2015.

O País é bastante competitivo no mercado internacional de celulose de fibra curta, que utiliza o eucalipto como matéria-prima. A base florestal integrada à indústria e de elevada produtividade e as modernas plantas industriais em operação têm mantido a capacidade competitiva do Brasil. O País é o segundo produtor e o terceiro maior exportador de celulose, sendo a China o mais importante país importador da celulose brasileira, adquirindo quase 40% do volume exportado.

As exportações brasileiras de celulose vêm crescendo ano após ano e em 2016 representou mais dois terços do volume produzido (Tabela 14). Devido à expressiva queda dos preços praticados no mercado internacional, especialmente no segundo semestre de 2016, mesmo com o aumento de 11,9% do volume exportado, as receitas

com as exportações da commodity naquele ano foram 2,3% menores que àquelas obtidas um ano antes (2015), ficando em 7,4 bilhões de dólares.

Tabela 14. Produção, importação, exportação e consumo aparente de papel e celulose – Brasil – 2012-16

Produto	Discriminação	(mil toneladas)					Variação (%) 2015 para 2016
		2012	2013	2014	2015	2016	
Papel	Produção	10.260	10.444	10.397	10.367	10.335	-0,2
	Importação	1.396	1.274	1.262	866	688	-20,6
	Exportação	1.875	1.866	1.846	2.058	2.013	2,2
	Consumo aparente	9.781	9.852	9.813	9.165	8.920	-2,6
Celulose	Produção	13.977	15.129	16.465	17.370	18.773	8,1
	Importação	411	430	416	407	356	-12,5
	Exportação	8.513	9.430	10.614	11.528	12.901	11,9
	Consumo aparente	5.875	6.129	6.263	6.249	6.229	-0,3

Fonte: IBÁ (2014, 2015, 2016a, 2016b, 2016c e 2017c).

De janeiro a junho de 2017, comparadas ao mesmo período de 2015, a produção brasileira de celulose cresceu 5% e as exportações 6,8% em volume e em valor, refletindo a manutenção dos preços médios praticados nos períodos comparados. Para o ano de 2017 a expectativa é de que os preços internacionais da celulose fechem o ano em patamares significativamente superiores aos verificados no fechamento de 2016.

Pelo terceiro ano consecutivo o Brasil teve queda na produção e no consumo de papéis. Os anos de 2015 e 2016 tiveram comportamento semelhantes para o segmento de papéis, caracterizados por forte redução do volume importado, aumento das exportações, queda no consumo interno e uma ligeira redução da produção. A América Latina, os EUA e a China são os principais destinos dos papéis exportados pelo Brasil.

As maiores quedas nas vendas domésticas de papel ocorreram com o papel imprensa, produto que o Brasil é tradicional importador. Apenas os papéis para fins sanitários tiveram aumento no consumo nacional em 2016.

De janeiro a junho de 2017 a produção brasileira de papéis teve um ligeiro decréscimo de 0,7%, com destaque na queda de 2,9% na produção de papel para imprimir e escrever. O volume exportado no semestre ficou praticamente estável, em relação ao primeiro semestre de 2016 (IBÁ, 2017c).

O primeiro semestre de 2017 vem mostrando que a indústria brasileira de papel e celulose terá um ano ainda difícil, mas um pouco melhor do que foi 2016. O segmento de produção e exportação de celulose deverá novamente ter um desempenho positivo e compensar as dificuldades persistentes na indústria de papel.

Produção e mercado estaduais

Setor florestal catarinense sofre os reflexos da retração econômica e se encolhe a partir de 2015

A produção florestal é uma atividade de grande importância econômica para Santa Catarina. As últimas estimativas realizadas pelo IBGE indicam a existência de cerca de um milhão de hectares plantados com florestas comerciais no Estado, sendo 64% com pinus, 34% com eucalipto e apenas 2% com outras espécies. Atuam em Santa Catarina mais de oito mil e setecentas empresas nas atividades de silvicultura, colheita, transporte e nos diversos segmentos da indústria florestal, empregando pouco mais de 90 mil pessoas diretamente e contribuindo com 13,9% dos empregos do setor no Brasil.

O Valor da Transformação Industrial da indústria catarinense de base florestal em 2015, considerando apenas as empresas que empregam cinco ou mais pessoas, foi de 6,4 bilhões de reais, 8,4% superior ao de 2014. Esse desempenho contrasta com a queda de 2,7% verificada no mesmo indicador para a indústria catarinense como

um todo, nesse ano de forte recessão econômica. Com isso, o setor respondeu em 2015 por quase 11% do valor transformado pelo conjunto da indústria no Estado (IBGE, 2017b).

A produção física, outro indicador da atividade industrial acompanhado pelo IBGE, mostra um decréscimo para a indústria catarinense de base florestal tanto em 2015, quanto em 2016, porém em níveis bem menores que os apresentados pelo conjunto da indústria. No primeiro semestre de 2017 a fabricação de produtos da madeira produziu cerca de 1% a menos que igual período de 2016, mas a fabricação de celulose, papel e seus produtos expandiu-se em 2,2%, em volume físico, no período de comparação.

A queda da atividade industrial do setor em Santa Catarina se refletiu na redução dos empregos nas atividades envolvidas. Em 2015 foram perdidos mais de 2.500 empregos que existiam na silvicultura e na indústria de base florestal. A redução foi observada em todos os segmentos de produção (Tabela 15). Em 2016, dados do Caged apontam um saldo pequeno, mas positivo nas contratações da indústria de papel e celulose e de processamento mecânico da madeira, mas a indústria de móveis teve perda líquida de 903 empregos, em relação ao final de 2015.

Tabela 15. Número de empresas e empregos formais no setor florestal – Santa Catarina – 2014-15

Grupo de atividade	Nº de empresas por segmento			Nº de empregados por segmento[1]		
	2014	2015	Var. (%)	2014	2015	Var. (%)
Produção florestal e atividades de apoio	999	969	-3,00	6.161	5.972	-3,07
Desdobro e Indústria da madeira	2.819	2.750	-2,45	39.483	38.188	-3,28
Indústria de celulose, papel e embalagens	410	412	0,49	20.517	20.062	-2,22
Móveis com predominância de madeira	2.534	2.618	3,31	26.573	25.981	-2,23
Total silvicultura e indústria de base florestal	**8.776**	**8.764**	**-0,14**	**92.734**	**90.203**	**-2,73**

[1]Vínculos ativos em 31/12
Fonte: MTE (2017) - Anuário RAIS.

Produção catarinense de matérias-primas de origem florestal

Com queda na atividade da indústria o consumo de toras para serraria segue em baixa

A área plantada com florestas comerciais em Santa Catarina em 2016, segundo o Ibá, foi de 662 mil hectares, sendo 82% com pínus e 18% com eucalipto. Nos últimos anos ocorreu uma ligeira redução da área de pínus, enquanto a área de eucalipto teve uma leve expansão (Figura 3). Essas estimativas podem estar subestimadas. Levantamentos realizados nos municípios catarinenses pela Epagri em 2015, por intermédio de sua estrutura de extensão rural, estimaram existir 652 mil ha de pínus e 283 mil hectares de eucalipto, totalizando mais de 900 mil hectares a área destinada à silvicultura no Estado. Os levantamentos do IBGE indicam a existência de mais de um milhão de hectares com pínus e eucalipto em Santa Catarina.

Fonte: Abraf e Ibá.

Figura 3. Evolução da área plantada com pínus e eucalipto em Santa Catarina - 2005-16

O consumo de toras pelo segmento de processamento mecânico da madeira em Santa Catarina (desdobro, laminação, etc.) vem sofrendo redução há anos. A produção de toras para fabricação de painéis de madeira reconstituída e para serraria teve um forte decréscimo de mais de 14% em 2016, segundo estimativas iniciais do IBGE. O volume de toras colhidas para esses usos foi menor que o verificado há quinze anos. A Tabela 16) mostra a produção dos principais produtos da silvicultura de Santa Catarina nos últimos seis anos.

A colheita de toras de madeira fina utilizada na fabricação de papel e celulose, que vinha sendo reduzida ano após ano a partir de 2011, teve um aumento de 14,5% no volume processado em 2016. O pínus é a espécie mais utilizada também para a fabricação de celulose e papel, com quase todo o volume consumido.

A produção de carvão vegetal e de lenha em Santa Catarina é majoritariamente de eucalipto plantado (mais de 80%). Em 2016 o volume produzido foi 28,2% e 6,3% menor que em 2015, respectivamente.

Tabela 16. Produção dos principais produtos da silvicultura – Santa Catarina – 2011-16

Produto	Unidade de medida	2011	2012	2013	2014	2015	2016[1]
Silvicultura							
Carvão vegetal	t	8.294	8.601	12.578	12.689	13.197	9.399
Lenha	mil m³	8.322	8.322	8.088	8.862	8.270	7.715
Madeira p/ papel e celulose	mil m³	10.399	9.839	8.146	6.310	5.405	6.190
Madeira p/ outras finalidades	mil m³	9.609	9.649	8.063	8.156	8.506	7.289

[1]Dados preliminares.
Fonte: IBGE (2016a).

A participação das florestas plantadas no valor bruto de toda a produção da agropecuária e silvicultura catarinense tem variado nos últimos anos entre 6% e 10%. O valor da produção da silvicultura em Santa Catarina em 2016 foi de 1,41 bilhões de reais, 8% inferior ao de 2015 (Tabela 17). A redução no valor da madeira para serraria em 2016 se deveu à redução do volume produzido, pois os preços médios foram superiores aos praticados em 2015. Já as toras utilizadas na fabricação de celulose e papéis tiveram queda de preços no período considerado, o que fez com que o valor da produção ficasse próximo ao do ano anterior, a despeito da expressiva variação no volume produzido.

A lenha e o carvão vegetal tiveram grande redução no valor da produção entre 2015 e 2016, devido tanto à redução dos volumes de produção, quanto dos preços recebidos pelos produtores.

Tabela 17. Valor da produção da silvicultura – Santa Catarina – 2011-16

(mil reais)

Tipo de produto da silvicultura	2011	2012	2013	2014	2015	2016[1]
Madeira em toras p/ outras finalidades	838.514	820.584	699.763	668.816	713.166	689.234
Madeira em toras p/ papel e celulose	463.044	496.355	426.349	356.471	285.881	290.898
Lenha	298.409	304.052	324.511	381.173	373.999	315.962
Carvão vegetal	5.605	6.309	9.417	13.317	13.776	11.341
Erva-mate (folha verde)	11.377	24.842	32.545	82.120	69.885	43.549
Palmito	20.494	50.455	86.721	58.349	73.253	57.590
Total	**1.637.443**	**1.702.597**	**1.579.306**	**1.560.246**	**1.529.960**	**1.408.574**

[1]Dados preliminares.
Fonte: IBGE (2016a).

Preços de matérias-primas florestais

Preços seguem em queda

Os preços das toras que compõem a matéria prima usada pela indústria de base florestal vêm numa trajetória de queda há vários anos, inclusive em termos nominais. A única exceção a essa tendência tem ocorrido com a madeira grossa de pínus (acima de 40 cm de diâmetro) que, devido à oferta muito pequena, teve seus preços em ascensão nos últimos anos. Em 2016, seguindo a tendência, quase todos os produtos primários e matérias-primas florestais tiveram redução de preços, em valores nominais (Tabelas 18 e 19). Esse movimento de queda de preços das toras de madeira de quase todas as bitolas perdurou ao longo do primeiro semestre de 2017.

A lenha e as madeiras de bitolas finas utilizadas para produção de celulose, papel ou painéis de madeira reconstituída vêm apresentando um histórico de preços decrescentes desde 2011, tanto em termos reais, quanto nominais (Tabela 18 e Figura 4). Esse longo período de queda de preços é resultado da grande oferta de madeira fina de desbaste, decorrente da intensificação dos plantios no início dos anos dois mil, combinada a um período de sucessivas retrações no consumo, como evidenciado anteriormente. Os preços ruins da madeira e os bons preços dos grãos dos últimos anos, especialmente da soja, estimulou muitos detentores de plantio de pínus a realizarem cortes rasos para converter as áreas para uso com lavouras, o que veio a tornar ainda mais abundante a oferta de madeira fina e aviltar os já deprimidos preços dessas toras.

Tabela 18. Preço médio de produtos e matérias-primas florestais – Santa Catarina – 2012-17

(R$/unidade)

Produto	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Erva mate verde nativa (no pé)	Arroba	6,40	9,67	16,73	15,57	13,29	11,47
Erva mate verde plantada (no pé)	Arroba	4,25	7,57	13,84	12,49	10,87	9,39
Lenha de eucalipto (estaleirada)	Estéreo	34,14	32,77	33,48	33,21	32,51	31,57
Madeira pinus p/celulose (estaleirada)	t	45,46	47,13	46,90	44,26	43,79	32,45
Madeira eucalipto p/celulose (estaleirada)	t	...	45,00	48,52	43,56	38,96	31,33
Madeira roliça p/construção (estaleirada)	m	1,95	2,05	2,27	2,00	1,63	1,29
Madeira roliça p/escora (estaleirada)	Unidade	2,97	3,09	3,01	3,03	3,23	3,11

[1]Média de janeiro a maio.
Fonte: Epagri/Cepa.

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 4. Evolução dos preços reais de madeiras de bitolas finas em Santa Catarina, postas na indústria (a preços de julho de 2011) - jul.11-maio 17

Os preços das toras destinadas ao processamento mecânico também tiveram comportamento decrescente nos últimos anos para a maior parte das bitolas, porém com intensidades variáveis segundo a bitola e a espécie florestal (Tabela 19). Em valores reais, todos os tipos de madeira para uso em serraria ou laminação tiveram evolução negativa de preços nos últimos cinco anos. (Figura 5).

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 5. Evolução dos preços reais de madeiras de bitolas finas em Santa Catarina, postas na indústria (a preços de julho de 2011) - jul.11-maio 17

As toras de eucalipto de com diâmetro de até 30cm tiveram redução de preços nominais para o produtor no período em apreço (Tabela 19). Já a madeira mais grossa de eucalipto apresentou redução de preços apenas em 2016 e 2017, refletindo o período de demanda mais retraída.

Tabela 19. Preços médios da madeira de pínus e eucalipto para processamento mecânico – 2013-17

(R$/m³)

Produto	2013	2014	2015	2016	2017[1]
Madeira tora eucalipto - até 30cm de diâmetro (em pé)	51,69	50,38	46,87	38,94	36,81
Madeira tora eucalipto - mais de 30cm de diâmetro (em pé)	80,95	86,62	86,92	76,68	61,33
Madeira tora pínus - 20 a 30cm de diâmetro (em pé)	59,08	55,87	47,62	43,58	32,69
Madeira tora pínus - 30 a 40cm de diâmetro (em pé)	78,74	78,00	69,36	71,79	66,47
Madeira tora pínus - mais de 40cm de diâmetro (em pé)	99,42	99,11	97,75	108,25	117,17
Madeira tora pínus - 20 a 30cm de diâmetro (posto indústria)	103,24	103,42	102,08	93,73	75,81
Madeira tora pínus - 30 a 40cm de diâmetro (posto indústria)	126,60	129,01	127,78	121,86	113,35
Madeira tora pínus - mais de 40cm de diâmetro (posto indústria)	150,30	152,32	155,76	159,94	166,60

[1]Média de janeiro a maio.
Fonte: Epagri/Cepa.

No caso do pínus, enquanto as toras de menor diâmetro (entre 20cm e 30cm) e as de diâmetro médio (entre 30cm e 40cm) apresentaram sucessivas reduções de preços nos últimos quatro anos, as madeiras mais grossas (acima de 40cm) tiveram aumento nominal de preços no período considerado tendo tido, inclusive, um aumento real de preços nos últimos doze meses. Isso é reflexo da oferta ainda abundante de toras de bitolas intermediárias, em um contexto de demanda fraca, e da menor disponibilidade de madeiras grossas nos povoamentos florestais do Estado, ainda que a demanda não esteja muito aquecida.

Esse ciclo de queda de preços pode estar se aproximando de seu fim, pois os estoques de madeira fina estão diminuindo e a demanda tenderá a aumentar à medida em que a construção civil for retomada no Brasil. Essa

melhoria nos níveis de consumo e de preços da madeira deverá ocorrer de forma lenta, porém contínua e duradoura, caso as mudanças estruturais nas finanças públicas em curso levarem à retomada do crescimento econômico do País.

Exportações catarinenses de produtos florestais

O segmento de madeiras começa a recuperar o espaço perdido

As exportações da indústria catarinense de base florestal cresceram 4,5% em 2016, em relação a 2015, enquanto o total das exportações de Santa Catarina apresentou um ligeiro decréscimo no período (Tabela 20). Com isso, a participação dos produtos de origem florestal no total das exportações catarinenses subiu de 13,7% em 2015 para 14,4% em 2016 (Figura 6). O setor florestal ganhou importância crescente na pauta de exportações do Estado ao longo da década de noventa, chegando a representar quase um quarto do valor total em 2002. Depois, perdeu importância relativa até 2012 e de lá para cá vem crescendo relativamente mais, devendo ao final 2017 ter uma representatividade ainda maior que em 2016.

Em 2016, no segmento de madeiras e suas obras, os maiores aumentos no valor exportado foram apresentados novamente pelas exportações de painéis de fibras e partículas de madeira (+77,0%) e de madeira serrada de pínus (+27,0%). Os perfis de madeira, item importante das exportações catarinenses, tem registrado volumes e valores crescentes dos embarques ao longo dos últimos anos. Dos itens importantes apenas as molduras tiveram uma redução expressiva do valor exportado em 2016 (-39%).

Tabela 20. Valor das exportações de produtos florestais – Santa Catarina – 2012-16

(mil dólares – FOB)

Item	2012	2013	2014	2015	2016
Erva-mate e derivados	**5.709**	**7.429**	**10.061**	**8.323**	**6.630**
Madeira e obras de madeira	**401.153**	**479.383**	**574.788**	**595.658**	**644.968**
Mad. p energia (lenha, pellets, carvão vegetal, etc.)	374	0	1.339	4.081	5.414
Madeira em toras	60	3.555	8.370	3.096	2.638
Madeira serrada	70.583	68.199	101.746	130.691	166.024
Madeira laminada	2.811	5.639	5.656	4.692	6.977
Madeira perfilada	29.169	37.844	46.134	48.200	57.368
Painéis de fibras e partículas de mad. reconstituída	5.888	8.656	18.153	24.490	43.442
Madeira compensada	103.889	117.667	123.370	128.845	127.793
Molduras de madeira	20.396	25.825	33.835	31.090	18.731
Caixas, engradados e paletes	6.720	20.236	19.228	10.980	3.484
Ferramentas, armações e cabos	19.054	21.404	27.316	21.838	19.614
Portas, janelas e obras de carpintaria	124.665	146.018	152.969	160.053	168.977
Outras madeiras e obras de madeira	18.996	28.446	46.381	34.777	24.485
Papéis	**188.486**	**201.431**	**235.805**	**250.814**	**245.181**
Papel sanitário	3.836	5.068	5.711	5.378	7.787
Embalagens de papel	54.731	55.086	51.819	54.478	58.706
Papel e cartão kraft kraftliner	120.587	130.601	167.310	178.950	162.217
Outros papéis	9.331	10.676	10.965	11.976	16.458
Móveis de madeira	**176.451**	**173.951**	**190.878**	**192.569**	**197.710**
Móveis de madeira p/escritório	3.589	2.231	2.104	1.808	1.117
Móveis de madeira p/cozinha	8.487	7.665	8.705	7.489	7.836
Móveis de madeira p/quartos	90.206	90.063	107.103	109.681	111.749
Outros móveis de madeira	58.993	58.946	58.633	61.067	60.229
Componentes p/móveis de madeira	14.281	14.718	14.333	12.477	13.383
Outros (móveis e assentos de vime, bambu e mad.)					3.106
Total produtos florestais	**771.923**	**862.249**	**1.011.532**	**1.047.364**	**1.094.489**
Total exportações	**8.920.648**	**8.688.406**	**8.987.359**	**7.644.023**	**7.593.442**

Fonte: MDIC, Aliceweb.

Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 6. Participação (%) das exportações de produtos florestais no total das exportações catarinenses –1993-2016

O mercado externo teve grande importância para a indústria madeireira de Santa Catarina em 2016, uma vez que o volume embarcado foi muito superior ao do ano anterior. Em relação a 2015, em 2016 foi exportado um volume 133,1% maior de painéis de madeira, 47,8% superior de madeira serrada e 33,3% maior de madeira perfilada. A exceção foi o item molduras que teve uma redução de 25,1% no volume exportado. Como houve uma expressiva redução dos preços médios – nos painéis (-23,9%) e na madeira serrada (-14,1%) – os 35,7% de crescimento no volume embarcado dos diversos tipos de madeira não se traduziram em correspondente aumento do valor exportado.

As exportações de móveis cresceram 7,3% em volume em 2016 e as de papéis (principalmente embalagens e papel kraft) foram 7,0% maiores no ano, em relação a 2015. Porém, devido à redução dos preços médios, o ano fechou com um pequeno aumento do valor exportado em móveis e queda do valor dos papéis em relação ao ano anterior.

Nos primeiros sete meses de 2017 o valor das exportações catarinenses de produtos florestais teve um expressivo crescimento de 19,7% em relação ao mesmo período de 2016. Novamente o segmento de madeiras, com seus diversos produtos, teve o melhor desempenho, com 30,4% de aumento. As exportações de móveis também mostram crescimento de valor, porém em níveis mais modestos. Em 2017 serão as exportações que compensarão pelo menos parte da retração observada no mercado interno nos últimos anos. Este ano poderá se confirmar como o ano do início da recuperação do setor.

Referências

ALICEWEB2: Sistema de Análise das Informações de Comercio Exterior. Brasília, DF: Secretaria de Comércio Exterior, 2017. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br/>. Acesso em: 17 de julho de 2017.

ANUARIO ESTATÍSTICO ABRAF 2013: ano base 2012. Brasília, DF, 2013. 148 p. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3910>. Acesso em: 30 jun. 2015.

ANUARIO ESTATÍSTICO DE BASE FLORESTAL PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA 2016: ano base 2015. ACR. Lages, SC, 2016. 105 p.

ANUÁRIO RAIS. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, 2017. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/Caged/Caged_anuario_rais/anuario.htm

FAO – Base de Dados Estatísticos. Disponível em: <http:// www.fao.org>. Acesso em: ago. 2017.

FAO. Global Forest Resources Assessment FRA 2015: Desk Reference. Rome, 2015. 253 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4808e.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

IBÁ – Cenários Ibá no 32. Brasília. 7p. Disponível em: <http:// www.iba.org>. Acesso em: 31 jul. 2017a.

IBÁ – Cenários Ibá no 38. Brasília. 7p. Disponível em: <http:// www.iba.org>. Acesso em: 08 ago. 2017b.

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. Relatório 2017. Brasília. 80p. Disponível em: <http:// www.iba.org>. Acesso em: 29 ago. 2017c.

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. Relatório Anual 2016. Brasília. 100p. Disponível em: <http:// www.iba.org>. Acesso em: 09 ago. 2016a.

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. Relatório Ibá 2015. Brasília. 80p. Disponível em: <http:// www.iba.org>. Acesso em: 03 ago. 2015.

IBGE. Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em: <http:\\ www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jul. 2017ª.

IBGE. Produção Industrial Anual - PIA. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2017b.

IBGE. Produção Industrial Mensal – Produção física. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 ago. 2017c.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: <http:// www.mte.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2017.

Análise climática de julho de 2016 a junho de 2017 para o estado de Santa Catarina

Wilian da Silva Ricce, engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Ciram
wilianricce@epagri.sc.gov.br
Angelo Mendes Massignam, engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Ciram
massigna@epagri.sc.gov.br
Glaucia de Almeida Padrão, economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br
Cristina Pandolfo, engenheira-agrônoma, Dra. – Epagri/Ciram
cristina@epagri.sc.gov.br

O estado de Santa Catarina, pela sua localização geográfica e relevo, apresenta grande variabilidade climática, permitindo o investimento em um grande número de atividades agropecuárias. Porém, algumas adversidades podem interferir no desempenho das culturas ou criações. Assim, o objetivo foi analisar a influência das variáveis meteorológicas na agricultura catarinense durante a safra de 2015/16.

No período de julho de 2015 a junho de 2016 foram registrados valores dentro da normalidade das anomalias de temperatura da superfície do mar médias em diferentes regiões do Pacífico equatorial. No segundo semestre de 2016 os valores foram ligeiramente abaixo da média e no ano de 2017 ligeiramente acima da média. Vale lembrar que o fenômeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS) 2015-2016 foi um dos três eventos mais fortes desde 1950. O fenômeno, que iniciou em 2015, atingiu um grau de neutralidade (anomalia de TSM entre -0,5 e 0,5°C) somente em maio de 2016 (CPTEC/INPE, 2017).

O trimestre entre julho e setembro de 2016 foi caracterizado por chuva abaixo da média climatológica e dias consecutivos com ar seco em todas as regiões do estado de Santa Catarina devido a bloqueios atmosféricos. O trimestre foi frio, apresentando de forma geral temperaturas abaixo das médias históricas, com destaque para o mês de setembro na região do Planalto Sul. Em relação à agricultura, o trimestre de julho a setembro foi marcado pela irregularidade das chuvas, fato observado pela oscilação entre deficiência e excesso hídrico. Todas as regiões de Santa Catarina apresentaram deficiência hídrica no último decêndio de setembro (ARAUJO & VIEIRA, 2016).

Ocorreram períodos mais secos entre novembro e primeira quinzena de dezembro de 2016. A distribuição irregular da chuva durante o trimestre de outubro a dezembro resultou condições de estiagem pelo Estado. As temperaturas foram típicas de uma primavera, apresentando elevada amplitude térmica e, dentro da normalidade, na maior parte das regiões catarinenses, o que está associado às condições de neutralidade do fenômeno ENSO (El Niño – Oscilação Sul). O calor intenso, com atuação da massa de ar tropical, só chegou no final de dezembro de 2016. As condições meteorológicas do trimestre foram favoráveis para as principais culturas de grãos, recuperação das pastagens, desenvolvimento de hortaliças e boa produção de cebola. Por outro lado, em algumas regiões do Estado, também favoreceram o desenvolvimento da sigatoka-negra na produção de banana e a requeima do tomateiro (TRABAQUINI & VIEIRA, 2017).

GIEHL (2016a) destaca que as temperaturas mais baixas no inverno durante o desenvolvimento e amenas na maturação e colheita foram muito benéficas para a cultura do alho, resultando em altas produtividades e alta qualidade. Condições climáticas também foram favoráveis à cultura da cebola. Porém, as temperaturas baixas em outubro e novembro de 2016 prejudicaram a cultura do feijão, retardando seu crescimento.

Já no começo de 2017 foi registrado que a estiagem vinha afetando negativamente a cultura do feijão (GIEHL et al., 2017b). Porém, no mês seguinte foi constatado que as condições foram satisfatórias e o excesso de chuva na maturação e colheita causou danos (GIEHL, et al., 2017a)

De acordo com a Figura 1, foi possível observar que durante a safra de verão ocorreram períodos de deficiência e excesso hídrico evidenciando a distribuição irregular da precipitação durante o período. De janeiro a maio de 2017, foram registrados períodos de deficiência nas regiões Meio-Oeste, Vale do Itajaí, Florianópolis e Litoral Sul.

Colunas em azul representam o excesso hídrico e em vermelho a deficiência hídrica.
Fonte: Epagri/Ciram, 2017.

Figura 1. Balanço hídrico (mm) decendial para as estações meteorológicas de Itapiranga, Chapecó, Caçador, Major Vieira, São Joaquim, Itajaí, José Boiteux, Florianópolis e Jaguaruna, representando as regiões catarinenses de julho de 2016 a junho de 2017

O número de geadas em 2016 foi maior do que a média histórica de eventos registrados nas estações meteorológicas avaliadas (Figura 2).

Figura 2. Número total de geadas em 2016 e média histórica do número de geadas anual para as estações meteorológicas de São Joaquim, Caçador, Campos Novos e Ituporanga

No inverno de 2016 o acúmulo de horas de frio foi acima do esperado nas principais regiões produtores de frutas de clima temperado (Figura 3).

Foram registradas ocorrências de granizo nas estações meteorológicas em 2016: 12/07/2016 (São Joaquim), 13/07/2016 (Campos Novos e São Miguel do Oeste), 14/07/2016 (São Joaquim e São Miguel do Oeste), 15/07/2016 (Caçador, Campos Novos e Lages), 15/08/2016 (São Miguel do Oeste), 19/08/2016 (Campos Novos, Lages e São Miguel do Oeste), 20/08/2016 (Chapecó), 05/10/2016 (São Miguel do Oeste), 19/10/2016 (Campos Novos), 24/10/2016 (São Joaquim) e 02/11/2016 (São Miguel do Oeste). Alguns pomares de maçã foram afetados como destaca Giehl et al. (2016b).

Fonte: Epagri/Ciram, 2017.

Figura 3. Horas de frio (h) no período de abril a outubro de 2016 (vermelho) e a média histórica (azul) acumuladas nas estações meteorológicas de Chapecó, Itapiranga, Ituporanga, Major Vieira, Curitibanos, Caçador, Campos Novos, Lages e São Joaquim

Em Santa Catarina, a safra de arroz irrigado seguiu desempenho médio esperado em 2016/17, embora tenha apresentado algum atraso na colheita em decorrência de problemas de infraestrutura e logística de transporte em algumas regiões. Observa-se na Figura 4 que comparativamente à safra 2015/16, marcada por problemas climáticos com reflexos diretos no desempenho das lavouras no campo, a safra 2016/17 se aproximou do desempenho observado na safra 2014/15, tida como normal. As condições climáticas favoráveis à cultura e o uso de alta tecnologia de produção resultaram em produtividades elevadas em todas as regiões produtoras, culminando na maior produtividade média para o Estado nos últimos vinte anos. Como resultado da produtividade elevada, houve um aumento de 15% da produção do Estado com impacto direto sobre o funcionamento do mercado que, por apresentar aumento significativo da oferta interna, resultou em queda dos preços desde meados de 2016. As microrregiões como Criciúma, Joinville, Ituporanga e Rio do Sul, que apresentaram as maiores quebras na safra anterior, foram as que apresentaram maiores variações da produção na safra vigente. Esse resultado se deu em parte pela recuperação da safra anterior e em parte pelo bom desempenho da safra atual. Em decorrência disso, algumas regiões apresentaram dificuldade de escoamento da produção. É o caso de Joinville, por exemplo, onde o avanço da colheita se deu de forma mais lenta em razão das filas de caminhões para transporte do grão às indústrias e falta de silos para armazenagem do grão. Ao final da safra, entre os meses de maio e junho, marcados por períodos de chuva em algumas regiões do estado, a colheita do rebrote do arroz foi prejudicada e até abandonada em algumas regiões.

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Figura 4. Porcentagem das lavouras da evolução dos estadios fenológicos (plantio, floração e colheita) na cultura da cultura do arroz irrigado em Santa Catarina nas safras 2014/15, 2015/16 e 2016/17

Assim como no caso do arroz irrigado, o desempenho da produção de milho em Santa Catarina na safra 2016/17 foi marcado por condições climáticas adequadas em todas as regiões produtoras durante quase toda a safra. Na Figura 4, onde é comparada a evolução das safras 2014/15 a 2016/17, é possível perceber que não houve atraso em nenhum dos estádios de desenvolvimento da cultura. A segunda safra do milho, viabilizada geralmente por produtores que antecipam a semeadura da safra principal para colher uma segunda safra (plantio do tarde), foi afetada por excesso de chuvas em algumas regiões do Estado, mas as perdas geradas por esse evento climático não foram significativas e não diminuíram a excelência da safra do grão colhido no ano safra vigente. Entre as regiões que apresentaram maiores ganhos de produtividade estão Curitibanos, São Miguel do Oeste, Concórdia e Curitibanos, que apresentaram variação em relação à safra 2015/16 acima de 20%. Dessa forma, algumas regiões, tais como Curitibanos, Joaçaba e Xanxerê, colheram médias superiores a 10t/ha. Os reflexos do aumento da produção no mercado também foram significativos, com redução dos preços ao produtor a patamares próximos do Preço Mínimo (PGPM) para o Estado.

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Figura 5. Comparativo das fases de semeadura, floração e colheita de milho em Santa Catarina nas safras 2014/15, 2015/16 e 2016/17

Na soja, a evolução da safra se deu de forma normal em todas as regiões produtoras. Comparativamente à safra 2015/16, marcada por excesso de chuvas entre setembro e outubro, observa-se intensificação da semeadura entre outubro e novembro na safra 2016/17, tendo essa se aproximado do desempenho observado na safra 2014/15, tida como normal (Figura 6). Esta é uma tendência nas principais regiões produtoras, que têm antecipado a semeadura e ressemeado soja logo após a colheita. As demais fases de desenvolvimento da cultura transcorreram da forma esperada e não foram relatados problemas com pragas ou doenças que tenham causado danos econômicos representativos. A combinação de condições climáticas favoráveis e investimento em tecnologia resultaram em produtividades elevadas em todo o Estado com média de 3,6t/ha. Cabe destaque às regiões de Joaçaba e Curitibanos, que colheram em média mais de 4 toneladas por hectare. Assim como nos demais grãos, os preços ao produtor foram afetados pelo aumento da oferta interna do grão, embora a redução dos preços da soja tenha sido menos significativa que nos demais grãos analisados, considerando os reflexos do mercado externo sobre o produto.

Fonte: Epagri/Cepa, 2017.

Figura 6. Comparativo das fases de semeadura, floração e colheita de soja em Santa Catarina nas safras 2014/15, 2015/16 e 2016/17

Referências

ARAUJO, I.S.; VIEIRA, H.J. (Orgs.). Boletim Ambiental. Síntese Trimestral: Inverno 2016. Florianópolis: Epagri, 2016, 68p. (Epagri. Documentos, 267).

CPTEC/INPE. El Niño e La Niña. Disponível em:< http://enos.cptec.inpe.br/>. Acesso em: 01 ago. 2017.

GIEHL, A.L.; PADRÃO, G.A.; ALVES, J.R.; GUGEL, J.T.; JUNIOR, R.G.; MARCONDES, T. Boletim Agropecuário. Nº 43, 16 de dezembro, 2016a, 43p. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=16817.

GIEHL, A.L.; PADRÃO, G.A.; ALVES, J.R.; JUNIOR, R.G.; MARCONDES, T. Boletim Agropecuário. Nº 42, 16 de novembro, 2016b, 36p. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=16817.

GIEHL, A.L.; PADRÃO, G.A.; ALVES, J.R.; GUGEL, J.T.; ARAUJO, L.A.; JUNIOR, R.G.; MARCONDES, T. Boletim Agropecuário. Nº 45, 16 de fevereiro, 2017a, 50p. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=16817.

GIEHL, A.L.; PADRÃO, G.A.; ELIAS, H.T.; ALVES, J.R.; JUNIOR, R.G.; MARCONDES, T. Boletim Agropecuário. Nº 44, 16 de janeiro, 2017b, 39p. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=16817.

TRABAQUINI, K.; VIEIRA, H.J. (Orgs.). Boletim Ambiental. Síntese Trimestral: Primavera 2016. Florianópolis: Epagri, 2017, 77p. (Epagri. Documentos, 270).

Lista de Figuras

Desempenho da produção vegetal

1. Valor da produção dos principais produtos da agropecuária de Santa Catarina em 2017 10

Desempenho da produção vegetal

Alho

1. Evolução das exportações mundiais de alho – 2004-13 23
2. Importação de alho pelo Brasil – 2011-16 24
3. Desempenho da produção brasileira de alho – 2006-17 26
4. Evolução da produtividade na cultura do alho no Brasil – 2006-16 27
5. Produção, importação e consumo brasileiro de alho – 2005-16 27
6. Desempenho da produção catarinense de alho – 2006-16 28
7. Evolução da produtividade na cultura do alho em Santa Catarina – 2006-16 29

Arroz

1. Evolução da produção, consumo, estoque mundial e relação estoque consumo – 1988/89-2017/18 31
2. Comparativo da produtividade média do Brasil e Santa Catarina – Safras 1989/90-2016/17 35
3. Produção de arroz em casca e estimativa de produção de arroz beneficiado em Santa Catarina – 2000-17 35
4. Evolução das exportações e importações catarinenses, toneladas – 2010-17 36
5. Arroz em casca – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina e Rio Grande do Sul (jan./2013 a jun./2017) . 37

Banana

1. Produção nos cinco continentes – 2013-14 38

Cebola

1. Produção mundial de cebola – 2004-14 47
2. Evolução das exportações mundiais de cebola – 2004-13 48
3. Principais países exportadores mundiais de Cebola – 2013 48
4. Importação de cebola pelo Brasil – 2007 a julho de 2017 50
5. Desempenho da produção de cebola no Brasil – 2011-17 50
6. Evolução da produtividade da cebola no Brasil – 2011-17 51
7. Desempenho da produção de cebola em Santa Catarina – 2011-17 52
8. Evolução da área colhida em Santa Catarina – 2011-17 52

Feijão

1. Evolução da área plantada de feijão total, 1ª, 2ª e 3ª safras no Brasil – 2002/03 – 2016/17 55

2. Evolução da área plantada, produção e rendimento em Santa Catarina – 2005/06 a 2016/17 59

Maçã

1. Produção nos cinco continentes – 2013 e 2014 61

2. Maçã Fuji - Preços médios anuais - Santa Catarina na Ceasa - 2014 a jul./2017 69

3. Maçã Gala - Preços médios anuais - Santa Catarina na Ceasa - 2014 a jul./2017 69

4. Maçãs catarinense e importada - Evolução do preço médio mensal no atacado 70

Mandioca

1. Brasil - Exportações em 1.000US$ de fécula - 2011-17 até julho 75

2. Brasil - Importações em 1.000US$ de fécula - 2011-17 até julho 76

3. Raiz de mandioca - Preços médios anuais recebidos pelos produtores de Santa Catarina - 2010-17 78

4. Mandioca-Derivados - Preços médios mensais no atacado de Santa Catarina - 2014-17 78

Milho

1. Estoque e preço médio real nacional – jan./2005 a maio/2017 82

2. Milho grão – Preço médio mensal real ao produtor em Santa Catarina e Preço Mínimo praticado, jan./2009 a maio/2017 85

3. Evolução da área plantada de milho e soja em Santa Catarina – 1990/91 a 2016/17 86

4. Equivalência de preços mensais entre soja e milho – jan./09 a jun./17 86

Soja

1. Soja em grão – Preço médio real mensal ao produtor em Santa Catarina – 2014-17 93

Tabaco

1. Evolução do preço médio aos produtores do Sul do Brasil – Safras 2005/06-2015/16 96

Trigo

1. Evolução da área plantada, produção e rendimento – Santa Catarina (Safra 1990/91-2017/18) 109

2. Evolução do preço médio mensal pago ao produtor e linha de tendência – SC – julho/2015 a julho/2017 110

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1. Exportações brasileiras – janeiro a setembro – 2016-17 122
2. Evolução do rebanho de Santa Catarina – 2010-16 123
3. Municípios de origem dos animais destinados ao abate - Santa Catarina – 2016 124
4. Boi gordo – Preço médio mensal ao produtor em duas praças de referência – Santa Catarina – 2016-17 125

Carne de Frango

1. Evolução das exportações – Brasil – 2012-16 130
2. Frangos – Evolução do abate em Santa Catarina – 2012-16 131
3. Galinhas – Evolução da produção de aves em Santa Catarina, destinadas ao abate – 2012-16 132
4. Frangos – Municípios de origem das aves destinadas ao abate – Santa Catarina – 2016 134
5. Frangos – Evolução dos preços(1) do frango vivo em Santa Catarina – 2016-17 136
6. Frangos – Evolução da relação de troca – Quantidade de frango vivo necessário para adquirir um saco de milho em SC – 2016-17 137

Carne Suína

1. Exportações brasileiras – janeiro a setembro – 2016-17 143
2. Suínos – Animais abatidos em Santa Catarina no 1º semestre – 2016-17 144
3. Suínos – Animais produzidos em Santa Catarina e destinados ao abate – 2012-16 145
4. Suínos – Municípios de origem dos animais destinados ao abate – Santa Catarina – 2016 147
5. Exportações de Santa Catarina – janeiro a setembro – 2016-17 148
6. Suínos – Evolução dos preços pagos por quilo de peso vivo – Santa Catarina – 2016-17 149
7. Suínos – Evolução da relação de troca – Quantidade de suíno vivo necessária para adquirir um saco de milho em Santa Catarina – 2016-17 150

Desempenho da aquisultura catarinense

1. Distribuição percentual das espécies de peixes produzidos em Santa Catarina – 2016 160
2. Produção comercial da piscicultura de água doce de Santa Catarina - 2016 160
3. Produção comercial dos dez principais municípios de SC - 2016 161

Desempenho do setor florestal

1. Evolução dos preços da celulose tipo NBSK e BHKP na Europa (US$/t) – dez./2005-dez./2016 167

2. Valor das exportações brasileiras de móveis de madeira – 2000-16 174

3. Evolução da área plantada com pínus e eucalipto em Santa Catarina – 2005-16 176

4. Evolução dos preços reais de madeiras de bitolas finas em Santa Catarina – postas na indústria (a preços de julho de 2011) – jul./11-maio/17 178

5. Evolução dos preços reais da tora de pinus para serraria em Santa Catarina – posta na indústria (a preços de julho de 2011) – jul./11-maio/17 179

6. Participação (%) das exportações de produtos florestais no total das exportações catarinenses –1993-2016 181

Análise climática

1. Balanço hídrico (mm) decendial para as estações meteorológicas de Itapiranga, Chapecó, Caçador, Major Vieira, São Joaquim, Itajaí, José Boiteux, Florianópolis e Jaguaruna, representando as regiões catarinenses de julho de 2016 a junho de 2017 184

2. Número total de geadas em 2016 e média histórica do número de geadas anual para as estações meteorológicas de São Joaquim, Caçador, Campos Novos e Ituporanga 185

3. Horas de frio (h) no período de abril a outubro de 2016 (vermelho) e a média histórica (azul) acumuladas nas estações meteorológicas de Chapecó, Itapiranga, Ituporanga, Major Vieira, Curitibanos, Caçador, Campos Novos, Lages e São Joaquim 186

4. Porcentagem das lavouras da evolução dos estadios fenológicos (plantio, floração e colheita) na cultura da cultura do arroz irrigado em Santa Catarina nas safras 2014/15, 2015/16 e 2016/17 187

5. Comparativo das fases de semeadura, floração e colheita de milho em Santa Catarina nas safras 2014/15, 2015/16 e 2016/17 188

6. Comparativo das fases de semeadura, floração e colheita de soja em Santa Catarina nas safras 2014/15, 2015/16 e 2016/17 189

Lista de Tabelas

Desempenho da produção vegetal

1. Índice de variação da quantidade (Iq) e do preço (Ip) da agropecuária catarinense e de seus principais segmentos - safras 2015/16 e 2016/17 8

2. Valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária - SC e posição dentre os produtos 9

3. Produção dos principais produtos da agropecuária - Santa Catarina - 2014-17 11

4. Valor das exportações do agronegócio catarinense - 2012-16 13

5. Valor das exportações do agronegócio e total de Santa Catarina e do Brasil - 2016 14

Crédito rural

1. Financiamentos a produtores e cooperativas no País - 2014-16 16

2. Participação do Pronaf no número total de contratos - Brasil, principais Estados e Santa Catarina - 2016 17

3. Pronaf - Financiamentos concedidos no País - 2014-16 18

4. Número de agricultores familiares - 2006 - Contratos de crédito rural via Pronaf/UF e Brasil/agricultores familiares - 2014-16 18

5. Financiamentos totais e via Pronaf no Brasil e Santa Catarina - 2007-16 19

6. Aplicação do Crédito Rural do Pronaf por gênero - UF e Brasil - 2016 20

7. Desempenho dos Estados nas compras da agricultura familiar - PNAE - 2015 21

8. Compras da agricultura em Santa Catarina - Os dez maiores compradores e total do Estado - 2015 22

Desempenho da produção vegetal

Alho

1. Produção mundial e dos principais países – 2010-14 23

2. Principais países importadores de alho – 2011-13 25

3. Área colhida, produção e rendimento dos principais estados produtores – Safras 2014/16 26

Arroz

1. Arroz beneficiado – Principais países produtores – 2012/13-2017/18 30

2. Arroz beneficiado – Principais países exportadores – 2012/13-2017/18 31

3. Arroz beneficiado – Principais importadores mundiais – 2012/13-2017/18 32

4. Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2010/11-2016/17 32

5. Exportações brasileiras por países de destino – 2012-17 33

6. Importações brasileiras por países de origem – 2012-17 34

7. Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2012/13-2016/17 35

Banana

1. Quantidade produzida (mil t) – Mundo e principais países no período de 2010-14 39
2. Exportações brutas por país – 2013-15 39
3. Importações líquidas mundiais por país – 2013-15 40
4. Área colhida, produção e produtividade média no Brasil e nos principais estados produtores – 2013-17 41
5. Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2013-17 42
6. Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2013-17 42
7. Preço mensal no produtor – Santa Catarina – 2013-17 44
8. Preço mensal no atacado – Santa Catarina – 2013-17 45
9. Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2013-17 45
10. Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2013-17 46

Cebola

1. Principais países, área e produção mundial de cebola – 2010-14 47
2. Principais Países Importadores de Cebola – 2011-13 49
3. Área colhida, produção e rendimento médio da cebola no Brasil – 2014-16 49

Feijão

1. Feijão seco - Área, produção e rendimento mundial – 2012-14 53
2. Feijão seco – Importações mundiais e dos principais países – 2009-13 54
3. Feijão seco – Exportações mundiais e dos principais países – 2009-13 54
4. Feijão total – Área e produção dos principais estados e do Brasil – 2012/13-2016/17 55
5. Importação brasileira por país de origem – 2013-17 56
6. Exportação brasileira por país de origem – 2013-17 57
7. Balanço de oferta e demanda – Brasil – Safras 2011/12-2016/17 57
8. Área e produção por microrregião geográfica de Santa Catarina – 2013/14-2016/17 59
9. Preço médio pago aos produtores do feijão-carioca e feijão-preto por praça de referência – 2014-17 60
10. Preço médio pago no mercado atacadista do feijão-carioca e feijão-preto por praça de referência – 2014-17 60

Maçã

1. Quantidade produzida no mundo e principais países – safras 2010/11 a 2015/6 62
2. Maiores exportadores mundiais- 2012-14 62
3. Maiores importadores mundiais- 2012-14 63
4. Área colhida, produção e rendimento - Brasil e principais estados produtores – Safras 2012/13 a 2016/17 64
5. Maçã fresca – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2013-17 65
6. Maçã fresca– Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2013-17 65
7. Suco de Maçã – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2013-17 66
8. Suco de Maçã – Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2013-17 66

9. Maçã fresca– Brasil – Quantidade importada dos principais países de origem – 2013-17 66
10. Maçã fresca – Brasil – Valor importado dos principais países de origem – 2013-17 67
11. Maçã Nacional - Preço médio mensal no atacado (R$/cx 18 kg) (1) 68
12. Maçã fresca – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2013-17 70
13. Maçã fresca – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2013-17 71
14. Suco de maçã – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2013-17 71
15. Suco de maçã – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2013-17 71

Mandioca

1. Safra mundial e principais países – Safras 2009/10-2013/14 74
2. Safra nacional e principais Estados – Safras 2013/17 75
3. Produção, área cultivada e produtividade – safra nacional – 2016 e 2017 76
4. Raiz de mandioca – Safra de Santa Catarina por microrregião geográfica – Safras 2012-16 77

Milho

1. Principais países produtores – 2013/14-2017/18 79
2. Balanço de oferta e demanda mundial – 2010/11-2017/18 80
3. Principais países exportadores – 2013/14 -2017/18 80
4. Principais importadores mundiais de milho – 2013/14–2017/18 81
5. Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2011/12-2016/17 82
6. Valor das exportações brasileiras por países de destino – 2012-17 83
7. Consumo no Brasil – 2010/11-2016/17 83
8. Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2012/13-2016/17 84
9. Balanço de oferta e demanda em Santa Catarina – 2016 85

Soja

1. Principais países produtores do grão, farelo e óleo – 2011/12-2017/18 88
2. Exportações mundiais e dos principais países – 2015/16-2017/18 88
3. Soja em grão – Estoque mundial e de países selecionados – 2011/12-2017/18 89
4. Área plantada, quantidade produzida e rendimento do Brasil e principais estados produtores – 2011/12-2016/17 89
5. Soja e derivados – Balanço de oferta e demanda nacional – 2010-17 90
6. Evolução das exportações brasileiras do complexo soja – 2010-16 90
7. Evolução do processamento no Brasil – 2010-17 91
8. Área plantada e quantidade produzida no Estado e microrregiões – 2011/12-2016/17 92
9. Soja e derivados – Exportações catarinenses – 2010-16 92

Tabaco

1. Área plantada e produção dos principais países produtores e mundial – 2010-14 94
2. Exportações dos principais países exportadores e mundial – 2009-13 94
3. Importações dos principais países importadores e mundial – 2009-13 95
4. Safra brasileira – 2010/11-2016/17 95
5. Safras da Região Sul do Brasil – 2014 a 2017 96
6. Produção e exportação do Brasil – 2010-17 97
7. Safra de Santa Catarina – 2011/12-2016/17 97
8. Safra por micro e mesorregião geográfica de Santa Catarina – 2014/15-2016/17 98

Tomate

1. Comparativo da safra mundial e dos principais países – Safra 2011/12 a 2013/14 99
2. Comparativo de safras da América do Sul – 2011/12–2013/14 99
3. Comparativo de safra do Brasil e principais estados produtores – 2015 a 2017 1000
4. Comparativo de safra de Santa Catarina – 2013 a 2017 101
5. Comparativo de safra das principais microrregiões produtoras de SC – 2013 a 2015 101
6. Preço aos produtores da microrregião de Joaçaba – 2013-17 102
7. Preço no atacado da microrregião de Joaçaba – 2013-17 102

Trigo

1. Produção mundial e dos principais produtores – Safras 2013/14-2017/18 103
2. Consumo mundial e principais consumidores – Safras 2013/14-2017/18 104
3. Balanço de oferta e demanda mundial – Safras 2013/14 - 2017/18 104
4. Principais importadores de trigo e seus derivados - 2013/14-2017/18 105
5. Principais exportadores de trigo e seus derivados – 2013/14-2017/18 105
6. Área, produção e rendimento dos principais estados e Brasil – Safra 2014/15 -2017/18 106
7. Balanço de oferta e demanda – Brasil – 2013-17 106
8. Importação brasileira de trigo-grão por país de origem – 2013-17 107
9. Importação brasileira de farinha de trigo e derivados por país de origem – 2013-17 107
10. Área plantada, produção e rendimento por microrregião geográfica de Santa Catarina – Brasil – Safras 2015/16-2017/18 108
11. Preços médios mensais aos produtores de Santa Catarina – 2013-17 109

Uva e Vinho

1. Área de vinhedos nos principais países e mundial – 2011-16 111
2. Produção Mundial de vinhos (excluído sucos e mostos) – 2011-16 112
3. Uva - Comparativo de safra do Brasil e principais estados produtores – 2015-17 112
4. Uva – Quantidade processada pelas empresas do Rio Grande do Sul – 2008-17 113

5. Uva – Produtos elaborados no Rio Grande do Sul – Safra 2017 113
6. Uva processada por município em Santa Catarina – Safra 2017 114
7. Uva - Comparativo de safra dos principais municípios e de Santa Catarina - 2013-15 115
8. Origem da uva processada em Santa Catarina – Safra 2017 115
9. Uva – Produtos elaborados em Santa Catarina - Safra 2017 116

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1. Produção mundial – 2013-17 117
2. Consumo mundial – 2013-17 118
3. Importações mundiais – 2013-17 119
4. Exportações mundiais – 2013-17 119
5. Evolução do rebanho brasileiro – 2012-16 120
6. Abate por unidade da federação – 2012-16 120
7. Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2012-16 121
8. Exportações brasileiras – 2000-16 121
9. Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2016 122
10. Rebanho catarinense, por faixa etária e sexo – 2016 123
11. Abate por destino ou finalidade – Santa Catarina – 2014-16 124
12. Abate segundo o sistema de inspeção – Santa Catarina – 2016 124
13. Microrregiões de origem dos animais produzidos em Santa Catarina – 2016 125

Carne de Frango

1. Produção mundial – 2013-17 126
2. Consumo mundial – 2013-17 127
3. Importações mundiais – 2013-17 128
4. Exportações mundiais – 2013-17 128
5. Frangos – Abate mensal no Brasil – 2012-17 129
6. Frangos – Abate nas principais unidades da federação – 2016 130
7. Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2012-16 130
8. Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2016 131
9. Exportações dos principais estados – 2016 131
10. Frangos - Microrregiões de origem das aves produzidas em SC - 2016 133
11. Frangos – Principais municípios de origem das aves produzidas em SC – 2016 134
12. Frangos – Produtores comerciais de frangos de corte em Santa Catarina – 2017 135
13. Exportações de Santa Catarina – 2000-16 135
14. Principais destinos das exportações de Santa Catarina – 2015-16 136

Carne Suína

1. Produção mundial – 2013-17 138
2. Consumo mundial – 2013-17 139
3. Importações mundiais – 2013-17 140
4. Exportações mundiais – 2013-17 140
5. Suínos – Efetivo do rebanho por região geográfica – 2012-16 141
6. Abate e produção de carne – Brasil – 2000-16 141
7. Abate e produção nas principais unidades da federação – 2014-16 142
8. Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2012-16 142
9. Exportações brasileiras – 2000-16 142
10. Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2016 143
11. Produção do Brasil e de Santa Catarina – 2000-16 144
12. Suínos – Microrregiões de origem da produção de Santa Catarina – 2016 146
13. Suínos – Principais municípios de origem dos animais produzidos em Santa Catarina – 2016 146
14. Exportações de Santa Catarina – 2000-16 147
15. Principais destinos das exportações de Santa Catarina – 2016 148

Leite

1. Produção mundial segundo os continentes – 2013-15 a 2017 151
2. Produção mundial segundo os principais produtores – 2013-15 a 2017 151
3. Exportação mundial e dos principais exportadores – 2013-15 a 2017 152
4. Importação mundial e dos principais importadores – 2013-15 a 2017 152
5. Uruguai – Preço médio de venda do leite exportado pela indústria – 2012-17 153
6. Produção por grandes regiões e do Brasil – 2011-15 153
7. Produção dos principais estados e do Brasil – 2011-15 154
8. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas dos principais estados e do Brasil – 2012-16 154
9. Balança comercial brasileira de lácteos – 2012/1º semestre de 2017 155
10. Importação brasileira de lácteos segundo as principais origens – 2015/1º semestre de 2017 155
11. Exportação brasileira de lácteos segundo os principais destinos – 2015/1º semestre de 2017 156
12. Produção por mesorregião e microrregião de Santa Catarina – 2011-15 157
13. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas dos principais estados e do Brasil 157
14. Preços médios mensais no mercado atacadista de Santa Catarina – 2016-17 158
15. Preço médio mais comum aos produtores de Santa Catarina – período de pagamento – 2014-17 158

Desempenho da aquicultura catarinense

Maricultura

1. Moluscos – Evolução da produção comercializada de Santa Catarina – 2011-16 162
2. Moluscos – Produção comercializada por município de Santa Catarina – 2016 163
3. Estimativa de valor da produção de moluscos de Santa Catarina - 2015-16 164

Desempenho do setor florestal

1. Área de florestas comerciais plantadas no Mundo – 1990-2015 165
2. Produção mundial de madeira em toras para uso industrial segundo os principais países – 2012-16 166
3. Produção mundial de celulose de mercado segundo os principais países – 2012-16 166
4. Valor das exportações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2012-16 168
5. Valor das importações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2012-16 168
6. Número de empresas e empregados formais no setor florestal – Brasil – 2014-15 169
7. Área plantada com eucalipto e pínus no Brasil, por estado – 2015-16 170
8. Valor da produção da silvicultura – Brasil – 2011-15 171
9. Produção brasileira das principais matérias-primas de origem florestal – 2010-15 171
10. Consumo de madeira plantada em 2016 pela indústria brasileira, segundo o segmento industrial 171
11. Produção, exportação e consumo interno de madeira serrada de florestas plantadas – Brasil – 2013-16 172
12. Produção, exportação e consumo interno de madeira compensada de florestas plantadas – Brasil – 2013-16 172
13. Produção, importação, exportação e consumo aparente de painéis de madeira reconstituída – Brasil – 2013-16 173
14. Produção, importação, exportação e consumo aparente de papel e celulose – Brasil – 2012-16 175
15. Número de empresas e empregos formais no setor florestal – Santa Catarina – 2014-15 176
16. Produção dos principais produtos da silvicultura – Santa Catarina – 2011-16 177
17. Valor da produção da silvicultura – Santa Catarina – 2011-16 177
18. Preço médio de produtos e matérias-primas florestais – Santa Catarina – 2012-17 178
19. Preços médios da madeira de pínus e eucalipto para processamento mecânico – 2013-17 179
20. Valor das exportações de produtos florestais – Santa Catarina – 2012-16 180

FAPESC

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA